

2026

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

3º Quadrimestre | nº 76 | Avulso €15

Diretor José Cadima Ribeiro

Co-Editores Conceição Rego e João Marques



Revista Portuguesa de Estudos Regionais

Portuguese Review of Regional Studies

Nº 76, 2026, 3º Quadrimestre

Editor-Chefe

José Cadima Ribeiro, Universidade do Minho

Co-Editores

Conceição Rego, Universidade de Évora

João Marques, Universidade de Aveiro

Comité Editorial

Alejandro Cardenete, Universidade de Loyola (Andaluzia)

Amador Dúrán Sanchez, Universidade da Extremadura

Ana Lúcia Sargento, Inst. Politécnico de Leiria

António Almeida, Universidade da Madeira

António Caleiro, Universidade de Évora

António Covas, Universidade do Algarve

António Pasqualetto, Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Artur Rosa Pires, Universidade de Aveiro

Aurora Teixeira, Universidade do Porto

Bekzot Janzakov, Universidade Internacional de Turismo e Património Cultural da Rota da Seda (Uzbequistão)

Carlos Azzoni, Universidade de São Paulo

Carlos Balsas, Universidade de Ulster

Carlos Pimenta, Univ. Federal de Itajubá

Celeste Eusébio, Universidade de Aveiro

Claudia Maldonado-Erazo, Escola Superior Politécnica de Chimborazo

Eduardo Haddad, Universidade de São Paulo

Eduardo Oliveira, Universidade de Kiel

Elisabeth Kastenholz, Universidade de Aveiro

Fernando Perobelli, Univ. Federal de Juiz de Fora

Francisco Carballo-Cruz, Univ. do Minho

Francisco Venegas-Martínez, Instituto Politécnico Nacional (México)

Gertrudes Guerreiro, Universidade de Évora

Hélder S. Lopes, Universidade do Minho

Hugo Pinto, Universidade do Algarve

Iva Miranda Pires, Univ. Nova de Lisboa

João Leitão, Universidade da Beira Interior

João Pedro Ferreira, Universidade de Virginia

José Álvarez García, Univ. de Extremadura

José António Cabral Vieira, Universidade dos Açores

José Freitas Santos, Inst. Politécnico do Porto

José Pedro Pontes, Universidade de Lisboa

José Reis, Universidade de Coimbra

Leonida Correia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Laurentina Vareiro, Inst. Politécnico do Cávado e do Ave

Luís Lopes, Universidade de Coimbra

Makhabbat Ramazanova, Univ. Portucalense

Mª de la Cruz del Río Rama, Univ. de Vigo

Mário Fortuna, Universidade dos Açores

Moacir José dos Santos, Universidade de Taubaté

Mônica Franchi Carniello, Universidade de Taubaté

Nuno Ornelas Martins, Univ. Católica (Porto)

Patrícia Melo, Universidade de Lisboa

Paula Cristina Remoaldo, Univ. do Minho

Paulo Pinho, Universidade do Porto

Paulo Reis Mourão, Universidade do Minho

Paulo Dias Correia, Universidade de Lisboa

Pedro Costa, ISCTE-Inst. Univ. de Lisboa

Pedro Cuesta Valiño, Universidade de Alcalá

Regina Salvador, Universidade Nova Lisboa

Rui Alexandre Castanho, Universidade WSB (Polónia)

Rui Ramos, Universidade do Minho

Sandra Saúde, Instituto Politécnico de Beja

Sérgio Paulo Leal Nunes, Instituto Politécnico de Tomar

Tomaz Ponce Dentinho, Univ. dos Açores

Xésus Pereira López, Univ. de Santiago de Compostela

Indexação

A Revista Portuguesa de Estudos Regionais está indexada nas seguintes bases de dados bibliográficas:

EconLit e bases associadas (*JEL on CD*; *e-JEL*; *Journal of Economic Literature*), *Qualis* (Brasil), *Latindex*, *Dialnet*, *Google Scholar*, *AskBisht* e *Scopus* [SJR (2025) = 0,171; Cite Score (2025) = 0,8; H-Index (2025) = 10].

Secretariado executivo Ana Beatriz Ramos

Propriedade e Edição ©APDR

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
Universidade dos Açores, Rua Capitão João D'Ávila
9700-042 – Angra do Heroísmo
rper.geral@gmail.com

<https://www.review-rper.com>

Periodicidade Quadrimestral (janeiro; maio; setembro)

Preço Avulso 15€ • Assinatura 30€ (Portugal) e 45€ (estrangeiro)
Impressão Studioprint • **Tiragem** 30 exemplares
Depósito legal 190875/03 • **ISSN** 1645-586X • **e-ISSN** 2184-9269

ÍNDICE

7 Como os Incentivos dos Governos Promovem o Desenvolvimento dos Territórios? Uma Revisão Sistemática e Bibliométrica da Literatura

José Rafael, Rui Silva

31 Political Literacy and Social Inequalities Among Young People: Evidence from an Outermost Region

Ana Rita Matias, Fernando Diogo

49 Industrial Heritage and Tourism Development Through Luso-Spanish Cross-Border Cooperation

Elaine Scalabrini, Roberto Vaz, Joaquín García, João Paulo Teixeira, Paula Odete Fernandes

65 Desigualdades Regionais no Emprego em Portugal: Uma abordagem baseada no Quociente de Localização e no Índice de Hirschman-Herfindahl

Laudelina Alves Ribeiro, Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Rui Manuel de Sousa Fragoso, Maria
Conceição Peixe Rego

83 Mapeamento Multidimensional das Desigualdades Regionais em Angola

Waldemar Sérgio Tavares, Tiago Loiola, Maria da Conceição Peixe Rego, Leonida Tomás Correia

103 Urbanização e Endividamento das Famílias: Evidência Empírica para Portugal

Carolina Gonçalves, Maria Basílio, Carlos Borrallho

Como os Incentivos dos Governos Promovem o Desenvolvimento dos Territórios? Uma Revisão Sistemática e Bibliométrica da Literatura

How do Government Incentives Promote the Development of Territories? A Systematic and Bibliometric Literature Review

José Rafael

joseraphael@ipb.pt

Universidade Politécnica de Bragança, Campus de Santa Apolónia, Bragança, Portugal

Rui Silva

rui.silva@utad.pt

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal

Resumo

O estudo do uso de políticas de incentivos para promover o desenvolvimento das regiões tem demonstrado um apreciável crescimento, nomeadamente a partir de 2011, sendo amplamente estudado, quer na vertente de incentivos fiscais, quer não fiscais. Os objetivos deste estudo são: mapear a produção científica, identificar os estudos, respetivos autores e fontes, com contribuições mais relevantes, perceber quais são as principais áreas temáticas de investigação, bem como conduzir a linhas de investigação futura. Para o efeito, desenvolvemos uma análise sistemática e bibliométrica da literatura, composta por uma amostra final de 136 artigos, publicados entre 1995 e 2024. A análise bibliométrica realizada evidência a existência de quatro agrupamentos temáticos principais: (1) os objetivos dos governos e das empresas condicionam o resultado dos incentivos, (2) o impacto dos incentivos em zonas empresariais apresenta resultados inconclusivos, (3) o impacto dos incentivos é multidimensionalmente condicionado e (4) o impacto dos incentivos apresenta resultados limitados no desenvolvimento dos territórios.

O estudo dos incentivos como instrumento de política de desenvolvimento demonstra ser um campo de investigação consolidado, no entanto conseguimos identificar ainda áreas de estudo promissoras e de grande interesse público com contributo relevante para a diminuição das assimetrias regionais e desenvolvimento dos territórios.

Palavras-chave: Incentivos Governamentais, Desenvolvimento dos Territórios, Revisão Sistemática e Bibliométrica

Códigos JEL: R11; R58; Z18

Abstract

Research on the use of incentive policies to encourage regions' development has shown considerable growth, particularly from 2011 onwards, and it has been widely studied, including both tax and non-tax incentives. The objectives of this study are the following: to map scientific publications, to

identify the most relevant studies, authors and sources that have contributed to the scientific area of knowledge in analysis, to understand what the main clusters of research are and to provide information for possible lines of future research. To do so, a bibliometric and systematic analysis of 136 articles published between 1995 and 2024 has been implemented. The bibliometric analysis reveals the existence of four clusters: (1) the results of incentives depend on the objectives of the governments and companies; (2) the results of incentives are inconclusive in enterprise zones; (3) the impact of incentives depends on multidimensional factors and (4) incentives have a limited impact on regional development.

The study of incentives as instruments of development policies is a substantial area of research. Still, other promising areas of study of significant public interest, with a relevant potential to help reduce regional inequalities and contribute to the socioeconomic development of territories, have been identified.

Keywords: Government incentives, Development of Territories, Systematic and Bibliometric Revision

JEL Code: R11; R58; Z18

1. INTRODUÇÃO

O uso de políticas de incentivos pelos governos é generalizado a todo o mundo e desde tempos remotos, a investigação de Solar (1995) debruçou-se sobre o papel da tributação da propriedade local, por altura da revolução industrial em Inglaterra, para manter o equilíbrio entre o desenvolvimento demográfico e o desenvolvimento económico local.

Entre as 136 publicações que constituem a base de dados do nosso estudo destacam-se seis revisões de literatura que apontavam como objetivo apresentar o conhecimento científico sobre a eficácia dos incentivos governamentais. Buss (2001) apresentou a relação entre os impostos e o crescimento económico, bem como a utilização de incentivos fiscais para influenciar a localização das empresas. Malgouyres e Py (2016) compararam os resultados da produção científica, relativa à implementação de zonas empresariais nos EUA e França, no que concerne ao desenvolvimento da atividade económica e melhoria do bem-estar das sociedades. Chaudhary e Potter (2019) apresentaram o conhecimento científico relativo aos resultados dos incentivos a zonas empresariais, comparando o Reino Unido, EUA e França, no mesmo ano, Layser (2019), estabeleceu como objetivo da sua revisão de literatura avaliar os limites e o potencial dos incentivos ao investimento de base local como instrumento de combate à pobreza. Mais recentemente, Barbosa (2024) apresentou o conhecimento sobre o impacto dos incentivos à agricultura sustentável no desenvolvimento rural.

As revisões da literatura enunciadas cingiram-se a aspetos limitados do papel dos incentivos: como fator de localização das empresas (Buss, 2001), decorrentes da implementação de zonas empresariais (Malgouyres e Py, 2016; Chaudhary e Potter, 2019), como instrumento de combate à pobreza (Layser, 2019) e no desenvolvimento rural (Barbosa, 2024).

Para além das limitações apresentadas, acresce que a investigação das últimas três décadas (1995-2024) apresenta consistentemente no tempo resultados inconclusivos sobre o impacto dos incentivos governamentais na promoção do desenvolvimento dos territórios. Buss (2001) concluiu que os incentivos fiscais, do ponto de vista da eficiência da economia, nem são bons nem são maus. Malgouyres e Py (2016) concluíram que, nos EUA, a ineficiência das zonas empresariais estaduais contrastam com a eficiência das zonas empresariais federais que apresentam um impacto positivo em termos de emprego, salário e qualidade de vida. Em França os resultados sugerem um impacto positivo na localização de empresas e no emprego, o que ocorre, no entanto, à custa das regiões vizinhas. Chaudhary e Potter (2019) concluíram que não há consenso sobre se as zonas empresariais do Reino Unido, EUA e França são ou não eficazes na criação de emprego, salientando, porém, que mais de metade dos estudos referem benefícios locais para o emprego. Layser (2019) demonstrou que os objetivos de luta contra a pobreza podem ser alcançados mais eficazmente através de incentivos orientados para a comunidade. Barbosa (2024) concluiu que a falta de apoio

governamental pode ter efeitos negativos na sustentabilidade da agricultura e consequentemente nos territórios.

Face a esta falta de consenso, Liard-Muriente (2007) procurou apresentar, para os EUA e para a UE, algumas das razões que tornam os resultados da produção científica sobre a eficiência dos incentivos no desenvolvimento regional inconclusivos. Considera que essa inconclusividade se deve ao desenho das abordagens de investigação. O autor aponta razões conceituais: divergência na definição do conceito de "eficiência", bem como, razões estruturais: o modelo econométrico adotado apresenta um impacto significativo nos resultados observados.

Pese embora os resultados apresentados pelos investigadores, os incentivos continuam a representar um instrumento relevante nas opções da política de desenvolvimento dos governos. Considerando as limitações das revisões de literatura realizadas, bem como, a complexa interpretação dos resultados científicos, dada a diversidade de contextos territoriais e do desenho das investigações, parece-nos pertinente a realização de um estudo que vise atualizar o conhecimento científico e apresente numa perspetiva histórica, o impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios.

Assim, propomos responder ao seguinte problema de investigação: Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios? Estabelecemos como objetivos de investigação: mapear a produção científica publicada, identificar os estudos, respetivos autores e fontes com contribuições mais relevantes, perceber quais são as principais áreas temáticas de investigação, bem como indicar linhas de investigação futura.

Para atingirmos os objetivos definidos adotamos uma metodologia de revisão sistemática e bibliométrica da literatura. Assim, o estudo apresenta no ponto 2, a metodologia da revisão sistemática e bibliométrica; no ponto 3, o desenvolvimento da revisão sistemática da literatura; no ponto 4, os resultados bibliométricos; no ponto 5, a discussão do impacto dos incentivos numa perspetiva territorial e metodológica e, por fim, no ponto 6, as conclusões, limitações e propostas de investigação futura.

2. METODOLOGIA

O estudo pretende identificar as contribuições mais relevantes da produção científica, sobre o papel dos incentivos como instrumento de política de desenvolvimento dos territórios, definindo as principais áreas temáticas e linhas de investigação futura. Para o efeito realizamos uma revisão sistemática e bibliométrica da literatura.

O uso de revisões sistemáticas e bibliométricas de literatura pretende proporcionar uma visão abrangente e crítica da literatura existente.

A revisão da literatura torna-se necessária porque: (1) os estudos realizados apresentam resultados inconclusivos sobre a eficácia dos incentivos: no desenvolvimento (Buss, 2001; Liard-Muriente, 2007), aplicado às zonas empresariais (Malgouyres e Py, 2016; Chaudhary e Potter, 2019), no combate à pobreza (Layser, 2019); (2) os métodos utilizados nos estudos realizados são diversos e com objetivos distintos, o que torna a análise crítica essencial para entender tendências gerais e identificar mudanças nas abordagens e nas prioridades políticas (Buss, 2001; Malgouyres e Py, 2016; Chaudhary e Potter, 2019; Layser, 2019); (3) é indispensável uma perspetiva interdisciplinar que permita examinar os efeitos das políticas de incentivos em diferentes contextos (Layser, 2019); (4) é premente contextualizar diferenças regionais, a comparação entre territórios justifica-se pela diferença nos contextos socioeconómicos e nas abordagens de políticas de atribuição de incentivos (Liard-Muriente, 2007); (5) identifica limitações metodológicas (Buss, 2001; Liard-Muriente, 2007; Malgouyres e Py, 2016; Chaudhary e Potter, 2019); (6) as revisões sistemáticas de literatura permitem identificar lacunas na literatura, apontando os incentivos "*place-based*" como uma categoria pouco explorada, especialmente no contexto da desigualdade espacial e das políticas de combate à pobreza, (Chaudhary e Potter, 2019; Layser, 2019) bem como propor melhores práticas para investigações futuras.

A bibliometria tem o potencial de introduzir um processo sistemático de revisão baseado na estatística, mais objetivo e fiável que outras abordagens, acresce o facto de o número de publicações estar a crescer de forma significativa, implicando assim na necessidade de ferramentas informáticas auxiliarem o investigador. Aria e Cuccurullo (2017) propõem o uso de uma ferramenta desenvolvida

em linguagem R, “Bibliometrix”, para auxiliar uma revisão sistemática de literatura, adicionalmente a ferramenta informática possibilita ao utilizador a realização de diversas análises, pelo uso da aplicação “Biblioshiny 4.1”. O estudo foi realizado com a mais recente versão “R-package”, que facilita uma análise bibliométrica mais completa e permite análises robustas e detalhadas de dados bibliométricos recolhidos de bases de dados científicas.

2.1. Recolha de dados

A recolha dos dados deve iniciar pela escolha da(s) base de dados e ser realizada de forma a incluir o conhecimento relevante produzido sobre a área em estudo. Aria e Cuccurullo (2017) referem que podem ser usadas diferentes bases de dados como a *Clarivate Analytics Web of Science (WoS)*, *Scopus*, *Google Scholar* e *Science Direct*, bem como outras bases de dados para estudos específicos. A nossa pesquisa ocorreu a 04 de janeiro de 2025, nas bases de dados *Scopus* e *WoS*, as mais comumente usadas pelos investigadores nas diferentes áreas científicas, aplicando os critérios de pesquisa apresentados no quadro 5.

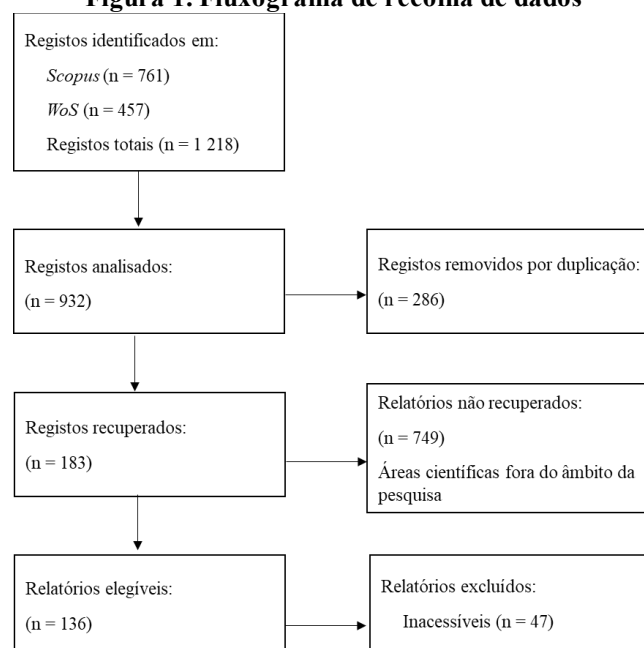
Quadro 5 - Critérios de pesquisa usados nas bases de dados *Scopus* e *WoS*.

Scopus (Article title, Abstract, Keywords)	Resultados	Web of Science Core Collection (topic)	Resultados
"tax* benefit*" OR "tax* incentive*" OR "negative tax*"	6 482	"tax* benefit*" or "tax* incentive*" or "negative tax*"	4 094
region* OR territor* OR rural OR local OR "low density"	1 208	region* or territor* or rural or local or "low density"	688
develop* OR growth	761	develop* or growth	457

Seguiu-se a conversão dos dados em ficheiros (2), para que possam ser utilizados como ferramenta bibliométrica. Para incrementar qualidade aos dados, os dois ficheiros foram submetidos a processamento na ferramenta informática “RStudio” com o propósito de eliminar estudos que estejam incluídos em ambas as bases de dados.

Apresentamos na Figura 1, o protocolo de investigação usado, baseado em Moher et al. (2009), PRISMA 2020 *flow diagram*:

Figura 1. Fluxograma de recolha de dados



Fonte: Elaboração própria, adaptada de Moher et al. (2009).

Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

3. QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

3.1 Definição de incentivos dos governos

A literatura é consensual ao considerar os incentivos como um instrumento da política de desenvolvimento, sendo clara a divisão conceitual em incentivos fiscais e não fiscais.

Apresentamos no quadro 1 destaque das definições dos artigos mais citados da amostra.

Quadro 1 - Abordagem conceitual dos estudos mais citados da amostra.

Autor	O que são?	Incentivos Quais são?	Para quê?
Buss (2001)	apoios diretos e indiretos para empresas	isenções de imposto sobre propriedade, empréstimos a juros baixos, terrenos gratuitos, infraestrutura e formação	fator decisivo na localização das empresas para proporcionar crescimento económico
Bondonio e Greenbaum (2007)	mecanismos de estímulo económico geograficamente direcionados	benefícios fiscais, subsídios e outros apoios dirigidos a agentes em áreas específicas	promoção do crescimento económico local, criação de emprego, atração e retenção de atividades económicas
Bondonio e Engberg (2000)	política de desenvolvimento económico direcionada espacialmente	benefícios fiscais e outros apoios	estimular a realocação de empresas para áreas deprimidas ou evitar a sua saída
Zheng e Warner (2010)	estratégias de desenvolvimento económico	benefícios fiscais, subsídios e outros apoios	estimular o crescimento económico local através da atração ou retenção de estabelecimentos
Hanson e Rohlin (2011)	instrumento para atrair novos estabelecimentos empresariais	créditos e isenções fiscais ao investimento	estimular a criação de emprego, investigação e desenvolvimento e reabilitação urbana

A generalidade dos autores considera que incentivos são benefícios fiscais, apoios financeiros e não financeiros (Wohlgemuth e Kilkenny, 1998; Ivonchik, 2022), instrumentos de política económica dos governos (Liard-Muriente, 2007; Prillaman e Meier, 2014).

Entre os incentivos fiscais destacam-se as isenções, reduções, créditos, deduções e abatimentos tributários (Lynch, Fishgold e Blackwood, 1996; Bollinger e Ihlanfeldt, 2003). Entre os incentivos financeiros destacam-se os apoios diretos: atribuição de subsídios (Spelman, 2006; Chaurey, 2017) e apoios indiretos: investimento público em infraestruturas e disponibilização de serviços públicos (Beck, 2001; Shenoy, 2018), alguns mecanismos específicos como os direitos aduaneiros e alterações regulatórias (Chaudhary e Potter, 2019; Barbosa, 2024).

A generalidade dos autores considera que os governos visam: atrair a localização de empresas para os seus territórios (Malgouyres e Py, 2016; Deslatte e Stokan, 2020), estimular a criação de emprego (Billings, 2009; Esquerdo e Giuberti, 2019), promover o investimento direto estrangeiro (Potter e Moore, 2000; Amankwaah, Mensah e Baidoo, 2022), objetivos específicos adicionais, como a inovação e investigação e desenvolvimento (Hanson e Rohlin, 2011), a sustentabilidade ambiental e ou social (Shenoy, 2018; Garg e Shenoy, 2021), o combate à pobreza e apoio a pequenas empresas e comunidades (Layser, 2019; Warner e Zheng, 2013), objetivos mais ambiciosos, como a redução das desigualdades ou a revitalização dos territórios (Givord, Quantin e Trevien, 2018; Ku, Schönberg e Schreiner, 2020).

3.2 Incentivos fiscais, não fiscais e mistos

3.2.1 Incentivos geograficamente direcionados

Considerando as diversas modalidades de incentivos, alguns estudos abordaram os incentivos denominados de “*place-based*”, nomeadamente a instituição de zonas empresariais.

O principal objetivo identificado na literatura foi o de demonstrar **o impacto dos incentivos “*place-based*” no emprego e crescimento económico dos territórios alvo.**

A metodologia de análise econométrica, foi a opção generalizada dos autores, bem como o território alvo, a centrar as atenções nos EUA.

Sridhar (1996) realizou uma análise custo-benefício, concluindo que os benefícios sobre o emprego são maiores que os custos dos incentivos, demonstrando que o desenvolvimento económico

provocado não é um jogo de soma zero. Bondonio e Engberg (2000) conceberam um modelo de taxa de crescimento aleatório, seguida de uma ampla variedade de análises de sensibilidade. O estudo não demonstrou um impacto significativo no emprego local. Bollinger e Ihlanfeldt (2003) a partir de dados em painel, concluíram que os incentivos, aumentam o emprego, porém outros fatores como a criminalidade, condicionam o seu efeito.

Bondonio e Greenbaum (2007) compararam um território que instituiu uma ZE com os de um grupo de controlo de locais semelhantes, mas que não receberam uma ZE. Concluíram que o impacto é nulo no crescimento económico local, os aumentos induzidos são compensados por perdas entre as empresas que fecham ou deixam a ZE. Hanson e Rohlin (2011) conceberam uma metodologia de diferenciação, para construir um cenário contrafactual do que teria acontecido na ausência do programa. O estudo conclui por um efeito positivo na atração de novos estabelecimentos, porém, ignora o efeito da simples transferência do estabelecimento da cidade circundante para a ZE.

O estudo de Beck (2001) indica que ocorreu crescimento do número de empresas e de postos de trabalho, porém os dados recolhidos, a partir de inquéritos, sugerem a percepção de que a atenção aos serviços e à qualidade de vida, superam a eficácia da oferta de incentivos.

Dewar (2013) realizou entrevistas, numa abordagem qualitativa-explicativa, demonstrando que os incentivos não alteraram o comportamento dos empregadores e tiveram pouco impacto para os residentes das áreas desfavorecidas.

Tendo como alvo outros territórios e com base em análise econométrica, abordagem “*difference-in-differences*”, Givord, Quantin, e Trevien (2018) aplicaram o estudo a França tendo concluído por um forte impacto positivo na atividade económica a curto prazo, porém, a longo prazo, não consegue impulsionar um desenvolvimento económico autossustentado, por sua vez, Baghdasaryan e Sarikyan (2024) a partir de dados em painel, para a Arménia, consideram ter existido um efeito negativo inicial das isenções fiscais no rendimento declarado pelas empresas, presumivelmente devido à omissão de rendimentos, uma vez que se verificou um efeito positivo sobre o emprego.

Liu, Tai e Yang (2019) demonstraram que o efeito dos incentivos na atração de novas empresas, na China, é relativamente maior em zonas com uma base industrial forte ou ambiente de mercado favorável, a deslocação para os municípios próximos da fronteira da política é reduzida. Ku, Schönberg e Schreiner (2020) recolheram evidências que indicam que os incentivos fiscais sobre os salários, baseados na localização, podem ser eficazes para estimular o emprego nas regiões remotas da Noruega. Cizkowicz et al. (2021) concluíram que na Polónia os incentivos não apresentam um efeito relevante no sucesso das zonas económicas, os investidores valorizam mais a previsibilidade dos incentivos do que a sua generosidade. Amankwaah, Mensah e Baidoo (2022) demonstraram para o Gana que existe um efeito positivo dos incentivos na criação de emprego e no desenvolvimento rural a longo prazo.

Outro grupo de estudos pretendeu avaliar o **impacto dos incentivos na atração e manutenção do investimento direto estrangeiro**. Potter e Moore (2000) adotaram a metodologia de análise estatística a inquéritos realizados por entrevista, concluindo que no Reino Unido a instituição de zonas empresariais foi um importante motor de regeneração económica local em áreas mais vulneráveis. Amankwaah, Mensah e Baidoo (2022) concluíram para o Gana que não existe uma correlação entre os incentivos fiscais à localização e a distribuição regional do investimento direto estrangeiro.

O efeito dos incentivos na redução das desigualdades regionais e sobre impactos sociais e ambientais específicos, foi também um desiderato dos investigadores.

Para a Índia, Sridhar (2006) estabelecendo correlações e regressões estatísticas, concluiu que o principal fator que afeta o potencial de crescimento da ZE são as alterações demográficas e, que os incentivos apresentam o efeito de acentuar as disparidades regionais, por sua vez, o estudo de Chaurey (2017) apresenta um aumento do emprego e empresas, sem evidências de deslocalização, contribuindo para a correção das disparidades económicas regionais.

Shenoy (2018) utilizou uma abordagem “*difference-in-differences*” aplicada a dados em painel, concluindo que o programa de incentivos foi eficaz na redução da desigualdade regional, é menos claro se o programa trouxe benefícios líquidos para o país (Índia), por sua vez, Garg e Shenoy (2021) adotaram a abordagem “*regression discontinuity, difference-in-discontinuities*” concluindo que apesar da expansão maciça da atividade económica, não recolheram evidências de repercussões através da fronteira da política de incentivos.

Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

Metodologias quantitativas tendem a apresentar impactos positivos, porém quando aplicadas metodologias econométricas avançadas demonstram resultados mais críticos, uma vez que mitigam o risco de endogeneidade, isolando dos restantes fatores, o impacto do incentivo sobre o território. Metodologias qualitativas demonstram a percepção de que outros fatores são tão ou mais relevantes que os incentivos.

Entre as principais limitações dos estudos está o facto de estes analisarem apenas incentivos a ZE's, pelo que os resultados não são diretamente transferíveis para outros incentivos locais ou nacionais. De destacar ainda problemas de endogeneidade quer por omissão de variáveis não observadas, quer espaciais, possível transferência de empresas de áreas próximas para a ZE, o que significa que o impacto observado pode não ser criação líquida de atividade.

Apresentamos no quadro 2 a súmula dos principais contributos.

Quadro 2 - Resumo das abordagens metodológica dos estudos, na tipologia “place-based”

Autor	Território	Abordagem metodológica	Principais resultados do impacto dos incentivos	Principais limitações dos estudos
Sridhar (1996)	EUA	análise custo-benefício; modelos econométricos	benefícios sobre o emprego são maiores que os custos dos incentivos	âmbito territorial restrito limita a generalização dos resultados para outros estados ou países
Bondonio e Engberg (2000)	EUA	modelos econométricos	não apresentam um impacto significativo no emprego local	risco de endogeneidade: seleção não aleatória; omissão de variáveis e <i>spillovers</i> internos, o emprego pode deslocar-se de áreas próximas, sem criação líquida
Beck (2001)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	ocorreu crescimento do número de empresas e de postos de trabalho	indicadores avaliados limitados: crescimento de empresas e empregos; risco de endogeneidade: zonas com maior potencial podem crescer mais independentemente dos incentivos
Bollinger e Ihlanfeldt (2003)	EUA	modelos econométricos	aumentam o emprego	risco de endogeneidade: as políticas de incentivos podem ter sido aplicadas em áreas onde já se esperava crescimento futuro
Bondonio e Greenbaum (2007)	EUA	modelos econométricos	impacto é nulo no crescimento económico local	indicadores avaliados limitados: indicadores económicos, não mostram, por si só, efeitos sociais locais, como redução da pobreza ou benefício direto para residentes
Hanson e Rohlín (2011)	EUA	modelos econométricos	efeito positivo na atração de novos estabelecimentos	dependência de variáveis instrumentais aumenta riscos de endogeneidade; as empresas podem ter-se deslocado de outras áreas da mesma cidade, não representando crescimento líquido
Dewar (2013)	EUA	entrevistas	os incentivos, por si só, não são suficientes para gerar emprego local	possível viés nas respostas dos empregadores, as conclusões dependem de declarações dos próprios empregadores
Potter e Moore (2000)	Reino Unido	inquéritos e entrevista	importante motor de regeneração económica local em áreas mais vulneráveis	viés de resposta: a análise depende de respostas de empresas; o estudo não usa um contrafactual robusto fora das zonas; as empresas podem deslocar-se de áreas próximas, sem criação líquida
Givord, Quantin, e Trevien (2018)	França	“ <i>difference-in-differences</i> ”	não consegue impulsionar um desenvolvimento económico auto-sustentado	risco de endogeneidade por omissão: fatores não observados; possível deslocação de empresas de áreas próximas, pode não existir criação líquida
Ku, Schönborg e Schreiner (2020)	Noruega	modelos econométricos	eficazes para estimular o emprego nas regiões remotas	contexto institucional: sistema laboral norueguês, pelo que os resultados podem não ser transferíveis para outros países
Cizkowicz et al. (2021)	Polónia	modelos econométricos	fraca relevância dos incentivos para o sucesso da zona económica	risco de endogeneidade: curta dimensão temporal, limitações na medição das variáveis e problemas de dependência espacial
Sridhar (2006)	Índia	modelos econométricos	acentua as disparidades regionais	contexto territorial com fortes assimetrias regionais, limita a generalização para outros países; risco de endogeneidade: o estatuto ZE pode ser simultaneamente causa e consequência das condições económicas locais
Chaurey (2017)	Índia	modelos econométricos	correção das disparidades económicas regionais	o estudo não permite saber se os ganhos se mantêm após o fim dos incentivos
Shenoy (2018)	Índia	“ <i>difference-in-differences</i> ; “ <i>difference-in-discontinuities</i> ”	eficaz na redução da desigualdade regional	a estratégia de descontinuidade espacial estima sobretudo impactos junto à fronteira da política, os resultados mostram desenvolvimento local, mas não provam ganhos líquidos para a Índia como um todo
Garg e Shenoy (2021)	Índia	“ <i>regression discontinuity</i> , “ <i>difference-in-discontinuities</i> ”	não recolheram evidências de repercussões através da fronteira da política de incentivo	o estudo não permite saber se os ganhos se mantêm após o fim dos incentivos
Liu, Tai e Yang (2019)	China	modelos econométricos	contribui para a atração de novas empresas	a estratégia de descontinuidade espacial estima sobretudo impactos próximos da fronteira da política
Baghdasaryan e Sarikyan (2024)	Arménia	“ <i>difference-in-differences</i> ”	efeito positivo sobre o emprego	contexto territorial: os resultados dependem do sistema fiscal e podem não ser transferíveis para outros países, fatores políticos-institucionais não totalmente observados
Amankwaah, Mensah e Baidoo (2022)	Gana	modelos econométricos	efeito positivo na criação de emprego e no desenvolvimento rural	contexto territorial marcado por conflitos militares; grupos de tratamento e de controlo pouco equivalentes; risco de possível subdeclaração de rendimentos pelas empresas
				risco de variáveis omitidas: infraestruturas, estabilidade política, capital humano e acesso a mercados podem influir mais do que os incentivos na localização do IDE

3.2.2 Incentivos fiscais de aplicação geral

Os incentivos de natureza meramente fiscal foram amplamente estudados pela comunidade científica na tentativa de avaliar a sua eficácia no desenvolvimento.

Um dos principais objetivos de investigação recaiu sobre a análise do **impacto dos incentivos no emprego, nas empresas e no crescimento económico**.

Analisando o território dos EUA, Luger e Bae (2005) efetuaram simulações baseadas em “*user cost of factors approach*” utilizando dois conceitos económicos: o custo para o utilizador e o nível desejado de um fator, concluindo que apesar de o emprego crescer, os incentivos não influenciam significativamente as decisões das empresas em matéria de investimento e emprego.

Baseados em modelos econométricos, Reese e Sands (2006) pretenderam testar se os padrões de utilização das reduções fiscais são equitativos. As correlações estatísticas, demonstraram que o incentivo fiscal apresenta um impacto reduzido na decisão de localização das empresas, e representa um custo elevado de perda de receitas fiscais, por sua vez, Prillaman e Meier (2014) a partir de dados em painel, concluíram que, reduções dos impostos estatais sobre as empresas têm pouco ou nenhum impacto positivo no produto estatal bruto, na criação de emprego, nos estabelecimentos comerciais, no rendimento pessoal e nas taxas de pobreza.

Tendo como território alvo o Brasil, Da Silva et al. (2020) sugerem que as políticas não estão a contribuir para o aumento do emprego e rendimento e não existem evidências de um benefício equitativo para todos os agentes, por sua vez, Costa et al. (2024) concluíram, que a redução da tributação, apresenta impacto positivo relevante no aumento do emprego, porém esse impacto é variável numa análise setorial.

Amendola et al. (2023) estabeleceu correlações estatísticas sobre dados em painel, demonstrando que os incentivos apresentam um efeito positivo no crescimento e na maioria dos indicadores de desempenho das empresas, pese embora, existam diferenças significativas a nível regional e nacional na República Dominicana, por sua vez, Chung e Yoon (2023) concluíram que o incentivo à regeneração urbana, na Coreia do Sul, contribuiu positivamente para o PIB regional.

Zhao et al. (2024) recorreram a regressões estatísticas, concluindo, para a China, que os incentivos aumentaram significativamente a produtividade das empresas, porém não contribuíram para a melhoria da eficiência regional na afetação dos recursos.

A literatura demonstrou igualmente interesse na **análise do impacto dos incentivos sobre a dinâmica setorial e territorial**.

Considerando os territórios dos EUA, Joshi et al. (2000) avaliaram o impacto da redução nos impostos sobre a propriedade, na educação pública, a partir das perspetivas das principais lideranças locais. Efetuaram a triangulação entre inquéritos por correio, entrevistas e dados secundários. Os resultados demonstram que reduções de impostos, afetam negativamente o financiamento da educação pública local, por sua vez, DiTommaso e Greenbaum (2021) aplicaram regressões estatísticas para demonstrar que os impactos dos incentivos apontam para um pequeno grau de mudança na diversidade das bases económicas ao longo do tempo, sendo raros os movimentos líquidos substanciais.

Optando por uma abordagem “*difference-in-differences*”, Tao, Gong e Zhu (2023) concluíram, para a China, que os incentivos fiscais influenciam significativamente a carga tributária dos condados adjacentes à fronteira da política, não apresentando impactos significativos nos condados distantes.

Metodologias quantitativas mostram impactos positivos de curto prazo, porém, ao serem complementadas por análises de custos, revelam fragilidades estruturais. Metodologias qualitativas tendem a evidenciar perceções de impactos sociais e redistributivos negativos. Abordagens híbridas e de modelação dinâmica sublinham que os incentivos só são eficazes quando bem direcionados e acompanhados por boa governação e políticas de coesão.

Entre as principais limitações dos estudos destacam-se os riscos de endogeneidade por não permitir concluir da causalidade entre incentivos e crescimento económico, a generalidade dos estudos não inclui informação suficiente para isolar outros fatores que podem explicar esse crescimento, pelo que os resultados devem ser lidos como associação robusta. De realçar ainda o contexto territorial que dificulta a generalização das análises.

Apresentamos no quadro 3 a súmula dos principais contributos.

Quadro 3 - Resumo das abordagens metodológica dos estudos, na tipologia de incentivos fiscais de aplicação geral.

Autor	Território	Abordagem metodológica	Principais resultados do impacto dos incentivos	Principais limitações dos estudos
Joshi et al. (2000)	EUA	inquéritos e entrevistas	reduções de impostos, afetam negativamente o financiamento da educação pública local	possível viés dos entrevistados; não é aplicado modelo econométrico para isolar o efeito dos incentivos
Luger e Bae (2005)	EUA	simulação: “ <i>user cost of factors approach</i> ”	não influenciam significativamente as decisões das empresas em matéria de investimento e emprego	ausência de contrafactual empírico: o efeito induzido não é comparado com um grupo de controlo, não se garante que as diferenças estimadas resultem exclusivamente dos incentivos
Reese e Sands (2006)	EUA	modelos econométricos	impacto reduzido na decisão de localização das empresas e representa um custo elevado de perda de receitas fiscais	falta de variáveis de controlo para isolar outros fatores que podem explicar a saúde económica local; os municípios podem conceder mais incentivos, em vez de crescerem por causa deles
Prillaman e Meier (2014)	EUA	modelos econométricos	pouco ou nenhum impacto positivo no produto estatal bruto, na criação de emprego, nos estabelecimentos comerciais, no rendimento pessoal e nas taxas de pobreza	analisa carga fiscal, não programas concretos de incentivo territorial
DiTommaso e Greenbaum (2021)	EUA	modelos econométricos	pequeno grau de mudança na diversidade das bases económicas ao longo do tempo, sendo raros os movimentos líquidos substanciais	risco de endogeneidade: o estudo explora as associações entre incentivos e diversificação económica, mas não permite afirmar causalmente que os incentivos produziram diversificação
Da Silva et al. (2020)	Brasil	modelos econométricos	não estão a contribuir para o aumento do emprego e rendimento e não existem evidências de um benefício equitativo para todos os agentes	analisa os municípios limítrofes entre Estados limitando a generalização para todos os municípios
Costa et al. (2024)	Brasil	modelos econométricos	impacto positivo relevante no aumento do emprego, porém esse impacto é variável numa análise setorial	risco de endogeneidade: seleção não aleatória de empresas, as empresas tratadas podem já ter maior capacidade de crescimento
Amendola et al. (2023)	República Dominicana	modelos econométricos	efeito positivo no crescimento e na maioria dos indicadores de desempenho das empresas, diferenças significativas a nível regional e nacional	risco de endogeneidade: as empresas que recebem incentivos fiscais podem já ter melhores condições de crescimento; resultados territoriais heterogêneos limita uma conclusão para o país
Tao, Gong e Zhu (2023)	China	“ <i>difference-in-differences</i> ”	influenciam significativamente a carga tributária dos condados adjacentes à fronteira da política, não apresentando impactos significativo nos condados distantes	o programa analisado incluiu outros incentivos além do imposto sobre rendimento das empresas, não conseguindo isolar totalmente o efeito fiscal
Zhao et al. (2024)	China	modelos econométricos	aumentaram significativamente a produtividade das empresas, não contribuíram para a melhoria da eficiência regional na afetação dos recursos	os incentivos podem impedir a saída de empresas pouco eficientes e favorecer empresas estatais ou monopolistas
Chung e Yoon (2023)	Coreia do Sul	modelos econométricos	contribuiu positivamente para o PIB regional	risco de endogeneidade: os incentivos podem ter sido atribuídos a áreas já com maior potencial de regeneração ou maior dinamismo económico

3.2.3 Combinação de incentivos fiscais e não fiscais

Outras estratégias combinam incentivos fiscais, e não fiscais. A pertinência da assertividade na tomada de decisão da atribuição dos incentivos é unanime nos diversos estudos analisados, destacando-se neste âmbito, Hefner, Crotts e Flowers (2001) que propuseram um modelo de análise custo-benefício, bem como Brady, Jones e Watson (2018) que sugerem uma análise de custo de oportunidade, prévia à decisão sobre a concessão de incentivos.

Atendendo aos objetivos de investigação, verificamos que a literatura pretendeu **analisar a utilização de incentivos pelos governos dos EUA**.

Lynch, Fishgold e Blackwood (1996) concluíram que os benefícios que advêm da utilização de agências de desenvolvimento na gestão dos incentivos, são limitados, considerando que os custos de receitas fiscais perdidas são substanciais, face à ineficácia dos incentivos específicos a empresas na promoção do desenvolvimento económico. Wohlgemuth e Kilkenny (1998) desenvolveram um modelo de equações, demonstrando a importância de os governos considerarem os custos da ameaça de as empresas procederem à deslocalização das suas atividades após receberem o incentivo.

A partir de inquéritos sobre as práticas de desenvolvimento económico dos governos locais, Zheng e Warner (2010) efetuaram a modelação de regressão dos fatores para explicar as diferenças na utilização de incentivos empresariais, concluindo que o crescimento económico está negativamente associado ao nível de utilização de incentivos empresariais. Por sua vez, o estudo de Warner e Zheng (2013) recorreu à análise fatorial, com aplicação do método de Bartlett, para criar pontuações de fatores imparciais para uso como variáveis dependentes na regressão subsequente. O estudo concluiu que os governos que se baseiam nos incentivos às empresas enfrentam mais concorrência e menos receitas, do que os governos que utilizam mais incentivos centrados no

trabalho e no alargamento do investimento no desenvolvimento comunitário a áreas que visam a melhoria da qualidade de vida.

Deslatte e Stokan (2020) efetuaram correlações a dados recolhidos por inquéritos, para concluir que os governos locais que optam por estratégias de desenvolvimento com dependência de incentivos prejudicam objetivos mais amplos de sustentabilidade, por sua vez, Kang (2022) estabeleceu regressões logísticas para concluir que os municípios que cooperam têm mais probabilidades de reduzir as ameaças dos promotores privados na tentativa de pressionar os governos locais a competir pelos seus projetos, por fim, Larnell (2018) demonstrou que as redes de governança, apresentam uma influência limitada na definição das políticas de incentivos, porém essa influência pode tornar-se relevante em contexto de crise.

Spelman (2006) realizou regressões para estimar a fronteira eficiente entre crescimento e estabilidade, demonstrando que as economias locais se comportam de forma semelhante às carteiras de investimento, por sua vez, Reese (2014) estabeleceu correlações para identificar que incentivos estão relacionadas com a saúde económica dos governos locais, passando depois a modelos de regressão para avaliar os seus efeitos, tendo identificado como fatores mais consistentes e positivamente relacionados, as despesas em serviços públicos locais básicos e a não utilização de quaisquer incentivos.

De Barbieri (2019) numa abordagem jurídico-normativa, analisou o processo de atribuição de incentivos, considerando que as empresas recebem incentivos com base no montante mais baixo necessário para criar ou manter um posto de trabalho, devendo proceder ao seu reembolso em caso de incumprimento.

Outro grupo de autores pretendeu **avaliar a eficácia orçamental e redistributiva da concessão de incentivos pelos governos**.

Greenbaum, Russell e Petras (2010) realizaram análise econométrica, concluindo, que no Estado de Ohio nos EUA, as zonas rurais recebem uma parte desproporcionada de incentivos, apesar de as zonas urbanas apresentarem, em média, maiores níveis de pobreza e desemprego e por setores a indústria transformadora recebe incentivos, acompanhando o peso do setor.

Analisando a Sérvia, Aničić, Jelić e Đurović (2016) concluíram que um maior grau de eficiência dos incentivos é alcançado se as medidas de política orçamental estiverem em correlação com as políticas económicas e estruturais.

Os **impactos setoriais e específicos de políticas de incentivos**, foi outro dos objetivos identificados.

Tendo como território de análise os EUA, Jensen (2017) aplicou a técnica estatística de *"propensity score matching"* a dados recolhidos por inquéritos, para concluir que os programas de incentivos não têm impacto discernível na expansão das empresas e na sua decisão de realocização.

Aplicando modelos econométricos, Drucker, Kim e Weber (2019), demonstraram poucas associações substanciais entre incentivos e alterações globais no emprego, e uma relação ligeiramente mais forte com o crescimento das empresas existentes, por sua vez, Ivonchyk (2022) demonstrou que nenhum incentivo está significativamente correlacionado com a criação de emprego ou com os salários, apenas a emissão de *"industrial development bonds"* está significativamente correlacionado com o número de empresas.

Fora dos EUA, Garsous et al. (2017) aplicaram uma abordagem de *"difference-in-differences"*, concluindo que o emprego municipal no sector do turismo no Brasil, foi mais elevado do que na ausência da intervenção, não existem evidências de efeitos de deslocação de municípios vizinhos onde a política de incentivos não foi aplicada.

Laajimi (2024) realizou análise multifatorial a dados obtidos por inquéritos a empresas manufatureiras, na Tunísia, os resultados confirmam o papel significativo dos incentivos nas decisões de localização de empresas industriais.

Metodologias quantitativas tendem a apresentar resultados mais otimistas, porém condicionados por fatores estruturais e de coesão. Metodologias qualitativas revelam perceções associadas ao uso de incentivos sem que estes sejam garantia de desenvolvimento.

O risco de endogeneidade é a principal limitação identificada, os territórios ou empresas que recebem incentivos não são escolhidos aleatoriamente, em regra revelam maior fragilidade económica. Mesmo nos estudos que adotaram abordagens mitigando esse risco subsistem variáveis omitidas, causalidade inversa e políticas simultâneas não observadas, não conseguindo isolar totalmente o efeito dos incentivos sobre o desenvolvimento. Destaca-se a reduzida possibilidade de

Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

generalização, atendendo ao âmbito territorial restrito dos estudos, bem como, o risco de viés de resposta e percepção nos estudos que recolheram dados provenientes de inquéritos.

Apresentamos no quadro 4 a súmula dos principais contributos.

Quadro 4 - Resumo das abordagens metodológica dos estudos, na tipologia de combinação de incentivos fiscais e não fiscais.

Autor	Território	Abordagem metodológica	Principais resultados do impacto dos incentivos	Principais limitações dos estudos
Lynch, Fishgold e Blackwood (1996)	EUA	análise de custos	os custos de receitas fiscais perdidas são substanciais, face à ineficácia dos incentivos a empresas	modelo essencialmente associativo; depende das respostas dos responsáveis municipais, com possível viés de resposta
Wohlgemuth e Kilkenny (1998)	EUA	modelo de equações	os governos devem considerar os custos da ameaça de as empresas procederem à deslocalização das suas atividades após receberem o incentivo	informação assimétrica entre empresa e governo; ameaças de realocização potencialmente falsas; decisão do governo influenciada pela própria ameaça da empresa
Spelman (2006)	EUA	investment portfolio theory	a política de incentivos deve considerar se a empresa atraída torna a economia local mais diversificada e menos vulnerável	assume que economias locais se comportam como carteiras de investimento o que simplifica a complexidade territorial
Greenbaum, Russell e Petras (2010)	EUA	modelos econométricos	não parecem cumprir de forma consistente uma lógica de apoio aos territórios em maior fragilidade económica	risco de endogeneidade: incentivos concedidos antes podem ter melhorado as condições económicas observadas depois
Zheng e Warner (2010)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	o crescimento económico está negativamente associado ao nível de utilização de incentivos empresariais	risco de endogeneidade: possível causalidade circular entre maior uso de incentivos e piores condições económicas
Warner e Zheng (2013)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	os governos que se baseiam nos incentivos às empresas enfrentam mais concorrência e menos receitas	risco de endogeneidade: menor receita fiscal pode levar a mais incentivos, mas os incentivos também podem reduzir a receita
Reese (2014)	EUA	modelos econométricos	os fatores mais consistentes e positivamente relacionados, com a saúde económica dos governos locais, são as despesas em serviços públicos locais básicos e a não utilização de quaisquer incentivos	risco de endogeneidade: não existe um evento adequado para funcionar como variável instrumental, entre saúde económica local e aplicação das políticas de incentivos; contexto territorial limita generalizações
Jensen (2017)	EUA	inquéritos “propensity score matching”	os incentivos não têm impacto discernível na expansão das empresas e na sua decisão de realocização	risco de endogeneidade: empresas que já planeavam expandir-se podem ter maior probabilidade de pedir incentivos, enviesando a inferência causal
Larnell (2018)	EUA	modelos econométricos	as redes de governança não desempenham um papel importante na atribuição de incentivos	a classificação das redes depende de análise de <i>clusters</i> , podendo variar com outros critérios de agrupamento
De Barbieri (2019)	EUA	descritiva: jurídico-normativo	as empresas devem receber incentivos com base no montante mais baixo de subsídio necessário para criar ou manter um posto de trabalho	amostra não sistemática: são usados casos relevantes; assimetria de informação
Drucker, Kim e Weber (2019)	EUA	modelos econométricos	são poucas as associações substanciais entre incentivos e alterações globais no emprego; relação ligeiramente mais forte com o crescimento das empresas existentes	não se sabe quando o impacto do incentivo começou, terminou ou mudou de intensidade, limitando inferências causais
Deslatte e Stokan (2020)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	os governos locais que optam por estratégias de desenvolvimento baseadas em incentivos, apresentam efeito negativo sobre os objetivos de sustentabilidade	ausência de dados longitudinais robustos para captar melhor a mudança e o desempenho estratégico
Ivonych (2022)	EUA	modelos econométricos	apenas os <i>industrial development bonds</i> aparecem associados positivamente ao número de empresas os municípios que cooperam têm mais	âmbito geográfico restrito; os resultados variam entre condados rurais e urbanos o que limita conclusões gerais
Kang (2022)	EUA	inquéritos; modelos econométricos	probabilidades de reduzir as ameaças dos promotores privados	risco de viés de resposta: dados obtidos por inquérito; usa variáveis dicotómicas o que reduz a complexidade real dos municípios
Aničić, Jelić e Đurović (2016)	Sérvia	descritiva	um maior grau de eficiência dos incentivos é alcançado se as medidas de política orçamental estiverem em correlação com as políticas económicas e estruturais	problema conceitual: municípios mais frágeis podem recorrer mais a incentivos, enquanto municípios mais fortes podem atrair investimento por fatores não fiscais, tornando mais complexo estabelecer a causalidade
Garsous et al. (2017)	Brasil	“difference-in-differences”	o emprego foi mais elevado do que na ausência da intervenção, não existem evidências de efeitos de deslocação de municípios vizinhos onde a política de incentivos não foi aplicada	contexto territorial e setorial: possibilidade de generalização limitada; dificuldade em isolar totalmente o efeito fiscal: o programa não ocorreu isoladamente, outros setores já recebiam apoios fiscais
Laajimi (2024)	Tunísia	inquéritos; análise multifatorial	os incentivos desempenham um papel significativo nas decisões de localização de empresas industriais	risco de endogeneidade por seleção territorial não aleatória e omissão de variáveis; o estudo mostra associação relevante, não prova causalidade

4. RESULTADOS

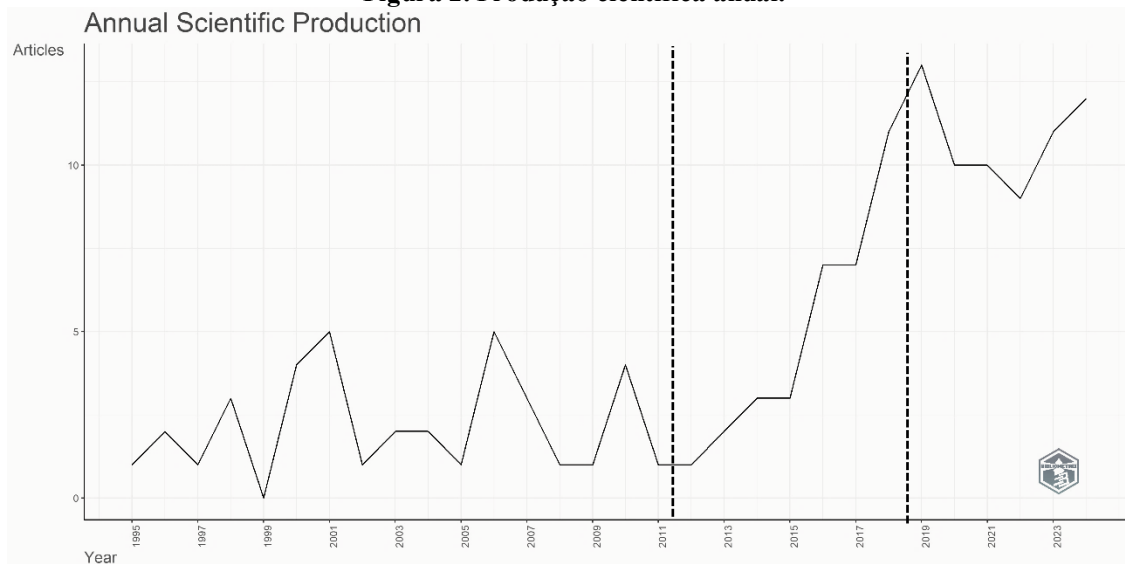
A análise foi realizada em três dimensões, “fonte”, “autor” e “documento”. Considerou-se como métrica para “fonte” e autor” os mais relevantes e mais produtivos e para “documento” os mais citados. As técnicas bibliométricas utilizadas foram a co-citação e a técnica bibliométrica co-palavra, deu-se primazia às palavras-chave de autor. Os resultados de co-ocorrência são representados em forma de cluster por acoplamento. A estrutura conceitual da amostra será apresentada com recurso a um diagrama estratégico.

4.1. Produção científica anual

A amostra inclui 136 documentos, verificando-se uma taxa anual de crescimento das publicações de 8,95%.

A Figura 2 apresenta a evolução da produção científica no período da amostra (1995-2024) que podemos agrupar em três períodos. O primeiro período de 1995 a 2011 em que o tema se apresenta numa fase incipiente do interesse da comunidade científica, o segundo período entre 2012 e 2019 demonstra um crescimento significativo, enquanto o terceiro período a partir de 2020 inicia com um ligeiro decréscimo (período COVID), com 2023 a retomar o crescente interesse pelo estudo do impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios.

Figura 2. Produção científica anual.

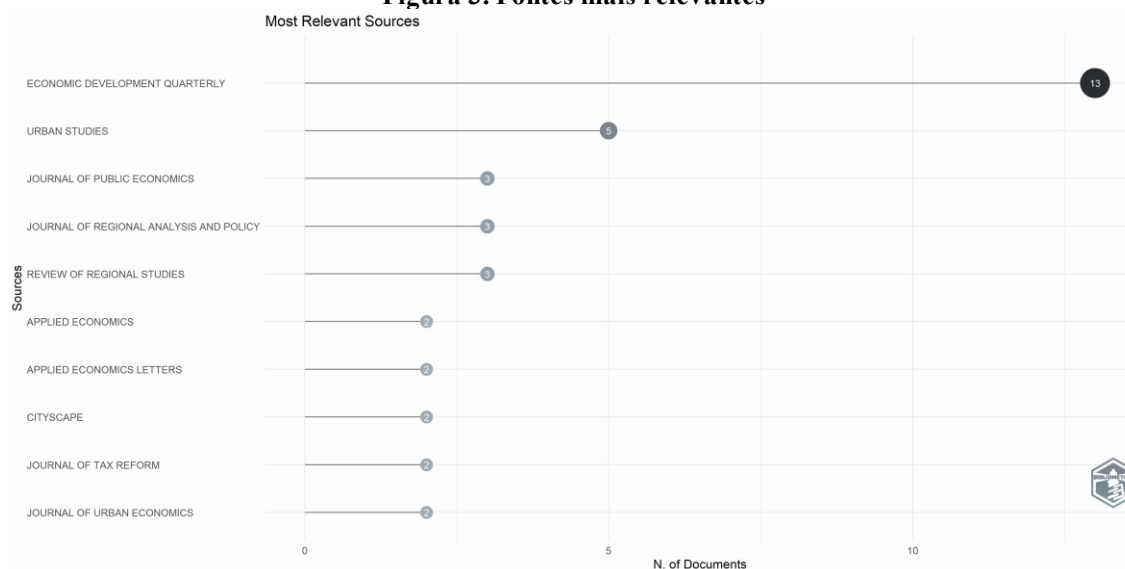


Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

4.2. Fontes

A amostra inclui 107 fontes, a Figura 3 apresenta as dez fontes mais relevantes. Evidente destaque para a revista “*Economic Development Quarterly*”, publicando cerca de 10% dos estudos que compõe a nossa base de dados.

Figura 3. Fontes mais relevantes



Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

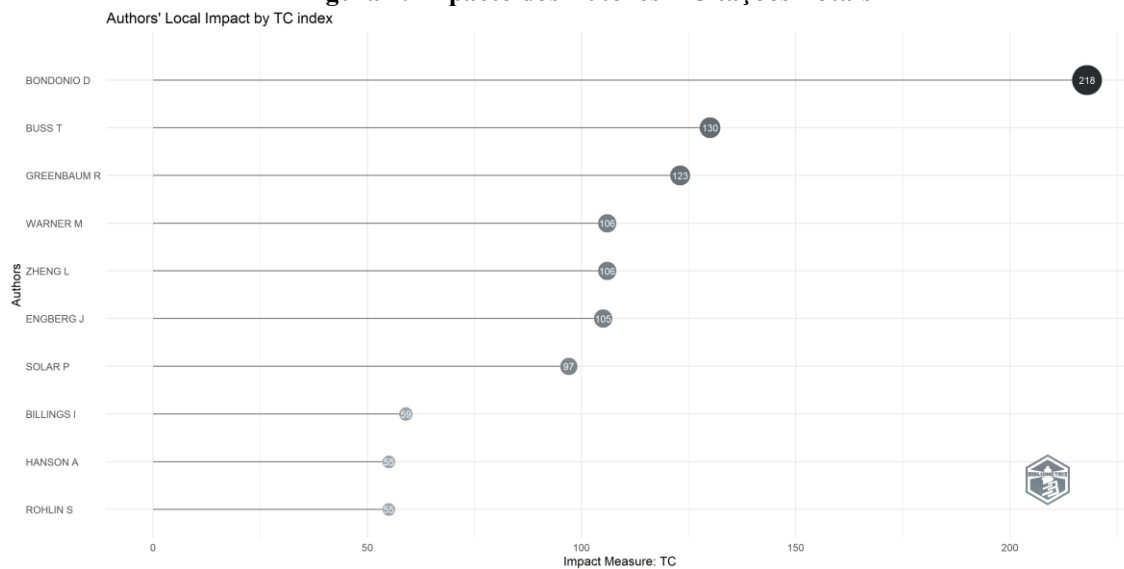
Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

4.3. Autores

A amostra inclui 280 autores, com 90% dos autores a contribuir com apenas um estudo.

A Figura 4 apresenta os dez autores mais relevantes medido pelas citações totais, com claro destaque para Bondonio D..

Figura 4. Impacto dos Autores – Citações Totais

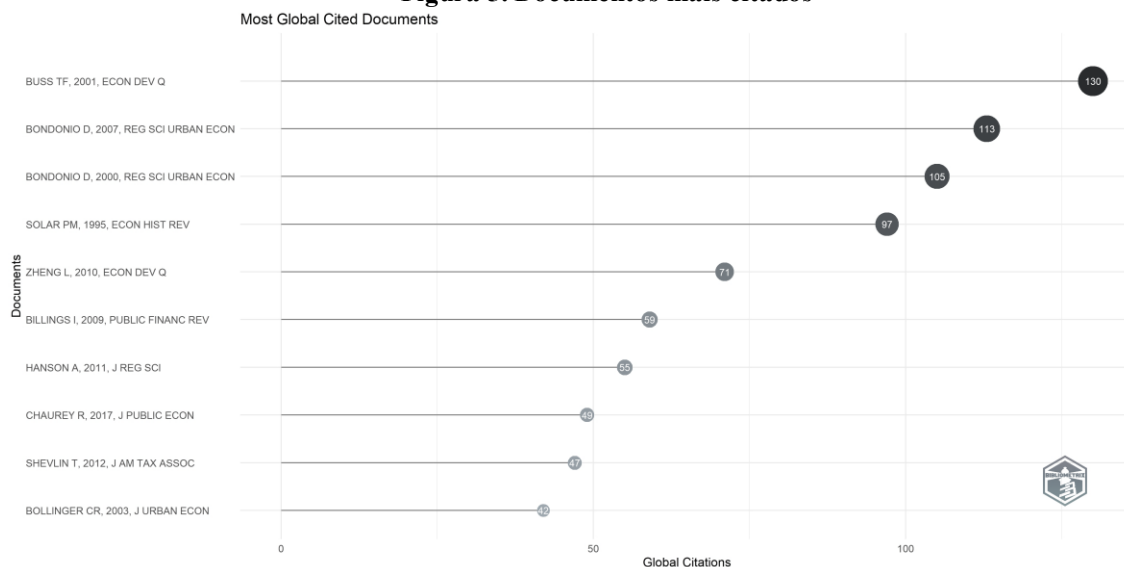


Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

4.4. Documentos

A média de citações por documento da amostra é de 11,44 citações. Na figura 5 apresentamos os dez estudos com mais citações. Destaque para, Buss (2001), estudo que foi publicado na revista “*Economic Development Quarterly*”, fonte que também se destaca em termos de impacto.

Figura 5. Documentos mais citados



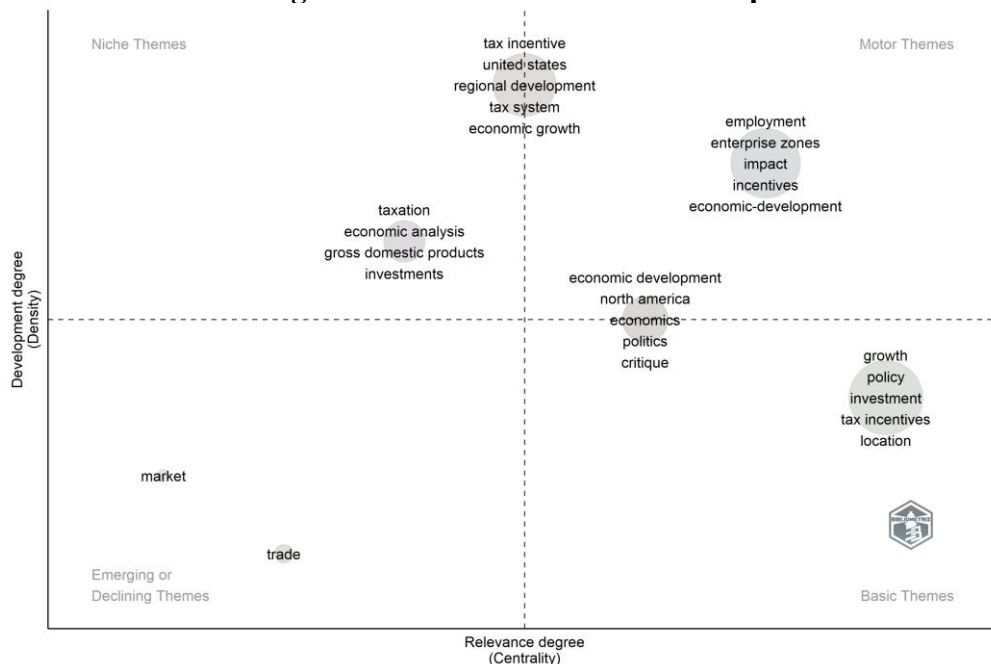
Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

4.4.1. Palavras-chave

A estrutura conceitual da amostra, baseada nas palavras-chave dos autores, é apresentada na Figura 6. O diagrama estratégico evidência como temas motores, as questões de desenvolvimento

económico relacionadas com políticas de incentivos, com impacto no emprego, destacando-se de entre os diversos instrumentos, as zonas empresariais como meio geograficamente direcionado, para mitigação dos efeitos das assimetrias regionais.

Figura 6. Estrutura concetual – Mapa temático

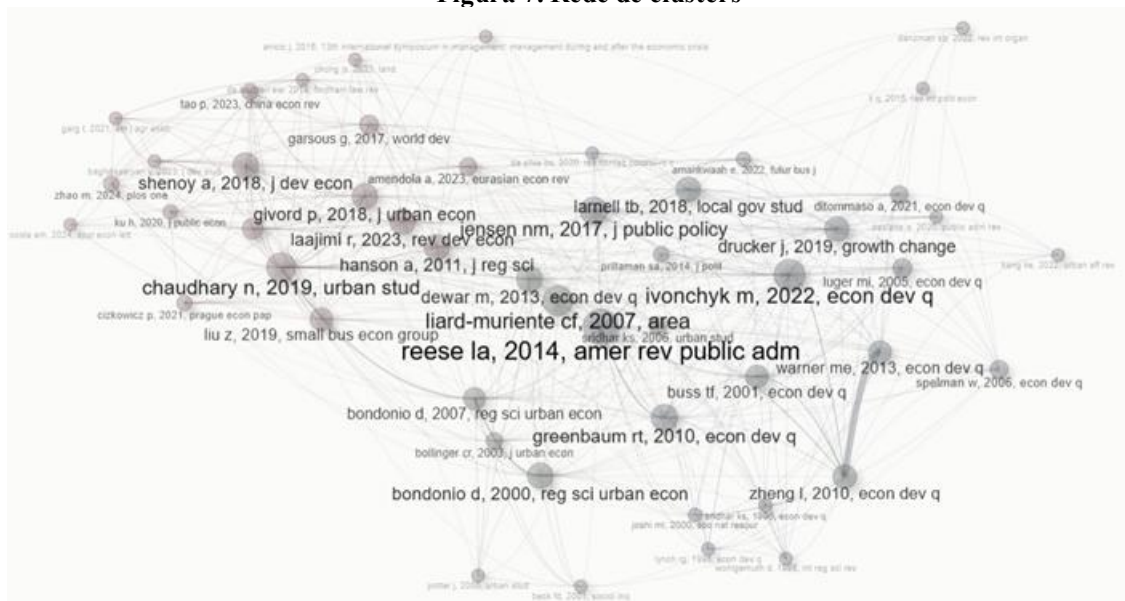


Fonte: Elaboração própria, baseada em Aria e Cuccurullo (2017)

4.5 Análise de clusters

Realizamos uma análise de clusters, tendo como unidade de análise o documento, cuja relação foi medida por referências, usando as técnicas bibliométricas de co-citação e co-palavras-chave dos autores, que podemos ver na Figura 7.

Figura 7. Rede de clusters



Fonte: Elaboração própria, baseada em (Aria e Cuccurullo, 2017)

A análise bibliométrica combinou quatro clusters, que pretendem caracterizar o conhecimento científico, sobre a forma como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios, que apresentamos a seguir.

Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

<i>cluster</i>	n.º de autores	Autor com maior força de ligação
<i>cluster 1</i>	2	Danzman e Slaski (2022); Li (2016)
<i>cluster 2</i>	8	Liard-Muriente (2007)
<i>cluster 3</i>	19	Chaudhary e Potter (2019)
<i>cluster 4</i>	21	Reese (2014)

4.5.1 Cluster 1: Os objetivos dos governos e das empresas condicionam o resultado dos incentivos

Os estudos deste *cluster* focam-se na demonstração de que os efeitos dos incentivos fiscais são condicionados por fatores externos, as empresas podem moldar ou influenciar os incentivos fiscais a seu favor e por outro lado os objetivos de desenvolvimento dos governos podem também afetar a eficácia desses incentivos (Danzman e Slaski, 2022; Li, 2016). Ambas as investigações optaram por uma metodologia de regressões estatísticas. Os autores do *cluster 1*, apresentam apenas ligações com o *cluster 4*, dada a relação temática entre ambos os *clusters*.

4.5.2 Cluster 2: O impacto dos programas de incentivos a zonas empresariais no desenvolvimento dos territórios é inconclusivo

O *cluster 2* foca-se no estudo da eficiência dos incentivos atribuídos a zonas empresariais. Os estudos revelam impactos condicionados e ou limitados, sugerindo que o sucesso do incentivo depende fortemente de circunstâncias locais e da execução da política pública. Os territórios em análise são sobretudo os EUA (Bondonio e Engberg, 2000; Beck, 2001; Bollinger e Ihlanfeldt, 2003; Bondonio e Greenbaum, 2007; Dewar, 2013), porém, outros territórios foram analisados, Potter e Moore (2000) o Reino Unido e Sridhar (2006) a Índia.

Liard-Muriente (2007) apresenta a maior força de ligação neste *cluster*, tendo realizado uma revisão da literatura para apresentar algumas das razões que tornam os resultados da produção científica nos EUA e na UE, inconclusivos. A generalidade dos autores optou pela aplicação de modelos econométricos baseados em regressões e correlações a partir de dados secundários, no caso de Bollinger e Ihlanfeldt (2003) em painel. Potter e Moore (2000) e Beck (2001) optaram pela preparação de dados primários, a partir de inquéritos recolhidos por entrevista.

Nas ligações com os restantes *clusters*, Bondonio e Engberg (2000) apresenta forte ligação ao *cluster 4* e Bondonio e Greenbaum (2007) apresenta a maior força de ligação com o *cluster 3* especificamente com Chaudhary e Potter (2019) e com Reese (2014) no *cluster 4*.

4.5.3 Cluster 3: O impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios é multidimensionalmente condicionado

Os incentivos direcionados a territórios, apresentam resultados contextualmente dependentes, com impactos que variam em função de fatores locais, demográficos e económicos. Neste *cluster* Chaudhary e Potter (2019) é o documento que apresenta maior força de ligação, nomeadamente com os *clusters 2* e *4*, os seus autores realizaram uma revisão de literatura comparando os resultados de programas de incentivos a zonas empresariais nos EUA, Reino Unido e França.

A generalidade dos autores optou por modelos econométricos baseados em regressões e correlações a partir de dados secundários, nos casos de Chaurey (2017), Amendola et al. (2023) e Baghdasaryan e Sarikyan (2024) dados em painel. Laajimi (2024) optou pela preparação de dados primários, a partir de inquéritos. Alguns autores adotaram abordagens espaciais, para evidenciar efeitos de fronteira, baseados em “*difference-in-differences*” e “*difference-in-discontinuities*” (Baghdasaryan e Sarikyan, 2024; Garg e Shenoy, 2021; Garsous et al., 2017; Givord, Quantin e Trevien, 2018; Shenoy, 2018; Tao, Gong e Zhu, 2023).

De acordo com os estudos deste cluster, o impacto dos incentivos não depende da existência do incentivo em si, mas da articulação entre o desenho da política e o contexto político-institucional, económico e territorial onde ela é aplicada. Incentivos sem contexto favorável tendem a ter efeito limitado, ao invés se aplicados em contextos economicamente e territorialmente adequados, tendem a produzir resultados mais consistentes.

Para Givord et al. (2018), De Barbieri (2019), Ciżkowicz et al. (2021) e Baghdasaryan e Sarikyan (2024) o desenho da política, é o fator chave do impacto do incentivo, por sua vez, Hanson e Rohlin (2011), Chaurey (2017), Liu et al. (2019), Ku et al. (2020), Costa et al. (2024), realçam os fatores económicos locais, por fim, Shenoy (2018), Liu et al. (2019), Chung e Yoon (2023) e Baghdasaryan e Sarikyan (2024), destacam o contexto territorial.

Apresentamos no quadro 5 a súmula das contribuições dos autores deste cluster.

Quadro 5 – Resumo das principais dimensões e fatores que condicionam o impacto dos incentivos

Autores	Desenho da política de incentivos	Dimensões e fatores que condicionam o impacto dos incentivos		
		Institucionais	Económicos	Territoriais
Hanson e Rohlin (2011)			setor de atividade, dimensão da empresa, mercado imobiliário e economias de aglomeração	
Aničić, Jelić e Đurović (2016)	apoio financeiro às empresas, investimento em infraestruturas e formação e reconversão profissional	articulação entre política fiscal e políticas económicas e estruturais	qualidade dos bens e serviços públicos, mobilidade dos fatores de produção e concorrência entre jurisdições	
Chaurey (2017)			baixa mobilidade laboral, criação de novas empresas e dimensão das empresas atraídas e equilíbrio do mercado local	
Garsous et al. (2017)		sistemas tributários ineficientes, fraca dotação de bens públicos, instabilidade política e macroeconómica e fragilidade do Estado de Direito	intensidade laboral, efeito dos incentivos sobre o investimento	
Givord, Quantin e Trevien (2018)			caraterísticas das empresas beneficiárias, setor de atividade	relação com o território: quem é beneficiário? empresas ou residentes
Shenoy (2018)	duração e condições de atribuição dimensão e generosidade do incentivo e articulação entre incentivos fiscais e investimento em infraestruturas			existência de locais industriais preparados para receber as empresas
Chaudhary e Potter (2019)		existência de apoios complementares: formação profissional e ao desenvolvimento comunitário	maior ou menor gravidade da situação económica inicial	zona urbana, suburbana ou rural
De Barbieri (2019)	definição de métricas claras de avaliação, previsão de mecanismos de recuperação dos incentivos, processo de atribuição (<i>reverse auction</i>), riscos orçamentais e transparência e escrutínio público	capacidade de os governos influenciarem a decisão de localização das empresas		
Liu, Wu e Wu (2019)			base industrial local, ambiente de mercado e existência de economias de aglomeração	proximidade ao limite territorial da política e efeitos de deslocação espacial
Ku, Schönberg e Schreiner (2020)			mercado de trabalho e políticas de emprego, dimensão das empresas e efeitos de economias de aglomeração	
Ciżkowicz et al. (2021)	previsibilidade mais valorizada do que a generosidade do incentivo		nível de industrialização local e maior disponibilidade de trabalhadores pouco qualificados	
Garg e Shenoy (2021)			concentração espacial da atividade económica	deslocação espacial
Amendola et al. (2023)	indicador usado para a avaliação do impacto da política		caraterísticas estruturais das empresas e setor de atividade	áreas urbanas ou rurais
Chung e Yoon (2023)		autonomia fiscal/orçamental local	rendimento per capita e preços da habitação	regiões metropolitanas ou não metropolitanas e envelhecimento do parque habitacional
Laajimi (2023)	relevância atribuída aos incentivos fiscais e subsídios		localização e existência de economias de aglomeração	
Tao, Gong e Zhu (2023)		autonomia fiscal/orçamental local	condições económicas iniciais das regiões e mobilidade do capital e das empresas	concorrência fiscal entre governos locais
Baghdasaryan e Sarikyan (2024)	desenho da política articulado com o sistema fiscal	isenções fiscais são incentivos ao sub-relato de receitas ao longo da cadeia de fornecimento	setor de atividade e caraterísticas iniciais das empresas	atratividade e condição socioeconómica dos territórios alvo da política
Costa et al. (2024)			características produtivas e tecnológicas do setor de atividade e intensidade laboral	
Zhao et al. (2024)		natureza estatal ou monopolista das empresas e capacidade de a política gerar inovação	capacidade de alocação de recursos, por região e setor de atividade	

4.5.4 Cluster 4: O impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios apresenta resultados limitados

Zheng e Warner (2010) e Warner e Zheng (2013) são os documentos que apresentam maior força de ligação no *cluster* 4, realizaram estudos sequenciais para analisar o uso de incentivos às empresas pelos governos locais dos EUA. Ainda com uma força de ligação significativa, apresenta-se a revisão de literatura de Buss (2001) cujas conclusões ecoam nos estudos dos diversos autores deste cluster. Reese (2014) destaca-se pela força de ligação estabelecida, nomeadamente com o *cluster* 2.

Em termos metodológicos a generalidade dos autores optou por modelos econométricos estabelecendo regressões e correlações a partir de dados secundários, nos casos de Prillaman e Meier

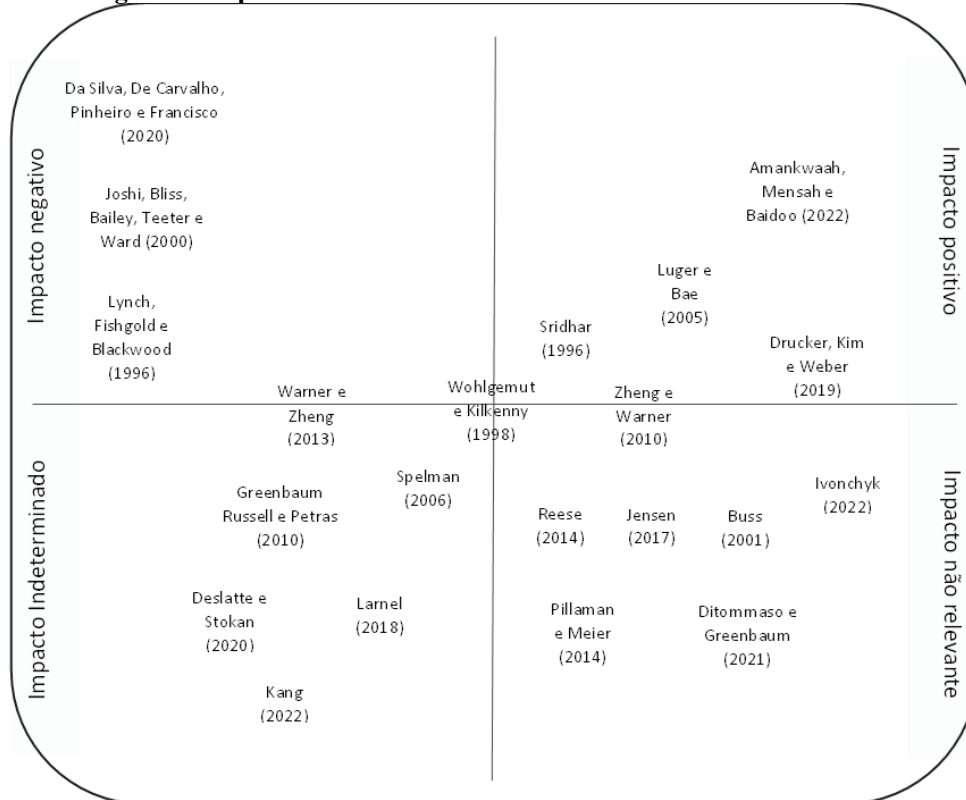
Como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios?

(2014) e Da Silva et al. (2020) dados em painel, outros, optaram por preparar dados primários, obtidos em inquéritos e entrevistas (Deslatte e Stokan, 2020; Jensen, 2017; Joshi et al., 2000; Kang, 2022; Larnell, 2018; Warner e Zheng, 2013; Zheng e Warner, 2010). Sridhar (1996) realizou uma abordagem custo dos incentivos versus benefícios sobre o emprego. Luger e Bae (2005) optou por uma avaliação ao custo dos contribuintes relativamente aos incentivos concedidos. Spelman (2006) efetuou uma abordagem atendendo à teoria da carteira de investimentos, considerando que o incentivo é eficaz se contribuir para uma economia mais diversificada e menos vulnerável.

O *cluster* 4 foi sobretudo influenciado pelos autores do *cluster* 2 que estudaram o impacto das zonas empresariais, e influenciou predominantemente as investigações do *cluster* 3, como podemos ver pelas intensas ligações com a revisão de literatura realizada por Chaudhary e Potter (2019).

A Figura 8 ilustra a conclusão dos estudos incluídos no *cluster* 4, com forte pendor para o efeito limitado dos incentivos no desenvolvimento dos territórios.

Figura 8. Impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios



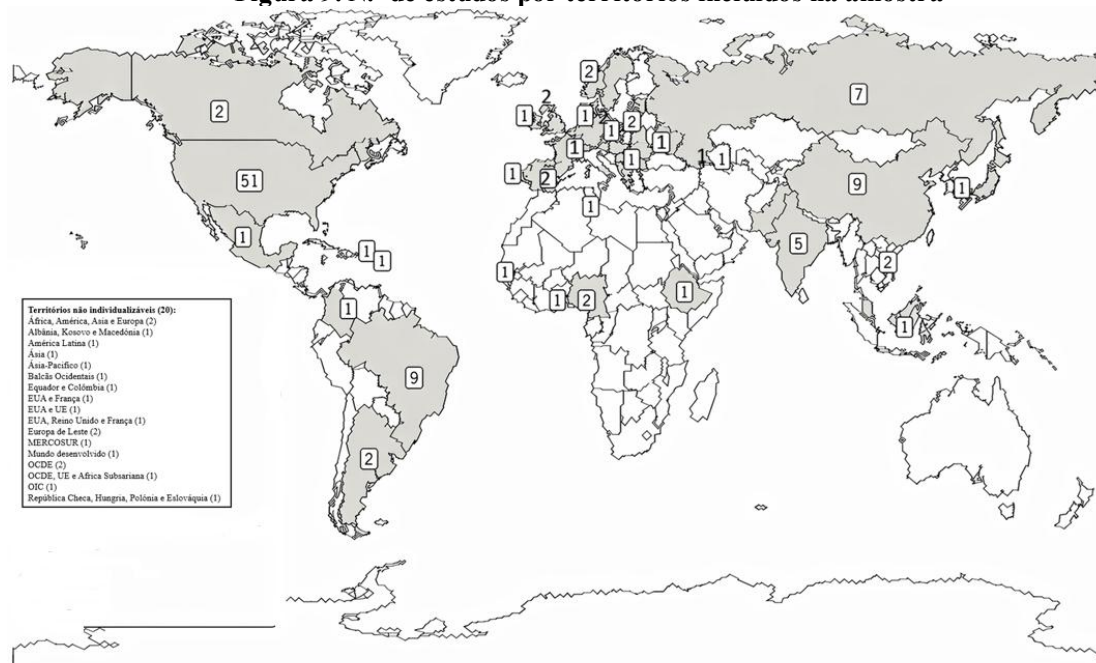
Fonte: Elaboração própria

5. DISCUSSÃO: ABORDAGEM TERRITORIAL E METODOLÓGICA

A amostra incluiu 116 estudos que procuraram investigar a forma como os incentivos promoveram o desenvolvimento em 32 territórios (individualizáveis) enquanto 20 estudos debruçaram-se sobre 17 agregados territoriais.

Como podemos observar na Figura 9, o território mais representado são os EUA (40% da amostra) de destacar ainda o Brasil (7%) e a China (7%), os restantes territórios apresentam-se com um ou dois estudos.

Figura 9. N.º de estudos por territórios incluídos na amostra



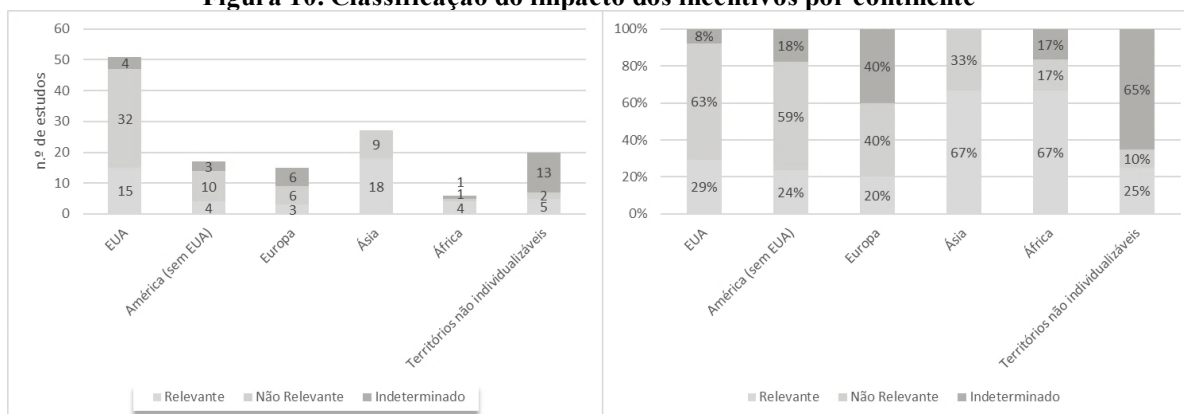
Fonte: Elaboração própria

Atendendo à análise sistemática e bibliométrica realizada, a eficácia dos incentivos reage principalmente a idiossincrasias territoriais e a opções metodológicas dos autores.

Procuramos, assim, discutir a existência de padrões entre territórios-resultados e abordagem metodológica-resultados.

Para verificarmos a possibilidade de definir um padrão na relação território-resultados, preparamos os gráficos que apresentamos na Figura 10, agrupados por 6 grandezas territoriais, representativas dos 136 estudos da amostra, evidenciando a classificação do impacto dos incentivos nos respetivos territórios.

Figura 10. Classificação do impacto dos incentivos por continente



Fonte: Elaboração própria

Para melhor visualização dos resultados reproduzimos na Figura 11 a classificação predominante em cada um dos 26 territórios analisados, excluimos (6) cujo objetivo dos estudos não era avaliar o impacto dos incentivos.

Figura 11. Classificação do impacto dos incentivos nos territórios



Fonte: Elaboração própria

No continente americano a atribuição de incentivos pelos governos apresenta genericamente um impacto não relevante sobre o desenvolvimento, observando-se um impacto positivo nos estudos únicos aplicados a regiões remotas no Canadá e insulares de Porto Rico e República Dominicana. No Brasil ou a Argentina a aplicação de modelos avançados, torna os resultados menos relevantes.

Na Europa assinalam-se resultados tendencialmente não relevantes com algum impacto positivo nas regiões mais remotas da Noruega, de realçar que os estudos do Reino Unido analisam dados com antiguidade considerável (Solar, 1995; Potter e Moore, 2000).

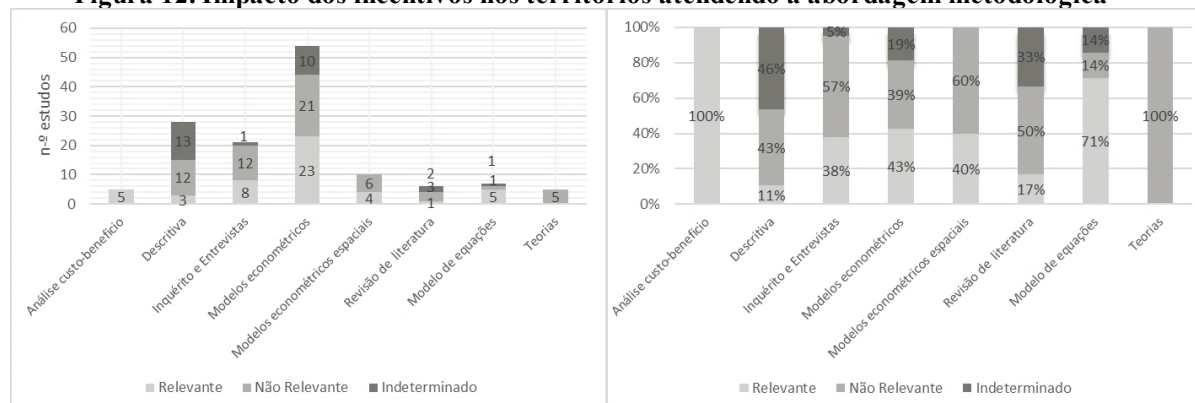
Na Ásia o impacto apesar de tendencialmente relevante apresenta resultados menos otimistas quando testado o efeito de fronteira. Alguns estudos concluem pelo jogo de soma zero no desenvolvimento como um todo do território. No continente africano os estudos demonstram tendencialmente impactos positivos dos incentivos.

Os resultados da amostra confirmam as revisões de literatura realizadas anteriormente, apresentando tendencialmente resultados de impactos não relevantes (Buss, 2001; Malgouyres e Py, 2016; Layser, 2019), ou indeterminados (Liard-Muriente, 2007; Chaudhary e Potter, 2019).

O contexto territorial de implementação da política, predominantemente territórios socioeconomicamente vulneráveis, com significativas assimetrias regionais de desenvolvimento, associado às limitações metodológicas das investigações, dificulta o estabelecimento de conclusões de causalidade do impacto dos incentivos no desenvolvimento dos territórios.

Para verificarmos a possibilidade de definir um padrão na relação abordagem metodológica-resultados, preparamos os gráficos que apresentamos na Figura 12, agrupados por 8 tipos de abordagens metodológicas, representativas dos 136 estudos da amostra, evidenciando a classificação do impacto dos incentivos.

Figura 12. Impacto dos incentivos nos territórios atendendo à abordagem metodológica



Fonte: Elaboração própria

A análise da distribuição do impacto por metodologia evidencia diferenças estruturais relevantes. As metodologias de natureza descritiva e de revisão de literatura apresentam uma concentração de resultados classificados como indeterminados. Em contraste, abordagens econométricas, revelam uma tendência de resultados positivos (Chaurey, 2017), porém, quando aplicadas metodologias espaciais, o impacto parece ser um jogo de soma zero no desenvolvimento (Shenoy, 2018). Metodologias baseadas em percepções, como inquéritos e entrevistas (Jensen, 2017)) apresentam tendencialmente uma imagem dos incentivos como não relevantes, o que pode indiciar sensibilidade ao contexto e variabilidade dos dados recolhidos ou uma orientação mais exploratória.

O risco de endogeneidade provocado pela seleção territorial não aleatória e a omissão de variáveis, não permite isolar o efeito do incentivo, dificultando uma resposta de causalidade entre incentivos e desenvolvimento dos territórios.

Apresentamos na Figura 13 o mapa concetual da nossa investigação.

Figura 13. Mapa concetual da investigação



Fonte: Elaboração própria

6. CONCLUSÕES

O nosso estudo contribuiu para mapear o conhecimento científico publicado entre 1995 e 2024, a partir de uma amostra de 136 estudos, relacionados com a forma como os incentivos dos governos promovem o desenvolvimento dos territórios.

Os governos, generalizadamente, usam consistentemente políticas de incentivos para atingir objetivos de desenvolvimento, ainda que os resultados das investigações demonstrem uma eficácia limitada face aos condicionamentos identificados. O que pode ser justificado por duas razões: por um lado, a execução das políticas de incentivos determina a sua eficácia, quer por via da atuação dos governos, quer pelos interesses dos agentes locais, por outro lado, o impacto dos incentivos é condicionado pelo contexto territorial heterogéneo. Paralelamente, a produção científica, deve ser analisada, considerando as opções metodológicas dos investigadores, observadas as limitações identificadas. Genericamente, estudos quantitativos indicam resultados mais otimistas, porém quando aplicados modelos espaciais, apresenta-se um cenário de jogo de soma zero no desenvolvimento dos territórios, estudos qualitativos revelam percepções mais céticas dos agentes na relação entre incentivos e desenvolvimento.

As principais implicações teóricas do nosso estudo resultam da identificação das lacunas de investigação evidenciadas pelas revisões de literatura prévias, que se limitavam às zonas empresariais e a variáveis muito específicas do crescimento económico, ampliando o âmbito da análise, para responder à questão de investigação: Como os incentivos dos governos promovem o

desenvolvimento dos territórios? Os resultados do nosso estudo fornecem informações cruciais, podendo assim ser usado como recurso e/ou ponto de partida para estudos futuros.

No que respeita às implicações práticas da nossa investigação, a revisão sistemática e bibliométrica da literatura, demonstra que o uso de incentivos enfrenta condicionamentos variados e apresentam impactos limitados no desenvolvimento, o que não inibe os governos de continuar a usar os incentivos como instrumento de política de desenvolvimento. Assim esta investigação proporciona conhecimento atualizado e ampliado, com impacto na decisão dos governantes, que pode ser utilizado pelos decisores públicos na formulação de estratégias de desenvolvimento (política de coesão) dos territórios. A investigação realizada permite-nos, considerar como fator chave para a eficácia dos incentivos, a existência de um observatório, que realize um estudo prévio de custo-benefício, acompanhe a execução da política pública e apresente os resultados da vigência do incentivo.

6.1. Limitações e Propostas de Investigação Futura

No que respeita às limitações deste estudo, deveremos atender ao facto de terem sido realizadas opções que podem influir nos resultados apresentados, nomeadamente, a escolha das palavras-chave, das bases de dados, da aplicação de filtros, da ferramenta informática adotada. A opção pela realização de uma revisão sistemática e bibliométrica de literatura, apresenta por si, a limitação da necessidade de atualizações periódicas.

Atendendo às limitações identificadas na revisão sistemática da literatura, propomos para investigação futura duas linhas de produção científica, que mitiguem os efeitos de endogeneidade verificados e permita a avaliação da eficiência da política, relacionando o custo-benefício e proporcionando apoio à decisão dos governos.

A generalidade dos estudos realizados revela problemas de seleção territorial, bem como omissão de variáveis, pelo que se identifica uma lacuna de investigação relevante permitindo isolar o efeito do incentivo no desenvolvimento dos territórios e eliminar o risco de endogeneidade identificado na literatura. Eventual modelo de investigação pode basear-se na teoria neoclássica do investimento, que prevê um fluxo de desenvolvimento na sequência da atribuição de incentivos pelos governos (Chung e Yoon, 2023; Amankwaah, Mensah e Baidoo, 2022; Das Neves e Silva, 2021; Reese, 2014) permitindo sustentar inferências causais sólidas entre incentivos e desenvolvimento e não apenas associações relevantes.

A nossa investigação evidenciou que genericamente os estudos relativos a incentivos “*place-based*” não tiveram em conta os efeitos de fronteira, pelo que é uma lacuna para suprir em investigações futuras, assim, propomos a realização de estudos empíricos que avaliem a eficácia dos incentivos, testando o efeito da simples transferência de estabelecimentos, demonstrando a lógica básica de um jogo de soma zero no desenvolvimento dos territórios (Lee e Butler, 2022; Shenoy, 2018; Hanson e Rohlin, 2011; Billings, 2009) eliminando os riscos de endogeneidade espacial identificados na literatura, pois o emprego pode deslocar-se de áreas próximas para o território alvo do incentivo sem que exista criação líquida de atividade.

REFERÊNCIAS

- Amankwaah, E., Mensah, N., & Baidoo, N. (2022). The impact of location tax incentives on the growth of rural economy: evidence from Ghana. *Future Business Journal*, 8(1), 54. <https://doi.org/10.1186/s43093-022-00163-3>
- Amendola, A., Boccia, M., Mele, G., & Sensini, L. (2023). Do fiscal policies affect the firms' growth and performance? Urban versus rural area. *Eurasian Economic Review*, 13(1), 1–33. <https://doi.org/10.1007/s40822-022-00223-7>
- Aničić, J., Jelić, M., & Đurović, J. (2016). Local Tax Policy in the Function of Development of Municipalities in Serbia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 221, 262–269. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.114>
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959–975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>

- Baghdasaryan, V., & Sarikyan, A. (2024). Location-Based Tax Incentives for Non-Farm Rural Enterprises in Armenia. *The Journal of Development Studies*, 60(4), 553–573. <https://doi.org/10.1080/00220388.2023.2286894>
- Barbosa, M. (2024). Government Support Mechanisms for Sustainable Agriculture: A Systematic Literature Review and Future Research Agenda. *Sustainability*, 16(5), 2185. <https://doi.org/10.3390/su16052185>
- Beck, F. (2001). Do State-Designated Enterprise Zones Promote Economic Growth? *Sociological Inquiry*, 71(4), 508–532. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2001.tb01130.x>
- Billings, S. (2009). Do Enterprise Zones Work? *Public Finance Review*, 37(1), 68–93. <https://doi.org/10.1177/1091142108321238>
- Bollinger, C., & Ihlanfeldt, K. (2003). The intraurban spatial distribution of employment: which government interventions make a difference? *Journal of Urban Economics*, 53(3), 396–412. [https://doi.org/10.1016/S0094-1190\(03\)00007-X](https://doi.org/10.1016/S0094-1190(03)00007-X)
- Bondonio, D., & Engberg, J. (2000). Enterprise zones and local employment: evidence from the states' programs. *Regional Science and Urban Economics*, 30(5), 519–549. [https://doi.org/10.1016/S0166-0462\(00\)00042-9](https://doi.org/10.1016/S0166-0462(00)00042-9)
- Bondonio, D., & Greenbaum, R. (2007). Do local tax incentives affect economic growth? What mean impacts miss in the analysis of enterprise zone policies. *Regional Science and Urban Economics*, 37(1), 121–136. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2006.08.002>
- Brady, D., Jones, A., & Watson, E. (2018). Producing drama: a comparison of film tax incentives to alternative uses. *Applied Economics Letters*, 25(17), 1189–1192. <https://doi.org/10.1080/13504851.2017.1406652>
- Buss, T. (2001). The Effect of State Tax Incentives on Economic Growth and Firm Location Decisions: An Overview of the Literature. *Economic Development Quarterly*, 15(1), 90–105. <https://doi.org/10.1177/089124240101500108>
- Chaudhary, N., & Potter, J. (2019). Evaluation of the local employment impacts of enterprise zones: A critique. *Urban Studies*, 56(10), 2112–2159. <https://doi.org/10.1177/0042098018787738>
- Chaurey, R. (2017). Location-based tax incentives: Evidence from India. *Journal of Public Economics*, 156, 101–120. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2016.08.013>
- Chung, J., & Yoon, S. (2023). Effects of Tax Incentive Policies for Land Use on Local Socioeconomic Conditions: A Case of Tax Policies for Urban Regeneration Projects in Republic of Korea. *Land*, 12(9), 1801. <https://doi.org/10.3390/land12091801>
- Ciżkowicz, P., Ciżkowicz-Pękała, M., Pękała, P., & Rzońca, A. (2021). Why do Some Special Economic Zones Attract More Firms than Others? Panel Data Analysis of Polish Special Economic Zones. *Prague Economic Papers*, 30(1), 61–89. <https://doi.org/10.18267/j.pap.763>
- Costa, E., Carneiro, D., Irffi, G., Veloso, P., Braz, M., Dias, T., & Andrade, V. (2024). Effects of SUDENE's tax incentives on job creation in the Northeast region of Brazil. *Applied Economics Letters*, 1–6. <https://doi.org/10.1080/13504851.2024.2402927>
- Da Silva, B., De Carvalho, O., Pinheiro, L., & Francisco, J. (2020). Efeito dos Incentivos Fiscais na Geração e Distribuição de Riqueza das Companhias De Capital Aberto Brasileiras. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 12(1). <https://doi.org/10.5380/rcc.v12i1.73754>
- Danzman, S., & Slaski, A. (2022). Incentivizing embedded investment: Evidence from patterns of foreign direct investment in Latin America. *The Review of International Organizations*, 17(1), 63–87. <https://doi.org/10.1007/s11558-021-09418-0>
- Das Neves, C., & Silva, S. (2021). Avaliação de Políticas Públicas. *Revista de Estudos Empíricos Em Direito*, 8, 1–51. <https://doi.org/10.19092/reed.v8i.506>
- De Barbieri, E. (2019). *Lawmakers as Job Buyers*. *Fordham Law Review*, 88(1), 15–61. <https://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol88/iss1/2>
- Deslatte, A., & Stokan, E. (2020). Sustainability Synergies or Silos? The Opportunity Costs of Local Government Organizational Capabilities. *Public Administration Review*, 80(6), 1024–1034. <https://doi.org/10.1111/puar.13237>
- Dewar, M. (2013). Paying Employers to Hire Local Workers in Distressed Places. *Economic Development Quarterly*, 27(4), 284–300. <https://doi.org/10.1177/0891242413494767>
- DiTommaso, A., & Greenbaum, R. (2021). An Examination of the Relationship Between Local Tax Incentives and Diversification of the Local Economic Base. *Economic Development Quarterly*, 35(2), 108–124. <https://doi.org/10.1177/0891242421998443>

Drucker, J., Kim, G., & Weber, R. (2019). Did incentives help municipalities recover from the Great Recession? Evidence from Midwestern cities. *Growth and Change*, 50(3), 894–925. <https://doi.org/10.1111/grow.12318>

Esquerdo, P., & Giuberti, A. (2019). Fiscal benefits of industrial icms and new economic geography a study about economic growth of Brazil. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 55, 79–94.

Garg, T., & Shenoy, A. (2021). The Ecological Impact of Place-Based Economic Policies. *American Journal of Agricultural Economics*, 103(4), 1239–1250. <https://doi.org/10.1111/ajae.12193>

Garsous, G., Corderi, D., Velasco, M., & Colombo, A. (2017). Tax Incentives and Job Creation in the Tourism Sector of Brazil's SUDENE Area. *World Development*, 96, 87–101. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.02.034>

Givord, P., Quantin, S., & Trevien, C. (2018). A long-term evaluation of the first generation of French urban enterprise zones. *Journal of Urban Economics*, 105, 149–161. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2017.09.004>

Greenbaum, R., Russell, B., & Petras, T. (2010). Measuring the Distribution of Economic Development Tax Incentive Intensity. *Economic Development Quarterly*, 24(2), 154–168. <https://doi.org/10.1177/0891242409358323>

Hanson, A., & Rohlin, S. (2011). Do location-based tax incentives attract new business establishments? *Journal of Regional Science*, 51(3), 427–449. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2010.00704.x>

Hefner, F., Crotts, J., & Flowers, J. (2001). The Cost—Benefit Model as Applied to Tourism Development in the State of South Carolina, USA. *Tourism Economics*, 7(2), 163–175. <https://doi.org/10.5367/000000001101297793>

Ivonchik, M. (2022). Local Economic Development Policies and Business Activity: Dynamic Panel Data Analysis of All County Governments in the State of Georgia. *Economic Development Quarterly*, 36(2), 92–107. <https://doi.org/10.1177/08912424221085934>

Jensen, N. (2017). Job creation and firm-specific location incentives. *Journal of Public Policy*, 37(1), 85–112. <https://doi.org/10.1017/S0143814X16000039>

Joshi, M., Bliss, J., Bailey, C., Teeter, L., & Ward, K. (2000). Investing in Industry, Underinvesting in Human Capital: Forest-Based Rural Development in Alabama. *Society e Natural Resources*, 13(4), 291–319. <https://doi.org/10.1080/089419200278983>

Kang, K. (2022). Local-Level Economic Development Conflicts: Factors that Influence Interactions with Private Land Developers. *Urban Affairs Review*, 58(3), 706–731. <https://doi.org/10.1177/1078087421991240>

Ku, H., Schönberg, U., & Schreiner, R. (2020). Do place-based tax incentives create jobs? *Journal of Public Economics*, 191, 104105. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2019.104105>

Laajimi, R. (2024). Spatial tax regimes and location choices of manufacturing firms: Survey evidence in southern Tunisia. *Review of Development Economics*, 28(3), 803–826. <https://doi.org/10.1111/rode.13083>

Larnell, T. (2018). Does it matter ‘who governs?’ Governance networks, local economic development policies, and the Great Recession. *Local Government Studies*, 44(5), 624–648. <https://doi.org/10.1080/03003930.2018.1488687>

Layser, M. (2019). The pro-gentrification origins of place-based investment tax incentives and a path toward community-oriented reform. *Wisconsin law review*, 745–817. <https://perma.cc/M2PC-QZN7>

Lee, H., & Butler, J. (2022). The effects of state and local tax-based incentives on U.S. labor markets, 1990–2015: Boon or Boondoggle? *Journal of Policy Studies*, 37(4), 39–55. <https://doi.org/10.52372/jps37403>

Li, Q. (2016). Fiscal decentralization and tax incentives in the developing world. *Review of International Political Economy*, 23(2), 232–260. <https://doi.org/10.1080/09692290.2015.1086401>

Liard-Muriente, C. (2007). US and EU experiences of tax incentives. *Area*, 39(2), 186–194. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2007.00740.x>

Liu, Y., Tai, H., & Yang, C. (2020). Fiscal incentives and local tax competition: Evidence from China. *The World Economy*, 43(12), 3340–3356. <https://doi.org/10.1111/twec.12959>

- Luger, M., & Bae, S. (2005). The Effectiveness of State Business Tax Incentive Programs: The Case of North Carolina. *Economic Development Quarterly*, 19(4), 327–345. <https://doi.org/10.1177/0891242405279684>
- Lynch, R., Fishgold, G., & Blackwood, D. (1996). The Effectiveness of Firm-Specific State Tax Incentives in Promoting Economic Development: Evidence from New York State's Industrial Development Agencies. *Economic Development Quarterly*, 10(1), 57–68. <https://doi.org/10.1177/089124249601000108>
- Malgouyres, C., & Py, L. (2016). Les dispositifs d'exonérations géographiquement ciblées bénéficient-ils aux résidents de ces zones? *Revue Économique*, Vol. 67(3), 581–614. <https://doi.org/10.3917/reco.673.0581>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. In *BMJ (Online)* 339(7716), 332–336. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2535>
- Potter, J., & Moore, B. (2000). UK Enterprise Zones and the Attraction of Inward Investment. *Urban Studies*, 37(8), 1279–1311. <https://doi.org/10.1080/00420980020080141>
- Prillaman, S., & Meier, K. (2014). Taxes, Incentives, and Economic Growth: Assessing the Impact of Pro-business Taxes on U.S. State Economies. *The Journal of Politics*, 76(2), 364–379. <https://doi.org/10.1017/S0022381613001345>
- Reese, L. (2014). If All You Have Is A Hammer. *The American Review of Public Administration*, 44(6), 627–655. <https://doi.org/10.1177/0275074013483166>
- Reese, L., & Sands, G. (2006). The Equity Impacts of Municipal Tax Incentives: Leveling or Tilting the Playing Field? *Review of Policy Research*, 23(1), 71–94. <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.2006.00186.x>
- Shenoy, A. (2018). Regional development through place-based policies: Evidence from a spatial discontinuity. *Journal of Development Economics*, 130, 173–189. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2017.10.001>
- Solar, P. (1995). Poor relief and English economic development before the industrial revolution. In *Economic History Review*, 48(1), 1–22. <http://links.jstor.org/sici?sici=0013-0117%28199502%292%3A48%3A1%3C1%3APRAEED%3E2.0.CO%3B2-8>
- Spelman, W. (2006). Growth, stability, and the urban portfolio. *Economic Development Quarterly*, 20(4), 299–316. <https://doi.org/10.1177/0891242406291491>
- Sridhar, K. (1996). Tax Costs and Employment Benefits of Enterprise Zones. *Economic Development Quarterly*, 10(1), 69–90. <https://doi.org/10.1177/089124249601000109>
- Sridhar, K. S. (2006). Local Employment Impact of Growth Centres: Evidence from India. *Urban Studies*, 43(12), 2205–2235. <https://doi.org/10.1080/00420980600990480>
- Tao, P., Gong, F., & Zhu, K. (2023). Tax competition among local governments: Evidence from the spillovers of location-based tax incentives in China. *China Economic Review*, 82, 102077. <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2023.102077>
- Warner, M., & Zheng, L. (2013). Business Incentive Adoption in the Recession. *Economic Development Quarterly*, 27(2), 90–101. <https://doi.org/10.1177/0891242413479140>
- Wohlgemuth, D., & Kilkenny, M. (1998). Firm Relocation Threats and Copycat Costs. *International Regional Science Review*, 21(2), 139–162. <https://doi.org/10.1177/016001769802100203>
- Zhao, M., Xiao, X., Yang, J., & Chen, H. (2024). Do regional tax incentive policies improve productivity? *Plos One*, 19(8). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0307561>
- Zheng, L., & Warner, M. (2010). Business Incentive Use Among U.S. Local Governments: A Story of Accountability and Policy Learning. *Economic Development Quarterly*, 24(4), 325–336. <https://doi.org/10.1177/0891242410376237>

Artigo submetido a 1 de fevereiro 2026; versão final aceite a 5 de junho de 2026
Paper submitted on February 1, 2026; final version accepted on June 5, 2026
Doi: <https://doi.org/10.59072/rper.vi76.883>

Political Literacy and Social Inequalities Among Young People: Evidence from an Outermost Region

Literacia Política e Desigualdades Sociais Entre Jovens: Evidência de uma Região Ultraperiférica

Ana Rita Matias

ana.rt.matias@uac.pt

Universidade dos Açores, CICS.UAc - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Açores, Portugal

Fernando Diogo

fernando.ja.diogo@uac.pt

Universidade dos Açores, CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Açores, Portugal

Abstract

This article analyses the political literacy of young people in the Azores, aged between 12 and 30, based on an empirical study conducted in this outermost region of Portugal. It aims to contribute to the debate on youth political literacy in peripheral and insular contexts, which remains largely overlooked in national and European surveys. Drawing on a measure of political literacy based on factual knowledge of key political actors and democratic institutions, a Political Literacy Index was constructed using a representative sample of Azorean youth. The findings reveal marked inequalities in political literacy associated with social class, educational attainment, and age, as well as differences in the type and intensity of political participation, mediated by levels of political literacy. By showing that political literacy operates as a socially differentiated form of civic capital, the article advances sociological debates on social inequalities and democratic participation in insular contexts.

Key Words: Political literacy; Youth; civic and political participation; Social inequalities; Azores.

JEL codes: D72, I24, J13, R11

Resumo

Este artigo analisa a literacia política dos jovens açorianos, com idades entre os 12 e os 30 anos, a partir de um estudo empírico realizado nos Açores. O objetivo é contribuir para o aprofundamento do debate sobre literacia política juvenil em contextos ultraperiféricos, frequentemente negligenciados nos inquéritos nacionais e europeus. A partir de uma abordagem centrada no conhecimento factual sobre os principais protagonistas políticos e instituições democráticas, foi construído um Índice de Literacia Política aplicado a uma amostra representativa de jovens açorianos. Os resultados evidenciam desigualdades significativas na distribuição da literacia política, associadas à classe social, à escolaridade e à idade, bem como diferenças no tipo e na intensidade da participação política, mediadas pelos níveis de literacia. Ao demonstrar que a literacia política funciona como um recurso socialmente diferenciado, o artigo contribui para o debate sociológico sobre a reprodução das desigualdades na participação democrática em contextos insulares.

Palavras-chave: literacia política; juventude; participação cívica e política; desigualdades sociais; Açores

JEL codes: D72, I24, J13, R11

1. INTRODUCTION

Representative democracies are currently facing multiple challenges, intensified by the intersection of economic, social, environmental, and geopolitical factors. In this context, democratic vitality and institutional health depend, in part, on the capacity to engage citizens in processes of deliberation and political participation (Habermas, 1996). However, among younger segments of the population, political participation tends to be lower: young people participate less in elections, display lower levels of interest in traditional party politics, and are less inclined to hold public office (OECD, 2020; Quaranta *et al.*, 2021; Malschinger *et al.*, 2023; Giugni & Grasso, 2025). This relative disengagement has generated growing concern among governments, institutions, and civil society, which increasingly view youth participation as a key element for the sustainability of contemporary democracies (European Commission, 2024; Magalhães, 2022; OECD, 2020).

Recent scholarship, however, points to an apparent paradox. Despite widespread distrust of and dissatisfaction with traditional forms of political participation, such as party membership and electoral engagement, young people are increasingly involved in non-conventional and informal forms of civic and political action, often mediated by digital spaces (Boulianne & Theocharis, 2020; Feio, Silva & Martins, 2023). This pattern has been situated within a European context shaped by the prolonged effects of the sovereign debt crisis in Southern Europe, the COVID-19 pandemic, the rise of populist forces, the intensification of the climate crisis, and the outbreak of armed conflicts. Together, these developments have exposed structural vulnerabilities in democratic systems and intensified debates around democratic deficit and transformation, particularly with regard to younger generations (Costa & Silva, 2022; Gardner, Carvalho & Valenstein, 2022; Quaranta *et al.*, 2021).

At the same time, the digitalisation of societies has profoundly transformed the ways individuals act, think, and participate politically. Digital platforms have created new spaces for expression, mobilisation, and youth activism, but they have also introduced significant risks, including information fragmentation, algorithmic personalisation, and the reproduction of inequalities in access to and use of digital technologies, inequalities that unevenly affect different groups of young people (Magalhães, 2008). These transformations pose new challenges for understanding political participation and call for renewed attention to the skills required to navigate critically within an increasingly complex informational environment.

As a social category, youth, particularly in Southern European countries, is characterised by increasingly prolonged, uncertain, and socially differentiated transitions, resulting from structural changes in life trajectories: extended educational pathways, delayed entry into the labour market, employment precariousness, economic instability, and difficulties in achieving residential independence (Buyukkececi, 2025; Carmo, Cantante & Almeida, 2014; Carmo & Matias, 2020). These conditions help to explain, at least in part, the low levels of conventional political participation among young people, while simultaneously raising the possibility that we are witnessing forms of political engagement that escape traditional metrics and are not equally accessible to all youth (Menezes, 2003; Weiss, 2020).

It is within this context that a critical rethinking of the concepts of political literacy and political participation becomes necessary. Despite the growing body of research on youth political literacy, some of the earlier approaches, while foundational to the consolidation of the field, tended to conceptualise it primarily as an individual competence, paying limited attention to the social processes that unevenly structure access to political knowledge (Cassel & Lo, 1995; Dudley & Gitelson, 2002; Norris, 2004). Such approaches risk obscuring the fact that political literacy also constitutes a form of civic and cultural capital, deeply shaped by structural conditions such as social class, educational capital, and family contexts of political socialisation (Grasso & Giugni, 2025; Menezes, 2003). By shifting the analytical focus from individual attributes to the mechanisms through which inequalities in access to political knowledge are produced and reproduced, this article

adopts a sociological perspective that understands political literacy as an integral dimension of contemporary social inequalities.

Moreover, much of the existing research remains anchored in national or metropolitan contexts, often assuming a degree of territorial homogeneity that renders the specific conditions of peripheral and outermost regions largely invisible. Examining political literacy in insular contexts enables a more nuanced interrogation of the relationships between territory, social inequalities, and citizenship, and challenges the transferability of dominant explanatory models to settings characterised by geographic dispersion, lower institutional density, and distinct socio-economic trajectories.

Accordingly, this article seeks to contribute to this debate through the construction of a composite index of political literacy applied to Azorean youth, an insular and peripheral population within the Portuguese context. Through this empirical analysis, we aim to examine how political literacy is distributed among young people in the Azores, how it relates to key sociodemographic variables, namely age, educational attainment, and social class, and what implications arise for understanding inequalities in democratic participation in outermost regions. More specifically, the study assesses: i) knowledge of key political actors, ii) understanding of the functioning of the democratic regime, and iii) knowledge of regional autonomy. This focus stems from the need to examine whether, and to what extent, political knowledge constitutes a socially differentiated precondition for political and civic participation among younger generations.

In doing so, the article contributes to the study of social inequalities by demonstrating, through robust empirical evidence, that political literacy among young people is deeply structured by classical social cleavages, particularly social class and educational attainment, even at early stages of the life course. In this sense, the article offers a critical reading of the often-optimistic narrative surrounding the “democratization” of youth participation, demonstrating that political literacy operates as an unequal form of civic capital that shapes not only the extent, but also the nature of young people’s political engagement.

2. POLITICAL LITERACY AND YOUTH CIVIC PARTICIPATION

2.1 Political literacy as a citizenship competence

In the context of the information and knowledge society, individuals face new everyday demands that require skills for interpreting, evaluating, and using written information across multiple spheres of social, personal, professional, and civic life (Ávila, 2008). The ability to mobilise such knowledge is now widely regarded as a fundamental condition for the exercise of citizenship in the public sphere (Habermas, 1996). Consequently, the relationship between literacy and citizenship has been extensively discussed in literature, grounded in the assumption that higher levels of literacy foster more informed and critical forms of participation (Dalton, 2008; Ashbridge *et al.*, 2022).

The concept of literacy has increasingly been applied across multiple domains, such as politics, health, the environment, and the digital sphere - as a means of assessing citizens’ levels of knowledge, skills, or practices in these specific areas (Ávila, 2008; Serpa & Santos, 2020). Although etymologically associated with reading and writing, sociological research has conceptualised and developed literacy as the “capacity to process written information in everyday life” (Benavente *et al.*, 1996: 4), encompassing the ability to mobilise, interpret, and apply knowledge in concrete life situations, based on reflexive and cumulative learning processes (Costa & Ávila, 1998; Bonnet & Rosenbaum, 2020).

In this article, the analysis focuses on political literacy, understood as the set of knowledge and competencies required to comprehend political processes and to participate in democratic life in an informed manner (Cassel & Lo, 1995). Political literacy entails recognising the main actors, structures, and procedures of the political system, as well as understanding civic rights and duties, mechanisms of representation, and forms of institutional or informal intervention (Cassel & Lo, 1995; Dudley & Gitelson, 2002; Koren, 2023).

It is important, however, to acknowledge that the relationship between literacy and political participation is complex and multifactorial. The literature identifies a range of predictors of civic participation and political interest that extend beyond factual knowledge alone (Menezes, 2003; Dudley & Gitelson, 2002). Moreover, the very definition of political participation has expanded,

particularly with the emergence of social media and digital activism, incorporating less conventional and more horizontal forms of engagement (Farthing, 2010; Handoko *et al.*, 2023).

From this perspective, political literacy must also be understood within the framework of digital and critical competencies. In the twenty-first century, literacy involves the ability to use technology to access and communicate information, while critically assessing content and its sociopolitical implications. In this regard, authors such as Ashbridge *et al.* (2022), Santos and Serpa (2020), and Handoko *et al.* (2023) highlight political, critical, or digital literacy as essential for understanding and intervening in systems of power and inequality, advocating an approach that combines technical competence, political awareness, and a sense of social justice. The relevance of literacy has become even more pronounced in the post-COVID-19 world, where informed and reflexive navigation of digital platforms has become increasingly central to democratic life. Individuals, particularly young people, are now exposed to a complex set of informational challenges that require specific competencies to distinguish credible sources from misinformation (Bonnet & Rosenbaum, 2020), to recognise hate speech and propaganda (Castano-Pulgarín *et al.*, 2021), and to critically evaluate scientific information and anti-science discourses (Malcolm, 2021).

In this article, we propose to analyse the levels of political literacy among young people in the Azores, recognising that contemporary political participation takes place across multiple spheres (online and offline) and assumes both conventional and non-conventional forms. Such an analysis simultaneously requires reflection on the very concept of youth, understood sociologically as a dynamic and plural social construction (Luckmann & Berger, 2004 [1966]). Sociological research on this topic has consistently shown that youth does not constitute a homogeneous group, but rather a social condition marked by profound cleavages related to gender, social class, ethnicity, educational attainment, occupational status, or migratory condition (Ferreira *et al.*, 2017; Menezes *et al.*, 2012; Pais, 1990).

Furthermore, transitions to adulthood have become increasingly heterogeneous and uncertain. Processes such as extended education, delayed partnership formation, family dependence, and labour market instability have contributed to the “blurring” of boundaries between youth and adulthood (Lanctôt & Poulin, 2024). These transformations are also reflected in the ways young people position themselves in relation to politics and society, in their future orientations, and in the styles of participation they adopt (Carmo & Matias, 2020; Malschinger *et al.*, 2023), contributing to what Pitti, Mengilli, and Walther (2023) describe as a form of “liminal participation” in the public sphere, situated between conventional and non-conventional modes of engagement.

2.2 Youth and political participation

Despite the widespread public perception of young people’s disenchantment with politics, often articulated through narratives of apathy and disengagement, recent studies have problematised this view as overly simplistic (Cancela, 2020; Ekman & Amnå, 2012; Quaranta *et al.*, 2021; Magalhães, 2022). In practice, young people have been key protagonists in diverse forms of civic and political participation, articulated around their specific interests, ranging from education and the environment to housing and gender equality (Costa & Silva, 2022; Fernandes, 2023; Portos & Carvalho, 2019). Since the second half of the twentieth century, young people have played a significant role in shaping public agendas in line with their concerns and causes and have been regarded by authors such as Touraine (1969) as agents of social change (Müller-Bachmann *et al.*, 2022).

That said, youth participation does not follow a linear or uniform pattern. The literature has consistently shown that political participation among young people varies significantly according to social contexts, sources of information, and the specific stages of the life course in which individuals find themselves (Magalhães, 2022). Several factors help to explain inequalities in political literacy and participation within this population group, among which three main effects are commonly highlighted (Norris, 2004): the generational effect, the life-course effect, and the historical period effect.

The generational effect refers to the importance of primary political socialization (particularly within the family and peer groups) in the transmission of political values and attitudes. Empirical studies confirm that young people who grow up in politically active family environments (for example, where politics is discussed or electoral participation is practiced) tend to display higher

levels of civic engagement and a lower likelihood of abstention (McIntosh, Hart & Youniss, 2007; Kudrnáč & Lyons, 2017). According to Norris (2004), early encounters with politics during youth can leave lasting imprints on patterns of political participation throughout adulthood.

The life-course effect relates to the ways in which specific trajectories, such as entry into the labour market, family formation, and the strengthening of community ties, influence individuals' propensity to participate politically. Authors such as Wass (2007) argue that political participation tends to increase with age, particularly in more conventional forms such as voting. Drawing on data from the European Social Survey, Magalhães (2022) identifies an inverted U-shaped pattern of electoral participation in Portugal: low levels in youth, increasing through mid-adulthood, and declining again in later life.

The third factor, the historical period effect, highlights how critical events, such as wars, economic crises, pandemics, or corruption scandals, shape political interest, trust, and modes of participation. In this respect, since the financial crisis of 2008 there has been evidence of stagnation or decline in young people's trust in public institutions (OECD, 2020), although moments of instability or electoral competition may trigger renewed political interest (Accornero & Pinto, 2015; Cancela, 2020; Quaranta *et al.*, 2021).

Although these effects often operate simultaneously and in interdependent ways, it is important to emphasise that their impacts are neither fixed nor universal. Abstention, for example, is a phenomenon observed across all age groups and should be interpreted in light of a combination of structural and conjunctural factors, including the inability of democratic systems to address persistent social problems, such as labour precariousness, housing crises, social inequalities, and climate change, as well as growing distrust towards political elites, the perceived impunity of corruption, and the absence of a participatory civic culture (Sousa, Magalhães & Clemente, 2022).

Cancela's (2020) analysis, based on Eurobarometer data from 31 European countries, further identifies a set of factors shaping citizens' engagement in political discussions at both local and national levels. The findings indicate that: a) individual factors, such as gender, age, educational attainment, and involvement in civil society organisations, influence how citizens discuss politics; b) patterns of engagement with national politics are associated with countries' levels of economic development; and c) engagement with local politics constitutes a central dimension for understanding civic involvement. Cancela (2020:40) concludes that even in contexts marked by political dissatisfaction and apathy, interest in issues on local political agendas is capable of mobilising a significant proportion of the population across several European countries, including groups more distant from national politics.

Other studies similarly demonstrate that youth political participation is socially differentiated. A European survey by Grasso and Giugni (2025) shows that young people from social classes endowed with higher levels of resources, such as entrepreneurs, professionals, and managers, are more likely to participate, both in conventional and non-conventional forms of political action. Comparable findings had already been reported by Henn and Foard (2014), reinforcing the role of educational attainment and economic resources as key predictors of participation.

In Portugal, research on patterns of political participation, including studies by Magalhães (2022) and Fernandes (2023), indicates that young people participate less than adults in electoral terms but are comparatively more active in informal or alternative forms of participation, such as demonstrations, petitions, and engagement through social media. Even so, Portuguese youth display levels of political involvement below the European average (Magalhães, 2022).

Taken together, these findings reinforce the relevance of an intra-generational analysis sensitive to inequalities of social class, gender, educational attainment, and territorial context, as is the case for young people in the Azores. In the study of political literacy, it is therefore essential to examine whether, and how, levels of literacy among young people shape their modes of civic and political participation. Consideration of place and the local scale of politics is particularly pertinent, insofar as young people in peripheral territories experience specific socio-economic and institutional conditions, such as regional autonomy, realities that are often absent or rendered invisible in large-scale national and international studies.

3. THE AZOREAN CONTEXT: INSULARITY, YOUTH AND POLITICAL ENGAGEMENT

The Azores constitute a politically autonomous Portuguese region composed of nine islands located in the North Atlantic, characterised by geographic dispersion and demographic asymmetries. As an outermost region of the European Union, the archipelago combines political autonomy with structural peripheralisation, making it a particularly relevant context for examining the relationship between territory, citizenship, and democratic participation. The establishment of political autonomy following the 1976 Constitution granted the Azores' legislative and executive powers, while judicial authority remained centralised at the national level. Beyond its institutional configuration, autonomy has played a key role in shaping a distinct political and civic space, marked by strong local governance, proximity between political actors and citizens, and the coexistence of regional, national, and European political arenas. These features have important implications for political socialisation, especially among younger generations, whose experiences of citizenship are shaped simultaneously by insularity, scale, and autonomy (Lalanda-Gonçalves, 1992).

Research on Azorean youth has consistently highlighted low levels of conventional political participation, particularly in relation to party membership and formal political organisations. Early sociological studies have already pointed to limited associative engagement and weak political involvement, with participation largely confined to recreational, cultural, or religious activities (Carmo, Rocha & Medeiros, 1990). Subsequent research confirmed these patterns, while also identifying significant territorial disparities, particularly between urban and rural contexts. Young people living in more urbanised islands tend to display higher levels of political and civic engagement, whereas those in rural settings are more likely to participate in non-political or community-based activities (Rocha, Medeiros & Diogo, 1995).

More recent studies on youth associational life in the Azores indicate that, despite recognising the civic value of political participation, most young people remain distant from conventional political channels (Borrvalho, Rocha & Silva, 2019; Diogo *et al.*, 2024; Lopes, 2010). Politics is rarely perceived as a sphere of personal fulfilment or effective intervention, a pattern that reflects broader processes of political disengagement observed in peripheral regions. At the same time, these findings suggest that youth participation in the Azores is not uniformly low, but rather socially and territorially differentiated, shaped by access to resources, educational opportunities, and local networks (Lopes, 2010).

This context makes the Azores a particularly relevant case for analyzing political literacy among young people. Insularity, territorial fragmentation, and political autonomy create specific conditions for political socialisation, access to information, and engagement with democratic institutions, conditions that are often absent or overlooked in large-scale national and international surveys. Examining political literacy in this setting allows for a more nuanced understanding of how structural and territorial inequalities shape young people's access to political knowledge and, consequently, their modes of civic and political participation.

4. METHODOLOGY

4.1 Data and sample

The data presented in this article were collected within the framework of a research project (Diogo *et al.*, 2024) carried out by the Azores Youth Observatory (OJA) in 2023, at the request of the Regional Directorate for Youth (Diogo *et al.*, 2024). The respondents were divided into two distinct samples (aged 12-17 and 18-30), although in practice the differences between the questionnaires relate only to questions concerning electoral participation. Each of the two samples is representative of the Azorean youth population within its respective age group. Data collection for the project was organised according to these two age groups, considering that the age of 18 constitutes a logical threshold, as it marks the minimum voting age and, consequently, a shift in young people's formal political responsibility. This decision is also supported, regarding issues related to information and

communication technologies, by studies on internet use that identify this age as generally marking a clear distinction within the broad set of age categories commonly referred to as youth (Ofcom, 2023).

Throughout the data collection process, a set of legal, ethical, and deontological requirements was strictly observed and duly documented in the Informed Consent Forms, which were provided to participants prior to completion of the questionnaire. In the case of underage respondents, informed consent was also obtained from their legal guardians. The study was conducted in accordance with the Code of Ethics of the University of the Azores, as well as the Code of Ethics of the Portuguese Sociological Association. Accordingly, the questionnaires and ethical procedures of the research were submitted to and approved by the Ethics Committee of the University of the Azores.

Based on data from the 2021 Census provided by Statistics Portugal (INE), two representative samples of the Azorean youth population were constructed using a non-probability quota sampling method, stratified by island, sex, age, and educational level. The research design defined two independent cohorts: adolescents aged 12-17 and young adults aged 18-30. Assuming a 95% confidence level and a 4% margin of error, the final samples comprised 579 respondents in the younger cohort and 591 respondents in the older cohort. Data collection took place between July and December 2023 across the nine islands of the Azores and involved 22 interviewers from the Integrated Business Support Network (RIAE), a branch of the Regional Government. Given the geographical dispersion of the territory and the size of the target population, the fieldwork required extensive logistical coordination and the collaboration of schools, public institutions, civil society organizations, and companies throughout the Autonomous Region of the Azores. The questionnaire was administered using both online and paper-based formats when necessary.

4.2 Construction of the political literacy index

To construct an index capable of measuring the political literacy of Azorean youth, a direct assessment methodology was employed (Ávila, 2008: 107), drawing on previous studies of political literacy - namely the *European Social Survey* and, in the specific case of the Azores, Borralho *et al.* (2019). The index is based on a set of questions assessing knowledge of the individuals who lead the main international, national, and regional political institutions, which are understood here as indicators of awareness of the existence of these institutions and of their functioning (Table 1). Asking respondents about individuals in relation to the offices they hold has the advantage that recognising the individual presupposes recognition of the institution they represent; therefore, a correct answer signals political literacy regarding institutional and political matters.

In addition, two questions relating to the regional autonomous system were included. As discussed above, political literacy entails recognising the actors, structures, and procedures of the political system, as well as understanding rights and mechanisms of representation (Cassel & Lo, 1995; Dudley & Gitelson, 2002; Koren, 2023). In this article, however, analytical attention is focused primarily on the first of these dimensions.

Table 1. Items included in the Political Literacy Index

Can you say who is currently the President of the Republic?
And who is currently the Prime Minister?
Can you say who is the current President of the Assembly of the Republic (national parliament)?
Can you say who the current President of the European Commission is?
And who is the current Secretary-General of the United Nations?
Can you say who is the current President of the Legislative Assembly of the Azores (regional parliament)?
Now, can you say who is the current Representative of the Republic in the Azores?
Can you say who the current President of the Regional Government of the Azores is?
In which city of the Azores is the Legislative Assembly of the Azores located?
Regarding the Azores, have you ever heard of autonomy?

Each correct answer was assigned a score of 2 points. Accordingly, political literacy could theoretically range from 0 points (total absence of literacy, with no correct answers) to 20 points (maximum literacy, with all 10 questions answered correctly). To assess the quality of the index, it was cross-tabulated with several sociodemographic variables which, based on the literature, have

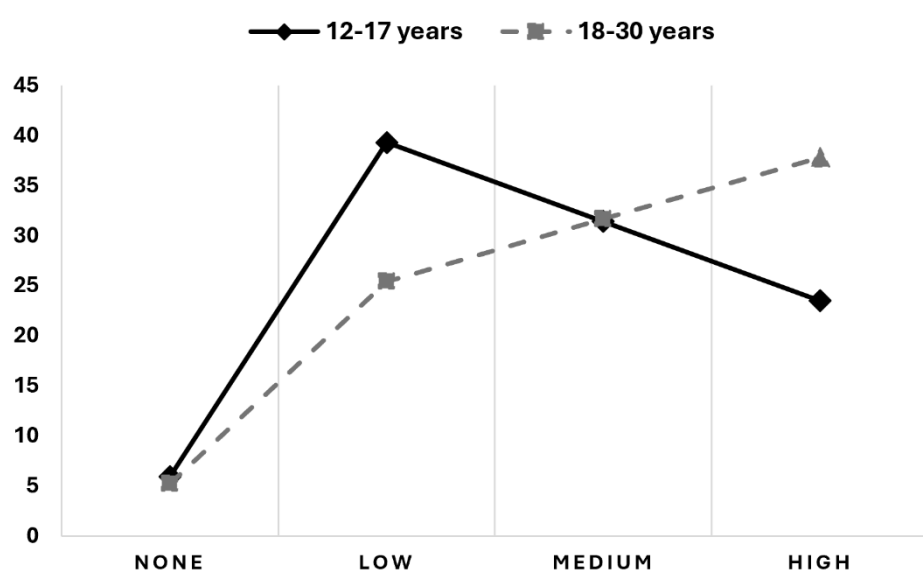
been identified as factors influencing youth political literacy in Portugal, namely age, gender, educational attainment, and social class. The Political Literacy Index used in this study operationalises a specific dimension of political literacy, centred on factual and institutional knowledge of the main actors, offices, and structures of the political system (Menezes, 2003; Dudley & Gitelson, 2002). This methodological choice allows for an objective and comparable measurement of political knowledge, although it does not encompass the full range of dimensions associated with political literacy, namely critical, interpretative, or attitudinal competencies (Ashbridge *et al.*, 2022; Handoko *et al.*, 2023). The index should therefore be interpreted as an indicator of institutional familiarity rather than as an exhaustive measure of political literacy in a broader sense.

5. RESULTS

Overall, the findings indicate that young people's political literacy varies according to age groups (Figure 1). Among young people aged 12 to 17, the majority display low to medium levels of political literacy (70.7%)¹ (Table 2). By contrast, among young adults aged 18 to 30, higher levels of political literacy are observed, with 69.5% presenting medium to high levels (Table 2).

A more fine-grained analysis, dividing each sample into two age categories (12-14; 15-17; 18-24; and 25-30 years), shows that this pattern remains robust at this level of disaggregation (Table 2). The increase in political literacy is particularly pronounced and statistically significant between the 18-24 age group and the older group aged 25-30 ($\chi^2 = 41.691$, $p < 0.001$).

Figure 1. Distribution of Political Literacy Levels (PLL) among Azorean youth aged 12–17 and 18–30, 2023 (%)



Methodological note: Political literacy levels were constructed based on a Political Literacy Index ranging from 0 (no literacy) to 20 (high level of literacy), calculated separately for each age group. Literacy levels were defined as follows: None (0 points), Low (2-6 points), Medium (8-12 points), and High (14-20 points).

¹ Political literacy levels in the index were aggregated into four categories: none (0 points), low (2-6 points), medium (8-12 points), and high (14-20 points).

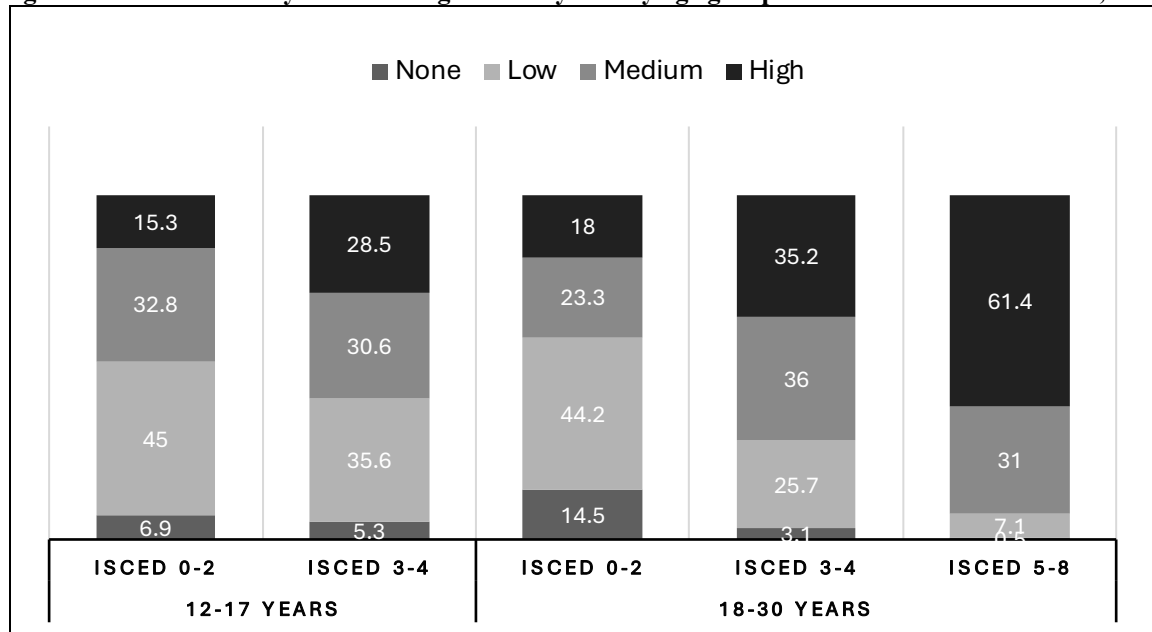
Table 2. Summary of variation in Political Literacy Levels (PLL) among Azorean youth according to sociodemographic characteristics

			Political Literacy Level (PLL) (%)			
			None	Low	Medium	High
12-17 years	Total PLL (12-17 years)		5.9	39.3	31.4	23.5
	Age groups	12-14 yrs	6.4	43.2	32.7	17.7
		15-17 yrs	5.7	37.3	30.8	26.2
	Gender	Female	6.8	38.9	30.4	23.8
		Male	4.8	39.7	32.4	23.0
	Young person's educational attainment ¹	ISCED 0-2	6.9	45	32.8	15.3
		ISCED 3-4	5.3	35.6	30.6	28.5
	Mother's educational attainment	ISCED 0-2	6.1	41.9	24.6	27.5
		ISCED 3-4	6.6	36.6	35.5	21.3
		ISCED 5-8	3	33.1	43.6	20.3
	Social class ²	EDL	2.8	22.2	55.6	19.4
		PT	1.3	35.5	40.8	22.4
		TI	6.8	35.6	31.5	26
		EE	8.2	42.9	26.6	22.3
		O	5.9	40.6	24.8	28.7
18-30 years	Total PLL (18-30 yrs)		5.2	25.4	31.7	37.8
	Age groups	18-24 yrs	6.2	29.8	32.9	31.0
		25-30 yrs	2.5	13.9	28.4	55.2
	Gender	Female	3.8	23.3	33.4	39.5
		Male	7.3	28.5	29.2	35.1
	Young person's educational attainment ¹	ISCED 0-2	14.5	44.2	23.3	18.0
		ISCED 3-4	3.1	25.7	36.0	35.2
		ISCED 5-8	0.5	7.1	31.0	61.4
	Social class ²²	EDL	6.1	12.1	27.3	54.5
		PT	-	13.3	27.8	58.9
		TI	5.5	34.5	23.6	36.4
		EE	3.7	28.1	35.9	32.2
		O	15.7	37.3	28.9	18.1
Methodological notes:	¹ Educational attainment was classified according to the International Standard Classification of Education: ISCED 0-2 (Pre-primary, Primary and Lower Secondary Education); ISCED 3-4 (Upper Secondary and Post-secondary Non-tertiary Education); ISCED 5-8 (Tertiary Education).					
	² Social Class: EDL - Employers, managers, and liberal professionals; PT - Technical and supervisory professionals; TI - Self-employed workers; EE - Clerical and routine employees; O - Manual workers.					

Turning to gender inequalities among young people, differences between boys and girls aged 12 to 17 are present but small and not statistically significant ($\chi^2 = 1.476$, $p = 0.688$). However, and perhaps unsurprisingly given the relevance of gender inequalities in structuring contemporary societies, the results indicate that gender exerts a modest but statistically significant effect on political literacy in the older age group ($\chi^2 = 7.809$, $p = 0.050$). Among young adults aged 18 to 30, women display slightly higher levels of medium to high political literacy (72.9%) compared to men (64.3%). Conversely, within this same age group, a higher proportion of young men (36%) exhibit political literacy levels classified as none or low, compared to young women (27%).

The analysis then turns to the role of young people's educational capital in shaping variation in political literacy levels (Figure 2 and Table 2).

² Social class was constructed drawing on the literature underpinning the most widely used classification method in Portugal, appropriate to the country's class structure and known as the Almeida -Costa-Machado social class schema (ACM class system) (Costa *et al.*, 2015).

Figure 2. Political literacy levels among Azorean youth by age group and educational attainment, 2023

Legend: ISCED 0-2 (Pre-primary, Primary and Lower Secondary Education); ISCED 3-4 (Upper Secondary and Post-secondary Non-tertiary Education); ISCED 5-8 (Tertiary Education).

For the younger group (aged 12-17), in addition to respondents' own educational attainment, mothers' educational attainment was used as a discriminating variable. For the older group, this issue of collinearity does not arise, since from the age of 18 onwards educational trajectories may be (and often are) considerably more diverse; in this sense, respondents' own educational attainment retains its discriminating power. The data therefore show that young people with lower educational capital display lower levels of political literacy. A similar pattern is observed among the younger group when the analysis is conducted using mothers' educational attainment. It should be noted, however, that this effect is not independent of age, given the close relationship between age and educational attainment within the population under study. Accordingly, the effect of age is attenuated only among the older group. When focusing exclusively on young people aged 18 to 30, the effect of educational attainment is particularly pronounced and statistically significant ($\chi^2 = 139.696$, $p < 0.001$), confirming the hypothesis that political literacy varies according to educational attainment.

Alongside educational capital, the analysis sought to examine whether levels of political literacy vary according to social class³. Social class was operationalised as an index constructed from the socio-professional characteristics of the household: for minors, this was based on the individual socio-professional indicators of both parents; for respondents aged 18-30, it was based either on the young person's own occupational status (when economically active) or on household characteristics in the case of inactive respondents or students. The resulting index, therefore, considers both occupation and age, while carefully considering the influence of the family context on each young person's class position.

As observed for educational attainment, political literacy levels vary according to social class in both age groups. Table 2 clearly shows that young people from more resource-rich social classes, namely EDL (employers, managers, and liberal professionals) and PT (technical and supervisory professionals), display higher levels of political literacy than those from working-class backgrounds, regardless of age group. Among the older cohort, approximately nine out of ten young people from the EDL and PT classes exhibit medium to high levels of political literacy, compared with only around five out of ten young people from manual worker backgrounds.

5.1. The relationship between political literacy and civic and political participation among young adults

The analysis subsequently examined the hypothesis that higher levels of political literacy are positively associated with greater participation in different forms of civic and political engagement. For this purpose, the analysis focused specifically on young adults aged 18 to 30, as they are eligible to exercise their right to vote. To assess the relationship between political literacy and civic and political participation among Azorean young adults (18-30 years), Mann-Whitney U tests were conducted (Table 3).

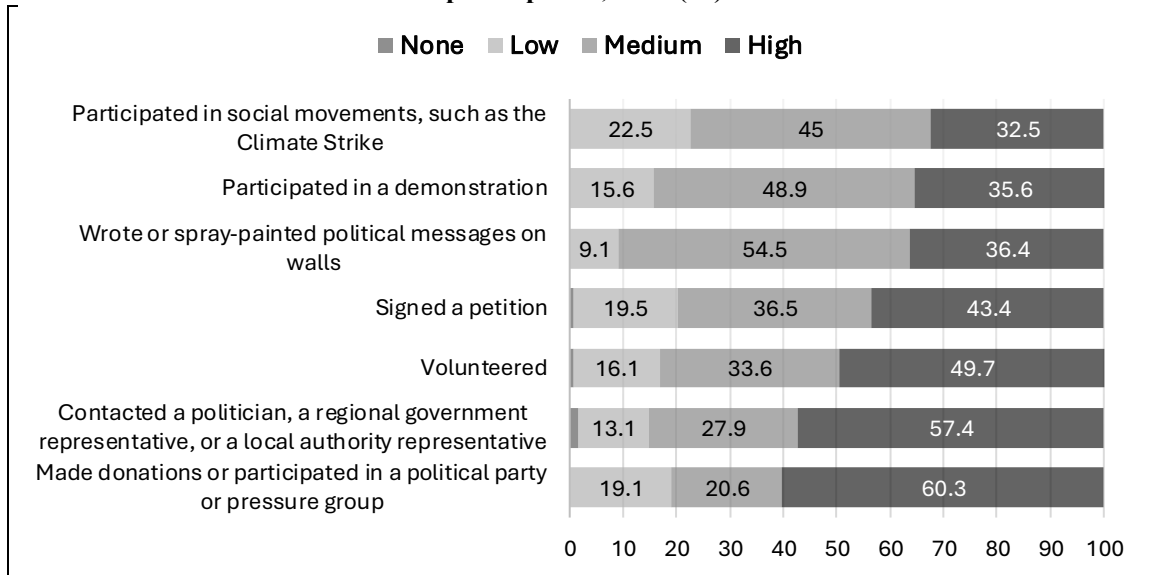
Table 3. Differences in political literacy levels among Azorean young adults (18-30 years) according to forms of civic and political participation (yes/no)

Type of participation	Higher value	U de Mann-Whitney	Z	p-value
Donations**	Yes	14213.5	-3.207	0.001
Contacted a politician/representative**	Yes	22551.0	-4.381	0.001
Signing petitions	Yes	32031.0	-1.593	0.111
Graffitiing political messages	Yes	3030.5	-.475	0.635
Demonstrations	Yes	12182.000	-.475	0.635
Volunteering**	Yes	27880.500	-3.246	0.001
Participation in movements (e.g. Climate Strike)	No	11024.000	-.313	0.754

Note: The Mann-Whitney U test was used to compare political literacy levels between participants and non-participants in different forms of civic and political action. $p < 0.01$ (**), $p < 0.05$ (*).

The results reveal statistically significant differences in political literacy levels between participants and non-participants in the following activities: making donations or participating in political parties or pressure groups ($U = 14,213.5$; $Z = -3.207$; $p = 0.001$); contacting a politician or government representative ($U = 22,551.0$; $Z = -4.381$; $p = 0.001$); and volunteering in non-profit or civic-oriented organisations ($U = 27,880.5$; $Z = -3.246$; $p = 0.001$). In all these cases, participants displayed significantly higher mean ranks, indicating higher levels of political literacy.

By contrast, no statistically significant differences in political literacy levels were found regarding participation in the following activities: signing petitions; writing graffiti with political messages; participating in demonstrations; or taking part in movements such as the Climate Strike or movements for human or labour rights. These findings suggest that more conventional or organised forms of participation, such as volunteering or contacting political representatives, tend to be associated with higher levels of political literacy, whereas more informal forms of participation are not. Figure 3 presents the relationship between different levels of political literacy and the frequency with which young people report participating in various forms of civic and political action. These data are restricted to respondents who reported participation in at least one civic or political activity. Nevertheless, this exploratory analysis already allows for the identification of relevant trends regarding how levels of political literacy may influence both the type and intensity of participation.

Figure 3. Political literacy levels among Azorean young adults (18–30 years) by civic and political participation, 2023 (%)

Note I: Values refer only to cases in which respondents answered “yes” to these activities.

Note II: Data are ordered in descending order, from the highest to the lowest level of political literacy.

The results reveal a clear association between young people’s levels of political literacy and their engagement in different forms of civic and political participation. High levels of political literacy are strongly associated with more conventional forms of participation, such as contacting political representatives (57.4%) or contributing to political parties and pressure groups (60.3%), but also with non-conventional forms of engagement, including volunteering (49.7%) and signing petitions (43.4%). By contrast, young people with medium levels of political literacy are more prominent in expressive forms of participation, such as demonstrations (48.9%) and the expression of political opinions through messages or slogans (54.5%). Young people with low or no political literacy display very limited participation, even in less demanding activities such as signing petitions. Taken together, these findings suggest that political literacy functions as a crucial form of civic capital for young people’s political integration.

The findings show that young people from family backgrounds with higher levels of educational and socio-professional capital exhibit significantly higher levels of political literacy, reinforcing the argument that inequalities of origin are not mitigated by youth status or by new forms of civic participation (Grasso & Giugni, 2025; Fernandes, 2023; Magalhães, 2022). Instead, they tend to be reproduced through differential access to political knowledge and the resources required for democratic participation.

6. DISCUSSION

The findings indicate that young people’s political literacy varies according to age groups, tending to be higher among older youth. This observation is consistent with patterns identified in previous studies, which show that political literacy, as well as political interest and participation among young people, tends to increase with age (Cancela, 2020; Magalhães, 2022). The increase in political literacy is particularly pronounced and statistically significant between the 18-24 age group and the older cohort aged 25-30. This growth can be partly attributed to the transition to adulthood, which marks the onset of greater reflexivity regarding political identity and socialisation, alongside an enhanced capacity to evaluate political representation and expanded access to information, with particular emphasis on the role of digital media and social networks (Feio, Silva & Martins, 2023; Norris, 2004). While the transition to adulthood is typically characterised by several key milestones – such as leaving school, entering the labour market, leaving the parental home, and forming a stable romantic relationship (in a variable order and under increasingly fluid conditions, as noted earlier in this article) – the marked increase in political literacy appears to add an additional dimension to what has been described in the literature as a life-course effect (Wass, 2007).

The results further demonstrate that the distribution of political literacy among Azorean youth is deeply structured by social inequalities, reflecting the cumulative effects of social mechanisms that unevenly condition access to political knowledge from the early stages of the life course. Young people with higher levels of educational attainment and those from more socially advantaged class backgrounds exhibit significantly higher levels of political literacy, whereas those from less privileged contexts are concentrated at the lower end of the literacy spectrum. This pattern indicates that political literacy functions as a socially differentiated resource, shaped by inequalities of origin that emerge early and tend to be reproduced over time. These findings are consistent with national and international research highlighting the central role of the family and the school as key sites of differentiated political socialisation, where dispositions, cognitive repertoires, and modes of engagement with politics are transmitted in socially uneven ways (Grasso & Giugni, 2025; Menezes, 2003). Additionally, although regional autonomy provides a common political framework for all Azorean youth, effective knowledge of regional institutions remains socially differentiated, meaning that autonomy does not automatically foster civic cohesion nor prevent the reproduction of territorial inequalities, as only some young people possess the resources needed to understand and mobilise it politically.

Regarding civic and political participation, a positive relationship emerges between political literacy and engagement: the higher the level of literacy, the greater the likelihood of participation, particularly in more conventional forms such as contacting political representatives, making donations, or engaging in party politics. Certain forms of participation, such as demonstrations or signing petitions, appear to be more accessible to young people with medium levels of political literacy, whereas more structured and formal forms of action (such as contacting representatives or party involvement) are strongly associated with high levels of literacy. The findings also show that less literacy-demanding forms of civic and political participation, such as episodic or expressive actions, are not significantly differentiated by levels of political literacy. From a territorial perspective, this pattern may indicate that contexts associated with limited access to political literacy are likely to generate fragile, intermittent, or absent forms of participation, thereby reinforcing existing inequalities.

Nevertheless, it is important to reiterate, as discussed earlier, that political participation takes multiple forms and that young people do not engage with democracy in a uniform manner (Ekman & Amnå, 2012; Fernandes, 2023; Müller-Bachmann *et al.*, 2022). Indeed, as shown in this analysis, traditional social inequalities are clearly reproduced among young people, regardless of the diversity of civic and political participation modalities considered. From this perspective, political literacy should not be understood merely as an individual outcome of schooling or age, but rather as the product of intergenerational processes of social inequality reproduction, in which social class, educational capital, and contexts of socialisation operate in a combined and reinforcing manner. The results presented here thus support the view that inequalities in youth democratic participation reflect broader structural inequalities, reproduced through differential access to political knowledge and to the resources required for its mobilisation.

7. CONCLUSION

This article seeks to deepen the understanding of young people's political literacy and its relationship with different forms of civic and political participation in peripheral contexts that are often underrepresented in national and international research. The trends identified in this analysis indicate that levels of political engagement and participation among young people in the Azores broadly resemble those observed in other national (Costa & Silva, 2022; Fernandes, 2023; Magalhães, 2022) and international studies (Cancela, 2020; Pitti, Mengilli & Walther, 2023; Quaranta *et al.*, 2021).

Alongside the insular context, this article also proposes an original analytical approach to political literacy. The results derived from the Political Literacy Index reveal statistically significant differences among Azorean youth, particularly regarding age, educational attainment, and social class. Analysis of the distribution of political literacy uncovers marked sociodemographic cleavages, with higher levels observed among older youth and among those with greater educational and social capital. With respect to age, even small differences produce substantial effects on political literacy,

which tends to increase as young people grow older. These findings corroborate the notion that youth does not constitute a homogeneous category but rather encompasses a plurality of youth experiences (Ferreira *et al.*, 2017; Menezes *et al.*, 2012; Pais, 1990), whose relationship with politics is strongly mediated by social inequalities.

The construction of a Political Literacy Index applied to an outermost region represents a significant advance in relation to the dominant literature, which has been largely centred on national or metropolitan contexts and has often rendered insular realities invisible. By incorporating context-specific dimensions, such as knowledge of regional autonomy, the study demonstrates sensitivity to the political-institutional context and adds analytical depth to the measurement of political literacy. Moreover, by articulating political literacy, civic participation, and social inequalities from an intra-generational perspective, the article contributes to sociological debates on youth as a plural and internally differentiated social category.

As with any empirical analysis, certain limitations should be acknowledged. The construction of a composite index made it possible to capture, in an integrated manner, some dimensions of political literacy related to young people's factual knowledge. However, it must be recognized that the index does not encompass a more multidimensional understanding of literacy. For example, knowing who the President of the Regional Government is does not necessarily imply an understanding of how government functions, nor does it indicate political interest or critical engagement with the political system or with political information encountered online. Nevertheless, the index serves the analytical purpose for which it was designed and provides valuable insight into what young people in the Azores know about regional, national, and international politics. Although the analysis relies primarily on bivariate statistical techniques, this choice is consistent with the exploratory and descriptive aims of the study, which seek to map the distribution of political literacy and its associations with key sociodemographic variables in a largely under-researched territorial context. Future research could build on these findings by employing multivariate models to further disentangle the relative weight of age, education, and social class.

In sum, political literacy among Azorean youth is neither simple nor linear, and multiple forms of youth appropriation of political knowledge coexist regarding key political actors and political life more broadly. Analysing political literacy through a life-course lens reveals that political knowledge is not static but rather evolves alongside the processes of transition and change that shape youth trajectories. These include progressive autonomy, completion of educational stages, transition into the labour market, and, potentially, the consolidation of family life, independent housing, and individual life projects. Although these stages do not follow a fixed sequence, they nonetheless influence the formation of young people's social consciousness, political orientations, capacity for agency, and positioning within the public sphere, both online and offline.

Recognising that political identity formation is a gradual process, and that young people do not participate in public life in the same ways or with the same resources, it is essential to acknowledge and address the constraints that prevent young people from certain social groups, family backgrounds, and geographic contexts from benefiting equally from these experiences, an issue that should be taken into account in the design of public policies (Diogo *et al.*, 2024). Looking ahead, a promising avenue for future research lies in examining more closely whether insularity introduces specific factors that influence access to political information. Geographic dispersion, the decentralisation of political institutions, and potentially lower densities of political and civic networks on some islands may limit young people's exposure to politically stimulating environments, thereby producing intra-regional inequalities. The findings have clear implications for future research and public policy, suggesting that strategies to promote democratic participation among young people should be grounded in a social justice perspective, recognising that access to political knowledge and opportunities for participation is unevenly distributed, even within consolidated democratic contexts.

REFERENCES

Accornero, G., & Pinto, P. R. (2015). Brandos costumes? Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*, 41(2), 393-421.
<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.2.21366>

Ashbridge, C., Clarke, M., Bell, B. T., Sauntson, H., & Walker, E. (2022). Democratic citizenship, critical literacy and educational policy in England: a conceptual paradox? *Cambridge Journal of Education*, 52(3), 291-307. <https://doi.org/10.1080/0305764X.2021.1977781>

Ávila, P. (2008). *A literacia dos adultos: Competências-chave na sociedade do conhecimento*. Celta Editora.

Benavente, A. (Org.), Rosa, A. A., Costa, A. F., & Ávila, P. (1996). *A literacia em Portugal: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Fundação Calouste Gulbenkian; Conselho Nacional de Educação.

Bonnet, J., & Rosenbaum, J. (2020). Fake news, misinformation, and political bias: Teaching news literacy in the 21st century. *Communication Teacher*, 34(2), 103-108. <https://doi.org/10.1080/17404622.2019.1625938>

Borrvalho, Á. (Coord.), Rocha, G., & Silva, O. (2019). *A abstenção eleitoral nos Açores: Relatório final*. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores; Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Boulianne, S., & Theocharis, Y. (2020). Young People, Digital Media, and Engagement: A Meta-Analysis of Research. *Social Science Computer Review*, 38(2), 111-127. <https://doi.org/10.1177/0894439318814190>

Buyukkececi, Z. (2025). Temporal and cross-country (dis)similarities in transition to adulthood: A comparison of 23 European countries. *Population, Space and Place*, 31(2), 1-18. <https://doi.org/10.1002/psp.70012>

Cancela, J. (2020). Some politics is local: The determinants of engagement in local and national politics across Europe. *Quaderni dell'Osservatorio Elettorale – Italian Journal of Electoral Studies*, 83(1), 29-44. <https://doi.org/10.36253/qoe-9530>

Carmo, F., Rocha, G., & Ribeiro de Medeiros, O. (1990). *Situação e aspirações da juventude nos Açores*. Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, Direção Regional da Juventude.

Carmo, R. M., Cantante, F., & Almeida, N. A. (2014). Time projections: Youth and precarious employment. *Time & Society*, 23(3), 337-357. <https://doi.org/10.1177/0961463X14549505>

Carmo, R. M., & Matias, A. R. (2020). Precarious futures: From non-standard jobs to an uncertain tomorrow. In R. M. Carmo & J. A. V. Simões (Eds.), *Protest, youth and precariousness: The unfinished fight against austerity in Portugal*, 13-32. Berghahn Books. <https://doi.org/10.1515/9781789206661-004>

Castano-Pulgarín, S., Suárez-Betancur, N., Tilano Vega, M., & Herrera López, M. (2021). Internet, social media and online hate speech: Systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 58 (101608), 1-7. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2021.101608>

Cassel, C., & Lo, C. (1995). Theories of political literacy. *Political Behavior*, 19(4), 317-335. <https://doi.org/10.1023/A:1024895721905>

Costa, A. F., & Ávila, P. (1998). Problemas da/de literacia: Uma investigação na sociedade portuguesa contemporânea. *Ler História*, 35, 127-150.

Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Nunes, N., & Romão, A. L. (2015). *A constituição de um espaço europeu de desigualdades* (Working Paper n.º 1). Observatório das Desigualdades.

Costa, E., & Silva, P. (2022). *A participação política da juventude em Portugal: As juventudes partidárias e os movimentos associativos*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Dalton, R. J. (2008). Citizenship norms and the expansion of political participation. *Political Studies*, 56(1), 76-98. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2007.00718.x>

Diogo, F. (Coord.), Palos, A. C., Diogo, A. M., Soares, D., Lalanda-Gonçalves, R., Matias, A. R., & Serpa, S. (2024). *Literacia e participação democrática jovem: Relatório final*. Observatório da Juventude dos Açores - CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc.

Dudley, R., & Gitelson, A. (2002). Political literacy, civic education, and civic engagement: A return to political socialisation? *Applied Developmental Science*, 6(4), 175-182. https://doi.org/10.1207/S1532480XADS0604_3

Ekman, J., & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22(3), 283-300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>

European Commission. (2024). *Flash Eurobarometer 538: Youth and democracy in the European Year of Youth*. Directorate-General for Communication. <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3181>

- Farthing, R. (2010). The politics of youthful antipolitics: Representing the “issue” of youth participation in politics. *Journal of Youth Studies*, 13(2), 181-195. <https://doi.org/10.1080/13676260903233696>
- Feio, C., Silva, L., & Martins, J. (2023). As Redes Sociais como meio de expressão política dos jovens em Portugal. *Observatorio (OBS*)*, 17(4), 205-223. <https://doi.org/10.15847/obsOBS17420232325>
- Fernandes, F. (2023). A participação cívica e política dos jovens portugueses. *Perspectivas - Journal of Political Science*, 28, 69-80. <https://doi.org/10.21814/perspectivas.4469>
- Ferreira, V. S., Calado, A., Lobo, M. C., Magalhães, P., & Silva, R. (2017). *Geração milénio? Um retrato social e político*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Gardner, P., Carvalho, T., & Valenstein, M. (2022). Spreading rebellion?: The rise of Extinction Rebellion chapters across the world. *Environmental Sociology*, 8(4), 424-435. <https://doi.org/10.1080/23251042.2022.2094995>
- Grasso, M., & Giugni, M. (2025). Intersectionality and inequalities in political participation in Europe: how do gender, class and age relate to political exclusion?. *Comp Eur Polit*, 42(1), 13-38. <https://doi.org/10.1057/s41295-025-00423-w>
- Giugni, M., & Grasso, M. (2025). Words are stones: how elite discourse deters the political participation of young people. *Journal of Youth Studies*, 29(4), 476-491. <https://doi.org/10.1080/13676261.2025.2465521>
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. MIT Press.
- Handoko, W., Setyoko, P. I., & Kurniasih, D. (2023). Youths’ Digital Literacy Skills: Critical Thinking to Participate in Elections. *Journal Of Local Government Issues*, 6(1), 19-34. <https://doi.org/10.22219/logos.v6i1.23229>
- Henn, M., & Foard, N. (2014). Social differentiation in young people’s political participation: The impact of social and educational factors on youth political engagement in Britain. *Journal of Youth Studies*, 17(3), 360-380. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.830704>
- Koren, N. (2023). Conceptualising political information literacy among young people: A systematised review of the literature. *Education, Citizenship and Social Justice*, 20(1), 31-54. <https://doi.org/10.1177/17461979231189186>
- Kudrnáč, A., & Lyons, P. (2017). Parental example as a motivation for turnout among youths. *Political Studies*, 65(1), 43-63. <https://doi.org/10.1177/00323217166446>
- Lalanda-Gonçalves, R. (1992). Azorean identity and European integration. *Camões Center Quarterly*, 3(3-4), 32-34.
- Lañctôt, J., & Poulin, F. (2024). Cumulative transitions in emerging adulthood: Portents of adjustment problems or a window for opportunities? *Emerging Adulthood*, 12(3), 275-289. <https://doi.org/10.1177/21676968241234951>
- Lopes, T. G. (2010). *Associativismo juvenil nos Açores: Sociabilidades e participação social*. Gráfica Açoriana.
- Luckmann, T., & Berger, P. (2004[1966]). *A construção social da realidade*. Vozes.
- Magalhães, P. (2008). Redes sociais e participação eleitoral em Portugal. *Análise Social*, 43(188), 473-504. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2008188.01>
- Magalhães, P. (2022). *A participação política da juventude em Portugal: Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Malcolm, D. (2021). Post-Truth Society? An Eliasian Sociological Analysis of Knowledge in the 21st Century. *Sociology*, 55(6), 1063-1079.
- Malschinger, P., Valls, O., & Flecker, J. (2023). Growing into participation? Influences on youth’s plans to engage socially or politically and their changes over time. *Österreichische Zeitschrift für Soziologie*, 48, 381-404. <https://doi.org/10.1007/s11614-023-00543-1>
- McIntosh, H., Hart, D., & Youniss, J. (2007). The influence of family political discussion on youth civic development: Which parent qualities matter? *PS: Political Science & Politics*, 40(3), 495-499. <http://www.jstor.org/stable/20452003>
- Menezes, I. (2003). Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: Implications for citizenship education projects. *European Educational Research Journal*, 2(3), 430-445. <https://doi.org/10.2304/eeerj.2003.2.3>

- Menezes, I., Fernandes-Jesus, M., Ribeiro, N., & Malafaia, C. (Eds.). (2012). *Agência e participação cívica e política: Jovens e imigrantes na construção da democracia*. LivPsic.
- Müller-Bachmann, E., Chorvát, I., & Mefalopulos, A. (2022). Heading for a better world: Micropolitical activism of young people seeking social change. *Journal of Youth Studies*, 26(3), 387-405. <https://doi.org/10.1080/13676261.2022.2053669>
- Norris, P. (2004, October 12). Young people and political activism: From the politics of loyalties to the politics of choice? Paper presented at *Civic Engagement in the 21st Century: Toward a Scholarly and Practical Agenda*, University of Southern California, Los Angeles, CA, United States.
- OECD. (2020). *Governance for youth, trust and intergenerational justice: Fit for all generations?* OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/c3e5cb8a-en>.
- Ofcom. (2023). *Children and parents: Media use and attitudes report 2023*. <https://www.ofcom.org.uk>.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: Alguns contributos. *Análise Social*, 25(105), 139-165. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1990105.07>
- Pitti, I., Mengilli, Y., & Walther, A. (2023). Liminal participation: Young people's practices in the public sphere between exclusion, claims of belonging, and democratic innovation. *Youth & Society*, 55(1), 143-162. <https://doi.org/10.1177/0044118X211040848>
- Portos, M., & Carvalho, T. (2019). Alliance building and eventful protests: Comparing Spanish and Portuguese trajectories under the Great Recession. *Social Movement Studies*, 21(1-2), 42-61. <https://doi.org/10.1080/14742837.2019.1681957>
- Quaranta, M., Cancela, J., Martín, I., & Tsirbas, Y. (2021). Trust, satisfaction and political engagement during economic crisis: Young citizens in Southern Europe. *South European Society and Politics*, 26(2), 153-179. <https://doi.org/10.1080/13608746.2021.1991568>
- Rocha, G., Medeiros, O., & Diogo, F. (1995). *Juventude açoriana: Caracterização, valores e aspirações*. Nova Gráfica.
- Serpa, S., & Santos, A. I. (2020). Critical literacy and literacies. *Journal of Education, Teaching and Social Studies*, 2(1), 18-24. <http://dx.doi.org/10.22158/jetss.v2n1p18>
- Sousa, L. de, Magalhães, P., & Clemente, F. (2022). *Corrupção e crise económica: Perceções dos portugueses sobre corrupção* (Policy brief, 2 vols.). Instituto de Ciências Sociais.
- Touraine, A. (1969). *La société post-industrielle: Naissance d'une société*. Denoël.
- Wass, H. (2007). Generations and socialisation into electoral participation in Finland. *Scandinavian Political Studies*, 30(1), 1-19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2007.00170.x>
- Weiss, J. (2020). What is youth political participation? Literature review on youth political participation and political attitudes. *Frontiers in Political Science*, 2(1), 1-13. <https://doi.org/10.3389/fpos.2020.00001>

Funding

This publication is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P., within the scope of the project «UID/04647» of CICS.NOVA – Interdisciplinary Centre of Social Sciences of Universidade Nova de Lisboa.

Artigo submetido a 28 de janeiro 2026; versão final aceite a 14 de julho de 2026
Paper submitted on January 28, 2026; final version accepted on July 14, 2026
Doi: <https://doi.org/10.59072/rper.vi76.880>

Industrial Heritage and Tourism Development Through Luso-Spanish Cross-Border Cooperation

Património Industrial e Desenvolvimento do Turismo por Meio da Cooperação Transfronteiriça Luso-Espanhola

Elaine Scalabrini

elaine@unipb.pt

UNIAG, Universidade Politécnica de Bragança, Campus de Santa Apolónia,
Bragança, Portugal.

Roberto Vaz

robertovaz@unipb.pt

UNIAG, Universidade Politécnica de Bragança, Campus de Santa Apolónia,
Bragança, Portugal.

Joaquín García

j.garcia@santamarialeal.org

Fundación Santa María la Real, Valladolid, Spain

João Paulo Teixeira

joaopt@unipb.pt

UNIAG, Universidade Politécnica de Bragança, Campus de Santa Apolónia,
Bragança, Portugal.

CeDRI, SusTEC, Universidade Politécnica de Bragança, Campus de Santa Apolónia,
Bragança, Portugal

Paula Odete Fernandes

pof@unipb.pt

UNIAG, Universidade Politécnica de Bragança, Campus de Santa Apolónia,
Bragança, Portugal.

Abstract

Industrial tourism and heritage have become essential instruments for promoting cultural preservation and regional sustainable development, particularly in low-density and post-industrial territories. Within the Duero-Douro cross-border region, industrial heritage represents a joint cultural asset that can strengthen cooperation and foster innovative tourism strategies between Portugal and Spain. In this context, this study focused on mapping and analysing industrial and pre-industrial heritage across 22 Portuguese and 80 Spanish municipalities, resulting in a database of 1,075 catalogued assets. The methodology combined data collection, validation, and analysis through active collaboration among cross-border institutions, involving 9 entities and 21 researchers. The results reveal a predominance of transport infrastructure, wineries, and food industries, reflecting the historical and cultural interdependence between the two territories. The findings focus on the potential of cross-border cooperation to promote the valorisation and sustainable use of industrial heritage, contributing to territorial cohesion, tourism diversification, and the construction of a shared Iberian identity related to industrial tourism.

KEYWORDS: Industrial heritage, cross-border cooperation, industrial tourism, Duero-Douro region, sustainable development.

JEL CLASSIFICATION CODE: Z3

Resumo

O turismo industrial e o património tornaram-se instrumentos essenciais para promover a preservação cultural e o desenvolvimento regional sustentável, especialmente em territórios de baixa densidade e pós-industriais. Na região transfronteiriça do Douro-Duero, o património industrial constitui um bem cultural conjunto que pode fortalecer a cooperação e fomentar estratégias inovadoras de turismo entre Portugal e Espanha. Neste contexto, este estudo teve como foco o mapeamento e a análise do património industrial e pré-industrial em 22 municípios portugueses e 80 espanhóis, resultando numa base de dados com 1.075 bens catalogados. A metodologia combinou a recolha de dados, a validação e a análise por meio de uma colaboração ativa entre instituições transfronteiriças, envolvendo 9 entidades e 21 investigadores. Os resultados revelam uma predominância de infraestruturas de transporte, adegas e indústrias alimentares, o que reflete a interdependência histórica e cultural entre os dois territórios. As conclusões concentram-se no potencial da cooperação transfronteiriça para promover a valorização e o uso sustentável do património industrial, contribuindo para a coesão territorial, a diversificação turística e para a construção de uma identidade ibérica partilhada relacionada com o turismo industrial.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio industrial, cooperação transfronteiriça, turismo industrial, região do Douro-Duero, desenvolvimento sustentável.

JEL CLASSIFICATION CODE: Z3

1. INTRODUCTION

Cross-border cooperation has increasingly emerged as the basis for regional development policies in Europe, particularly in territories characterised by common historical, cultural, and economic relations (Sebentsov, 2020). Within this framework, industrial heritage represents a demonstration of collective memory and a strategic asset that can foster cohesion, sustainability, and innovation across national boundaries. The joint valorisation of heritage resources through cooperation constitutes a distinctive field of study that connects cultural policy, spatial planning, and sustainable tourism (Sebentsov, 2020; Fogarazi, 2024).

The *Duero-Douro* region, which lies between Spain and Portugal, exemplifies this reality. This region presents a natural corridor of interaction, where both countries share industrial legacies, economic interdependencies, and socio-cultural continuities. Historically, the frontier has simultaneously served as a line of division and a bridge of exchange, where production systems, trade routes, and human networks have evolved in mutual influence. The contemporary challenge lies in transforming this inherited industrial landscape into a cross-border tourism resource that strengthens territorial cohesion, while preserving local authenticity (Scalabrini et al., 2024).

In this context, this study was developed within the scope of the Interreg POCTEP, a cross-border cooperation project that promotes cross-border cooperation in the cross-border area (POCTEP, 2024). The project aimed to promote sustainable regional development by enhancing the industrial and pre-industrial heritage of the *Duero-Douro* region in Portugal and Spain. The initiative adopts an integrated and participatory approach, mobilising public and private entities on both sides of the border to jointly design strategies for the valorisation of industrial heritage. This approach promotes shared governance and reinforces a sense of joint ownership of cultural assets (POCTEP, 2024).

The research focused on mapping and analysing industrial heritage across 22 Portuguese and 80 Spanish municipalities, to build a unified knowledge base that captures the diversity and potential of industrial and pre-industrial assets in both countries. Through systematic data collection, validation, and analysis, it provides a comprehensive overview of the industrial heritage shared by Portugal and Spain, offering a basis for coordinated tourism and cultural development.

Beyond its technical dimension, this process constitutes an exercise in cross-border integration, bringing together municipalities, regional agencies, research institutions, and local actors in a collective effort to co-produce the knowledge. This dynamic reflects the essence of European cross-border cooperation, the pursuit of synergies, and the creation of added value through joint action, shared objectives, and policy alignment across historically and culturally intertwined territories.

Although industrial heritage has been addressed in tourism and regional development studies, fewer contributions have examined how cross-border inventories can support the integrated planning of industrial tourism routes. This gap is relevant in low-density border regions, where heritage assets are often dispersed, unevenly documented and managed by different institutional actors. By combining typological classification, territorial mapping, accessibility assessment and tourism interest evaluation, this study contributes to understanding how shared industrial heritage can be transformed into a strategic resource for cross-border tourism development.

In this context, this study demonstrates how cross-border cooperation can act as a catalyst for the preservation and promotion of industrial heritage. It emphasises the potential of joint strategies to enhance the visibility and sustainability of tourism resources across the cross-border region between *Terras de Trás-os-Montes* and *Castilla y León*, contributing to a deeper understanding of how shared heritage strengthens European territorial cohesion and fosters innovative forms of cultural and economic collaboration.

This paper is structured into five main sections. Following this introduction, the theoretical framework outlines the conceptual foundations of industrial and pre-industrial tourism and their relevance within cross-border contexts. The third section details the methodological procedures, describing the steps for data collection, validation, and mapping across Portuguese and Spanish territories. The fourth section presents and discusses the main results, focusing on the geographical distribution, typology, accessibility, and tourism potential of the identified heritage assets. Finally, the conclusions summarise the key findings, emphasising the implications of cross-border cooperation for sustainable territorial development, and outline strategic recommendations for future initiatives in the *Duero-Douro* region.

2. THEORETICAL FRAMEWORK

Industrial tourism emerged in the United States and the United Kingdom in the 1960s. Initially, this concept was conceived to promote the appreciation of industrial heritage in regions with a significant industrial past and provide opportunities for regional regeneration. From this initial association with post-industrial regeneration, the concept gradually expanded to other geographical contexts. It became connected with cultural tourism, heritage interpretation, urban and regional development, and territorial identity (Rodríguez-Zulaica, 2017).

This tourism segment constitutes an initiative that values historical industrial landscapes, contributing to urban development, community revitalisation, and the preservation of cultural and historical heritage. It involves the reuse of tangible elements of industrial history, such as transport infrastructures, hydraulic heritage, manufacturing and processing industries, energy production infrastructures, extractive industries, and metallurgical and steel industries (Yan et al., 2024; Scalabrini et al., 2025a).

It also refers to visits to operational industrial facilities where industry, rather than tourism, constitutes the main activity (Friel et al., 2024). Kretschmann (2020) emphasises the reuse of mining assets for cultural and tourism purposes. According to Montenegro et al. (2024), industrial tourism is a tourism branch of significant economic, cultural, and social value, providing unique experiences by allowing visitors to explore historical assets or companies in their entirety and to witness manufacturing processes.

Industrial tourism encompasses visits to locations related to industrial production, such as factories, distilleries, and wineries, enabling visitors to explore the history of production processes and offering them distinctive experiential opportunities (Gu et al., 2024). According to Sonja and Aleksandar (2015), this segment of tourism is based on converting inactive industrial heritage into tourist attractions. This may represent an innovative strategy for the rehabilitation of industrial territories, highlighting the potential transformation of former industrial facilities into tourist attractions. This allows visitors to learn about historical production processes, the evolution of

techniques, and the socioeconomic impacts of industries, contributing to the preservation of cultural heritage. This approach focuses primarily on the economic opportunities generated in degraded areas (Merylova, 2024).

Taking this into account, this tourism segment is relevant because it combines cultural, economic and territorial dimensions. From a cultural perspective, it contributes to the preservation of material and immaterial memories linked to production systems, labour practices, technological change and local ways of life. From an economic perspective, it may support the diversification of tourism products, the reuse of degraded or underused industrial spaces and the revitalisation of territories affected by industrial decline. From a territorial perspective, it can strengthen local identity, promote regional differentiation and support the development of thematic routes and networks of heritage-based attractions (Montenegro et al., 2024; Merylova, 2024).

Industrial heritage includes tangible and intangible elements inherited from industrial activities. Tangible elements include buildings, machinery, transport infrastructures, hydraulic structures, energy production facilities, mines, metallurgical complexes, textile units, food-processing facilities, wineries and other production-related assets. Intangible elements include technical knowledge, labour memories, production techniques, narratives of industrial communities and the symbolic meanings associated with industrial landscapes. Therefore, industrial heritage is not limited to monumental buildings or large factories. It also includes small-scale productive structures and everyday facilities that help explain the historical organisation of economic life in a given territory (Mažeikienė & Gerulaitienė, 2022).

Andrade-Suárez and Caamaño-Franco (2020) identified three main categories of industrial tourism: pre-industrial heritage, industrial heritage, and active industries, which can be further classified into industrial heritage and active sectors. Rodríguez-Zulaica (2017) distinguishes industrial tourism activities into visits to active factories and to inactive industrial heritage assets. These distinctions are important because each type of resource implies different forms of interpretation, management and tourism use. While active industries allow visitors to observe current production processes, inactive industrial sites require conservation strategies, musealisation, adaptive reuse, or heritage interpretation. Pre-industrial heritage, in turn, allows the interpretation of productive systems that preceded mechanised industrialisation and helps explain the transition from traditional modes of production to modern industrial systems.

Pre-industrial heritage refers to productive assets, techniques and landscapes associated with economic activities developed before the consolidation of industrialisation. These may include watermills, olive presses, wine presses, kilns, forges, craft workshops, hydraulic systems and other small-scale production structures. Although these assets are less visible than large industrial complexes, they are essential for understanding traditional livelihoods, local economies and historical relationships between communities and natural resources. In tourism terms, pre-industrial heritage can support narratives linked to rural life, traditional knowledge, local products, gastronomy, craft production and cultural landscapes. (Ibrahim & Mohammed, 2023).

Therefore, industrial heritage refers to assets associated with industrialisation and with the technological, economic and social transformations that accompanied it. This includes manufacturing and processing industries, railway and transport infrastructures, energy production facilities, extractive industries, metallurgical and steel industries, textile heritage, warehouses and other production-related structures. These assets are relevant for their architectural and technical value, and also for revealing how industrialisation transformed territories, mobility systems, labour relations, settlement patterns, and regional economies (Andrade-Suárez & Caamaño-Franco, 2020).

Active industries constitute a third category within industrial tourism. In this case, the industrial site continues to operate as a place of production, but it is also opened to visitors for educational, cultural, commercial or experiential purposes. Examples include wineries, distilleries, food-processing units, craft industries and other companies that organise guided visits or demonstrations. This category is important for tourism because it connects heritage, production and consumption, allowing visitors to observe how products are made, understand their territorial embeddedness and associate them with local identity and destination branding (Gu et al., 2024).

Building on these conceptual distinctions, the present study introduces an operational classification of industrial and pre-industrial heritage, dividing it into 10 categories: transport infrastructure; wineries; food industries; hydraulic heritage; manufacturing and processing industries; energy production infrastructure; extractive industries; metallurgical and steel industries;

textile heritage; and others. This classification enables the inventory to transcend mere asset enumeration, transforming it into an analytical tool for examining the prevailing productive traditions, spatial concentrations, and tourism potential within the Duero-Douro cross-border region.

Transport infrastructure includes railway stations, bridges, roads, ports, and other facilities associated with the movement of people, goods, and raw materials. They are relevant for interpreting the historical role of mobility and connectivity in the development of industrial territories (Shevtsova, 2023). Wineries and food industries reflect the importance of agro-industrial production, local products, and the relationship between industrial heritage, gastronomy, and wine tourism (Andrade-Suárez & Caamaño-Franco, 2020; Bu et al., 2024). Hydraulic heritage includes mills, dams, canals and other structures that demonstrate the historical use of water as a source of energy and production (Beer et al., 2018). Manufacturing and processing industries transform raw materials into finished or semi-finished products. In contrast, energy production infrastructures, extractive industries, metallurgical and steel industries and textile heritage reveal different stages of technological development and economic specialisation (Buitrago & Cànoves, 2022).

The classification of industrial heritage is relevant for tourism planning, as different categories require distinct valorisation strategies. Wineries and food industries may be integrated into experiential routes linked to local products and gastronomy (Andrade-Suárez & Caamaño-Franco, 2020; Bu et al., 2024). Transport infrastructures can support narratives related to mobility, trade and territorial connectivity (Shevtsova, 2023). Hydraulic and pre-industrial assets may be associated with rural landscapes, traditional knowledge and environmental interpretation (Beer et al., 2018). Extractive, metallurgical and manufacturing heritage may require more complex interpretation strategies when assets are degraded, inaccessible or disconnected from existing tourism flows (Buitrago & Cànoves, 2022).

In cross-border regions, these classifications also acquire an additional meaning. Industrial heritage may reveal shared productive histories, complementary economic trajectories and common cultural landscapes that extend beyond administrative borders. In the Duero-Douro region, the classification and mapping of industrial and pre-industrial heritage therefore provide a basis for identifying potential thematic routes, heritage clusters and opportunities for cooperation between Portuguese and Spanish municipalities (Scalabrini et al., 2025b). By linking heritage classification to territorial distribution, accessibility, and tourism interest, industrial tourism can contribute to cultural preservation, tourism diversification, and the construction of a shared cross-border identity.

Beyond classification, the inventorying of industrial heritage has been recognised as a strategic step for territorial development and tourism planning. Studies conducted in European regions with industrial traditions show that identifying and systematising industrial assets can support the transition from dispersed heritage resources to structured tourism products. In regions such as the Ruhr in Germany, Zabrze in Poland, Catalonia in Spain, and Tourcoing in France, industrial heritage inventories have emerged as a key force in the transition from manufacturing to service and leisure economies. This shift has helped alleviate the impact of structural unemployment by generating new job opportunities in tourism and creative industries (Laloyaux, 2016, Somoza-Medina & Monteserín-Abella, 2021, Pozzer, 2024).

These experiences demonstrate that industrial heritage can be an effective resource for tourism development when it is connected to broader strategies of interpretation, governance, and territorial promotion. Therefore, the inventory is a planning tool that helps identify heritage clusters, prioritise interventions and support public and private decision-making.

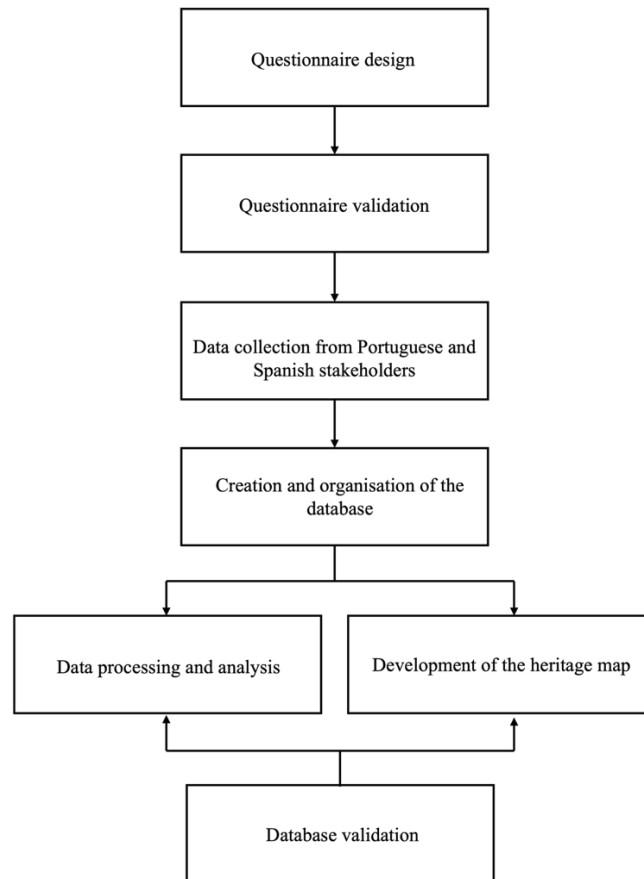
3. METHODS

The project's intervention area covers the cross-border territory along the *Duero-Douro* river, encompassing 22 Portuguese and 80 Spanish municipalities. These territories were selected based on their strategic location within the *Duero-Douro* region, the presence of relevant industrial and pre-industrial heritage for the project, and their potential for integration into a thematic tourism network.

To achieve the proposed objective, a collaborative methodology was established, involving 9 entities participating in the project and 21 researchers. This approach enabled the design and validation of a questionnaire for data collection from Portuguese and Spanish stakeholders, the

creation and organisation of a database cataloguing industrial heritage, the subsequent analysis of these data, the preparation of an industrial heritage map for the cooperation territory, and finally, the validation of the collected information (Figure 1).

Figure 1: Flowchart for the development of the database



Source: Authors' elaboration.

This methodological design was grounded in the principle of cross-border cooperation, ensuring that all stages, from questionnaire design to data validation, were jointly discussed and implemented by the Portuguese and Spanish partners. Such cooperation was not operational but strategic, seeking to harmonise data-collection procedures and develop a shared conceptual framework for classifying and evaluating industrial heritage. The involvement of both national teams ensured that the resulting database reflected the territorial diversity and cultural particularities of the two countries, while also promoting the creation of a common language and criteria for future joint tourism planning strategies.

The development of the database was guided by the conceptual distinctions presented in the theoretical framework, especially the differentiation between pre-industrial heritage, industrial heritage and active industries (Table 1). These conceptual categories were operationalised into ten empirical categories adapted to the productive and territorial specificities of the Duero-Douro cross-border region: transport infrastructures, wineries, food industries, hydraulic heritage, manufacturing and processing industries, energy production infrastructures, extractive industries, metallurgical and steel industries, textile heritage and others.

Table 1: Identification of variables

Variable	Alternatives of answers
Location	Country (Portugal; Spain); Municipality (Portugal; Spain); Full address
Name of Heritage Asset	Fill in with the name of the heritage asset
GPS Coordinates	Latitude; Longitude
Category	Transport infrastructures; Wineries; Food industries; Hydraulic heritage; Manufacturing and processing industries; Energy production infrastructures; Extractive industries; Metallurgical and steel industries; Textile heritage; Others
Description	Brief summary of the heritage asset
Prepared to receive visitors	Yes / No
Visiting hours	Fill in with weekly operating hours
Level of universal accessibility	5-point Likert scale: 1 – Totally inaccessible (no adaptations for reduced mobility, physical barriers to access); 2 – Inaccessible (some adaptations but insufficient, creating barriers); 3 – Partially accessible (some areas not fully adapted); 4 – Accessible (most areas adapted); 5 – Totally accessible (no barriers, entirely accessible)
Contact information	Telephone, Email, Facebook, Instagram, YouTube, Website
Tourism interest level	5-point Likert scale: 1 – No interest (poorly known, no facilities); 2 – Low interest (some basic visitor structures, no complementary attractions); 3 – Moderate interest (some historical or cultural appeal, basic infrastructure); 4 – High interest (known asset, historical/cultural value, complementary attractions); 5 – Extremely high interest (widely known, strong historical/cultural significance, meets visitor expectations)
Ownership	Public / Private
Protection status	Yes / No
Level of importance for the project	5-point Likert scale: 1 – Not important (little historical or cultural relevance); 2 – Less important (limited importance); 3 – Indifferent (regionally recognised, some visitor potential); 4 – Very important (high historical and cultural value); 5 – Extremely important (well-preserved, highly valued, widely known)

Source: Authors' elaboration.

It is important to emphasise that the questionnaire was implemented using Google Forms. This tool was chosen due to its ability to integrate all stages of the process, automatic data organisation in Google Sheets, creation of the heritage map (using Google Maps), and generation of analytical reports (via Looker Studio). Moreover, it allows for real-time data sharing among all project partners.

Following this, the data collection process was initiated. A Google Forms questionnaire was disseminated to the Municipalities and project partners in both Portugal and Spain for their completion. Alternatively, an Excel spreadsheet was provided, enabling entities to enter the information directly, which was subsequently incorporated into the final database.

To ensure a higher response rate, the implementation team contacted institutional representatives by telephone and email to clarify the questionnaire's content, purpose, and the relevance of the data collection to the project's execution. Additionally, the team complemented the data using secondary sources (official documents from Municipalities, websites, and other publicly accessible digital platforms), filling in missing information and cataloguing industrial heritage elements, particularly in Portugal. This approach enriched the database by integrating direct field data with secondary information, ensuring broader coverage and representativeness of existing heritage assets.

The collected data enabled the construction of a detailed database, which is essential for valorising and promoting industrial tourism in the region. The identification and mapping of these elements were fundamental to fostering cultural and industrial tourism development, contributing to heritage preservation and the economic revitalisation of the involved territories.

Upon the completion of data collection, the information was systematically stored in a Google Sheets file within the project's cloud system. Data on 1,075 heritage assets in Portugal and Spain facilitated the development of a map illustrating the geographic distribution of industrial tourism resources. Additionally, a descriptive analysis was conducted to enhance the understanding of the current state of industrial and preindustrial heritage.

The validation phase further underscores the project's collaborative nature. Nine institutional partners, on both sides of the border, collectively assessed the database's consistency and accuracy. This process exemplifies the benefits of cross-border governance, where shared knowledge and complementary expertise enhance data reliability and foster mutual learning between Portuguese and Spanish institutions.

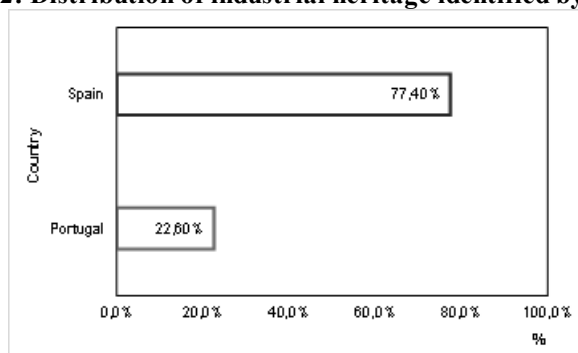
The final stage of database development consisted of data validation by nine partners from the project. The compiled database was presented to the consortium members during a meeting, where all partners had full access and, based on their prior knowledge of the territory, validated the content related to industrial heritage.

4. MAIN FINDINGS

4.1. Geographical Distribution of Industrial and Pre-Industrial Heritage

The geographical distribution of industrial heritage within the project's cooperation territory is illustrated in Figure 2. The data reveal that Portugal accounts for 243 identified assets (approximately 23%), whereas Spain registers 832 assets (77.4%), totalling 1,075 catalogued industrial heritage assets. The disparity between the two countries may be associated with their territorial size, diversity of industrial activities, and historical processes of industrialisation. However, this difference does not imply a disparity in the relative importance of industrial heritage in Portugal and Spain.

Figure 2: Distribution of industrial heritage identified by country



Source: Authors' elaboration.

When analysing the distribution of industrial heritage by municipality in Portugal, the highest concentration was found in *Mirandela*, with 31 records (approximately 13%), followed by *Tabuaço*, with 28 (about 12%), and *Bragança*, with 27 (11%). *Peso da Régua* records 19 assets (approximately 8%), and *Torre de Moncorvo* follows with 17 (7%), as listed in Table 2. These results indicate a significant concentration of industrial heritage in specific municipalities, which may reflect both the historical relevance of industrial activity in these areas and the effectiveness of local heritage inventories and valorisation processes. Municipality-based analysis also allows identification of spatial distribution patterns, which can serve as a foundation for developing strategies for heritage conservation, valorisation, and tourism promotion at the regional level.

Table 2: Distribution of Industrial Heritage Identified by Municipality - Portugal

Municipality	n	%	Municipality	n	%
<i>Mirandela</i>	31	12.8	<i>Macedo de Cavaleiros</i>	11	4.5
<i>Tabuaço</i>	28	11.5	<i>Vila Nova de Foz Côa</i>	10	4.1
<i>Bragança</i>	27	11.1	<i>Carrazeda de Ansiães</i>	10	4.1
<i>Peso da Régua</i>	19	7.8	<i>Miranda do Douro</i>	10	4.1
<i>Torre de Moncorvo</i>	17	7.0	<i>Alfândega da Fé</i>	9	3.7
<i>Sabrosa</i>	14	5.8	<i>Alijó</i>	9	3.7
<i>São João da Pesqueira</i>	12	4.9	<i>Others</i>	24	10.0
<i>Vinhais</i>	12	4.9	Total	243	100.0

Source: Authors' elaboration.

Table 3 shows the distribution of industrial heritage across Spanish municipalities within the project's cooperation area. The city with the highest number of registered points of interest is Valladolid, which has catalogued 250 assets, representing 30% of the total, followed by *Toro* (75; 9%), *Zamora* (53; 6.4%), and *Peñaflor* (47; 5.6%). Other noteworthy municipalities included *Tudela de Duero* and *Pesquera de Duero* (28 each; 3.4%), *Fermoselle* (22; 2.6%), *Tordesillas* and *Hinojosa de Duero* (21 each; 2.5%), *La Seca* (18; 2.2%), and *Quintanilla de Onésimo* (14; 1.7%). *La Fregeneda* and *Sardón de Duero* had 12 records (1.4%), whereas *Laguna de Duero* and *Quintanilla de Arriba* had 10 each (1.2%). The remaining 211 assets (25.5%) are dispersed among other municipalities, indicating a broad geographical distribution of industrial heritage across the Spanish territory covered by this project.

The predominance of *Valladolid* may be related to its historical role as an industrial and logistical centre in *Castilla y León*, as well as the maturity of its local heritage inventory processes. Municipal distribution analysis enables the identification of high-density heritage areas and supports the design of strategic conservation, enhancement, and industrial tourism development initiatives in Spain.

Table 3: Distribution of Industrial Heritage Identified by Municipality - Spain

Municipality	n	%	Municipality	n	%
<i>Valladolid</i>	250	30.0	<i>La Seca</i>	18	2.2
<i>Toro</i>	75	9.0	<i>Quintanilla de Onésimo</i>	14	1.7
<i>Zamora</i>	53	6.4	<i>La Fregeneda</i>	12	1.4
<i>Peñaflor</i>	47	5.6	<i>Sardón de Duero</i>	12	1.4
<i>Tudela de Duero</i>	28	3.4	<i>Laguna de Duero</i>	10	1.2
<i>Pesquera de Duero</i>	28	3.4	<i>Quintanilla de Arriba</i>	10	1.2
<i>Fermoselle</i>	22	2.6	<i>Others</i>	211	25.5
<i>Tordesillas</i>	21	2.5	Total	832	100
<i>Hinojosa de Douro</i>	21	2.5			

Source: Authors' elaboration.

4.2. Heritage Classification by Category

Considering the entire cooperation territory, the analysis of distribution by category (Table 4) provides a better understanding of the nature and original functions of the identified assets. The data reveal three predominant typologies, which together represent 75.4% of all catalogued industrial heritage. This concentration reflects the historical significance of industrial sectors in shaping the economic and productive patterns of both countries.

Table 4: Industrial Heritage by Category and Country

Category	Portugal n (%)	Spain n (%)	Total n (%)
Transport infrastructures	46 (18.9)	288 (34.6)	334 (31.1)
Wineries	66 (27.2)	189 (22.7)	255 (23.7)
Food industries	62 (25.5)	159 (19.1)	221 (20.6)
Hydraulic heritage	19 (7.8)	81 (9.7)	100 (9.3)
Manufacturing and processing industries	19 (7.8)	51 (6.1)	70 (6.5)
Energy production infrastructures	7 (2.9)	37 (4.4)	44 (4.1)
Extractive industries	16 (6.6)	9 (1.1)	25 (2.3)
Metallurgical and steel industries	1 (0.4)	11 (1.3)	12 (1.1)
Textile heritage	2 (0.8)	4 (0.5)	6 (0.6)
Others	5 (2.1)	3 (0.4)	8 (0.7)
Total	243 (100.0)	832 (100.0)	1,075 (100.0)

Source: Authors' elaboration.

Based on the information presented in Table 4, transport infrastructure constitutes the most representative category, with 334 elements (31.1% of the total). These include assets such as railway stations, bridges, ports, and other structures linked to mobility and freight transport. The wine industry ranked second, with 255 elements (23.7%), reflecting the historical and economic importance of viticulture in the Iberian regions, particularly in cross-border areas. The food industry

ranked third with 221 elements (20.6%), encompassing production and processing facilities that reflect local gastronomic and productive traditions. Together, these three categories account for over three-quarters of all catalogued heritage assets, underscoring the historical weight of key sectors such as transport, wine production, and food processing in the socio-economic development of the regions studied.

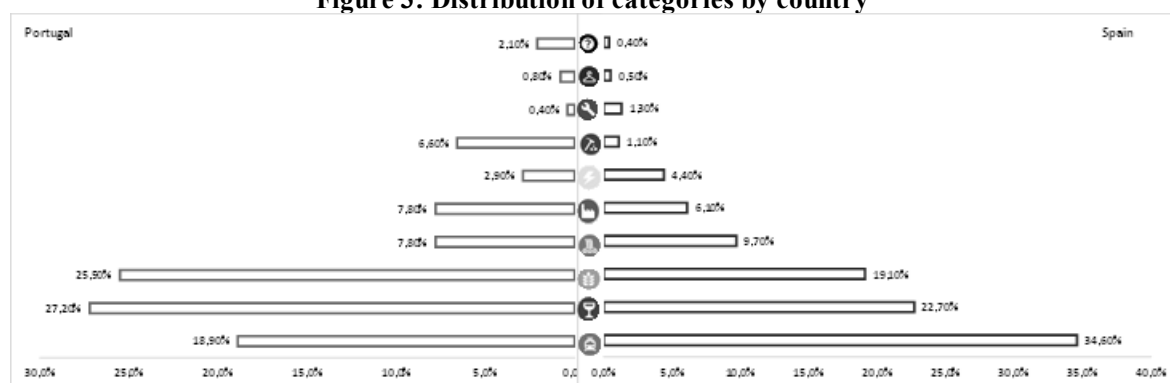
The remaining categories show lower representation: hydraulic heritage includes 100 elements (9.3%), manufacturing industries record 70 elements (6.5%), energy production infrastructures total 44 (4.1%), extractive industries comprise 25 (2.3%), metallurgical and steel industries 12 (1.1%), textile heritage 6 (0.6%), and other types of industrial heritage 8 (0.7%). This distribution pattern suggests that, while typological diversity exists, the intense concentration in specific categories can guide future valorisation and preservation strategies, focusing on sectors of the most tremendous territorial and symbolic significance.

In Portugal, the distribution of categories has some specificities. The wine industry is the most representative, with 66 elements (27.2%), reflecting the strong viticultural tradition, particularly in the *Douro* region of Portugal. Food industries occupied second place with 62 elements (25.5%), emphasising the importance of traditional food production, while transport infrastructure ranked third with 46 elements (18.9%), a considerably lower proportion than in Spain. This may reflect historical differences in transport network density or preservation and inventory criteria. Moreover, extractive industries in Portugal are of greater significance (16 elements; 6.6%) than in Spain, likely due to Portugal's long history of mining, especially in regions such as *Trás-os-Montes* and *Alto Douro*.

In Spain, transport infrastructure dominated (288; 34.6%), suggesting a more developed or better-preserved transport heritage network. The wine industry remains highly relevant (189; 22.7%), followed by the food industry (159; 19.1%), with a pattern similar to that in Portugal. The hydraulic heritage records 81 elements (9.7%), which is slightly higher than that in Portugal.

The analysis of the distribution of industrial and pre-industrial heritage in the cooperation regions between Portugal and Spain (Figure 3) reveals distinct patterns that reflect the two countries' economic trajectories. While Portugal shows a greater concentration in the wine and food industries, Spain stands out for its transport infrastructure heritage. These differences may result from national heritage preservation priorities or institutional engagement in the project. Further analysis could clarify how historical patterns of industrialisation have shaped these spatial trends.

Figure 3: Distribution of categories by country



Source: Authors' elaboration.

Additionally, the disparity in the total number of registered elements (243 in Portugal vs 832 in Spain) may stem from differences in heritage preservation policies, the maturity of regional inventories, and the level of institutional involvement of local authorities, all of which likely influenced data comprehensiveness and quality.

These distribution patterns illuminate the historical evolution of industrial activity in cross-border regions and provide a solid basis for defining differentiated strategies for heritage valorisation, cultural planning, and sustainable territorial development.

4.3. Accessibility for Visitation and Tourism Interest

To assist in defining thematic routes for the industrial heritage of the cooperation territory, two additional variables were included in the database: accessibility and tourism interest.

A 5-point Likert scale was used to assess accessibility. Of all the listed assets, 668 were classified, yielding the following distribution: 1 - totally inaccessible (5.7%); 2 - inaccessible (20.1%); 3 - partially accessible (44.0%); 4 - accessible (17.2%); and 5 - totally accessible (13.0%). These results indicate that many heritage assets have undergone some adaptation, although full accessibility is limited. Therefore, there is a clear need for investment to improve accessibility to the catalogued assets.

Similarly, the tourism interest level was assessed for 655 assets: 1 - no interest (3.1%); 2 - low interest (19.5%); 3 - moderate interest (31.8%); 4 - high interest (27.3%); and 5 - extremely high interest (18.3%). The predominance of ratings between 2 and 3 points suggests that, while most assets are known and have some basic infrastructure, complementary attractions remain lacking. Moreover, heritage assets generally evoke historical or cultural interest. It is important to emphasise that these results reflect the perceptions of stakeholders responsible for providing information. The findings on both accessibility and tourism interest will be crucial for guiding subsequent project activities.

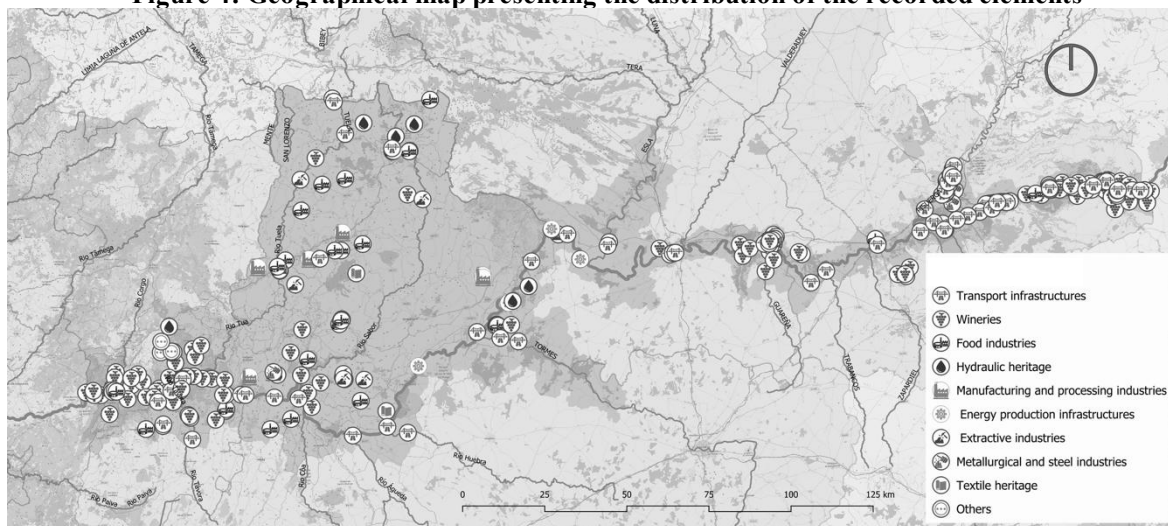
In terms of classification, only 117 assets (10.8%) are officially protected by institutions such as UNESCO or by national and local authorities, 538 (49.9%) are unclassified, and the remainder did not answer this question. Regarding ownership, 32.3% were owned by public entities, 21.9% were privately owned, and 36.7% had no ownership identified.

4.4. Development of the Map

An interactive map in Google Maps was created to facilitate the identification of industrial heritage sites. The collected data were integrated into this map, enabling a clear, detailed visualisation of the various points of interest and providing a better understanding of their territorial distribution and tourism potential.

The developed map (Figure 4) presents a detailed geographical representation of industrial and pre-industrial heritage located in the cross-border region between Portugal and Spain, with a particular emphasis on the *Douro-Duero* territory. The spatial distribution shows a significant concentration in Portuguese municipalities such as *Mirandela*, *Tabuaço*, and *Bragança*, while in Spain, higher densities are observed in *Valladolid*, *Toro*, *Zamora*, and *Peñafiel*.

Figure 4: Geographical map presenting the distribution of the recorded elements



Source: Authors' elaboration.

The categorisation of the identified heritage reflects the richness and diversity of the industrial heritage across the territory. Among the main heritage types, wineries stand out, illustrating the long-standing winemaking tradition of the *Douro-Duero* region, as well as transport infrastructures such as historic railway stations and bridges, which testify to the impact of industrialisation on regional connectivity. Additionally, hydraulic structures, such as watermills and historical dams, demonstrate the use of water resources for industrial activities over the centuries.

Spatial analysis also identified areas of high heritage density, suggesting the existence of clusters of great historical and cultural value. The typological diversity and geographical dispersion of these assets reinforce the region's significance within the context of industrial and pre-industrial heritage, offering an integrated perspective on its historical evolution.

Thus, the map represents a fundamental tool for the valorisation and safeguarding of this legacy, enabling a more comprehensive understanding of its distribution and characteristics and supporting the formulation of strategies that promote both its conservation and sustainable tourism use (Çınar et al., 2025). Ultimately, this map serves as a foundation for developing thematic cross-border industrial routes throughout the region.

5. DISCUSSION

The analysis of the results shows that the industrial and pre-industrial heritage of the Duero-Douro region is characterised by high typological diversity and a strong territorial asymmetry between Portugal and Spain. This quantitative asymmetry (243 vs 832 inventoried assets) should be interpreted with caution, not as an indication of lesser heritage relevance in the Portuguese territory, but as a consequence of structural and institutional factors that influence the intensity of inventorying. Studies conducted in other European regions with an industrial tradition, such as the Ruhr in Germany, Zabrze in Poland, Catalonia in Spain and Tourcoing in France, show that the density of industrial heritage is often explained by the historical presence of transportation infrastructures, agro-industrial concentration, and post-industrialization processes that have promoted models of territorial redevelopment geared toward tourism and culture (Pardo Abad & Benito Del Pozo, 2021, Silva & Zimmermann, 2025). In the Iberian case under analysis, the predominance of transportation infrastructures on the Spanish side (34.6 per cent) and of wine industries on the Portuguese side (27.2 per cent) reveals the coexistence of distinct historical and productive trajectories, with direct impacts on the types of resources available for building tourism offerings. The discussion of the results also allows us to identify relevant implications for public policy and regional planning. Firstly, the database created serves as a territorial diagnostic tool that can support municipalities and regional entities in the design of heritage enhancement strategies. Secondly, the identification of industrial heritage clusters can guide investments in themed routes, cultural networks, and territorial branding, aligned with international trends such as the Council of Europe's Cultural Routes or the European networks of industrial heritage. Thirdly, the collaborative validation of data between Portuguese and Spanish institutions demonstrates that cross-border cooperation, when operationalised through shared technical processes, can generate institutional value, reduce information asymmetries, and increase public efficiency in territorial management.

6. FINAL CONSIDERATIONS

The implementation of this cross-border cooperation initiative enabled the collection and organisation of a dataset on industrial and pre-industrial heritage in the *Duero-Douro* region. This process constitutes a key step toward the valorisation and promotion of the territories involved. The creation of an interactive map based on the collected data proved to be a vital tool for identifying and disseminating heritage elements, facilitating both the understanding of their territorial distribution and the future design of thematic industrial tourism routes across the border.

The mapping of industrial heritage resources demonstrates the centrality of cross-border cooperation in shaping the development strategies for industrial tourism in this region. By uniting Portuguese and Spanish stakeholders around a shared vision, the initiative demonstrated how collaboration can transcend administrative boundaries to foster shared values. This fostered the

identification of heritage assets and the construction of a joint narrative that positions the *Duero-Douro* region as a cohesive cultural and economic space within the Iberian Peninsula. This cooperative dimension was essential for transforming dispersed local initiatives into a structured transnational strategy for heritage valorisation and sustainable tourism.

The systematisation of data achieved through collaborative work enhanced the understanding of the existing heritage and supported the development of conservation and sustainability strategies. It also provides an empirical basis for decision-making and policy design, particularly for prioritising interventions and promoting a coordinated public plan for the use of cultural and tourism resources.

Furthermore, the cross-border framework offers an exemplary model of how European cooperation initiatives can operate to innovate the governance of territories. Through shared databases, participatory decision-making, and mutual capacity building, the process has strengthened institutional relations and encouraged policy convergence between Portugal and Spain. The results show that cross-border cooperation, when anchored in heritage and culture, preserves collective memory and generates tangible opportunities for economic diversification, identity reinforcement, and long-term sustainability.

The findings indicate that the industrial and pre-industrial heritage in the *Duero-Douro* region is diverse and holds significant development potential across different categories, with transport infrastructure, wineries, and food industries emerging as the most representative. Nevertheless, investments in accessibility, conservation, and visitor infrastructure are necessary to fully realise this potential. Improving interpretive materials, signs, and territorial integration would enhance the incorporation of these resources into structured, sustainable tourism products.

Finally, this study contributes to a broader reflection on how shared industrial heritage can serve as a strategic driver of regional cooperation and sustainable development. By reinforcing cultural and territorial interdependence, cross-border collaboration between Portugal and Spain emerges as an instrument for promoting cohesive, inclusive, and innovative development in the Iberian interior region.

Finally, it is noteworthy that the study offers contributions on three complementary levels. At the empirical level, it provides a systematic cross-border inventory, which is rare in the Iberian literature on industrial tourism. On the methodological level, it demonstrates the feasibility of using collaborative tools to produce territorial data across borders. On the conceptual level, it reinforces the understanding of industrial heritage as a cultural and economic resource capable of generating territorial cohesion and shared identity narratives.

It is further noted that advancing the debate on the topic may involve comparative studies with other European borders, analyses of residents' perceptions, economic evaluations of tourism products, and studies of multilevel governance applied to industrial heritage.

REFERENCES

- Andrade-Suárez, M., & Caamaño-Franco, I. (2020). The relationship between industrial heritage, wine tourism, and sustainability: A case of local community perspective. *Sustainability*, 12(18), 7453. <https://doi.org/10.3390/SU12187453>
- Beer, M., Rybár, R. & Kaľavský, M. (2018) Renewable energy sources as an attractive element of industrial tourism. *Current Issues in Tourism*, 21(18), 2139-2151. <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1316971>
- Bu, J., Ye, J., Wang, M., He, J., Wu, T, Xu, X. & Qie, G. (2026). Sustainable development of Chinese Baijiu Tourism resources: an analytical approach for evaluation and guidance. *Environment, Development and Sustainability*, 28, 14483–14500 <https://doi.org/10.1007/s10668-024-05494-5>
- Buitrago, J., & Cànoves, G. (2022). Potencialidad del turismo industrial y su sociedad civil en dos casos de destinos andinos: análisis evolutivo de las fábricas de Samacá (Colombia) y el Campamento Sewell (Chile). *Cuadernos De Turismo*, (50), 21–43. <https://doi.org/10.6018/turismo.541851>
- Çınar, K., Zafer Kavacık, S., & Erul, E. (2025). Bibliometric Analysis of GIS-based Tourism Research: Trends, Topics, and Future Directions in Terms of Sustainable Tourism Management. *Safe Open*, 15(2), 21582440251335733. <https://doi.org/10.1177/21582440251335733>

Fogarasi, J. (2024). A review of the literature on the cross-border cooperation in Europe. *DETUROPE - The Central European Journal of Regional Development and Tourism*, 16(3), 121-144. <https://doi.org/10.32725/det.2024.014>

Friel, M., Murtarelli, G., & Ottaviani, V. (2024). Unlocking the power of strategic communication: a deep dive into industrial tourism and engaging company openings. *Sinergie, Italian Journal of Management*, 42(3), 247-269 <https://doi.org/10.7433/s125.2024.12>

Gu, Q., Li, M., & Kim, S. S. (2024). Effects of liquor and wine heritage stimuli on tourists' experiential value and behavioral intentions. *Journal of Destination Marketing and Management*, 34. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2024.100961>

Ibrahim, R. L., & Mohammed, A. (2023). On energy transition-led sustainable environment in COP26 era: policy implications from tourism, transportation services, and technological innovations for Gulf countries. *Environmental Science and Pollution Research*, 30(6), 14663–14679. <https://doi.org/10.1007/s11356-022-23165-8>

Kretschmann, J. (2020). Post-Mining-a Holistic Approach. *Mining, Metallurgy & Exploration*, 37, 1401–1409. <https://doi.org/10.1007/s42461-020-00265-y>

Laloyaux, S. (2016). Which industrial tourism in Tourcoing? (area of Lille). *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 11(3), 436-446. <https://doi.org/10.2495/SDP-V11-N3-436-446>

Mažeikienė, N. & Gerulaitienė, E. (2022) Negotiating post-nuclear identities through tourism development in the 'atomic town' Visaginas. *Journal of Baltic Studies*, 53(3), 437-457. <https://doi.org/10.1080/01629778.2022.2092163>

Merylova, I. (2024). Revitalizing industrial territories in Ukraine: Spatial model of the tourism cluster in the Prydniprovsk region. *Frontiers of Architectural Research*, 13(6), 1342-1362. <https://doi.org/10.1016/j.foar.2024.03.015>

Montenegro, Z., Marques, J., & Sousa, C. (2024). Regional Development Through Industrial Tourism: A Systematic Literature Review. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 68, 7–27. <https://doi.org/10.59072/RPER.VI68.594>

Pardo Abad, C., J. & Benito Del Pozo, P. (2021). Industrial Heritage in Spain: main elements and new tourism use projects. *Analele Asociației Profesionale a Geografilor din România*, 12 (12), 5-27.

POCTEP - Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (2024). *Interreg España-Portugal, Fondo Europeo de Desarrollo Regional*. <https://2007-2020.poctep.eu/pt-pt/inicio-2014-2020>

Pozzer, G. (2024). Route to nowhere: assessing the failure of the Ave Basin Industrial Heritage Route (Portugal). *International Journal of Heritage Studies*, 30 (4), 404-419. <https://doi.org/10.1080/13527258.2024.2303100>

Rodríguez-Zulaica, A. (2017). Redefiniendo el concepto de turismo Industrial: Comparativa de la terminología en la literatura castellana, francesa y anglosajona. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 15(2), 311–318. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2017.15.019>

Scalabrini, E., Vaz, M., Teixeira, J.P., Rojo, C. J. R., Alonso, D., Mestre, L. & Fernandes, P.O. (2024). Cross-Border Tourism: A Residents' Perspective of the Iberian Meseta Reserve. In: Carvalho, J.V., Abreu, A., Liberato, D., Rebollo, J.A.D. (eds) *Advances in Tourism, Technology and Systems. ICOTTS 2023. Smart Innovation, Systems and Technologies*, vol 384 (pp. 215-227). Singapore: Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-981-99-9758-9_17

Scalabrini, E., Alves, F., Neto, R., Teixeira, F.L., Garcia, J., Vaz, R., Teixeira, J.P. & Fernandes, P.O. (2025a). Population Dynamics and Economic Strategies for Enhancing Industrial Heritage: A Bibliometric Overview. In: Gaspar, P.M., Facal, D., Navarro-Pardo, E., Ramadani, V. (eds) *Demographic Transitions, Health, and Well-Being. ICDTHT 2025. Springer Proceedings in Business and Economics* (pp. 347-355). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-94487-1_31

Scalabrini, E., Alves, F., Neto, R., Teixeira, F.L., Garcia, J., Teixeira, J.P., Vaz, R. & Fernandes, P.O. (2025b). Defining industrial tourism in the cross-border region of Portugal and Spain. In: Fernandes, P.O. et al. (eds) *IX Regional Helix'25 Transforming regions through innovation, sustainability and collaboration* (pp. 102-105). UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança. <https://doi.org/10.34620/978-972-745-355-9>

- Silva, G. & Zimmermann, K. (2025). Industrial Heritage and tourism development in the Ruhr metropolis. *Cad. Metropole*, 27(62), 1-18. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2025-6266145-en>
- Sebentsov A.B. (2020) Cross-border cooperation on the EU-Russian borders: results of the program approach. *Geography, Environment, Sustainability*, 13(1), 74-83. <https://doi.org/10.24057/2071-9388-2019-136>
- Shevtsova, G. (2023). The historic Lake Biwa Canal as a permanent catalyst for the development of Kyoto's landscape architecture. *Architectural Studies*, 9(2), 20-34. <https://doi.org/10.56318/as/2.2023.20>.
- Somoza-Medina, X. & Monteserín-Abella, O. (2021). The Sustainability of Industrial Heritage Tourism Far from the Axes of Economic Development in Europe: Two Case Studies. *Sustainability* 13, 1077. <https://doi.org/10.3390/su13031077>
- Sonja, Č., & Aleksandar, T. (2015). Possibilities of Industrial Heritage Reuse as Tourist Attractions – a case study of the City of Zrenjanin. *Geographica Pannonica*, 19(2), 44-49. <https://doi.org/10.5937/GeoPan1502044C>
- Yan, M., Li, Q., & Song, Y. (2024). Spatial and Temporal Distribution Characteristics and Influential Mechanisms of China's Industrial Landscape Based on Geodetector. *Land*, 13(6), 746. <https://doi.org/10.3390/land13060746>

Acknowledgments

This project is being carried out within the scope of the IN_GENIOS_DUERO_DOURO, Cooperación para la puesta en valor de la cultura industrial del Duero-Douro a través del turismo, 0247_IN_GENIOS_DUERO_DOURO_2_E, financed by FEDER, through the POCTEP.

The authors are also grateful for the financial support conceded by national funds through FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. under the project UNIAG UID/04752/2025 (DOI 10.54499/UID/04752/2025).

Desigualdades Regionais no Emprego em Portugal: Uma abordagem baseada no Quociente de Localização e no Índice de Hirschman-Herfindahl

Regional Inequalities in Employment in Portugal: An Approach Based on the Location Quotient and the Hirschman-Herfindahl Index

Laudelina Alves Ribeiro

laudelinaribeiro@outlook.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil

Jefferson Andronio Ramundo Staduto

jefferson.staduto@unioeste.br

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil

Rui Manuel de Sousa Fragoso

rfragoso@uevora.pt

Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Gestão, CEFAGE, Largo dos Colegiais, 2, 7004-516 Évora

Maria Conceição Peixe Rego

mcpr@uevora.pt

Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Economia, CEFAGE, Largo dos Colegiais, 2, 7004-516 Évora

Resumo

Este estudo analisa o comportamento locativo e a concentração do emprego nos setores de atividade económica, ao nível das NUTS III, em Portugal e nos seus principais municípios, em 2011 e 2021. A metodologia utilizada baseou-se no Quociente de Localização (QL) e no Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH). Os resultados evidenciam a prevalência do setor terciário nas NUTS III e nos municípios analisados, o que significa a especialização e concentração do emprego nas atividades económicas deste sector. A concentração do emprego em atividades do setor terciário, muitas das quais de baixo valor acrescentado, torna os municípios e as regiões mais expostas a crises de natureza económica e social, diminuindo a resiliência e originando maiores disparidades regionais. quedado que a terciarização da economia portuguesa está baseada em bens e serviços de baixo valor, muito dos quais de natureza não transacionável, sugere-se que a política pública deva privilegiar a reindustrialização e o desenvolvimento de serviços geradores de elevado valor acrescentado.

Palavras-chaves: Desenvolvimento regional; Disparidades regionais; Emprego; Indicadores de localização.

Códigos JEL: O0; O1; O2; R1

Abstract

This study analyses locational behaviour and employment concentration in economic sectors at the NUTS III in Portugal and its main municipalities in 2011 and 2021. The methodology used was based on the Location Quotient (LQ) and the Hirschman-Herfindahl Index (HHI). The results highlight the prevalence of the tertiary sector in NUTS III and municipalities, which indicates the specialization and concentration of employment in economic activities within this sector. The concentration of employment in tertiary sector activities, many of which are low value-added, leaves municipalities and regions more vulnerable to economic and social crises, reducing resilience and leading to greater regional disparities. Given that the tertiarization of the Portuguese economy is based on low-value goods and services, many of which are non-tradable, it is suggested that public policy should prioritise reindustrialisation and the development of high-value-added services.

Keywords: Regional development; Regional disparities; Employment; Location indicators.

JEL Classification: O0; O1; O2; R1

1. INTRODUÇÃO

As assimetrias inter-regionais, na generalidade dos países, estão relacionadas com o aumento das disparidades entre as regiões, mesmo com o aumento do nível de desenvolvimento global e da qualidade de vida nas diversas regiões. Este é o cenário também em Portugal, um país localizado no extremo oeste da Europa, e que integra a União Europeia desde 1986 (então designada como Comunidade Económica Europeia). A população e as atividades económicas estão distribuídas desigualmente, num processo que é simultaneamente causa e efeito de disparidades no desenvolvimento regional. A população, o emprego e a atividade económica, concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde residem, respetivamente, 27,7% e 16,8% dos portugueses, segundo dados do Recenseamento da População de 2021.

Este processo de concentração, populacional e de emprego, que apresenta os primeiros sinais a partir dos idos anos 60 do século XX, não parece dar sinais de abrandar e é apenas uma das faces visíveis do problema das assimetrias regionais. Alterações estruturais das atividades produtivas como a redução da importância económica da agricultura, o abandono das áreas predominantemente rurais, a industrialização, ainda que tardia e muito concentrada geograficamente, num primeiro momento, e a terciarização da economia, posteriormente, marcam a evolução do trabalho e da localização da população. No entanto, a terciarização não é um fenómeno exclusivo de Portugal, mas uma transformação estrutural que foi comum à generalidade das economias desenvolvidas e em que o setor dos serviços ganhou centralidade no emprego e no valor acrescentado. O caso português distinguiu-se pela persistência de uma especialização excessivamente concentrada em serviços de menor valor acrescentado, por forte peso de atividades não transacionáveis e pela elevada polarização territorial em torno das áreas metropolitanas. Assim, mais do que a expansão dos serviços em si, importa distinguir a qualidade desses serviços e o modo como se distribuem pelo território. Portanto, para além de serem muito baseados em atividades pouco qualificadas e geradoras de bens de baixo valor acrescentado, tiveram como consequência o despovoamento de grande parte do território português e o aumento, populacional e económico, das áreas urbanas, particularmente as áreas metropolitanas, o que moldou as disparidades entre as regiões portuguesas (Rego et al., 2023; Reis, 2023b).

Além disto, outra das características estruturais da economia portuguesa é o forte envelhecimento da população. Em 2024, o índice de envelhecimento era de 192,4 (INE, 2025). Este fenómeno, sendo transversal a todo o território, é mais severo nas regiões mais despovoadas, contribuindo para o agravamento do chamado ciclo vicioso da baixa densidade.

As assimetrias regionais em Portugal fazem-se sentir sobretudo no domínio da competitividade: as regiões com níveis de competitividade mais elevados localizam-se no litoral do país, nomeadamente as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e a região de Aveiro, sendo neste domínio que se registam as maiores diferenças inter-regionais (INE, 2021). As áreas metropolitanas e as regiões com fortes características exportadoras (a Península de Setúbal e o Algarve),

distinguem-se das restantes regiões portuguesas sobretudo pelas características decorrentes da aglomeração económica (Rego et al., 2021). Em todos estes casos, a intensidade e a natureza do emprego criado são fatores determinantes do desenvolvimento dessas regiões. Com o intuito de compreender o comportamento das dinâmicas do emprego nas diversas regiões portuguesas, por sector de atividade, este estudo pretende analisar as diferenças locativas e na concentração do emprego, ao nível das NUTS III e dos seus principais municípios, enquanto aglomerados populacionais potenciadores de desenvolvimento. Assim, este estudo analisou o comportamento locativo e a concentração do emprego nos principais setores de atividade económica, a partir de dados recolhidos nos Recenseamentos da População de 2011 e 2021. Os dados foram analisados com base em indicadores como o Quociente de Localização e o Índice de Hirschman-Herfindahl. A utilização deste tipo de indicadores nos estudos de natureza territorial, permite analisar o comportamento de uma dada variável, de um sector de atividade, por comparação com uma unidade territorial padrão, que se entende de referência.

Este estudo visa contribuir para ampliar o conhecimento sobre o emprego, variável fortemente associada às assimetrias de desenvolvimento e tema central na ciência regional. O emprego relaciona-se com a geração de valor e com o rendimento regional e respetivos efeitos multiplicadores. Entender o dinamismo do emprego nos setores de atividade económica e as relações intra e inter-regionais é fundamental para entender a dinâmica produtiva e informar a elaboração de políticas públicas dirigidas para a correção das fragilidades detectadas. O estudo também possibilita sua replicação em diversos contextos territoriais.

Além dessa introdução, este estudo contempla mais quatro secções. A segunda secção aborda breves notas de enquadramento teórico, destacando-se o contributo dos municípios para a estruturação das regiões e alguns traços genéricos acerca da evolução do emprego em Portugal. A terceira seção apresenta a metodologia, seguido dos resultados e discussão. A encerrar o estudo surgem as considerações finais.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O território é essencial no desenvolvimento do mundo contemporâneo, pois as relações socioeconómicas são constituídas no espaço geográfico, gerando mudanças de cunho científico, cultural, político, social ou produtivo. No espaço não há neutralização das alterações e da disseminação das atividades produtivas. Por isso, o espaço possui a performance física da região pela atuação dos grupos, pelas atividades produtivas e pelo povoamento (Ferrera de Lima, 2016). O território não se restringe apenas a uma característica, mas à interação entre o espaço e a ação humana, construindo um campo de forças que agem e operam as relações de poder e denominação (Alves, 2016). O território é, pois, caracterizado como o lugar onde pessoas e ecossistemas se relacionam. Oliveira (2021), ressalta que o processo de desenvolvimento regional, sobre o espaço, é resultado de suas características históricas, da respetiva vinculação e sua identidade local. Isto é, a região é resultado de seus fatores históricos, económicos e sociais, passados e contemporâneos.

A composição da estrutura económica de algumas localidades, a escala urbana, ou fatores externos, podem levar a que alguns locais se desenvolvam mais que outros, consoante o grau de diversificação económica ou o nível de especialização (Gonçalves et al., 2019), sendo que, em geral, estruturas produtivas e económicas mais diversificadas promovem um mais equilibrado crescimento económico (Ferreira et al., 2025). Por isso, o estudo das estruturas produtivas é importante para entender o sistema local de qualquer área geográfica (município ou região), decorrendo das escolhas políticas passadas e presentes. O percurso de desenvolvimento de um território, a sua capacidade produtiva, a distribuição de rendimento e emprego, uso dos recursos e fatores locais tangíveis e intangíveis, a atração de atividades económicas, entre outros fatores, geram potencialmente melhor desenvolvimento e qualidade de vida (Alves, 2022a). A simultaneidade das condições físicas e sociais, nas diversas regiões, é fundamental à vitalidade dos territórios pelas condições de produção, de manutenção e conservação de riqueza e de qualidade de vida da população. Ou seja, os territórios que não são capazes de sustentar as suas condições de vida, não conseguirão conservar a criação de riqueza, o que, por conseguinte, se refletirá no seu dinamismo e na sua perspectiva de emprego e rendimento (Ferrera de Lima, 2022).

Na promoção de níveis de desenvolvimento territorial elevados é fundamental uma rede de cidades equilibrada. O estudo pioneiro de Christaller (Simões Lopes, 1984) acerca do papel das cidades, designado como Teoria dos Lugares Centrais, define de que modo, idealmente, as redes de cidades devem estar estruturadas, de forma a permitirem a todos os cidadãos um acesso adequado aos diversos bens e serviços. Mas também de modo a permitir às empresas e outras organizações, designadamente públicas, limiares de procura que garantam a respetiva rentabilidade. A Teoria dos Lugares Centrais estabelece que as cidades se organizam numa rede hierárquica baseada no nível de especialização dos bens e serviços que disponibilizam. Deste modo, os grandes centros dão resposta às necessidades de residentes a vastas áreas de mercado com serviços raros e de procura pouco frequente, enquanto as pequenas localidades garantem a máxima acessibilidade a produtos de consumo diário e regular.

Com vista a dar resposta a estes requisitos, as redes de cidades, segundo Christaller (Simões Lopes, 1984), deveriam ser hierárquicas, sendo que o que determinava o posicionamento na hierarquia urbana era a especialização dos bens e serviços disponibilizados. Nesta abordagem, a especialização de uma cidade é diretamente proporcional à sua dimensão. Dito de outra forma, as cidades “constituem espaços privilegiados de concentração de recursos – população, atividades económicas e riqueza – sendo entendidas como territórios centrais de intervenção para a promoção do crescimento económico e da competitividade” (INE (2014) citado em Reis, 2020, p.314).

E continuando a recorrer a Reis (2023b), ficamos com uma abordagem mais holística do que é a cidade e dos seus diversos papéis: “As cidades são simultaneamente aglomerações, lugares diferenciados, expressões da diversidade e, por isso, sujeitos de interações intensas. São-no do ponto de vista simbólico, material e imaterial, cultural, social e político e também económico. Sendo lugares de fixação, são lugares de acesso: a bens, a serviços, ao relacionamento e às oportunidades. Dispõem de vantagens aglomerativas e são sedes de diferentes poderes. Por isso, supõe-se que representam localizações privilegiadas, onde é possível encontrar o que melhor representa as tendências positivas que a sociedade gerou e as que indicam mudança social. Mas também se sabe que, por serem lugares de afluência e de variedade, concentram desigualdades, assimetrias e problemas. Afirmam-se, enfim, como elementos essenciais para a compreensão do território e mesmo para uma reflexão epistemológica sobre ele” (Reis (2005) citado em Reis, 2023a, p. 701-702). As redes de cidades são, pois, lugares âncora do território, a partir dos quais se deve construir a racionalidade do sistema de ordenamento do território e estabelecer a malha que agrega as áreas de maior proximidade, bem como o conjunto de relações inter-regionais, de natureza económico-social.

No caso português, a rede de cidades tem sido construída a partir de uma estrutura de tipo vertical e complementar, *à la Christaller*. A rede urbana portuguesa organiza-se numa hierarquia vertical onde pequenas localidades com serviços básicos dependem de cidades médias regionais. No topo destaca-se Lisboa, que concentra as funções mais especializadas do país e atrai grandes fluxos diários de trabalhadores da sua periferia. O estudo “Sete traços para um esboço da economia portuguesa” (Reis, 2023b), defende que um dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa acontece no sistema de emprego, caracterizado por um desajustamento entre a oferta e a procura, o que tem originado processos migratórios, sobretudo de emigração de trabalhadores qualificados e de imigração de trabalhadores pouco qualificados. Este estudo também analisa a evolução da estrutura produtiva portuguesa, o que está profundamente associado ao funcionamento do mercado de trabalho e à concentração e especialização produtiva das diversas regiões. O autor (Reis, 2023b) defende que o sector primário manteve, durante demasiado tempo, um peso excessivo no emprego nacional, o que se fazia acompanhar da fragilidade em termos de criação de riqueza. O processo de industrialização, como fator transformador e multiplicador de rendimento e emprego, além de tardio, não teve capacidade para manter elevados níveis de produtividade relativa. O sector terciário, por seu turno, passou por dois processos distintos: um relacionado com a generalização de serviços qualificados (educação, saúde, cultura, entre outros) e consumos sofisticados e outro baseado em sectores mais indiferenciados de menor produtividade. O sector terciário, que predomina na criação de emprego em Portugal, assenta, predominantemente, na criação de funções de baixo valor económico.

Assim, para compreender os efeitos de interação, e as diferenças, entre as cidades (municípios) e as regiões onde se situam, bem como as ligações e as disparidades entre as diversas NUTS III e o

conjunto do país, no que à concentração de emprego respeita, procede-se à análise locativa e de concentração do emprego, por setor de atividade em diversos concelhos e nas NUTS III que constituem o país.

3. METODOLOGIA E DADOS

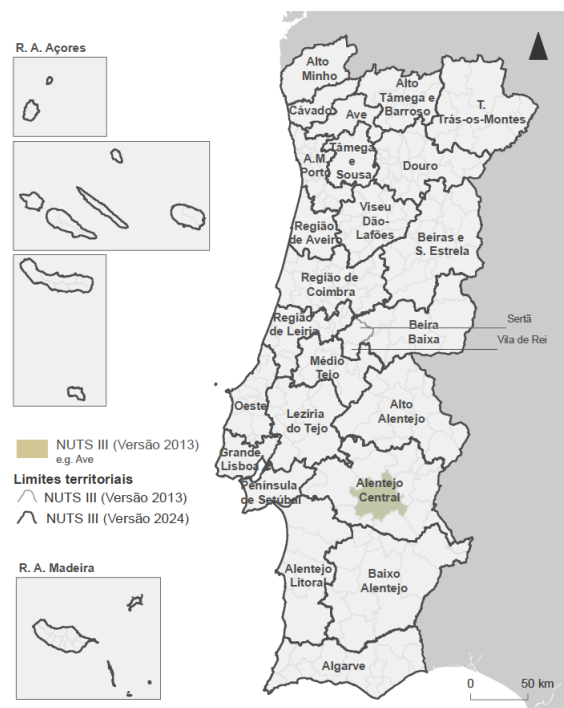
Portugal organiza-se em dois níveis de governo político com autonomia: o governo central (nacional) e as autarquias locais (municípios e freguesias), revelando uma estrutura profundamente centralizada, em particular no continente. Apenas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira existe poder político regional autónomo. Ainda assim, e meramente para fins de natureza estatística, desde a adesão à Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), o território português, tal como o dos restantes países membros da U.E., está estruturado em regiões de níveis distintos designadas como NUTS (Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos). Neste estudo seguir-se-á a classificação das NUTS 2024, compostas por 308 municípios agrupados em 26 NUTS III, 9 NUTS II e 3 NUTS I (INE, 2023; Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024a) e as unidades de base de análise serão os municípios e as NUTS III (Quadro 1 e Figura 1).

Quadro 1. NUTS 2024: nova divisão regional das NUTS III, NUTS II e NUTS I

NUTS III	NUTS II	NUTS I
Alto Minho Cávado Ave Área Metropolitana do Porto Alto Tâmega e Barroso Tâmega e Sousa Douro Terras de Trás-os-Montes	Norte	Continente
Região de Aveiro Região de Coimbra Região de Leiria Viseu Dão Lafões Beira Baixa Beiras e Serra da Estrela	Centro	
Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo	Oeste e Vale do Tejo	
Grande Lisboa	Grande Lisboa	
Península de Setúbal	Península de Setúbal	
Alentejo Litoral Baixo Alentejo Alto Alentejo Alentejo Central	Alentejo	
Algarve	Algarve	
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira

Fonte: INE, 2023.

Figura 1: Limites das NUTS 2024 (e comparação com as NUTS 2013)



A aplicação de indicadores regionais auxilia no entendimento do padrão de especialização regional. Contudo, por serem medidas relativas, são influenciadas pelas regiões de referência e pela variável base usada (Alves, 2022a). Esses indicadores permitem analisar a concentração/dispersão de atividades económicas e sociais, evidenciando o perfil produtivo e exportador regional e suas alterações ao longo do tempo, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas à redução das assimetrias inter-regionais via promoção de investimentos, desconcentração de serviços públicos e estímulo à atuação dos atores regionais (Alves, 2022b).

Este estudo utilizou o Quociente de Localização (QL) e o Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) como metodologias para analisar o comportamento locativo e a concentração do emprego nos setores e nas atividades económicas dos municípios portugueses em relação às NUTS III, em 2011 e 2021. Os indicadores foram elaborados pela abordagem intrarregional (municípios relativamente às NUTS III e NUTS III em relação ao total nacional). O objetivo é analisar o comportamento da dinâmica do emprego dos setores primário, secundário e terciário. Os dados de população empregada são os disponibilizados pelo Recenseamento Geral da População (CENSOS 2011 e 2021), e reportam a população empregada por grandes setores de atividade (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024b).

A utilização do QL para o estudo do comportamento é recomendada por Isard (1972) e North (1977). Ademais, diversos estudos empregaram esse quociente na análise do comportamento locativo das atividades económicas regionais, destacando-se: Ferrera de Lima et al. (2007), Piffer & Arend (2009), Colla et al. (2011), Mattei & Mattei (2017), Bechlin et al. (2020), Coelho Junior et al. (2020), Alves et al., (2021), Castro et al. (2021), Alves (2022a; 2022b) e Ribeiro et al. (2023).

Segundo Alves (2012, 2022b), esse quociente permite identificar o comportamento locacional dos setores económicos, evidenciando na região os setores mais especializados em relação à região de referência. Uma região ou unidade territorial é considerada especializada em um setor económico quando o seu QL, em relação à macrorregião de referência, for maior que 1; o inverso ocorre quando o QL é menor que 1. O QL é exibido na Equação 1.

$$QL = (E_{ij}/E_{it}) / (E_{tj}/E_{tt}) \quad (1)$$

Sendo:

QL = Quociente de Localização;

E_{ij} = emprego do setor económico i do município;

E_{it} = emprego do setor económico i das NUTS III;

E_{tj} = emprego total do município;

E_{tt} = emprego total das NUTS III.

Os resultados são interpretados da seguinte forma: $QL \geq 1$ = localização significativa; $0,50 \leq QL < 1$ = localização média; e, $QL < 0,50$ = localização fraca.

O Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) mede a concentração/dispersão dos setores económicos de uma região em relação à macrorregião de referência, pois há atividades económicas que possuem um maior poder de concentração que outras em determinadas regiões. Resultados positivos do IHH indicam que o setor da atividade económica desempenha um poder de atração maior do que a macrorregião de referência, devido à sua especialização. Por outro lado, resultados negativos evidenciam um poder de atração da região inferior à macrorregião de referência (Alves, 2012). A Equação 2 mostra a fórmula de cálculo do IHH.

$$IHH = (E_{ij}/E_{it}) - (E_{tj}/E_{tt}) \quad (2)$$

Sendo:

IHH = Índice de Hirschman-Herfindahl;

E_{ij} = emprego do setor económico i do município;

E_{it} = emprego do setor económico i das NUTS III;

E_{tj} = emprego total do município;

E_{tt} = emprego total das NUTS III.

Os resultados são interpretados da seguinte forma: $IHH > 0$ = poder de atração significativo; e, $IHH < 0$ = poder de atração não significativo. Autores como Coelho Junior (2016), Santos & Souza Junior (2016), Sousa et al. (2017), Santos et al. (2019), Alves et al. (2020), Ribeiro et al. (2023) e dentre outros, empregaram o IHH em seus estudos para examinar o poder de concentração de determinados setores nas regiões.

Portanto, o QL permite identificar a especialização relativa de uma dada unidade territorial face à unidade de referência, evidenciando os territórios onde a proporção do emprego setorial é superior ou inferior. O Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) complementa essa leitura ao medir o grau de concentração/dispersão e o poder de atração relativo da atividade económica na unidade territorial analisada. No entanto, embora ambos incidam sobre a estrutura setorial do emprego, o QL privilegia a especialização relativa, enquanto o IHH reforça a interpretação da concentração e da atratividade territorial. Deste modo, a utilização conjunta dos dois indicadores permite robustecer a análise, confirmando padrões territoriais semelhantes, mas com leituras analíticas distintas.

Apesar da pertinência destes indicadores para estudar a localização e a especialização setorial da economia, importa salientar que eles não permitem inferir diretamente níveis de produtividade ou relações de causalidade. Por conseguinte, o seu contributo deve ser interpretado como evidência descritiva da estrutura territorial das atividades económicas e não como medida de desempenho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

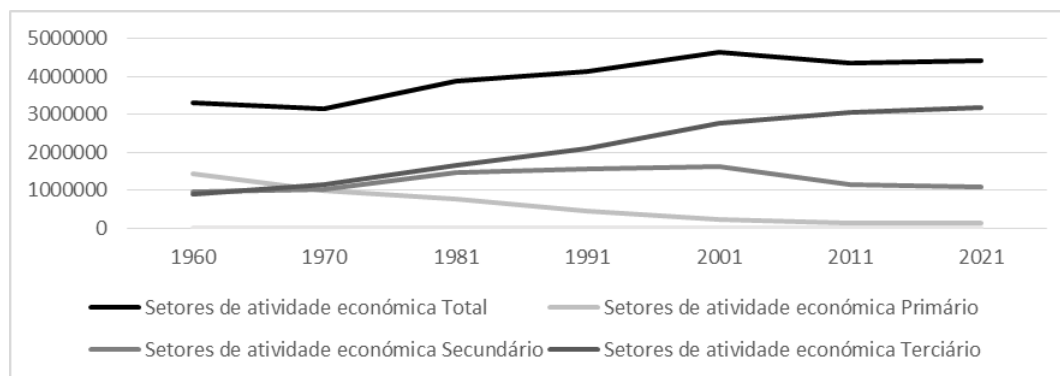
Tendo em conta os objetivos deste estudo, os resultados são analisados em termos da estrutura do emprego, da sua concentração e do poder de atração nos principais sectores da atividade económica em Portugal.

4.1 Estrutura do emprego

Os dados do recenseamento de 2021 evidenciam que a população residente em Portugal correspondeu a 10.343.066 habitantes, o que significa uma redução de 2,1%, quando comparada com 2011. Ao relacionar 2011 com 2021, observa-se que número de jovens, com idades até aos 14 anos, diminuiu 15,3%, a população entre os 15 e os 64 anos reduziu-se 5,6% e o número de idosos com mais de 65 anos aumentou em 20,6% (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024c). Em 2024, no entanto, o INE (INE, 2025¹) estimava que os residentes em Portugal fossem já 10.749.635 pessoas, o que significa um aumento dos residentes, registando-se também um aumento do envelhecimento. Este crescimento populacional deve-se ao facto do saldo migratório ser positivo, uma vez que o saldo natural continua negativo (INE, 2025).

A estrutura do emprego em Portugal alterou-se profundamente desde os anos 60 do século XX (Figura 2). Durante este período duas características marcam a evolução do emprego em Portugal. Em primeiro lugar, o aumento da população empregada entre 1970 e 2021 (sobretudo após a revolução de abril de 1974), decorrente quer do aumento da população residente, quer do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Por outro lado, registou-se uma forte terciarização da atividade produtiva (o emprego neste sector aumentou cerca de 251% entre 1961 e 2021) e a perda de importância do emprego no sector primário (aqui o emprego caiu cerca de 91% no mesmo período), que era o sector que mais empregava nos anos 60.

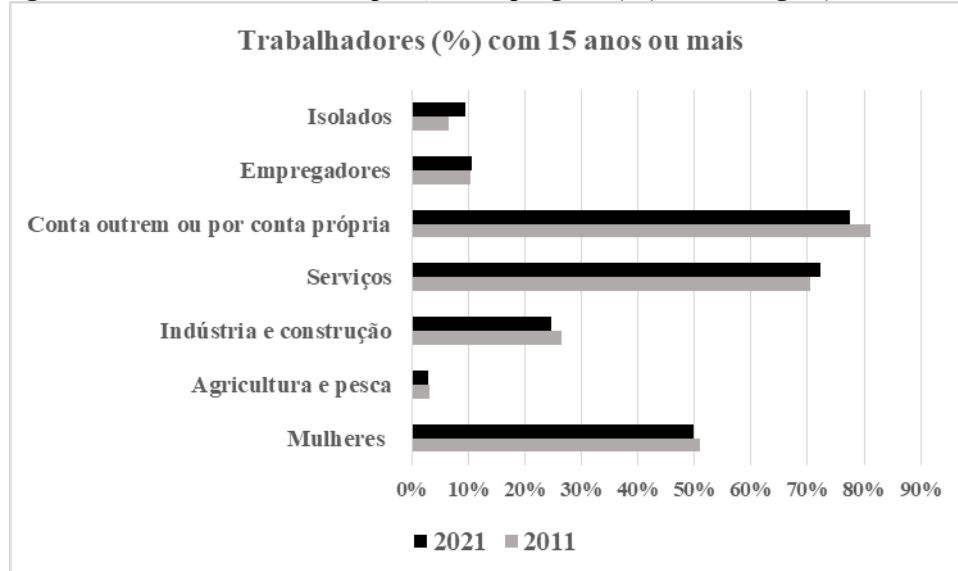
¹ Dados INE(2025) disponíveis em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=707078398&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt (accedidos em 20 de agosto de 2025).

Figura 2: Evolução da população empregada em Portugal, segundo os CENSOS (1960-2021)

Fonte: dados INE; elaboração própria.

De acordo com os dados dos Censos de 2011 e 2021 (INE, 2011; 2021), em 2011, Portugal tinha pouco mais de 4,36 milhões de pessoas empregadas e em 2021 mais de 4,4 milhões. Não obstante as dificuldades económicas e sociais que caracterizaram a década de 10 do século XXI, designadamente a intervenção externa da Troika, no início da década, e suas consequências, e no início da década de 20 a crise pandémica da COVID-19, a população empregada no país aumentou cerca de 1,5% durante entre os dois censos. Na década em estudo (2011-2021), a população empregada aumentou (fruto da recuperação económica que se verificou entre 2016-2021), ainda que a população residente tenha diminuído, devido ao saldo migratório negativo que afetou o país sobretudo na primeira metade da década de 10 do Século XXI.

Um olhar mais detalhado para a última década permite conhecer melhor o contexto da evolução da população empregada em Portugal (Figura 3).

Figura 3. Características da População Empregada (%) em Portugal (2011 e 2021)

Fonte: adaptado de Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024c).

Ao longo do período em estudo observa-se uma redução de quase dois pontos percentuais das mulheres no mercado de trabalho bem como dos trabalhadores nos sectores da agricultura e pesca indústria e construção, e por conta outrem ou por conta própria. Apenas os empregadores (1%), as atividades de serviços (3%) e os isolados (44%) aumentaram o número de trabalhadores em 2021, quando comparado com 2011. As características do mercado de trabalho em Portugal são determinadas pela forma como os diversos sectores de atividade têm evoluído. O fortalecimento do setor de serviços, em detrimento da indústria transformadora, contribuiu para a redução das taxas de crescimento da produtividade, e, por conseguinte, influência a oferta do emprego e as características deste (Conselho Económico e Social, 2023). Neste sentido, Reis (2023b) acrescenta que “à desindustrialização e terciarização excessivas junta-se a sobre especialização turística e, em geral,

Desigualdades Regionais no Emprego em Portugal

uma tendência de oferta ou cedência da vida material do país e dos seus recursos ao seu uso pelo exterior” (Reis, 2023b, p. 2720). Com esta alteração estrutural do emprego, mudou também a forma como a população tem vindo a ocupar o território.

No quadro 2 apresenta-se a distribuição da população empregada pelas várias NUTS III em análise, bem como pelos principais concelhos de cada uma das NUTS III. Este quadro também apresenta o contributo de cada uma das NUTS III para o emprego total nacional bem como o contributo de cada um dos concelhos para a respetiva região envolvente, ou seja, NUTS III. Os dados evidenciam que a população empregada está distribuída de forma muito assimétrica pelas diversas NUTS III. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e a Península de Setúbal representavam cerca de 45% da população empregada no país, em 2011, e em 2021 esse valor ainda aumenta para 45,6%. Em 2011, a NUTS III de Lisboa empregava 898,041 mil trabalhadores e em 2021 esse número aumentou. No entanto, a NUTS III do Alto Tâmega e Barroso, na NUTS II do Norte, apenas empregava 29,832 mil trabalhadores em 2011 e este valor diminuiu para 27,612 mil trabalhadores em 2021. No caso dos concelhos identificados no contexto das diversas NUTS III, o contributo do emprego para a região envolvente é, em geral, significativo, atingindo cerca de 58% em 2011 e 2021, no caso de Castelo Branco no contexto da região da Beira Baixa (um município de média dimensão integrado em uma região muito frágil em termos económicos).

Quadro 2: População empregada, nas NUTS III e principais concelhos

NUTS III - Concelhos	NUTS III				Concelhos			
	2011		2021		2011		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Alto Minho - Viana do Castelo	91794	2,10	94099	2,13	36403	39,66	37068	39,39
Cávado - Braga	177601	4,07	192185	4,34	81971	46,15	90516	47,10
Ave - Guimarães	178953	4,10	189020	4,27	69600	38,89	72907	38,57
Área Metropolitana do Porto - Porto	735170	16,86	758016	17,12	88452	12,03	93697	12,36
Alto Tâmega e Barroso – Chaves	29832	0,68	27612	0,62	13995	46,91	13117	47,50
Tâmega e Sousa - Amarante	172935	3,97	177025	4,00	21590	12,48	21184	11,97
Douro - Vila Real	74483	1,71	69676	1,57	21469	28,82	21280	30,54
Terras de Trás-os-Montes – Bragança	41115	0,94	38936	0,88	13886	33,77	13873	35,63
Região de Aveiro - Aveiro	159862	3,67	167355	3,78	35791	22,39	38628	23,08
Região de Coimbra - Coimbra	188966	4,33	184742	4,17	63598	33,66	63440	34,34
Região de Leiria - Leiria	124660	2,86	126451	2,86	57777	46,35	60076	47,51
Viseu Dão Lafões – Viseu	101226	2,32	99828	2,26	41212	40,71	42626	42,70
Beira Baixa - Castelo Branco	39186	0,90	37162	0,84	22791	58,16	21644	58,24
Beiras e Serra da Estrela - Guarda	85349	1,96	79595	1,80	17512	20,52	17469	21,95
Oeste - Caldas da Rainha	152169	3,49	157415	3,56	21097	13,86	21878	13,90
Médio Tejo - Abrantes	88793	2,04	84021	1,90	14444	16,27	12742	15,17
Lezíria do Tejo - Santarém	100637	2,31	98248	2,22	25346	25,19	24571	25,01
Grande Lisboa - Lisboa	898041	20,59	915313	20,68	232520	25,89	240103	26,23
Península de Setúbal - Setúbal	325235	7,46	341559	7,72	49414	15,19	51362	15,04
Alentejo Litoral - Sines	40287	0,92	42453	0,96	6547	16,25	6271	14,77
Baixo Alentejo - Beja	47217	1,08	45910	1,04	14770	31,28	14399	31,36
Alto Alentejo - Portalegre	42572	0,98	40684	0,92	9966	23,41	9368	23,03
Alentejo Central - Évora	67978	1,56	64974	1,47	24742	36,40	24148	37,17
Algarve - Faro	186191	4,27	188144	4,25	28737	15,43	30153	16,03
Região Autónoma dos Açores - Ponta Delgada	102127	2,34	105396	2,38	29392	28,78	30619	29,05
Região Autónoma da Madeira - Funchal	108808	2,49	100642	2,27	47270	43,44	43189	42,91

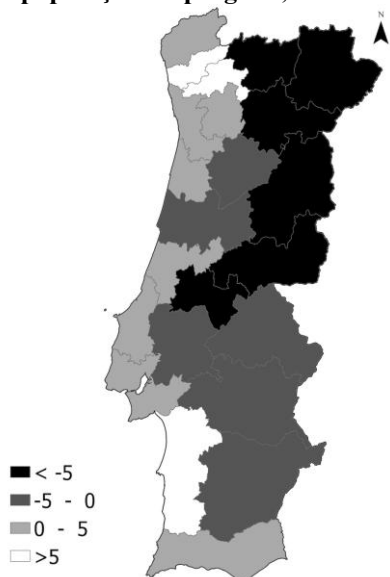
Fonte: Dados INE, 2011 e 2021.

O Porto, por seu turno, apenas contribui com cerca de 12%, em 2011 e 2021, para a população empregada da respetiva Área Metropolitana, o que revela o dinamismo desta região. Em todo o território nacional, o município que emprega mais trabalhadores é Lisboa (232,520 mil empregados em 2011 e 240,103 mil em 2021), o que representa cerca de ¼ dos trabalhadores da respetiva região NUTS III. Como capital do país, Lisboa concentra uma grande diversidade de atividades, que vão desde as funções terciárias mais indiferenciadas até às mais sofisticadas e de procura menos frequente, com áreas de mercado mais extensas. Os efeitos da aglomeração inerentes à cidade capital fazem-se sentir na atração de trabalhadores para as funções que geram quer bens transacionáveis de elevado valor acrescentado como para os serviços de proximidade e bens não transacionáveis de características mais banais. Do lado oposto surge o município de Sines, com pouco mais de 6000 trabalhadores empregados que representam cerca de 15% da NUTS III do Alentejo Litoral. Este município é um importante polo industrial e portuário, de indústria intensiva em capital, contribuindo de forma muito significativa para o PIB nacional.

Na Figura 4 apresenta-se a evolução da população empregada entre 2011 e 2021, nas várias NUTS III, através da respetiva taxa de crescimento no período em análise.

O mapa ilustra as diferenças entre as regiões do interior norte e do interior centro, onde o emprego diminuiu, em média mais de 5%. Todo o interior sul e um conjunto de regiões do interior e litoral centro perdem população empregada, ainda que a taxas menos expressivas. As regiões com perdas de emprego foram predominantemente rurais e na transição para a terciarização da atividade económica têm sido alvo de processos de forte êxodo rural, despovoamento e envelhecimento bem como de desqualificação por diminuição dos serviços, públicos e privados, disponíveis. A generalidade das regiões que regista crescimento da população empregada situa-se junto ao litoral, quer seja na região do Algarve, como ao longo da costa ocidental, e na proximidade das áreas metropolitanas e regiões de grande intensidade exportadora, a beneficiar dos processos de aglomeração das atividades produtivas.

Figura 4: Taxa de crescimento da população empregada, entre 2011 e 2021, por NUTS III



Fonte: Dados INE. Cartografia: Patrícia Conceição.

4.2 Concentração do emprego e poder de atração dos principais sectores de atividade

O Quadro 3 mostra os resultados do QL para os setores primário, secundário e terciário das NUTS III, em relação a Portugal, para os anos de 2011 e 2021.

Em 2011, as atividades do setor primário encontravam-se significativamente localizadas no sul de Portugal, nomeadamente, nas NUTS III do Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Alto Alentejo e Alentejo Central. Em 2021, verifica-se um reforço do QL no setor primário nas NUTS III do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo, o que em parte se deve à dinâmica da atividade agrícola, associada à expansão do regadio de Alqueva. Para além das NUTS III do Alentejo, também se destacam, em termos do QL, as NUTS III da Região Autónoma dos Açores, Lezíria do Tejo, Oeste,

Douro, Trás-os-Montes e Alto-Tâmega. Em 2021, essas NUTS III continuam a apresentar QL significativos que demonstram a sua forte especialização produtiva em atividades agrícolas relevantes para a economia nacional, como a produção de leite, cereais, frutas e legumes, vinho e gado em regime extensivo.

Quadro 3. Quociente de Localização dos sectores de atividade por NUTS III em relação ao País

Sub-regiões (NUTS III)	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alto Minho	1.05	1.49	1.42	1.48	0.80	0.75
Cávado	0.60	0.54	1.60	1.70	0.74	0.75
Ave	0.37	0.42	1.88	2.01	0.62	0.63
Área Metropolitana do Porto	0.41	0.30	1.14	1.12	0.96	1.01
Alto Tâmega e Barroso	2.17	4.77	0.97	0.95	0.96	0.74
Tâmega e Sousa	0.66	0.75	2.03	2.13	0.53	0.56
Douro	3.86	5.94	0.94	0.73	0.88	0.70
Terras de Trás-os-Montes	3.03	6.69	0.82	0.67	0.98	0.70
Região de Aveiro	0.78	0.68	1.56	0.25	0.70	0.76
Região de Coimbra	0.95	1.05	1.08	0.41	0.90	0.93
Região de Leiria	1.05	0.75	1.41	0.48	0.74	0.82
Viseu Dão Lafões	1.08	1.44	1.28	0.50	0.78	0.82
Beira Baixa	1.39	1.44	1.01	1.04	0.98	0.92
Beiras e Serra da Estrela	1.31	2.32	1.18	0.38	0.81	0.86
Oeste	2.63	1.98	1.08	0.40	0.82	0.87
Médio Tejo	1.54	1.16	1.24	1.37	0.79	0.84
Lezíria do Tejo	3.85	2.64	1.05	0.99	0.83	0.86
Grande Lisboa	0.17	0.21	0.19	0.27	1.37	1.35
Península de Setúbal	0.83	0.58	0.36	1.08	1.08	0.99
Alentejo Litoral	5.88	6.73	0.80	0.55	0.85	0.74
Baixo Alentejo	7.92	7.65	0.64	0.52	0.82	0.67
Alto Alentejo	4.95	3.72	0.82	0.83	0.89	0.84
Alentejo Central	4.74	3.34	0.92	0.97	0.85	0.83
Algarve	1.44	1.55	0.63	0.60	1.15	1.12
Região Autónoma dos Açores	3.72	2.52	0.92	0.84	0.90	0.95
Região Autónoma da Madeira	0.65	1.27	0.78	0.74	1.12	1.09

Fonte: elaboração própria com os dados dos CENSOS obtidos a partir de Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024b).

As atividades do sector secundário concentram-se principalmente no norte de Portugal. Tanto em 2011 como em 2021, as NUTS III do Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto e Tâmega e Barroso, apresentam QL significativos, associados principalmente a uma forte especialização produtiva nas indústrias transformadoras. Em 2011, destacam-se ainda a Região de Aveiro, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira e Serra da Estrela e Médio Tejo. A concentração significativa destas NUTS III no sector secundário não é alheia à sua especialização produtiva nas atividades das indústrias transformadoras e da construção. Os resultados identificados estão em linha com Monteiro & Viegas (2014), na identificação de regiões especializadas em diversos setores industriais, nas regiões do norte e centro litoral, destacando-se, entre outras, as atividades têxtil, vestuário, calçado, madeira e mobiliário, atividade metalúrgica e dos produtos metálicos, e de automóveis.

No sector terciário apenas as NUTS III da Grande Lisboa, Algarve e Região Autónoma da Madeira apresentam uma localização significativa. No caso da Grande Lisboa, as atividades que mais contribuem para a especialização do sector terciário são transporte e armazenagem, alojamento,

restauração e similares, atividades de informação e comunicação, atividades de consultoria científica, técnica e similares, atividades administrativas e dos serviços de apoio e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas. Nos casos do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, a especialização produtiva no sector terciário deve-se principalmente a atividades relacionadas como o turismo, como o alojamento, restauração e similares, atividades imobiliárias e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas. De facto, em 2021 aumentou o emprego no comércio, nos transportes, no alojamento e restauração em comparação com 2020 (mesmo não recuperando o nível pré-pandemia) e cresceu significativamente o emprego na construção (5,6%) e nos serviços de informação e comunicação (14,8%) (Banco de Portugal, 2022).

O quadro 4 mostra os resultados do QL (2011 e 2021) para os setores primário, secundário e terciário dos municípios que se constituem como o maior polo urbano em relação às NUTS III.

Quadro 4. QL dos sectores de atividade por município em relação às NUTS III

Município por NUTS III	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Viana do Castelo (Alto Minho)	0,52	0,58	0,98	0,95	1,04	1,05
Braga (Cávado)	0,27	0,37	0,76	0,78	1,19	1,15
Guimarães (Ave)	0,57	0,70	1,03	1,02	0,98	0,99
Porto (A. M. do Porto)	0,21	0,41	0,46	0,47	1,26	1,22
Chaves (Alto Tâmega e Barroso)	0,50	0,48	0,88	0,90	1,13	1,09
Amarante (Tâmega e Sousa)	1,14	1,06	0,86	0,84	1,15	1,15
Vila Real (Douro)	0,29	0,30	0,86	0,93	1,19	1,16
Bragança (Terras de Trás-os-Montes)	0,43	0,45	0,88	1,01	1,12	1,07
Aveiro (Região de Aveiro)	0,41	0,49	0,75	0,79	1,19	1,16
Coimbra (Região de Coimbra)	0,24	0,29	0,61	0,60	1,16	1,16
Leiria (Região de Leiria)	0,85	0,91	0,90	0,92	1,06	1,05
Viseu (Viseu Dão La Fões)	0,38	0,44	0,72	0,74	1,17	1,14
Castelo Branco (Beira Baixa)	0,50	0,59	0,94	0,96	1,06	1,04
Guarda (Beiras e Serra da Estrela)	0,46	0,55	0,77	0,83	1,13	1,09
Caldas da Rainha (Oeste)	0,62	0,75	0,85	0,88	1,10	1,07
Abrantes (Médio Tejo)	1,51	1,50	1,03	1,06	0,97	0,96
Santarém (Lezíria do Tejo)	0,59	0,67	0,91	0,87	1,07	1,08
Lisboa (Grande Lisboa)	0,67	0,95	0,68	0,66	1,06	1,05
Setúbal (Península de Setúbal)	1,07	0,96	1,27	1,27	0,93	0,94
Sines (Alentejo Litoral)	0,30	0,18	1,27	1,32	1,02	1,15
Beja (Baixo Alentejo)	0,57	0,79	0,66	0,69	1,17	1,13
Portalegre (Alto Alentejo)	0,45	0,50	0,90	0,95	1,10	1,08
Évora (Alentejo Central)	0,45	0,49	0,83	0,88	1,13	1,11
Faro (Algarve)	0,94	0,96	0,81	0,85	1,04	1,03
Ponta Delgada (Açores)	0,56	0,61	0,80	0,85	1,11	1,07
Funchal (Madeira)	0,24	0,28	0,75	0,75	1,08	1,07

Fonte: elaboração própria com os dados dos CENSOS obtidos a partir de Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024b).

Os QL apresentados no Quadro 4, indicam que o padrão de localização dos sectores de atividade é semelhante ao apresentado para as NUTS III. Na generalidade dos municípios em análise o sector terciário apresenta níveis de concentração mais elevados, por comparação com as respetivas NUTS III, o que confirma o papel de estruturação dos principais núcleos urbanos do território envolvente, a partir da provisão de serviços, públicos e privados, a par da fragilidade das restantes atividades. Alguns municípios de média dimensão mantêm especializações específicas no setor secundário ou primário, nomeadamente Guimarães (NUTS III Ave), Abrantes (NUTS III Médio Tejo), Setúbal

(NUTS III Península de Setúbal) e Sines (NUTS III Alentejo Litoral), onde o perfil do emprego apresenta maior ancoragem em atividades industriais ou agrícolas. Em termos analíticos, estes casos mostram que a concentração terciária não elimina especializações locais persistentes, mas tende a sobrepô-las na maior parte dos centros urbanos.

No Quadro 5 apresentam-se os resultados do IHH por NUTS III para os anos de 2011 e de 2021. Como já foi referido anteriormente, valores positivos do IHH indicam que o sector ou a atividade tem um poder de atração superior à área de referência. Nessas condições encontram-se praticamente todas as NUTS III que apresentam um $QL > 1$, ou seja, localização significativa.

Quadro 5: IHH dos sectores de atividade por NUTS III em relação ao País

Sub-regiões (NUTS III)	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alto Minho	0.00	0.01	0.01	0.01	0.00	0.00
Cávado	-0.02	-0.02	0.02	0.03	-0.01	-0.01
Ave	-0.03	-0.02	0.04	0.04	-0.02	-0.01
Área Metropolitana do Porto	-0.10	-0.12	0.02	0.02	-0.01	0.00
Alto Tâmega e Barroso	0.01	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00
Tâmega e Sousa	-0.01	-0.01	0.04	0.04	-0.02	-0.02
Douro	0.03	0.07	0.00	0.00	0.00	0.00
Terras de Trás-os-Montes	0.01	0.05	0.00	0.00	0.00	0.00
Região de Aveiro	-0.01	-0.01	0.02	-0.03	-0.01	-0.01
Região de Coimbra	0.00	0.00	0.00	-0.02	0.00	0.00
Região de Leiria	0.00	-0.01	0.01	-0.01	-0.01	-0.01
Viseu Dão Lafões	0.00	0.01	0.01	-0.01	0.00	0.00
Beira Baixa	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Beiras e Serra da Estrela	0.00	0.02	0.00	-0.01	0.00	0.00
Oeste	0.05	0.03	0.00	-0.02	-0.01	0.00
Médio Tejo	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Lezíria do Tejo	0.05	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00
Grande Lisboa	-0.13	-0.12	-0.13	-0.11	0.06	0.05
Península de Setúbal	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.00	0.00
Alentejo Litoral	0.04	0.05	0.00	0.00	0.00	0.00
Baixo Alentejo	0.05	0.05	0.00	0.00	0.00	0.00
Alto Alentejo	0.03	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00
Alentejo Central	0.05	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00
Algarve	0.02	0.02	-0.01	-0.02	0.01	0.01
Região Autónoma dos Açores	0.05	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00
Região Autónoma da Madeira	-0.01	0.01	0.00	-0.01	0.00	0.00

Fonte: elaboração própria com os dados dos CENSOS (2011 e 2021) disponíveis a partir da Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024b).

Os resultados do IHH reforçam, em geral, a leitura do QL, mas permitem sublinhar a intensidade da concentração. No sector primário, os valores positivos do IHH concentram-se nas regiões de maior especialização agrícola, em embora o seu poder atração diminua de 2011 para 2021. No sector secundário, o maior poder de atração permanece nas NUTS III do norte de Portugal e em alguns polos industriais. No sector terciário, a Grande Lisboa é a NUTS III que exerce o maior poder de atração, seguindo-se o Algarve, o que evidencia a centralidade metropolitana e a sua capacidade de fixação do emprego terciário. De acordo com Reis (2020), este cenário decorre de um modelo de organização urbana de tipo unipolar, em torno da Área Metropolitana de Lisboa, feito por exaustão do resto do território envolvente e que gera fortes assimetrias internas. No caso da Região Autónoma da Madeira, que também apresenta um QL significativo, o poder de atração no sector terciário é

praticamente nulo, o que pode indicar alguma saturação dos mercados relacionados com as atividades do sector terciário neste território.

No Quadro 6 apresentam-se os resultados do IHH para os sectores primário, secundário e terciário dos municípios onde se localiza o maior polo urbano das respetivas NUTS III, para os anos de 2011 e 2021.

Quadro 6. IHH dos sectores de atividade por município em relação às NUTS III

Município por NUTS III	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Viana do Castelo (Alto Minho)	-0,19	-0,17	-0,01	-0,02	0,02	0,02
Braga (Cávado)	-0,34	-0,30	-0,11	-0,10	0,09	0,07
Guimarães (Ave)	-0,17	-0,12	0,01	0,01	-0,01	0,00
Porto (A. M. do Porto)	-0,10	-0,07	-0,06	-0,07	0,03	0,03
Chaves (Alto Tâmega e Barroso)	-0,23	-0,25	-0,06	-0,05	0,06	0,04
Amarante (Tâmega e Sousa)	0,02	0,01	-0,02	-0,02	0,02	0,02
Vila Real (Douro)	-0,20	-0,21	-0,04	-0,02	0,06	0,05
Bragança (Terras de Trás-os-Montes)	-0,19	-0,20	-0,04	0,00	0,04	0,03
Aveiro (Região de Aveiro)	-0,13	-0,12	-0,06	-0,05	0,04	0,04
Coimbra (Região de Coimbra)	-0,26	-0,24	-0,13	-0,14	0,06	0,05
Leiria (Região de Leiria)	-0,07	-0,14	-0,04	-0,04	0,03	0,03
Viseu (Viseu Dão Lafões)	-0,25	-0,24	-0,11	-0,11	0,07	0,06
Castelo Branco (Beira Baixa)	-0,29	-0,24	-0,03	-0,02	0,03	0,03
Guarda (Beiras e Serra da Estrela)	-0,11	-0,10	-0,05	-0,04	0,03	0,02
Caldas da Rainha (Oeste)	-0,05	-0,03	-0,02	-0,02	0,01	0,01
Abrantes (Médio Tejo)	0,08	0,08	0,00	0,01	0,00	-0,01
Santarém (Lezíria do Tejo)	-0,10	-0,08	-0,02	-0,03	0,02	0,02
Lisboa (Grande Lisboa)	0,02	-0,01	-0,08	-0,09	0,02	0,01
Setúbal (Península de Setúbal)	0,01	-0,01	0,04	0,04	-0,01	0,01
Sines (Alentejo Litoral)	-0,11	-0,12	0,04	0,05	0,00	0,02
Beja (Baixo Alentejo)	-0,13	-0,07	-0,11	-0,10	0,05	0,04
Portalegre (Alto Alentejo)	-0,13	-0,12	-0,02	-0,02	0,02	0,02
Évora (Alentejo Central)	-0,20	-0,19	-0,06	-0,04	0,05	0,04
Faro (Algarve)	-0,01	-0,01	-0,03	-0,02	0,01	0,00
Ponta Delgada (Açores)	-0,13	-0,11	-0,06	-0,04	0,03	0,02
Funchal (Madeira)	-0,33	-0,31	-0,11	-0,11	0,04	0,03

Fonte: elaboração própria com os dados dos CENSOS obtidos a partir de Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024b).

Na maioria dos municípios em análise, os sectores de atividade que apresentam QL superiores à unidade, são também os que revelam maior capacidade de atração, medida pelo IHH positivo. Isso significa que os sectores de atividade mais concentrados nestes concelhos exercem alguma capacidade de atração nesses domínios, ainda que frágil, dados os pequenos valores do IHH, relativamente às regiões onde se inserem.

Este comportamento revela-se em linha com os conhecidos efeitos de atração dos centros de maior dimensão relativamente às áreas envolventes, ou seja, as cidades médias atraem e fixam recursos provenientes das próprias regiões, ainda que numa escala limitada (Reis, 2023a).

Estes resultados, globalmente, confirmam algumas características já identificadas para a economia portuguesa, designadamente o facto das desigualdades regionais não se conformarem em geografias de tipo norte-sul ou litoral-interior, mas antes resultarem em estruturas de tipo

arquipélago (Ferrão, 2002; Rego et al., 2021), com os pontos mais dinâmicos isolados ao longo do país. De entre estes, destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa.

Os resultados também antevêm, de algum modo, a visão estratégica que foi preconizada para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, em que entre as diversas atividades inseridas nesse plano, se destacam as do sector terciário, como a cultura, os serviços, o turismo e o comércio. Acerca da cultura, das artes e da criatividade, há um programa de ação direcionado às novas gerações e aos talentos emergentes. A proposta do comércio e serviços está relacionada com as oportunidades da economia circular e do turismo, que já representa cerca de 13% do PIB nacional. A revitalização do turismo reflete a necessidade da sua oferta ir além do turismo convencional, contemplando novos produtos mais diversificados e direcionados ao turismo da natureza e ao turismo cultural, com vista a aumentar o nível de qualificação e de criação de valor associado a esta atividade. Ao nível do sector secundário, o Plano de Recuperação Económica, também tem pretensões de reindustrializar o País, apostando no desenvolvimento de produtos com alto valor acrescentado e maior competitividade (Silva, 2020). O debate em torno da questão da reindustrialização não decorre de propósitos de natureza revivalista, assente em modelos de utilização de mão de obra barata e de elevada intensidade carbónica, mas deve apontar para atividades baseadas em indústrias ecologicamente sustentáveis e intensivas em conhecimento, com capacidade para transformar o perfil de especialização produtiva do país. Esta perspetiva está em linha com argumentos aduzidos em estudos anteriores (por exemplo, Alexandre et al. (2017), Mateus (2015), Sopas et al. (2018)) que identificam, entre outros, a capacidade da indústria transformadora absorver inovação, automação e gerar economias de escala; o facto de os bens industriais sofisticados serem o foco dos sectores transacionáveis globais; a reindustrialização assente em intensidade tecnológica e inovação cria postos de trabalho bem remunerados. Além disso, a indústria funciona frequentemente em rede e através de *clusters* que se instalam em cidades médias e regiões do interior (aproveitando custos de solo, acessibilidades logísticas e proximidade a instituições de ensino superior), contrariando assim as assimetrias regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o comportamento locativo e a concentração do emprego nos setores de atividade económica das NUTS III em relação ao país e dos respetivos municípios principais em relação às NUTS III, para 2011 e 2021. A análise utilizou uma abordagem baseada no Quociente de Localização (QL) e no Índice de Hirschman-Herfindahl e nos dados dos Censos da população empregada, por setor de atividade, em 2011 e 2021.

Os resultados mostram que em 2011 e 2021, Portugal apresentou uma especialização e uma concentração do emprego no setor terciário que privilegiou as atividades de serviços e comércio. Contudo, este setor não conseguiu fortalecer-se igualmente, quando se considera a influência dos municípios sobre suas respectivas regiões de referência. Apenas Viana do Castelo (Alto Minho), Santarém (Lezíria do Tejo) e Sines (Alentejo Litoral) registaram aumentos da população empregada nos anos analisados. Embora, alguns municípios sejam especializados nos setores primário e secundário, a intensidade dessa especialização é pequena quando comparada com a que ocorre no setor terciário.

As especializações das atividades económicas ratificam o resultado do QL (2011 e 2021) por setores: o setor terciário foi o que mais se destacou na especialização do emprego nas atividades de informação e comunicação, consultoria, saúde e apoio social, atividades culturais, serviços imobiliários, comércio, transporte, atividades administrativas e distribuição de água. Por sua vez, os resultados do IHH (2011 e 2021) por setores e por atividades económicas ressaltam o poder de atração e concentração do emprego no setor terciário, corroborando os resultados obtidos para o QL, quer em 2011, quer em 2021.

O fortalecimento do emprego nas atividades de serviços e comércio evidencia a redução do emprego na atividade económica portuguesa dos setores tradicionais e a concentração do emprego no setor terciário, seguido do setor secundário. Porém, a concentração do emprego apenas nesse setor contribui para as disparidades regionais do País, dada a diferente capacidade destas atividades económicas no que respeita à geração de valor acrescentado. Por isso, a expansão e o fortalecimento

do setor secundário, em conjunto com o setor primário, são de suma importância para o aumento de valor na produção e no crescimento da produtividade nas regiões portuguesas.

O cálculo dos indicadores de localização permitiu discriminar territórios onde a especialização industrial resistiu à tendência de desindustrialização precoce, tal como descrita por Rodrik (2016). Estes municípios e as respetivas regiões mantêm níveis significativos de especialização no setor secundário bem como maior intensidade tecnológica e geram elevados níveis de Valor Acrescentado Bruto por trabalhador. Este padrão industrial regionalizado contrasta nitidamente com os municípios predominantemente terciarizados, cuja especialização em serviços de baixo valor e não-transacionáveis limita o crescimento da produtividade local, favorecendo assim o acentuar das assimetrias regionais.

Assim, políticas públicas direcionadas para a necessidade de cada região (políticas de tipo *place-based*) são imprescindíveis para o fortalecimento das aglomerações urbanas, particularmente no caso das de média dimensão, e para a expansão do emprego no país. Em locais com população mais envelhecida, podem ser desenvolvidos serviços especializados para as necessidades dos residentes a fim de expandir o emprego no setor terciário nestas regiões mais deprimidas económica e socialmente. Por sua vez, o fortalecimento no setor secundário pode ocorrer pela inserção de novas tecnologias, desenvolvimento de produtos de elevado valor acrescentado e mais competitivos. A diversificação económica, fundamental para promover a resiliência da economia e dos territórios, exigirá a intervenção da política pública com vista à promoção de atividades, nos diversos setores económicos, com potencial gerador de elevados níveis de valor acrescentado.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, F. (Coord.), Bação, P., Carreira, C., Cerejeira, J., Loureiro, G., Martins, A., & Portela, M. (2017). *Investimento empresarial e o crescimento da economia portuguesa*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Alves, L. R. (2012). Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In C. A. Piacenti & J. Ferrera de Lima (Orgs.), *Análise regional: Metodologias e indicadores* (pp. 25–44). Camões.
- Alves, L. R. (2016). Região, urbanização e polarização. In C. A. Piacenti, J. Ferrera de Lima, & P. H. de C. Eberhardt (Orgs.), *Economia e desenvolvimento regional* (pp. 41–51). Parque Itaipu.
- Alves, L. R. (2022a). Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. *Informe GEPEC*, 26(2), 9–29.
- Alves, L. R. (2022b). Localização e reestruturação da base de exportação das regiões imediatas do estado do Paraná-Brasil entre 2010 e 2020. *Informe GEPEC*, 26(3), 416–438.
- Alves, L. R., Ferrera de Lima, J., & Piffer, M. (2021). A localização das indústrias de transformação no estado do Paraná. Trabalho apresentado no *X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em Perspectiva*.
- Alves, L. R., Ferrera de Lima, J., & Rippel, R. (2020). A localização das atividades produtivas no Paraná no século XX. Trabalho apresentado no *XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, Encontro virtual.
- Banco de Portugal. (2022). *A economia portuguesa em 2021. Boletim Económico*. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_mai2022_p.pdf
- Bechlin, A. R., Mantovani, G. G., Piffer, M., & Shikida, P. F. A. (2020). Alterações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho formal decorrentes da falência de uma agroindústria canavieira em Engenheiro Beltrão e Perobal (PR). *Informe GEPEC*, 24(2), 249–274.
- Castro, G. H. L., Leocádio, A. L. M., Ribeiro, M. R., & Telles, T. S. (2021). Organização espaço-temporal da produção do café no Paraná. *Informe GEPEC*, 25 (Edição Especial – 58º Congresso da SOBER), 109–132.
- Coelho Júnior, L. M. (2016). Concentração regional do valor bruto de produção do pinhão no Paraná. *Ciência Florestal*, 26(3), 853–861.
- Coelho Junior, L. M., Santos Júnior, E. P., Borges, L. A. C., & Silva, M. L. (2020). Especialização e localização do valor bruto da produção dos produtos madeireiros nativos nas microrregiões da Paraíba (1994–2017). *Ciência Florestal*, 30(1), 192–204.

Colla, C., Rippel, R., Ferrera de Lima, J., & Alves, L. R. (2011). Reestruturação da distribuição populacional e econômica do Oeste do Paraná, rebatimentos empregatícios e migratórios. *Informe GEPEC*, 15(Edição especial), 203–221.

Conselho Económico e Social. (2023). *Parecer de iniciativa sobre a produtividade e qualidade do emprego*. https://ces.pt/wp-content/uploads/2023/10/Aprovado-em-Plenario_Parecer-Produtividade.pdf

Ferrão, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação: Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais. *Lusotopie*, 9(2), 151–158. https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_2_1520

Ferreira, R. S. A., Conceição, V. N. da, & Sandoval, W. S. (2025). Avaliação de dinâmicas no mercado de trabalho da indústria brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 19(2), 221–239.

Ferrera de Lima, J. (2022). *Economia territorial: teoria e indicadores*. EDUEPB.

Ferrera de Lima, J. F. (2016). O espaço e a difusão do desenvolvimento económico regional. In C. A. Piacenti, J. Ferrera de Lima, & P. H. de C. Eberhardt (Orgs.), *Economia e desenvolvimento regional* (pp. 15–40). Parque Itaipu.

Ferrera de Lima, J., Alves, L. R., Piffer, M., & Piacenti, C. A. (2007). O padrão de localização e de difusão da mão-de-obra na Região Sul do Brasil (1991-00). *Ensaio FEE*, 28(1), 189–224.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024a). *PORDATA – O que são NUTS?* <https://www.pordata.pt/o+que+sao+nuts>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024b). *PORDATA – População empregada segundo os Censos: total e por setor de atividade económica*.

<https://www.pordata.pt/subtema/municipios/populacao+empregada-222>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024c). *PORDATA – Portugal nos Censos: Evolução 1960–2021*. <https://www.pordata.pt/subtema/municipios/populacao+empregada-222>

Gonçalves, E., Saldanha, R. F., Almeida, E., & Silva, A. S. (2019). Crescimento do emprego industrial local no Brasil: O grau de especialização por intensidade tecnológica importa? *Nova Economia*, 29(1), 41–79.

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2019*. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=473078945&DESTAQUESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *População residente (Censos 2021)*. Instituto Nacional de Estatística.

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt

Instituto Nacional de Estatística. (2023). *A implementação das NUTS 2024: 35ª Reunião Plenária do Conselho Superior de Estatística (12 de julho de 2023)*. Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. (2025). *Estimativas da população residente (18 de junho de 2025)*. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=707078398&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Isard, W. (1972). *Méthodes d'analyse régionale*. Dunos.

Mattei, T. F., & Mattei, T. S. (2017). Métodos de análise regional: Um estudo de localização e especialização para a Região Sul do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 38(133), 227–243.

Mateus, A. (Coord.). (2015). *Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Monteiro, P., & Viegas, M. (2014). A distribuição espacial das atividades económicas em Portugal: Uma análise espacial exploratória. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 37, 19–27.

North, D. C. (1977). Teoria da localização e crescimento económico regional. In J. Schwartzman (Org.), *Economia regional: Textos escolhidos* (pp. 291–313). CEDEPLAR.

Oliveira, N. (2021). Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. *Informe GEPEC*, 25(1), 203–219.

- Piffer, M., & Arend, S. C. (2009). A agropecuária e as indústrias tradicionais no desenvolvimento regional paranaense no período de 1970 a 2000. *Informe GEPEC*, 13(1), 107–122.
- Rego, C., Martins, P., & Correia, L. (2023). Todos diferentes, todos iguais: Determinantes da resiliência nos territórios rurais. In A. Teixeira, A. P. Delgado, L. Carvalho, M. I. Mota, & M. M. Castro e Silva (Eds.), *Estudos de homenagem a José da Silva Costa* (Coleção Transversal, nº 16, pp. 653–674). U.Porto Press.
- Rego, C., Ramos, I. J., Lucas, M. R., Baltazar, M. S., & Dionísio, A. (2021). New geography in old territories: A multivariate approach based on Portuguese regions. *Regional Studies, Regional Science*, 8(1), 25–50.
- Reis, J. (2020). O território: Reorganizar internamente o país depois do modelo unipolar e do deslocamento territorial. In J. Reis (Org.), *Como reorganizar um país vulnerável?* (pp. 295–343). Actual.
- Reis, J. (2023a). As cidades e a estruturação do território: Crise do sistema urbano e reconfiguração territorial em Portugal. In A. Teixeira, A. P. Delgado, L. Carvalho, M. I. Mota, & M. M. Castro e Silva (Eds.), *Estudos de homenagem a José da Silva Costa* (Coleção Transversal, nº 16, pp. 701–709). U.Porto Press.
- Reis, J. (2023b). Sete traços para um esboço da economia portuguesa. *Boletim de Ciências Económicas*, LXVI (III), 2705–2733.
- Ribeiro, L. A., Tenório, K. F., Alves, L. R., & Piffer, M. (2023). A Messorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul: Análise do comportamento locacional e da concentração do emprego formal nos subsetores econômicos (2019 e 2021). Trabalho apresentado no *XI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades*, pp. 1–19.
- Rodrik, D. (2016). Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, 21(1), 1–33. DOI 10.1007/s10887-015-9122-3.
- Santos, M. S., & Souza Júnior, W. D. (2016). O comércio do petróleo: Um estudo da estrutura de mercado do setor petrolífero brasileiro no período de 2005 a 2014. *Informe GEPEC*, 20(1), 98–115.
- Santos, N. S., Oliveira, N. M., Luz, R. A., & Rodrigues, W. (2019). Dinâmica produtiva da região Sul maranhense: Uma análise com base nos indicadores de localização. In *IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais* (pp. 1–18). Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.
- Silva, A. C. (2020). *Análise dos contributos da consulta pública – Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=visao-estrategica-para-o-plano-de-recuperacao-economica-de-portugal-2020-2030>
- Simões Lopes, A. (1984). *Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos* (2ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sopas, L. (Coord.), Ribeiro, R., Tavares, M., Rodrigues, V., & Meneses, J. (2018). *Diversificação e crescimento da economia portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sousa, R. B., Almeida, G. T., Oliveira, N. M., & Luz, R. A. (2017). A análise locacional da estrutura produtiva da microrregião de Porto Nacional. *Revista Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 3(2), 191–209.

Agradecimentos

Este estudo é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/04007/2025/CEFAGE. Possui também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Mapeamento Multidimensional das Desigualdades Regionais em Angola

Multidimensional Mapping of Regional Inequalities in Angola

Waldemar Sérgio Tavares

waldemartavares0@gmail.com

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal; Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte, N'Dalatando, Angola.

Tiago Loiola

tiago.loiola@yahoo.com.br

CETRAD, Vila Real, Portugal; Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, Brasil.

Maria da Conceição Peixe Rego

mcpr@uevora.pt

Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Évora, Portugal.

Leonida Tomás Correia

lcorreia@utad.pt

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.

Resumo

Angola, classificada pelas Nações Unidas como um país de desenvolvimento humano médio, apresenta marcadas assimetrias sociais e regionais. As desigualdades socioespaciais manifestam-se por meio de fortes disparidades nos indicadores de bem-estar e progresso social entre as províncias. Este artigo tem como objetivo mapear as desigualdades multidimensionais nas províncias angolanas, a partir de dimensões associadas à educação, saúde e economia. Os dados foram extraídos de vários relatórios do Instituto Nacional de Estatística de Angola e de diferentes ministérios, tratados e analisados por meio de técnicas de econometria espacial, com o apoio do *software* GeoDa, visando identificar padrões espaciais de concentração das variáveis estudadas. Os resultados evidenciam amplas e persistentes desigualdades em todas as dimensões analisadas. As regiões Leste, Norte e Sul e, em menor grau, o Centro apresentam elevados níveis de carências multidimensionais. Destaca-se o caso das Lundas, ricas em recursos naturais, mas marcadas por desigualdades de género, desemprego, escassez de recursos humanos especializados e elevadas taxas de fecundidade. A província de Luanda, apesar do seu dinamismo económico, revela disparidades críticas em indicadores sociais, como baixas taxas de escolarização, elevada mortalidade materno-infantil, elevado desemprego e baixo PIB *per capita*, sugerindo a presença de uma possível armadilha do desenvolvimento.

Palavras-chave: Assimetrias regionais; Dependência espacial; Desenvolvimento; Países em Desenvolvimento.

Códigos JEL: C31, R11, R15, O18

Abstract

Angola, classified by the United Nations as a country with medium human development, exhibits marked social and regional asymmetries. Socio-spatial inequalities are expressed through significant disparities in indicators of well-being and social progress across the provinces. This article aims to map multidimensional inequalities in Angolan provinces, based on dimensions related to education, health, and the economy. The data were extracted from various reports of the National Institute of Statistics of Angola and different ministries, processed and analyzed using spatial econometrics techniques, with the support of GeoDa software, in order to identify spatial patterns of concentration of the variables studied. The results reveal broad and persistent inequalities across all analyzed dimensions. The Eastern, Northern, and Southern regions, and to a lesser extent the Central region, show high levels of multidimensional deprivation. The case of the Lundas stands out: despite being rich in natural resources, they are marked by gender inequalities, unemployment, a shortage of specialized human resources, and high fertility rates. The province of Luanda, despite its economic dynamism, displays critical disparities in social indicators, such as low school enrollment rates, high maternal and infant mortality, high unemployment, and low GDP per capita, suggesting the presence of a possible development trap.

Keywords: Regional asymmetries; Spatial dependence; Development; Developing countries.

JEL Codes: C31, R11, R15, O18

1. INTRODUÇÃO

A problemática das assimetrias no desenvolvimento dentro de um mesmo país tem as suas raízes académicas modernas identificadas em François Perroux, John Friedman e Jan Tinbergen na década de 60 do século XX. Contudo, o interesse por este tema veio a alargar-se mais recentemente, evoluindo para incluir as assimetrias geradas por processos de globalização e integração económica, criando, muitas vezes, alterações na geografia e na vida das pessoas destas regiões. Estes processos podem levar a um enfraquecimento progressivo dos territórios que se revelam pouco competitivos quando inseridos num contexto comunitário mais vasto (Carvalho & Caeiro, 2011; Rocha, 2010).

Em Angola, persistem fortes desigualdades tanto a nível regional como a nível local. Um dos principais indicadores dessa disparidade é a forma como a receita nacional se distribui pelos diferentes quintis da população. O quintil mais pobre recebe apenas 3,8% do total, enquanto o quintil mais rico concentra 55,6%. Isto significa que, em média, uma pessoa do quintil mais rico ganha cerca de 15 vezes mais do que alguém do quintil mais pobre. Esta diferença acentuada entre os extremos evidencia um elevado nível de desigualdade no país. De acordo com estimativas do Banco Mundial para 2018, os 10% mais ricos detinham 39,6% do rendimento nacional, ao passo que os 10% mais pobres detinham apenas 1,3% (Governo de Angola, 2025).

No contexto angolano, esta abordagem assume particular relevância, uma vez que Angola continua a enfrentar a ausência de uma estratégia clara, coerente e operacional que viabilize a sua efetiva integração económica nos espaços regionais africanos com os quais se encontra formalmente e politicamente comprometida.

O principal objetivo deste artigo é mapear as desigualdades multidimensionais nas regiões e províncias de Angola. Com base em dados do INE-Angola e de diversos ministérios, identificaram-se agrupamentos geográficos com elevada concentração de disparidades nas variáveis analisadas.

Este estudo utiliza uma abordagem econométrica espacial aplicada a dados censitários, com base numa abordagem teórica das desigualdades regionais e numa metodologia de mapeamento de variáveis socioeconómicas. A análise empírica recorre ao Índice de Moran para avaliar a existência e a intensidade da dependência espacial das desigualdades no território angolano.

A estrutura do artigo segue uma progressão lógica: parte do marco teórico sobre as múltiplas dimensões das desigualdades e suas dinâmicas causais; passa pela explicitação dos dados e da metodologia de análise espacial; chega aos resultados empíricos, onde se destacam a relevância estatística dos indicadores e os padrões de dependência espacial entre regiões; e encerra com as

conclusões e um conjunto de propostas de políticas públicas orientadas à equidade, à melhor distribuição da riqueza e à redução das desigualdades regionais.

2. ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS DAS DESIGUALDADES

A análise das desigualdades tem sido tradicionalmente associada a dimensões clássicas como Educação, Saúde e Rendimento *per capita*, operacionalizadas por meio de indicadores como: Esperança média de vida, nível educacional, acesso a habitação, saneamento, ensino superior, nutrição, cobertura de saúde, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, desemprego, segurança social, informalidade laboral, desigualdade de género, acesso a energia sustentável, vulnerabilidade climática e participação social, entre outros que compõem o cenário de bem-estar social (Bersisa & Heshmati, 2021; Bui & Erreygers, 2020; Foster *et al.*, 2014; Parente, 2019).

Neste contexto, a abordagem de Sen (1997) oferece um quadro teórico fundamental ao argumentar que a qualidade de vida depende não apenas dos recursos disponíveis, mas também da capacidade concreta de os converter em funcionamentos, ou seja, em formas de ser, estar e agir que as pessoas valorizam. Essas oportunidades são moldadas por um conjunto de fatores ambientais, sociopolíticos e individuais, o que evidencia a natureza intrinsecamente multidimensional e contextual das desigualdades (Dréze & Sen, 1996; McKnight *et al.*, 2018).

Fatores como condições ambientais precárias, falta de saneamento, exposição a riscos climáticos ou a ausência de infraestruturas básicas reduzem o bem-estar de comunidades específicas, independentemente do nível de rendimento. Paralelamente a isto, fatores sociopolíticos, como o racismo, a desigualdade de género e a exclusão política, atuam como barreiras estruturais que limitam o acesso a direitos e oportunidades. A estas dimensões somam-se condições pessoais, como a deficiência, a idade ou o estado de saúde que influenciam diretamente a capacidade de conversão de recursos em qualidade de vida. Esse enfoque evidencia que as desigualdades multidimensionais não são distribuídas de maneira uniforme, elas se acumulam e se intersectam de modo complexo em determinados grupos sociais, como mulheres, grupos nativos, minorias étnicas ou pessoas com deficiência, ampliando desvantagens históricas e estruturais, bem como revelando diferenças territoriais graves (McKnight *et al.*, 2018; Soci, 2019).

O enfoque multidimensional possibilita compreender a heterogeneidade da desigualdade, ao reconhecer que o bem-estar dos indivíduos não se limita ao rendimento, mas abrange outros fatores relevantes, como saúde e educação. Por essa razão, autores como Stiglitz & Basu (2016) e Sen (1997) abordaram a necessidade do levantamento dos determinantes do bem-estar numa perspetiva multidimensional.

Dado que o bem-estar é um conceito multidimensional, torna-se necessário quantificar as diversas dimensões e manifestações da desigualdade, de forma a monitorizar as tendências nos resultados do bem-estar individual e social. Nesse sentido, a avaliação da desigualdade multidimensional envolve a consideração de diferentes domínios e indicadores, sendo que as organizações internacionais incorporam vários desses domínios nas suas análises, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1: Infografia das desigualdades multidimensionais definidas pelas organizações

Organização	Medida de referência	Principais dimensões das desigualdades	Fonte de Dados
 FMI (Fundo Monetário Internacional)	Desigualdade crescimento inclusivo	(1) vida e saúde; (2) segurança física e jurídica; (3) educação e aprendizagem; (4) segurança financeira e trabalho digno; (5) condições de vida confortáveis, independentes e seguras; (6) participação, influência e voz, e (7) vida individual, familiar e social.	(McKnight et al., 2018); (David et al., 2025) IMF <i>World Economic Outlook, Fiscal Monitor</i> , IMF Inequality Database
 OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento)	Crescimento inclusivo, Bem-estar, Desenvolvimento regional	Rendimento, emprego, educação, saúde, habitação, desigualdade regional	(OCDE, 2015) OECD Regional Database
 PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)	Índice de Desenvolvimento Humano	Renda, educação, saúde, género, padrões de vida.	<i>Human Development Reports</i>
 World Bank (Banco Mundial)	Partilha da prosperidade	Crescimento da renda, Pobreza, Acesso aos serviços, desigualdades espaciais.	<i>Human Development Reports</i>
 EU (União Europeia)	Inclusão social e Coesão Territorial	Pobreza, exclusão social, habitação, coesão regional	Eurostat. <i>EU Social Scoreboard</i> , Cohesion
 AfDB (Banco de Desenvolvimento africano)	Crescimento inclusivo e integração regional	Acesso a infraestruturas, disparidades regionais, gaps de desenvolvimento	AfDB Statistics Portal, African Economic Outlook

Fonte: Elaboração própria com base nas publicações oficiais e bases de dados de cada organização (McKnight et al., 2018; OCDE, 2015; Human Development Reports; World Development Reports; Eurostat; AfDB Statistics Portal).

Dadas as dificuldades na obtenção de dados sobre as variáveis na África subsaariana, as medidas de desigualdade multidimensional frequentemente dependem de algumas variáveis estruturais de bem-estar, como educação, saúde e acesso a serviços básicos e a bens domésticos (David et al., 2025).

A abordagem multidimensional da desigualdade é atraente não apenas por abranger diferentes facetas do bem-estar, mas também por permitir a incorporação dos gradientes sociais de seus atributos na avaliação. Dessa forma, uma análise multidimensional pode revelar se as desigualdades presentes em distintas dimensões do bem-estar, como rendimento, saúde e educação, se reforçam mutuamente ou, ao contrário, se compensam entre si (Bui & Erreygers, 2020). No caso da África, a desigualdade impacta significativamente resultados sociais fundamentais, como a saúde, o capital social, a participação política e a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Mas por que devemos nos preocupar com a desigualdade? Para Piketty & Sandel (2025) e Soci (2019), ela representa uma ameaça aos direitos básicos, à participação política e à dignidade humana. A desigualdade coloca em risco o acesso a bens essenciais, como a saúde e a educação. Gera a percepção de que os recursos existem, mas não chegam a todos, comprometendo a justiça material e a vida digna. Além disso, a desigualdade faz com que ricos e pobres vivam em mundos separados, frequentando escolas, locais de trabalho e espaços públicos diferentes (Lee & Han, 2024; Lisnek et al., 2025).

Essa segregação enfraquece a democracia, pois reduz a capacidade de todos participarem de forma equitativa da vida política e da construção do bem comum. A desigualdade também corrói a solidariedade e o reconhecimento mútuo, já que a falta de convivência impede que as pessoas se vejam como iguais. Ignorar a desigualdade significa aceitar uma sociedade cada vez mais fragmentada, com menos solidariedade, menos democracia e menos humanidade.

Para Stiglitz (2010), a desigualdade enfraquece a estabilidade e a eficiência económica dos territórios, desacelera o crescimento e ameaça a democracia ao concentrar o poder nas mãos dos ricos. À medida que os cidadãos percebem que o sistema falha, a confiança na democracia e no mercado se deteriora, as oportunidades diminuem e até mesmo a identidade nacional e a coesão social são colocadas em risco.

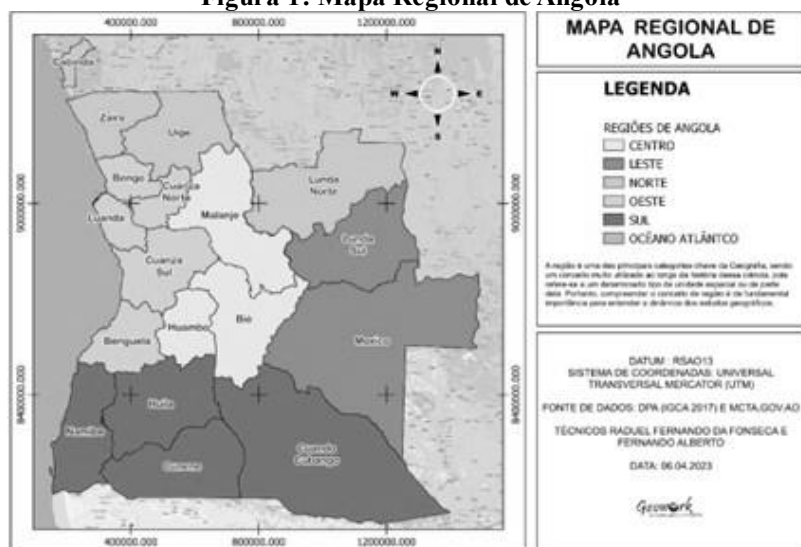
3. DADOS E METODOLOGIA

Para mapear as desigualdades multidimensionais nas províncias de Angola, foram utilizados dados provenientes de diversos relatórios ministeriais, incluindo o INE (Instituto Nacional de Estatística de Angola), Ministério da Saúde, Ministério da Economia, Ministério da Educação, entre outros. Embora os documentos fornecessem informações abrangentes sobre os indicadores no período de 2020 a 2024, optou-se por privilegiar os dados mais recentes, devido à intermitência e à agregação excessiva em muitos registros, bem como à necessidade de realizar um estudo atualizado sobre as desigualdades no território nacional.

O presente estudo sobre as desigualdades regionais em Angola fundamenta-se em referenciais analíticos e em dados de organizações internacionais reconhecidas, tais como o FMI, o PNUD, a OCDE, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia. A análise estrutura-se em três dimensões centrais: Educação, Saúde e Economia, operacionalizadas por meio de variáveis e indicadores comparáveis e amplamente disponíveis, que permitem caracterizar de forma sistemática o perfil socioeconómico de cada região, conforme apresentado no Quadro 1 (Infografia das Desigualdades Multidimensionais definidas pelas organizações).

Conforme ilustra a figura 1, a base geográfica da investigação dividiu o país em cinco regiões predefinidas: Região Norte, Região Centro/Leste, Região Centro/Oeste, Região Sul e a região metropolitana do litoral de Angola (Rocha, 2010). Metodologicamente, o estudo utilizou o *software* GeoDa para mapear padrões espaciais e desigualdades territoriais, identificar assimetrias e clusters sociais, e o *software* JAMOV para análises multivariadas que avaliaram as correlações e a influência entre variáveis.

Figura 1: Mapa Regional de Angola



Fonte: Alberto (2023)

Este estudo de análise econométrica espacial utilizou testes de proximidade e de vizinhança para confirmar estatisticamente a existência de padrões espaciais, como *hotspots* de pobreza ou aglomerações económicas, no território angolano. A ferramenta central para esta análise foi o Índice de Moran, uma medida de autocorrelação espacial.

Esta metodologia permitiu quantificar a interdependência espacial entre variáveis e identificar se áreas com valores semelhantes (como pobreza alta ou baixa) se agrupavam no espaço. O Índice de Moran Global mede este padrão em todo o território, enquanto o Índice de Moran Local (LISA) identifica *clusters* específicos de quatro tipos: Alto-Alto, Baixo-Baixo, Alto-Baixo e Baixo-Alto nas diferentes unidades regionais. Um valor positivo do índice indica autocorrelação espacial positiva (valores semelhantes se agrupam), e um valor negativo indica o oposto. O índice global de Moran, é dado pela seguinte equação:

$$I = \frac{n}{\sum_i \sum_j w_{ij}} \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum_i (y_i - \bar{y})^2}$$

Em que:

n - é a quantidade total de observações;

w - é o peso espacial normalizado, que representa a matriz de pesos que define a vizinhança espacial entre as unidades geográficas. É uma medida da proximidade espacial entre as unidades e é usada para ponderar a contribuição de cada vizinho na autocorrelação espacial.

y_i e y_j - são os valores da variável em análise nas unidades geográficas i e j , respetivamente.

$\bar{y}$ - é a média dos valores da variável em estudo em todas as unidades geográficas.

w_{ij} - matriz de peso espacial i e j , medindo o grau de interação entre elas.

A análise de I de Moran local, também conhecida como *Local Indicator of Spatial Association* (LISA), capta agrupamentos espaciais de dependência espacial de uma variável em determinada região, considerando a média das regiões vizinhas.

As estimativas do I de Moran local mostram quatro relações importantes entre os *clusters*:

- a) Alto-Alto (AA), que indica uma província com valores altos em si e em sua vizinhança;
- b) Baixo-Baixo (BB), uma província com valores baixos, cercada por províncias com valores semelhantes;
- c) Alto-Baixo (AB), província com alto valor, mas cercada por províncias com baixo valor;
- d) Baixo-Alto (BA) que indica província com baixo valor cercada por regiões de valores altos.

De forma geral, o Índice de Moran permite calcular um coeficiente de associação linear de tipo cruzado. Valores positivos (entre 0 e +1) indicam autocorrelação positiva e valores negativos (entre 0 e -1) indicam autocorrelação negativa (Fotheringham & Rogerson, 2025; Loiola *et al.*, 2024).

A determinação da autocorrelação espacial analisou o grau de dependência entre regiões angolanas por meio de uma matriz de pesos espaciais, baseada na contiguidade do tipo rainha de primeira ordem, que considera a vizinhança, a distância e a semelhança socioeconómica.

O LISA foi utilizado para avaliar a autocorrelação espacial significativa em cada unidade regional, considerando duas abordagens: a univariada (que analisa uma variável em relação aos seus vizinhos) e a bivariada (que relaciona uma variável com outra nos vizinhos). Essa aplicação resultou na elaboração de mapas de significância e de clusters. Observou-se ainda que províncias geograficamente próximas tendiam a apresentar valores semelhantes ou, em alguns casos, divergentes nas variáveis analisadas.

Dentre os indicadores levantados no estudo, selecionou-se um representante por dimensão, priorizando aqueles considerados mais críticos e que melhor refletem as desigualdades entre as províncias de Angola. O objetivo central foi identificar *hotspots* e *coldspots* de cada variável, destacando as áreas de maior e menor concentração dos fenómenos analisados.

A análise local univariada avaliou cada indicador considerando a influência das regiões vizinhas, resultando em médias espacialmente ponderadas por território. Complementarmente, aplicou-se o LISA bivariado para captar a dependência espacial entre pares de variáveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Análise espacial exploratória e mapeamento das desigualdades nas diferentes províncias

Com o objetivo de caracterizar as desigualdades multidimensionais entre as províncias de Angola, procedeu-se a uma análise de proximidade em três etapas complementares: (i) a Análise Local de Indicadores de Associação Espacial (LISA Univariado) e (ii) a Análise Local de Associação Cruzada (LISA Bivariado), complementadas por uma (iii) Análise de *clusters*. Esta abordagem permitiu identificar padrões espaciais de concentração e heterogeneidade, fornecendo uma visão mais abrangente das disparidades regionais no país.

4.1.1. Análise Local (LISA Univariado)

Com o objetivo de avaliar o grau de aglomeração espacial e a abrangência da representatividade das variáveis multidimensionais no território angolano, realizou-se uma análise individual de cada

variável ou indicador nas diferentes dimensões consideradas, proporcionando uma compreensão inicial da distribuição geográfica dos principais indicadores da análise socioespacial em estudo.

4.1.1.1. Educação

No domínio da educação, destacam-se três padrões principais: analfabetismo, baixa taxa de acesso e pouca disponibilidade de recursos humanos qualificados. A análise espacial evidencia padrões consistentes de desigualdade regional. O analfabetismo concentra-se no Centro-Leste (figura 2), sobretudo nas províncias do Moxico e do Cuando Cubango, com níveis particularmente elevados em áreas rurais e periféricas, refletindo limitações estruturais e baixa cobertura de infraestrutura escolar. O acesso ao ensino apresenta fortes contrastes territoriais, com menor ingresso na região leste face ao litoral centro-occidental, apesar da elevada concentração absoluta de alunos em províncias como Luanda, Namibe e Huíla (figura 3).

Paralelamente, a distribuição de professores revela acentuada concentração urbana (figura 4), especialmente em Luanda e Benguela, contrastando com a escassez persistente no Leste, Norte e Sul do país. Estes padrões revelam uma desconexão estrutural entre recursos educacionais e necessidades regionais, agravada por limitações institucionais e económicas.

De acordo com Pintinho (2023) e Tvedten *et al.* (2018), cerca de 30% dos adultos angolanos são analfabetos, sobretudo as mulheres rurais. Persistem atrasos escolares e fortes desigualdades de género, com maior incidência de agregados chefiados por mulheres sem escolaridade (34,6%) face aos chefiados por homens (6,1%), devido à entrada tardia e menor permanência feminina na escola. A expansão do sistema educacional nem sempre foi acompanhada de crescimento proporcional no número de professores e investigadores, o que sobrecarregou a capacidade de ensino (Africano *et al.*, 2019).

Parafraseando Marques & Contreras (2022), questões económicas do país se refletem na qualidade da formação e capacitação de professores, bem como em sua requalificação e promoção profissional. A escassez de professores continua sendo um obstáculo, especialmente nas áreas regionais recônditas, tendo em conta a fraca capacidade do Estado de descentralizar tomadas de decisão.

Figura 2: Taxa de analfabetismo em Angola (2024)

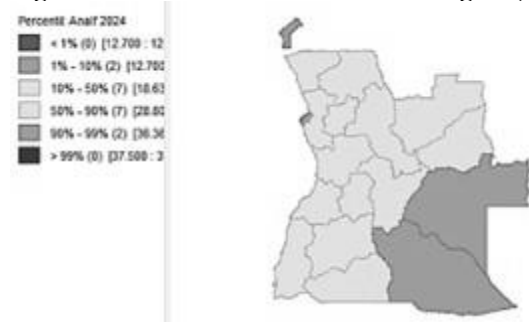


Figura 3: Nº de estudantes matriculados (2022)

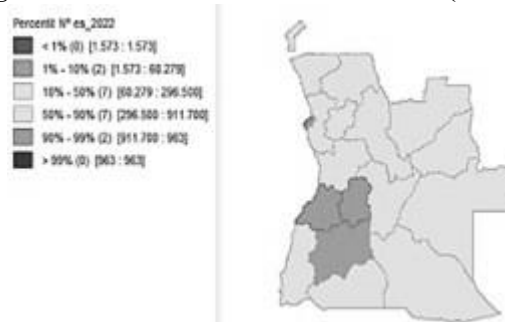
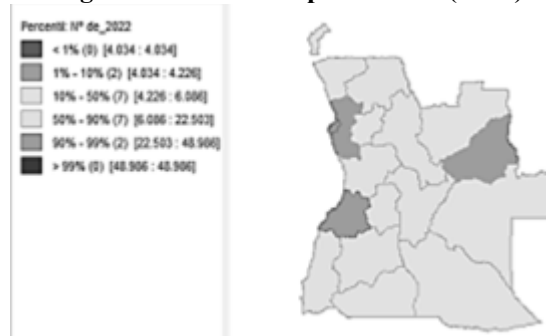


Figura 4: Número de professores (2022)

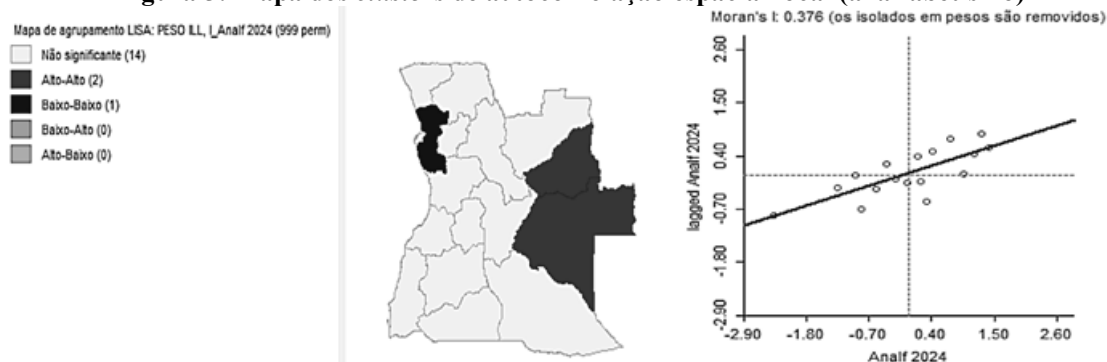


Fonte: Elaboração própria

O analfabetismo destaca-se como um dos principais indicadores das desigualdades territoriais na dimensão educacional, refletindo assimetrias estruturais persistentes em Angola. Para analisar a sua distribuição espacial, aplicou-se a análise de associação local (LISA I), que permitiu identificar aglomerados estatisticamente significativos deste fenómeno.

Os resultados, apresentados na figura 5, indicam a presença de *clusters* alto-alto na região Leste, particularmente nas províncias do Moxico e da Lunda Sul, evidenciando elevados níveis de analfabetismo em áreas vizinhas com valores igualmente altos. Em contraste, províncias como o Bengo apresentam padrões baixo-baixo, caracterizados por baixos índices de analfabetismo circundados por regiões com características semelhantes.

Figura 5: Mapa dos *clusters* de autocorrelação espacial local (analfabetismo)



Fonte: Elaboração própria

O gráfico de Moran indica autocorrelação espacial positiva moderada ($I = 0,38$), evidenciando o agrupamento de regiões com elevados níveis de analfabetismo, reforçado pela inclinação positiva da linha de tendência.

Luanda possui o maior número de professores, enquanto o Leste carece de recursos humanos na educação. Segundo Lopes *et al.* (2022), cerca de metade da população com 15 ou mais anos nas províncias do leste é analfabeta, com valores entre 52% (Moxico) e 44% (Lunda-Sul), muito acima da média nacional de 34,4%. Tal cenário reflete o fraco investimento estatal em educação, a escassez de infraestruturas e a falta de recursos pedagógicos e humanos. No ensino primário, as baixas taxas de conclusão resultam de fatores como entrada tardia, desistências, repetências, deficiências de infraestrutura, turmas superlotadas, carência de materiais e sobrecarga docente. Entre as raparigas, as responsabilidades domésticas e o casamento precoce agravam a exclusão escolar (AUDA-NEPAD, 2020).

No ensino superior, as regiões leste e centro-norte (Bié e Cuanza Norte) registam o menor número de graduados. Silva (2023) aponta causas como desigualdade na oferta de vagas, precariedade das infraestruturas, baixa qualidade dos cursos, fraca qualificação docente, elevado custo dos materiais, exclusão de grupos vulneráveis e falta de ligação entre o ensino e o mercado de trabalho.

4.1.1.2. Saúde

A análise da saúde em Angola revela padrões regionais distintos. O crescimento natural é mais elevado nas províncias de Luanda e Cuanza Norte, refletindo maior urbanização e população jovem, com Luanda crescendo duas vezes mais rápido que a média nacional. A cobertura vacinal é desigual, sendo Moxico, Cuando Cubango e Lunda Norte as províncias com menor taxa, enquanto Luanda e Zaire lideram a vacinação (figura 8). A distribuição de médicos evidencia severa desigualdade, com apenas 1 médico por 10.000 habitantes no Leste, Norte e Sul (figura 9).

As taxas de fecundidade são mais altas em áreas rurais do Centro-Leste, influenciadas pela idade média ao casamento e pelo grau de urbanização (figura 10 e 11). A mortalidade por malária afeta sobretudo crianças em províncias rurais como Bengo e Lunda Norte, agravada por precariedade nutricional e saneamento inadequado. Por fim, a mortalidade materno-infantil permanece elevada, especialmente em áreas urbanas densas e rurais com acesso limitado a cuidados pré-natais e partos institucionalizados.

Com relação à natalidade, Luanda cresce duas vezes mais depressa do que a população total de Angola (figura 6). Mais de metade deste crescimento é devida ao excedente de nascimentos em relação aos óbitos, e o restante é causado pelo êxodo rural.

A metrópole de Luanda representa cerca de 24% do total nacional, seguida das províncias da Huila, com 9%, e de Huambo e Benguela, ambas com 7% cada (INE, 2025). Tvedten *et al.* (2018) afirmam que 42% da população angolana vive sem acesso à água potável e 60% não tem acesso a instalações sanitárias. Ao mesmo tempo, a desigualdade é elevada em Angola, com um coeficiente de Gini de 0,53.

Em 2022, Angola registou um número estimado de 7,5 milhões de casos de malária e 13.600 mortes (figura 7), sendo as crianças e mulheres os grupos mais vulneráveis, com uma ramificação de estilo “árvore”. O corredor centro-norte é o mais predominante ao nível da prevalência e a capital Luanda, devido à sua densidade e problemas de saneamento, situa-se numa condição crítica face a esta epidemia (Tavares *et al.*, 2022).

A mortalidade materna e infantojuvenil continua a ser um problema de saúde pública em Angola (figura 12). Apenas 61% das gestantes fizeram quatro ou mais consultas pré-natais e apenas 46% dos partos ocorrem numa unidade de saúde, registando-se uma enorme disparidade entre o meio urbano e o rural, onde apenas 16% das mulheres tiveram o parto numa unidade sanitária (UNICEF, 2018).

A província de Benguela apresentou em 2019 a maior taxa de mortalidade infantil, enquanto o Moxico registou uma taxa inferior a 7 óbitos por 1000 nascidos vivos. A disparidade entre ricos e pobres na taxa de mortalidade infantil em Angola requer atenção; os pobres sofrem uma carga de mortalidade infantil desproporcionalmente maior. A taxa de mortalidade cresce mais nos bebés do género masculino pelos riscos de complicações no parto, doenças infecciosas, como sífilis, malária, tétano e doenças diarreicas, possibilidade de nascerem prematuros e possuírem o sistema imunológico mais fraco (Shibre, 2020).

Em Angola, as barreiras existentes no acesso aos cuidados de saúde materna, a disponibilidade de serviços de proximidade, principalmente em áreas rurais, a concentração de serviços de parto, geralmente em áreas urbanas, podem estar impedindo as mulheres de procurar o parto institucionalizado, influenciando por isso a alta mortalidade materno-infantil (Rosário *et al.*, 2019).

Figura 6: Taxa de natalidade (2022)

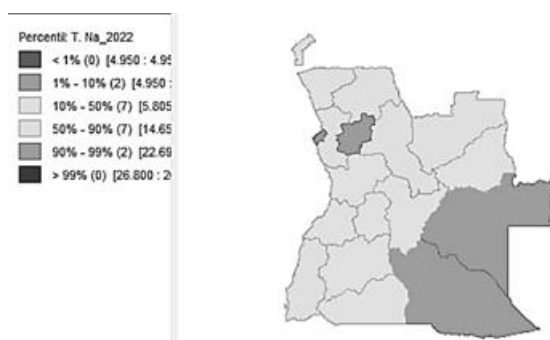


Figura 7: Taxa de mortalidade por paludismo (2022)

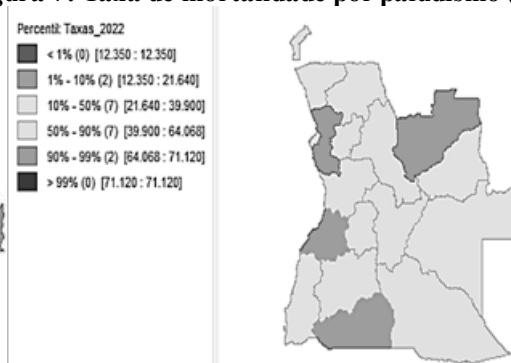


Figura 8: Mapa de vacinação (2024)

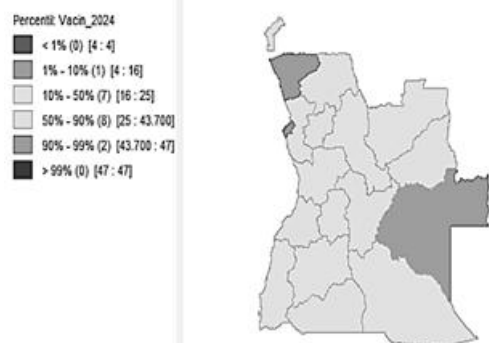


Figura 9: Taxa de médicos/10.000 hab. (2024)

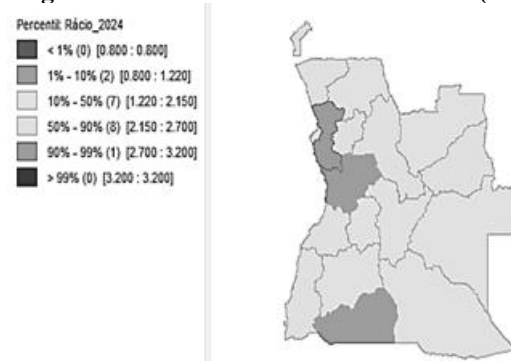


Figura 10: Mulheres em idade de casamento (2024) Figura 11: Taxa de Fertilidade (2024)

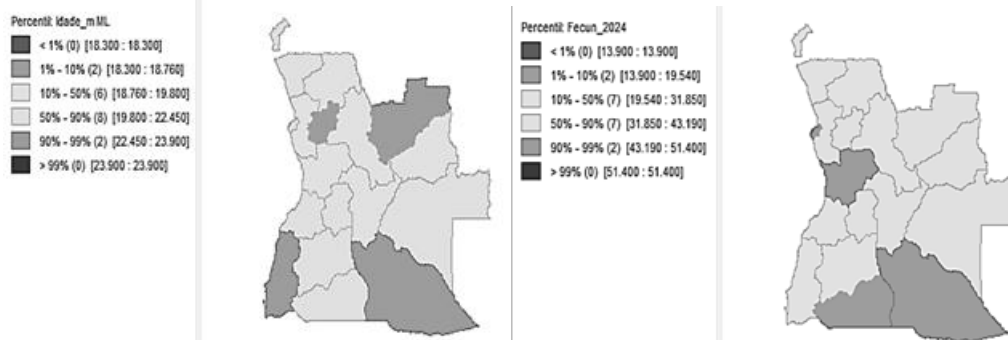
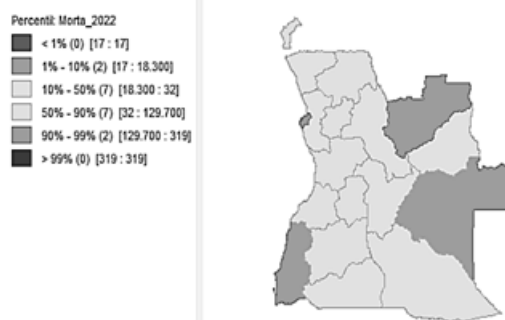


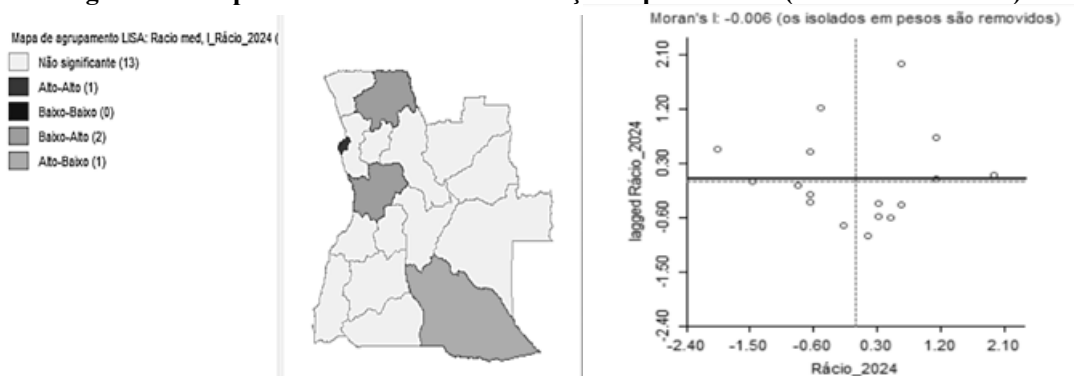
Figura 12: Taxa de mortalidade Materna (2022)



Fonte: Elaboração própria

A aplicação do método LISA ao indicador de rácio médico por 10 mil habitantes permitiu identificar padrões de associação espacial significativos (figura 13). Os resultados mostram a concentração dos valores mais elevados na região de Luanda, formando um *cluster* distinto, enquanto nas regiões Sul, Centro e Leste observa-se um padrão atípico, em que áreas com valores elevados se encontram rodeadas por regiões com baixos índices, contrastando com o padrão predominante no litoral.

Figura 13: Mapa de *clusters* de autocorrelação espacial local (Rácio médico/hab.).



Fonte: Elaboração própria

Esses dados sugerem que há diferenças regionais significativas na distribuição dos índices, com concentração marcada na capital e situações atípicas em algumas áreas do Sul, o que pode refletir variações locais ou fatores específicos que influenciam a medida analisada.

4.1.1.3. Economia

A análise económica regional em Angola revela desigualdades marcantes no desenvolvimento humano e na distribuição de recursos. O PIB *per capita* apresenta padrões paradoxais (figura 14): províncias ricas em recursos naturais, como Lunda Norte, Lunda Sul e Cabinda, registam baixos

indicadores económicos, demonstrando uma desconexão entre a capacidade de geração de riqueza e o desenvolvimento humano local. O desemprego segue um padrão dualista (figura 16): é mais elevado nos grandes centros urbanos, como Luanda, Benguela, Cabinda, Huíla, Bengo e Lunda Norte, atingindo níveis críticos na Lunda Sul e no Cunene.

Nas áreas rurais, o desemprego é menor graças à predominância do setor agrícola, enquanto nas regiões urbanas, baseadas no comércio e nos serviços, as taxas são mais elevadas (World Bank, 2020). Para Rafael & Yoba (2020), a província da Lunda Sul, em particular, enfrenta graves desafios socioeconómicos, a destacar: má distribuição de rendimento; concentração de poder e gestão ineficiente dos recursos públicos, carência de investimento em áreas sociais, o que acentua a falta de emprego e agrava as desigualdades. Os efeitos da seca climática na província do Cunene também têm contribuído para a escassez de projectos empreendedores alinhados com as características da região.

A incidência da pobreza também evidencia desigualdades territoriais persistentes (figura 15). Bié e Cunene apresentam os níveis mais críticos, seguidos por Cuando Cubango, Moxico, Cuanza Sul, Huambo e Huíla, regiões predominantemente rurais. A dependência de atividades económicas de baixo rendimento, somada ao legado histórico de guerras e à ausência de políticas de desenvolvimento integrado e inovação social, sustenta a elevada pobreza multidimensional observada nessas províncias.

Observa-se uma disparidade significativa no desenvolvimento entre as regiões Norte e Litoral, Centro e Sul de Angola, com destaque para a capital, Luanda, que concentra cerca de 50% dos investimentos públicos. Essa assimetria tem impactos diretos no progresso socioeconómico regional. Dado que o investimento público tende a catalisar o capital privado, a região Sul, por ser mais favorecida, apresenta uma densidade empresarial superior tanto em iniciativas públicas quanto em privadas. Como consequência, a população sulista beneficia de um padrão de vida mais elevado e de uma oferta de emprego maior, o que acentua ainda mais o contraste com o Norte (Sacala *et al.*, 2025).

Figura 14: PIB per capita (2022)

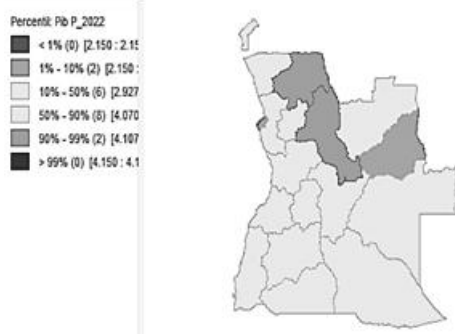


Figura 15: Incidência da Pobreza (2020)

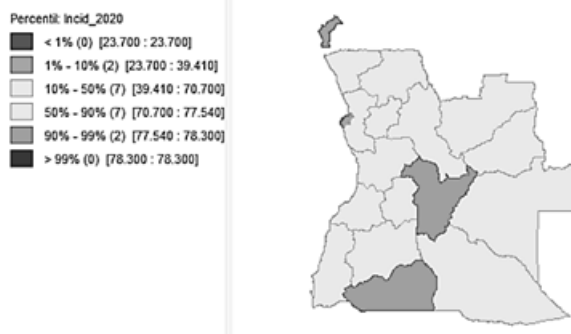
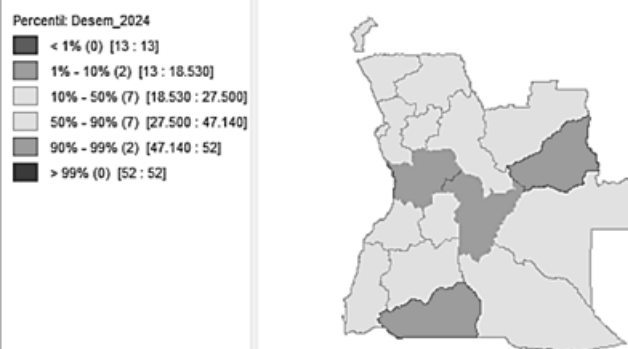


Figura 16: Taxa de Desemprego (2024)

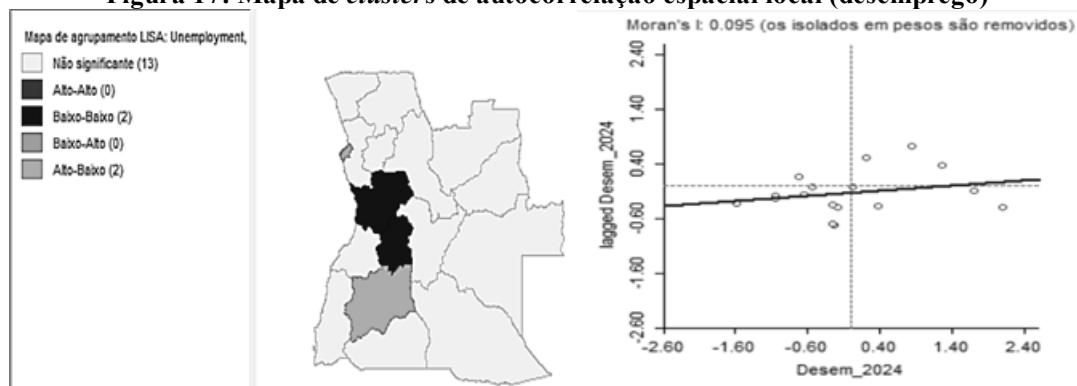


Fonte: Elaboração própria

O desemprego é um indicador central das desigualdades na distribuição de renda familiar. A análise LISA revelou autocorrelação espacial global positiva, porém fraca ($I = 0,095$), indicando baixa tendência de agrupamento entre províncias com taxas semelhantes (figura 17). Localmente, foram identificados dois *clusters* baixo-baixo e dois *outliers* alto-baixo, correspondentes a áreas de

elevado desemprego inseridas em regiões de baixos índices, configurando *hotspots* principalmente no litoral norte, próximo de Luanda, e em centros urbanos do sul com alta densidade populacional.

Figura 17: Mapa de *clusters* de autocorrelação espacial local (desemprego)



Fonte: Elaboração própria

Este resultado revela a existência de dados bastante heterogêneos do fenómeno em estudo no território angolano. Províncias como o Cuanza Sul, Huambo, Cuanza Norte e Bié tendem a ter baixos índices de desemprego, pela influência da sua realidade rural.

Para avaliar a significância estatística dos *clusters* observados e determinar a probabilidade de que os padrões espaciais das variáveis analisadas sejam concentrados, dispersos ou distribuídos ao acaso, realizaram-se os testes de *p-value*, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Tabela-síntese dos valores do I de Moran e dos seus valores de significância

Variáveis/ Indicadores	Índice de Moran local	<i>p-value</i> local	Tipo de <i>cluster</i>	Significância	Pseudo-significância I Moran para cada variável
Analfabetismo	0.38	0.002	H-H	***	Autocorrelação espacial positiva, forte e significativa — agrupamento claro de valores semelhantes.
Taxa de Desemprego	0.09	0.17	H-H	*	Tendência tênue de autocorrelação espacial positiva e de similaridade local, não significativa ao nível usual - padrão espacial aleatório.
PIB <i>per capita</i>	-0.11	0.41	L-H	s/signif	Tendência fraca negativa, não significativa, sem autocorrelação detectável.
Incidência da Pobreza	0.12	0.09	L-L	*	Autocorrelação espacial positiva fraca. Não significativo ao nível de 5%. Probabilidade de ter <i>clusters</i> locais fracos.
Rácio médicos/hab.	-0.01	0.34	L-H	s/signif	Padrão espacial essencialmente aleatório, sem significância estatística.
Taxa de fecundidade	0.02	0.28	L-H	s/signif	Padrão espacial essencialmente aleatório, sem significância estatística.
Nº alunos matriculados	-0.12	0.32	L-H	s/signif	Tendência negativa fraca, não significativa. Dissimilaridade e padrão aleatório.
Nº de professores nas diferentes províncias	0.16	0.12	H-H	*	Autocorrelação espacial positiva fraca a moderada. Sugere-se uma tendência leve ao agrupamento espacial, mas não significativa ao nível de 5 %
Taxa de vacinação infantil	-0.02	0.37	L-H	s/signif	Não há tendência clara de agrupamento nem de dispersão; os valores parecem distribuídos aleatoriamente no espaço.
Taxa de natalidade	0.26	0.02	H-H	***	Autocorrelação espacial positiva significativa ao nível de 5%. Apresenta padrão espacial de agrupamento

Fonte: Elaboração própria a partir do Geoda

Para obter o *p-value* do I de Moran no GeoDa, utilizou-se um teste de permutação por aleatorização (999 permutações), que gerou uma distribuição de referência e o respetivo histograma de dispersão. Os resultados indicaram autocorrelação espacial positiva e estatisticamente significativa ($p < 0,05$) para as variáveis: “analfabetismo” ($I = 0,38$), “incidência da pobreza” ($I = 0,12$) e “taxas de natalidade” ($I = 0,26$), confirmando a presença de *clusters* espaciais.

Para as demais variáveis analisadas, os *p-values* foram superiores ao limiar de 0,05, não permitindo rejeitar a hipótese nula de aleatoriedade espacial ao nível de confiança convencional. No entanto, observa-se uma notável proximidade entre os valores de *p* (variando entre 0,328 a 0,481),

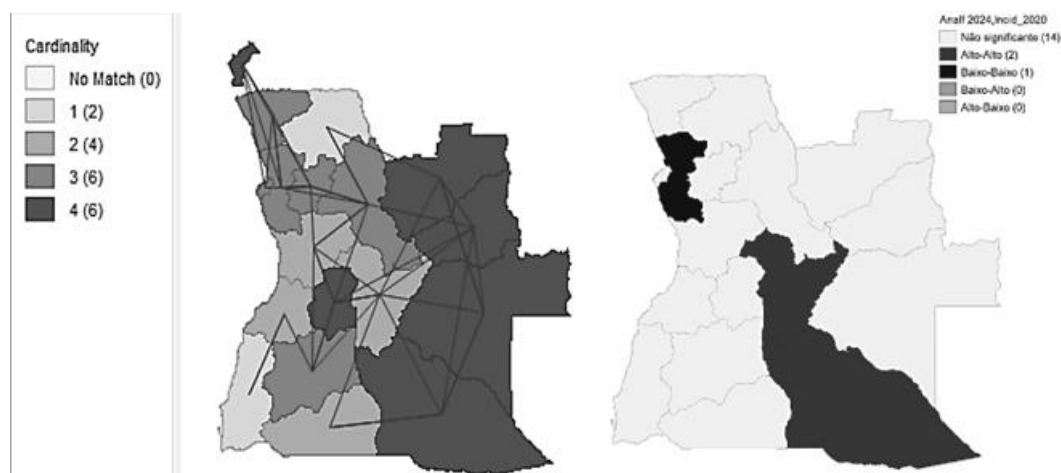
o que pode sugerir a existência de um processo espacial subjacente comum ou uma fraca dependência espacial compartilhada entre essas variáveis, ainda que individualmente não atinjam significância estatística.

Em alguns casos, embora o Índice de Moran Global não tenha indicado autocorrelação espacial estatisticamente significativa ao nível de 5%, ao nível agregado, a análise LISA revelou *clusters* locais do tipo Alto–Alto, Alto–Baixo e Baixo–Alto, evidenciando a presença de dependência espacial localizada. Contudo, a análise local (LISA) identificou alguns *clusters* estatisticamente significativos, sugerindo heterogeneidade espacial, com *clusters* de similaridade elevada (H–H, L–L, L–H e H–L) e dissimilaridade.

4.1.2. Análise Local (LISA Bivariado)

A análise espacial da incidência da pobreza em Angola revela uma forte correlação com os padrões de analfabetismo, as dificuldades no acesso à educação, a insuficiência de recursos humanos qualificados, o número reduzido de escolas e a escassa oferta de formação técnica e superior de qualidade e bem distribuída territorialmente, além das persistentes desigualdades regionais.

Figura 18: Mapa bivariado de *clusters* de autocorrelação espacial local (Analfabetismo/Incidência).



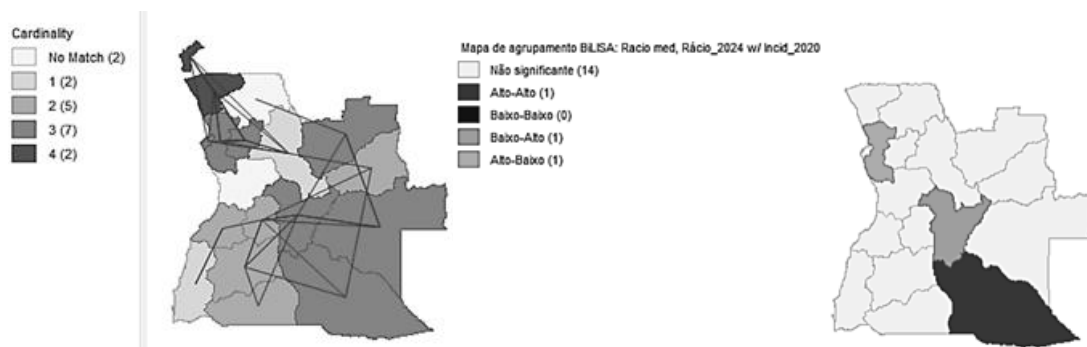
Fonte: Elaboração própria

As regiões Centro e Leste, especialmente Bié, Moxico e Cuando Cubango (figura 18), concentram as maiores taxas de pobreza e analfabetismo, enquanto áreas litorais e urbanizadas, como Luanda, Benguela e Namibe, apresentam níveis mais baixos. Essa distribuição evidencia a relação entre exclusão educativa e privação económica, refletindo desigualdades históricas e dificuldades de acesso a serviços básicos. A autocorrelação positiva indica que províncias vizinhas compartilham padrões semelhantes, formando redes regionais de desvantagem.

Segundo Macosso *et al.* (2022) e Candido (2025), entre 2015 e 2019, Cabinda passou de 1 para 2,3 médicos por 10.000 habitantes, mas a concentração urbana e o défice rural persistem. Apesar disso, a mortalidade materna permanece elevada (221,9/100.000 nascimentos) e projeções indicam que 1,6 milhão de pessoas poderão deixar de beneficiar dos avanços em saúde, o que evidencia a necessidade de políticas mais equitativas.

O analfabetismo está associado a maior fecundidade e menor cobertura vacinal infantil, enquanto as taxas de natalidade infantil aumentam à medida que a cobertura vacinal aumenta. Esses padrões evidenciam relações complexas entre educação, saúde e desigualdade socioeconómica.

Figura 19: Mapa bivariado de *clusters* de autocorrelação espacial local (Rácio Médico/Incidência da Pobreza)



Fonte: Elaboração própria

A análise espacial da saúde em Angola revela uma profunda correlação de vizinhança entre os padrões de desigualdade sanitária e a incidência da pobreza, evidenciando que o acesso limitado a serviços básicos de saúde reforça o ciclo de privação social e económica. As províncias mais pobres, Moxico, Lundas, Cuando Cubango, Malanje, Cuanza Sul, Bié e Namibe, apresentam também menor cobertura vacinal e défice de recursos médicos, o que reflete a sobreposição entre a vulnerabilidade económica e a desproteção sanitária (figura 19).

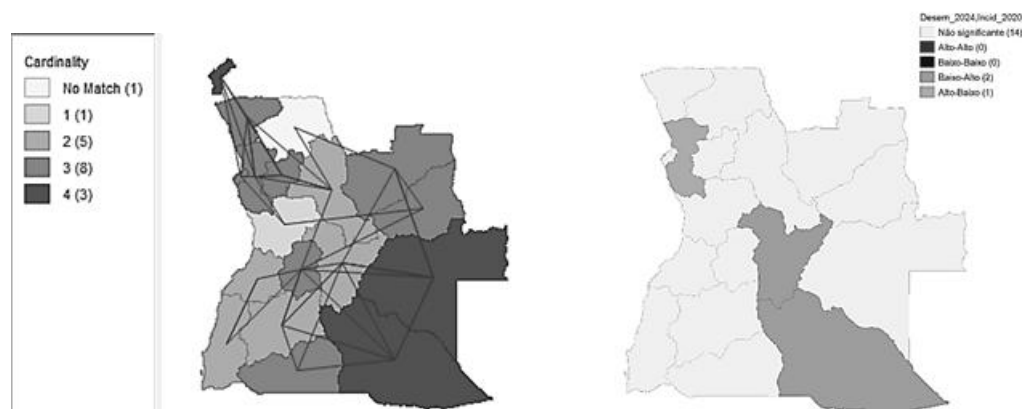
Estudos de Macosso *et al.* (2022) e Candido (2025) confirmam essa tendência, apontando que, apesar de melhorias pontuais, como o aumento do número de médicos em Cabinda, persiste a concentração urbana de 85% da força médica nacional, o que aprofunda a desigualdade entre capitais litorais mais ricos e zonas rurais mais pobres.

Na dimensão económica, as desigualdades regionais em Angola são evidentes. As regiões diamantíferas de Lundas, Luanda, Cabinda, Cuanza Sul e Cunene apresentam um PIB abaixo da média, o que reflete menor dinamismo económico e maior vulnerabilidade social. As Lundas e o Cunene registam as taxas mais altas de desemprego jovem, enquanto províncias com predominância agrícola, como Cuanza Sul e Bié, apresentam níveis mais favoráveis de empregabilidade.

Segundo o INE (2019), Luanda concentra quase metade das empresas do país (48,7%), seguida por Benguela, Huambo e Huíla, enquanto as províncias do Leste, como Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Malanje e Cuando Cubango, participam de forma muito reduzida na atividade empresarial.

Entre as atividades económicas predominam o comércio, agricultura, pecuária, pesca e indústrias transformadoras, concentradas nas capitais e áreas litorais. O interior, com baixo PIB, desemprego elevado e limitada diversificação económica, enfrenta múltiplos desafios. O PIB *per capita* correlaciona-se positivamente com a pobreza, evidenciando desigualdade na distribuição de riqueza, enquanto desemprego e exclusão educativa se combinam para agravar a privação socioeconómica nas regiões menos urbanizadas e isoladas.

Figura 20: Mapa bivariado de *clusters* de autocorrelação espacial local (Desemprego/Incidência da Pobreza)



Fonte: Elaboração própria

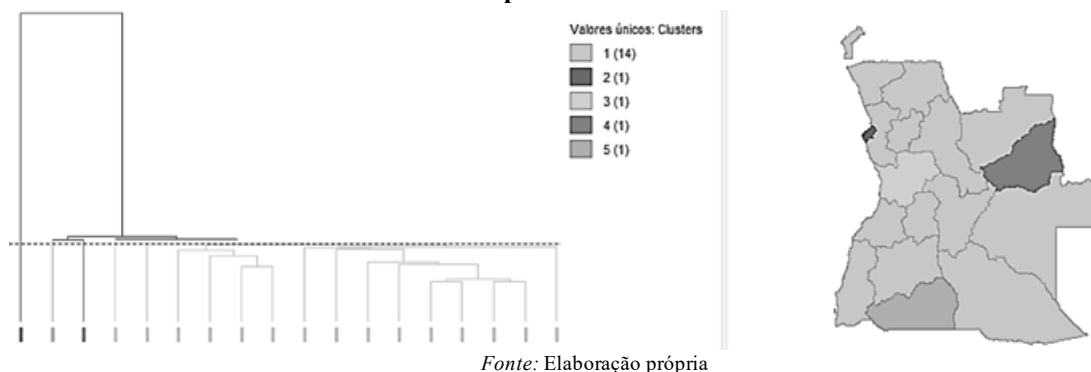
Com base em dados do INE (2019), sabe-se que Luanda concentra 48,7% das empresas do país, seguida por Benguela (8,1%), Huambo (6,3%) e Huíla (5%), ao passo que as províncias do Leste têm participação inferior: Lunda Norte (2,8%), Lunda Sul (1,9%), Moxico (1,5%), Malanje (1,8%) e Cuando Cubango (1,1%).

Neste enquadramento, a análise das desigualdades territoriais em Angola, através da elaboração de um mapa de *clusters*, evidencia diferentes níveis de vulnerabilidade regional (figura 20): máxima em 2 (duas) províncias, elevada em oito (8), moderada em quatro (4) e reduzida em três (3), incluindo os principais centros económicos, como Luanda. Observa-se que o litoral ocidental, com destaque para Luanda, Benguela, Huambo e Huíla concentra o PIB, as atividades formais e as infraestruturas, configurando um polo produtivo com forte autocorrelação positiva. Em contraste, províncias como o Bié, Moxico, Cuando Cubango e as Lundas apresentam baixa industrialização, dependência de atividades primárias e elevada pobreza estrutural, enquanto o interior mantém emprego precário e informal, reforçando a centralidade costeira e a desigualdade regional.

4.2. Análise de *Clusters*

Os *clusters* apresentados na Figura 21 refletem desigualdades históricas e dinâmicas económicas e sociais atuais, mostrando como fatores políticos, económicos e sociais se combinam para gerar padrões de exclusão e privilégio em Angola. Assim, identificam-se áreas mais favorecidas e regiões em situação crítica, destacando os *clusters* de maior desigualdade territorial.

Figura 21: Dendrograma e mapa de *cluster* de hierarquia e de semelhanças socioespaciais nas províncias



Cluster 1 – abrange 14 províncias, apresenta desigualdades moderadas e relativamente homogêneas, associadas a economias pouco diversificadas e limitado acesso ao emprego formal.

Segundo Rocha (2010) e Zau (2002), a região Centro-Leste, que inclui Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango, abrange cerca de 55% do território angolano e apresenta subdesenvolvimento económico, atraso social e índices de fome e pobreza acima da média nacional. Apesar da produção de diamantes, os efeitos da “doença holandesa” restringiram o desenvolvimento dos demais setores e limitaram os investimentos públicos e privados, consolidando esta área como a mais desfavorecida de Angola, marcada por condições de vida precárias.

Cluster 2 – corresponde a Luanda, concentra o maior dinamismo económico, mas também as desigualdades mais acentuadas. A rápida urbanização, impulsionada pela migração interna, tem intensificado a pressão sobre os serviços básicos, ampliando a exclusão social e a precariedade, sobretudo entre os jovens. A falta de acesso à educação de qualidade ou a oportunidades no mercado de trabalho afeta principalmente os jovens, que são empurrados para a economia informal, em trabalhos desvalorizados e sem reconhecimento. Muitos enfrentam a pobreza extrema e o sentimento de invisibilidade social (Morais, 2024; Morena, 2023; Segunda, 2025).

Luanda tem estado a capitalizar a sinergia entre população e atividade económica, pela crescente absorção de população proveniente do interior do país, reforçando o sentido da desertificação do interior em favor do litoral, representando um aglomerado de população economicamente ativa de cerca de 30,2% (Morena, 2023; Rocha, 2010).

Clusters 3, 4 e 5 – refletem contextos de elevada vulnerabilidade. O Cuanza-Sul evidencia um perfil agrícola e fraca integração económica, com elevados níveis de pobreza multidimensional (INE,

2020). A Lunda Sul apresenta características semelhantes, agravadas por desigualdades no mercado de trabalho e elevados níveis de desemprego (World Bank, 2020). O Cunene destaca-se pela situação mais crítica, onde a seca prolongada de há mais de 20 anos e a dependência da agropecuária intensificam a pobreza, os conflitos por recursos e a exclusão social (Rocha, 2010; World Bank, 2020).

A condição climática no Cunene tem intensificado a pressão na região sul da fronteira Huíla/Cunene, devido ao aumento da transumância (migração sazonal de gado). Este movimento, que inclui fluxos provenientes de áreas mais secas, como o próprio Cunene e a Namíbia, tem sobrecarregado os recursos hídricos e gerado conflitos pelo acesso a água e pastagens. A seca prolongada tem ainda perturbado estes ciclos, com impactos significativos: vacinação insuficiente do gado, maior risco de propagação de doenças e abandono escolar precoce entre as crianças que acompanham os rebanhos. Estes fatores contribuem para a reprodução de ciclos persistentes de pobreza e desigualdade (World Bank, 2022).

5. CONCLUSÃO E PROPOSTAS DE AÇÃO

A análise geográfica das assimetrias em Angola revela um paradoxo do desenvolvimento nacional. Regiões periféricas, como o Leste, Norte, Sul e Centro, enfrentam graves carências sociais, desemprego e falta de recursos humanos, mesmo em áreas ricas em recursos naturais, como as Lundas, o que mostra que a riqueza não garante bem-estar. Já Luanda, principal centro económico, sofre com desigualdades sociais, baixo PIB *per capita*, elevados índices de natalidade e de mortalidade materno-infantil e desemprego. Assim, o país, ancorado na armadilha do desenvolvimento, apresenta um duplo padrão de desigualdade: nas regiões ricas, a prosperidade não gera desenvolvimento humano; o crescimento não é equitativo nem assegura qualidade de vida.

Para promover o crescimento endógeno e uma distribuição mais equitativa de rendimento, contribuindo assim para a redução das desigualdades em Angola, autores como Martin (1999), Rocha (2010), Rodriguez-Pose *et al.* (2018), Atisa *et al.* (2021) propõem uma estratégia nacional orientada para diminuir as disparidades regionais, baseada num modelo de desenvolvimento concentrado, inovador e interligado (*trade-off* entre crescimento e equidade espacial).

Essa abordagem assenta na criação e no fortalecimento de polos regionais de crescimento, conectados por infraestruturas eficientes e sustentados por políticas locais de inovação e capacitação (inovação e redução dos custos de inovação). Esta estratégia, deverá incluir o mapeamento do potencial económico de cada região, a instalação de parques tecnológicos e industriais, o investimento em educação técnica e profissional, bem como a promoção de parcerias entre o governo, universidades e empresas (investimento em educação e infraestrutura de ligação inter-regional). Esta ideia visa integrar as políticas públicas baseadas na sensibilidade ao local, sob uma gestão territorial coordenada que se propõe a fomentar mecanismos de redistribuição produtiva e uma governança nacionalmente integrada.

Diante do exposto, torna-se evidente que a concretização de um desenvolvimento territorial sustentável exige a implementação de um conjunto articulado de melhorias estruturais nas províncias de Angola. Dentre as demais propostas de ação, Khethiwe (2023) enuncia que se deverão melhorar as infraestruturas educativas, investir em infraestruturas rurais, na construção de escolas, na melhoria das condições de transporte e na expansão das infraestruturas digitais para apoiar a aprendizagem remota. Tal exige um compromisso de financiamento a longo prazo, uma vez que o financiamento sustentável é fundamental para assegurar a continuidade e o sucesso das iniciativas de educação. É igualmente necessário o fortalecimento da resposta às políticas de género, por meio do reforço legislativo que garanta o acesso igual à educação, permita a alteração dos estereótipos e crie um ambiente de aprendizagem inclusivo.

No sector da saúde, a Estratégia de Saúde para a África 2018–2030 sugere a criação de medidas sustentadas nas capacidades humanas e institucionais para pesquisa e inovação em saúde, promovendo soluções adaptadas às necessidades locais. O conhecimento deve ser aplicado à produção de produtos, serviços, políticas e práticas de saúde. É necessário fortalecer as plataformas de dados, adotar tecnologias emergentes, aprimorar os sistemas regulatórios e promover a colaboração regional e internacional, a fim de construir um ecossistema de saúde sustentável.

Para tal, é necessário estabelecer parcerias intrassectoriais para fortalecer a articulação entre os sistemas de saúde central, intermédio e distrital-local, permitindo a implementação eficaz das reformas necessárias. Parcerias com comunidades, universidades e o setor privado, incluindo indústrias, garantem maior participação social, consenso, avaliação e financiamento sustentáveis dos programas de reforma. Destacam-se ainda as colaborações com organizações multilaterais e bilaterais, com os meios de comunicação e a consulta contínua à sociedade, *stakeholders* e aos formuladores de políticas (AUDA-NEPAD, 2019; Lambo & Sambo, 2003).

Não obstante a relevância das conclusões, a realização deste estudo enfrentou limitações decorrentes da disponibilidade de dados sobre os diferentes indicadores multidimensionais. Destaca-se, nomeadamente, a inexistência de dados continuados que permitissem uma análise de séries temporais, bem como a dificuldade de acesso a dados governamentais, devido à tendência de politização das informações, o que limitou a profundidade da análise. Para futuros estudos, perspetiva-se o desenvolvimento de uma investigação de maior desagregação territorial, isto é, uma análise que descenda ao nível municipal e que mobilize microdados, de modo a permitir uma compreensão mais aprofundada das realidades críticas de desigualdades à escala local.

REFERÊNCIAS

- Africano, N., Rodrigues, A. S., & Santos, G. (2019). The Main Benefits of the Implementation of the Quality Management System in Higher Education Institutions in Angola. *Quality Innovation Prosperity*, 23(3), 122–136. <https://doi.org/10.12776/qip.v23i3.1292>
- Alberto, F. P. N. (2023). *Mapa das regiões de Angola*. Spatialnode. <https://www.spatialnode.net/projects/mapa-das-regioes-de-angola-49657c>
- Atisa, G., Zemrani, A., & Weiss, M. (2021). Decentralized governments: Local empowerment and sustainable development challenges in Africa. *Environment, Development and Sustainability*, 23, 3349–3367. <https://doi.org/10.1007/s10668-020-00722-0>
- AUDA-NEPAD. (2019). *Health Research and Innovation Strategy for Africa (HRISA): 2018-2030* | AUDA-NEPAD. <https://www.nepad.org/publication/health-research-and-innovation-strategy-africa-hrisa-2018-2030>
- AUDA-NEPAD. (2020). *Angola—ISS African Futures*. <https://futures.issafrica.org/geographic/countries/angola>
- Bersisa, M., & Heshmati, A. (2021). A Distributional Analysis of Uni-and Multidimensional Poverty and Inequalities in Ethiopia. *Social Indicators Research*, 155(3), 805–835. <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02606-w>
- Bui, T. K. T., & Erreygers, G. (2020). Multidimensional inequality in Vietnam, 2002–2012. *Economies*, 8(2), 1–31. <https://doi.org/10.3390/economies8020029>
- Candido, T. (2025). *Challenges in managing the health workforce for universal health coverage in Angola* | EndNote Click. https://click.endnote.com/viewer?doi=10.5937%2Fsmcl6-58221&token=WzQ1MDc5ODYsIjEwLjU5Mzcvc21jbGs2LTU4MjIxIl0.CLUVGer_bbmsB8F51aVefnLKqw
- Carvalho, M.L.S. & Caeiro, M.O.G.S.J. (2011). Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural. *Actas do 2.º Encontro Luso-Angolano*. Universidade Metodista de Angola. <https://www.file:///C:/Users/walde/AppData/Local/Temp/MicrosoftEdgeDownloads/80947b8c0c05-4ee4-81df-1aeca73cba67/2ELA%20ACTAS%20FINAL.pdf>
- David, A., Leibbrandt, M., Ranchhod, V., & Yasser, R. (2025). *Inequalities in Sub-Saharan Africa*. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-2150-9>. <https://pure-oai.bham.ac.uk/ws/portalfiles/portal/1254246616/9781464821509.pdf>
- Dréze, J., & Sen, A. (1996). *India Economic Development and Social Opportunity*. Oxford University Press/Oxford. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198290124.001.0001>
- Foster, J., Washington, G., & Lokshin, M. (2014). *Multidimensional and Specific Inequalities*. Policy Research Working Paper Series. World Bank. 1–46.
- Fotheringham, A. S., & Rogerson, P. A. (2025, outubro 3). *The SAGE Handbook of Spatial Analysis*. SAGE Publications Ltd. <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/the-sage-handbook-of-spatial-analysis/book227940>
- Governo de Angola. (2025). *II Relatório Nacional Voluntário 2025 sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Uma reflexão colectiva sobre progressos e desa-*

fios de Angola. United Nations High-Level Political Forum. <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnr/2025/VNR%202025%20Angola%20Report.pdf>

INE. (2019). *Relatório dos Resultados do Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos REMPE -2019-Fevereiro 2023 Relatório*. <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MTEyNzk=>

INE. (2020). *Pobreza Multidimensional em Angola—IPM-Junho 2020 Relatório*. <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/Ng==>

INE. (2025). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação - Novembro 2024 Relatório*. (sem data). Obtido 25 de novembro de 2025, de <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/NDc0MTE>

Khethiwe, D. (2023). Education and Social Inequality in Africa: Gender, Poverty, and Regional Disparities. *Research and Advances in Education*, 2(8), 52–65.

Lambo, E., & Sambo, L. G. (2003). Health sector reform in sub-Saharan Africa: A synthesis of country experiences. *East African Medical Journal*, 80(6 Suppl), S1-20. <https://doi.org/10.4314/eamj.v80i6.9308>

Lee, Y., & Han, S. (2024). Perceptions of inequality and loneliness as drivers of social unraveling: Evidence from South Korea. *Scientific Reports*, 14(1), 26922. <https://doi.org/10.1038/s41598-024-76555-y>

Lisnek, J. A., Caluori, N., Brown-Iannuzzi, J. L., & Oishi, S. (2025). Investigating How High Perceived Economic Inequality Exacerbates Intergroup Competition, Zero-Sum Beliefs, and Perceived Intergroup Prejudice. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 51(10), 1942–1961. <https://doi.org/10.1177/01461672241234787>

Loiola, T., Correia, L., Fernández, M. (2024). Políticas públicas de desenvolvimento regional na Amazônia Ocidental: O caso das Áreas de Livre Comércio. *EURE (Santiago)*, 50(151), 1–28. <https://doi.org/10.7764/eure.50.151.03>

Lopes, P. C., Caramelo, J., & Correia, L. G. (2022). *Educação escolar na região leste angolana: Perceções de professores(as) e alunos(as) do ensino secundário sobre o processo da implementação de educação escolar*. <https://doi.org/10.25749/sis.26119>

Macosso, T., Do Céu Costa, M., Gregório, J., & Macosso, A. (2022). Exploratory Study on Municipalization of Health in Angola – Characterization of Human Resources for Health staffing and Health Units’ managers’ profile in Healthcare services and Training institutions of Cabinda Province. *Journal Biomedical and Biopharmaceutical Research*, 19(1), 3–18. <https://doi.org/10.19277/bbr.19.1.274>

Marques, C. M. R., & Contreras, F. C. A. (2022). Environmental education at secondary school level in africa: A case study in Benguela-Angola. *Universidad y Sociedad*, 14(3), 282–297.

Martin, P. (1999). Public policies, regional inequalities and growth. *Journal of Public Economics*. [https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(98\)00110-8](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(98)00110-8)

McKnight, A., Loureiro, P. M., & Vizard, P. (2018). *Multidimensional Inequality Framework*. AFSEE. <https://www.cms-else.cloud.contensis.com/en-gb/projects/multidimensional-inequality-framework>

Morais, C. E. F. (2024). *Juventude e vulnerabilidades sociais em Luanda, Angola*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós -Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Natal, Brasil. <https://repositorio.ufrn.br/items/e52bb966-6cb6-45a5-9d6c-73037709ed24>

Morena, Z. (2023). Desemprego em Luanda: Um problema social à luz da realidade angolana. *RCI - UNIKIVI*, 1(1), 1–12.

OCDE. (2015). *Inclusive growth: the OECD measurement framework*. (Statistics Directorate Working Paper No. 64). [https://one.oecd.org/document/STD/DOC\(2015\)6/en/pdf](https://one.oecd.org/document/STD/DOC(2015)6/en/pdf)

Parente, F. (2019). A Multidimensional Analysis of the EU Regional Inequalities. *Social Indicators Research*, 143(3), 1017–1044. <https://doi.org/10.1007/s11205-018-2000-6>

Piketty, T., & Sandel, M., J. (2025). *Equality: What It Means and Why It Matters* (I edição). Editorial Presença. https://www.politybooks.com/bookdetail?book_slug=equality-what-it-means-and-why-it-matters--9781509565504

Pintinho, M. C. A. (2023). *Analfabetismo e Desemprego como fatores de exclusão social. Caso do Município de Cazenga / Angola*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora. Portugal. <http://hdl.handle.net/10174/35761>

Rafael, F. M. M., & Yoba, C. P. C. (2020). Desigualdade social, sua incidencia no desenvolvimento sustentavel da Lunda Sul. *Revista Eletrónica KULONGESA – TES*. ISSN 2707-353X, 2(4), 1–8.

Rocha, M. J. A. da. (2010). *Desigualdades e assimetrias regionais em Angola: Os factores de competitividade territorial*. Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.

Rodriguez-Pose, A., Iammarino, S., & Storper, M. (2018). Regional inequality in Europe: Evidence, theory and policy implications. *CEPR Discussion Papers*, Artigo 12841. <https://ideas.repec.org/p/cpr/ceprdp/12841.html>

Rosário, E. V. N., Gomes, M. C., Brito, M., & Costa, D. (2019). Determinants of maternal health care and birth outcome in the Dande Health and Demographic Surveillance System area, Angola. *PLOS ONE*, 14(8), e0221280. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0221280>

Sacala, A. C., Elizeu, G. J., & Mecoca, G. A. Q. (2025). Assimétrias no processo de redistribuição da renda em Angola: uma análise comparativa entre as regiões Norte e Sul de Angola de 2019 a 2023. *RCI - UNIKIVI*, 1(1), 1–12.

Segunda, J. R. J. (2025). *Desigualdades sociais: uma das principais causas da extrema pobreza em Angola* | *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18341>

Sen, A. (1997). *On economic inequality*. Oxford University Press. https://books.google.pt/books?hl=es&lr=&id=Kb03KNreUqc&oi=fnd&pg=PA1&dq=amartya+sen+1997&ots=aehmT0rdSC&sig=ZvfkZjTtNKgFH_D0Us-EycJyt94&redir_esc=y#v=onepage&q=amartya%20sen%201997&f=false

Shibre, G. (2020). Social inequality in infant mortality in Angola: Evidence from a population-based study. *PLOS ONE*, 15(10), e0241049. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0241049>

Silva, V. A. B. da. (2023). (PDF) *Onde está a educação em Angola?* ResearchGate. https://www.researchgate.net/publication/370029158_Onde_esta_a_educacao_em_Angola

Soci, A. (2019). *Inequality and Democracy* (SSRN Scholarly Paper No. 3413009). Social Science Research Network. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3413009>

Stiglitz, J. (2010). Freefall: America, free markets, and the sinking of the world economy. *Choice Reviews Online*, 47(11), 47-6385-47–6385. <https://doi.org/10.5860/CHOICE.47-6385>

Stiglitz, J., & Basu, K. (2016). *Inequality and Growth: Patterns and Policy: Volume I: Concepts and Analysis* | SpringerLink. <https://link.springer.com/book/10.1057/9781137554543>

Tavares, W., Morais, J., Martins, J. F., Scalsky, R. J., Stabler, T. C., Medeiros, M. M., Fortes, F. J., Arez, A. P., & Silva, J. C. (2022). Malaria in Angola: Recent progress, challenges and future opportunities using parasite demography studies. *Malaria Journal*, 21(1), 396. <https://doi.org/10.1186/s12936-022-04424-y>

Tvedten, I., Lázaro, G., Jul-Larsen, E., Agostinho, M., Pestana, N., Strønen, I. Å., Fortuna, C., & NangaCovie, M. (2018). *CMI Report, number 6, April 2018*. <https://www.cmi.no/publications/file/6497-urban-poverty-in-luanda-angola.pdf>

UNICEF. (2018). *Saúde Materna e Infantil* | UNICEF Angola. <https://www.unicef.org/angola/sa%C3%BAde-materna-e-infantil>

World Bank. (2020). *World Bank Angola – Poverty Assessment – DW Angola*. https://dw.angonet.org/lib_doc/world-bank-angola-poverty-assessment/

World Bank. (2022). *Water Security and Drought Resilience in the South of Angola* | Korea Green Growth Trust Fund. <https://www.wbgkggtf.org/node/3747>

Zau, F. (2002). *Angola: Trilhos para o desenvolvimento*. Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/442>

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/04011/2025/CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (<https://doi.org/10.54499/UID/04011/2025>) e o Projeto UID/04007/2025/CEFAGE.

Artigo submetido a 27 de dezembro 2025; versão final aceite a 5 de maio de 2026

Paper submitted on December 27, 2025; final version accepted on May 5, 2026

Doi: <https://doi.org/10.59072/rper.vi76.888>

Urbanização e Endividamento das Famílias: Evidência Empírica para Portugal

Urbanization and Household Indebtedness: Empirical Evidence for Portugal

Carolina Gonçalves

carolinaibgoncalves2002@gmail.com

Universidade Politécnica de Beja

Maria Basílio

maria.basilio@esce.ips.pt

Department of Accounting and Finance, School of Business Sciences, Polytechnic University of Setúbal; CIEQV: Life Quality Research Centre; CEOS.PP: Centre for Organizational and Social Studies of the Polytechnic Institute of Porto

Carlos Borralho

cborralho@ipbeja.pt

Department of Management, School of Technology and Management, Polytechnic University of Beja; CIEQV: Life Quality Research Centre; CEOS.PP: Centre for Organizational and Social Studies of the Polytechnic Institute of Porto

Resumo

O presente estudo analisa os determinantes do endividamento das famílias em Portugal, com especial foco nas diferenças territoriais associadas ao grau de urbanização. Para tal, distingue-se entre a probabilidade de contrair dívida e a respetiva intensidade, medida através da taxa de esforço, procurando compreender de que forma o contexto territorial e os fatores socioeconómicos influenciam o comportamento financeiro dos agregados familiares. Com base nos dados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2020, é estimado um modelo em duas partes, permitindo analisar separadamente a decisão de recorrer ao crédito e o grau de endividamento entre os agregados endividados. Os resultados indicam que o endividamento constitui um fenómeno multidimensional, influenciado por fatores sociodemográficos, económicos e comportamentais, bem como pelo enquadramento territorial. Verifica-se que os agregados localizados em áreas mais urbanizadas apresentam maior probabilidade de deter dívida e níveis mais elevados de endividamento. Variáveis como o género, a idade, o número de filhos, o rendimento líquido, a escolaridade e a situação perante o emprego revelam-se igualmente estatisticamente significativas, embora alguns dos seus efeitos difiram entre as duas dimensões analisadas e consoante o grau de urbanização. Estes resultados evidenciam a importância de incorporar a dimensão territorial na análise da vulnerabilidade financeira das famílias e na definição de políticas públicas orientadas para a prevenção do sobre-endividamento.

Palavras Chave: Endividamento; Famílias; Urbanização; Portugal.

JEL Classification: D14; G51; G53; R29

Abstract

This study examines the determinants of household indebtedness in Portugal, with a particular focus on territorial differences associated with the degree of urbanization. To this end, it distinguishes between the probability of incurring debt and its intensity, measured by the debt service ratio, seeking to understand how the territorial context and socioeconomic factors influence households' financial behaviour. Using data from the 2020 Household Finance and Consumption Survey, a two-part model is estimated, allowing the decision to borrow and the level of indebtedness among indebted households to be analysed separately. The findings indicate that household indebtedness is a multidimensional phenomenon, shaped by sociodemographic, economic and behavioural factors, as well as by the territorial context. Households located in more urbanized areas are found to have a higher probability of holding debt and higher levels of indebtedness. Variables such as gender, age, number of children, net income, education, and employment status are also statistically significant, although some of their effects differ between the two dimensions analysed and according to the degree of urbanization. These results highlight the importance of incorporating the territorial dimension into the analysis of household financial vulnerability and into the design of public policies aimed at preventing over-indebtedness.

Keywords: Indebtedness; Households; Urbanization; Portugal.

JEL Classification: D14; G51; G53; R29

INTRODUÇÃO

O endividamento das famílias constitui um tema de reconhecida relevância económica e social, cujo interesse se tem intensificado nos últimos anos, em particular na sequência da crise provocada pela pandemia da Covid-19, que afetou profundamente as economias e agravou a vulnerabilidade financeira de muitos agregados familiares (Chikeya & Ntsalaze, 2025; Cooper et al., 2021; Li, Abiona & Sinha, 2026). Em Portugal, esta problemática mantém-se atual, como evidenciam os dados divulgados pelo Banco de Portugal que apontam para um aumento significativo do endividamento dos particulares, sobretudo associado ao crédito à habitação, atingindo níveis historicamente elevados. Dados do Boletim Estatístico de abril de 2026 revelam que o endividamento das famílias portuguesas aumentou 1,3 mil milhões de euros face ao mês anterior, atingindo 178,1 mil milhões de euros. Em termos homólogos, o endividamento dos particulares registou um crescimento de 9% relativamente a abril de 2025 (Banco de Portugal, 2026).

Neste enquadramento, o presente estudo tem como principal objetivo identificar os determinantes microeconómicos do endividamento das famílias, incorporando explicitamente a dimensão territorial do fenómeno, aproximada pelo grau de urbanização da área de residência. Parte-se do pressuposto de que o contexto territorial não constitui apenas um cenário neutro, mas antes um elemento estruturante das decisões financeiras dos agregados, refletindo diferenças no custo de vida, no acesso ao crédito, na dinâmica do mercado imobiliário e na estrutura do mercado de trabalho. Assim, para além de analisar fatores individuais e socioeconómicos, procura-se avaliar de que forma a inserção em contextos mais ou menos urbanizados influencia quer a probabilidade de recorrer ao crédito, quer a intensidade do endividamento. Esta abordagem permite enquadrar o endividamento não apenas como uma decisão individual, mas como um fenómeno condicionado por assimetrias territoriais.

O estudo contribui para a literatura ao articular a perspetiva microeconómica com a dimensão territorial, distinguindo entre a probabilidade de endividamento e a sua intensidade. Para esse efeito, adota-se uma abordagem hipotético-dedutiva, operacionalizada através da estimação de um modelo econométrico em duas partes (*two-part model*). Numa primeira etapa, estima-se um modelo de escolha discreta, designadamente um modelo de regressão logística (*logit*), com o objetivo de analisar a probabilidade de o agregado familiar apresentar endividamento. Numa segunda etapa, condicionada à existência de dívida, procede-se à estimação de um modelo de regressão para dados contínuos (OLS), incidindo sobre o nível de endividamento, medido através da taxa de esforço. Esta estratégia metodológica permite distinguir os fatores que influenciam a decisão de contrair dívida daqueles que condicionam a sua magnitude, bem como avaliar o papel específico do grau de urbanização em cada

uma dessas dimensões. A análise empírica baseia-se nos dados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) de 2020, os últimos dados disponíveis, sendo a principal fonte estatística em Portugal para o estudo da distribuição da riqueza e do endividamento das famílias.

Os resultados obtidos apresentam implicações relevantes ao nível económico, social e territorial, na medida em que permitem identificar os fatores com maior impacto na situação financeira dos agregados familiares em diferentes contextos de urbanização. Ao evidenciar os determinantes mais significativos do endividamento, o estudo contribui para uma maior literacia financeira dos indivíduos, promovendo decisões mais informadas e potenciando a prevenção de situações de sobre-endividamento. Adicionalmente, os resultados fornecem pistas relevantes para a definição de políticas públicas orientadas para a estabilidade financeira das famílias e para a mitigação de assimetrias regionais.

O trabalho encontra-se estruturado como se indica: após esta introdução, a secção seguinte apresenta uma breve revisão da literatura, abordando conceitos fundamentais, as principais teorias explicativas e a relação entre território e endividamento. Segue-se a metodologia, sendo definidas as hipóteses de investigação, a amostra, as variáveis e a especificação dos modelos econométricos. Na terceira secção são apresentados e discutidos os resultados empíricos. Por fim, destacam-se as principais conclusões, limitações e sugestões para investigações futuras.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Endividamento

O endividamento pode ser definido como o resultado de um desequilíbrio entre rendimentos e despesas que leva os indivíduos ou agregados a recorrer ao crédito para financiar consumo, investimento ou suprir insuficiências temporárias de liquidez. No caso das famílias, traduz-se no saldo devedor acumulado e pode estar associado a fatores como a dimensão do agregado, número de dependentes, nível de escolaridade ou rendimento líquido (Leitão & Frade, 2000). Embora o recurso ao crédito seja um mecanismo relevante de alocação intertemporal de recursos e de promoção do crescimento económico, a sua gestão inadequada pode comprometer a capacidade de pagamento, conduzindo a situações de incumprimento ou insolvência.

O endividamento quando excessivo pode levar a situações de sobre-endividamento. Este ocorre quando o nível de dívida acumulado por um indivíduo, família ou empresa se torna insustentável, comprometendo de forma persistente a capacidade de cumprir as obrigações financeiras assumidas. Sierminska (2014) define-o como um estado duradouro em que o indivíduo não consegue fazer face às despesas correntes, enquanto a Comissão Europeia (EC, 2008) o caracteriza como uma situação em que os recursos presentes e futuros são insuficientes para honrar os compromissos financeiros sem deteriorar significativamente o nível de vida.

O endividamento das famílias tem vindo a aumentar globalmente, impulsionado por fatores como a melhoria das condições de vida, maior acesso ao crédito e pressões económicas associadas a desemprego, inflação ou instabilidade macroeconómica (Fernández-López et al., 2024; Marques & Frade, 2000; Wong et al., 2023). Também a pandemia Covid-19 contribuiu para o agravamento do endividamento de algumas famílias, afetando a economia não apenas a nível nacional, mas de forma assimétrica entre territórios. Estudos recentes evidenciam que os impactos económicos da crise pandémica variaram significativamente consoante a estrutura produtiva regional, a densidade urbana e o grau de exposição a setores mais vulneráveis (Cooper et al., 2021; Tian, 2022). Regiões mais dependentes de serviços presenciais ou com maior densidade populacional registaram perturbações económicas mais intensas, o que poderá ter condicionado de forma diferenciada as decisões de consumo, poupança e recurso ao crédito (Wong et al., 2023).¹

Em Portugal, comparando as diversas vagas do ISFF, os dados de 2010, mostravam que cerca de 37,7% das famílias portuguesas encontravam-se endividadas, com um valor mediano da dívida próximo dos 30 mil euros. A incidência do endividamento aumentava significativamente com o rendimento,

¹ Embora relevante, este trabalho não explora os efeitos da pandemia, cuja avaliação exige um horizonte temporal mais alargado para que seja possível compreender plenamente o seu impacto. Além disso, os dados do ISFF de 2020 apenas refletem parcialmente os efeitos da pandemia sobre o endividamento em virtude das medidas de apoio público implementadas, nomeadamente as moratórias de crédito.

variando entre aproximadamente 12% nas famílias de menores rendimentos e 62% nas de rendimentos mais elevados (Farinha & Costa, 2012). Em 2013, o grau de endividamento das famílias, avaliado pelo valor da dívida face ao rendimento ou face aos ativos, permaneceu muito elevado para uma percentagem significativa de famílias. Observava-se igualmente que a proporção de famílias endividadas e o valor mediano da dívida aumentavam com o rendimento, assumindo valores mais elevados entre os agregados familiares cujo indivíduo de referência se encontrava empregado, tinha menos de 45 anos ou apresentava um nível de escolaridade superior (Costa, 2016). Já em 2017, a proporção de famílias com dívida aumentou para cerca de 46%, embora a percentagem de famílias com empréstimos garantidos pela residência principal tenha diminuído para 32%. Os imóveis continuavam a representar a principal componente patrimonial das famílias, sendo que cerca de 75% eram proprietárias da sua residência principal (Martins et al, 2020). A comparação entre 2010 e 2017 revela uma diminuição da riqueza líquida mediana na maioria dos grupos populacionais, particularmente entre as famílias mais jovens e as pertencentes aos escalões de rendimento e riqueza mais baixos. Registou-se uma redução da percentagem de proprietários e de famílias com crédito à habitação entre os indivíduos com menos de 35 anos, fenómeno associado ao endurecimento das condições de acesso ao crédito e ao aumento dos preços da habitação (Martins et al, 2020). Por fim, em 2020, verificou-se uma melhoria generalizada da situação patrimonial das famílias portuguesas. Entre 2017 e 2020, a riqueza líquida média aumentou 19,9% em termos reais, enquanto a riqueza líquida mediana cresceu 31,3%. Os rácios de endividamento continuaram a diminuir, refletindo, em particular, o contexto de taxas de juro historicamente baixas. Apesar desta evolução favorável, persistem vulnerabilidades significativas entre as famílias de menores rendimentos, que apresentam rácios medianos de serviço da dívida próximos dos 50%, tornando-as especialmente sensíveis a aumentos das taxas de juro. Por outro lado, mantém-se a forte preferência pela propriedade da habitação, uma vez que 70% das famílias residiam em casa própria (Banco de Portugal, 2021).

1.2. Principais teorias explicativas

As principais teorias que estão na base do fenómeno do endividamento são a teoria do ciclo de vida e a teoria do rendimento permanente (Ottaviani & Vandone, 2011).

A Teoria do Ciclo de Vida (Modigliani & Brumberg, 1954) sustenta que os indivíduos planeiam consumo e poupança ao longo da vida com base no rendimento esperado, procurando suavizar o consumo intertemporalmente. Em fases iniciais, o consumo tende a ser financiado por crédito; na idade ativa ocorre acumulação de riqueza; e na reforma, face a rendimentos reduzidos, recorre-se à poupança acumulada (Ottaviani & Vandone, 2011). Apesar do seu contributo central para a análise do comportamento financeiro, a teoria assume racionalidade plena e tende a desconsiderar restrições externas (Silva & Garcia, 1994; Nascimento, 2016). O ciclo de vida é dinâmico e depende de fatores internos, ou seja, das decisões dos indivíduos; e de fatores externos, como por exemplo o mercado, o ambiente, entre outros. Importa salientar que o enquadramento territorial pode influenciar as trajetórias descritas pela Hipótese do Ciclo de Vida. Diferenças regionais ao nível das oportunidades de emprego, da progressão salarial, do acesso ao crédito e do custo da habitação podem alterar o perfil intertemporal de consumo e poupança dos indivíduos, conduzindo a padrões de endividamento diferenciados entre contextos urbanos e não urbanos (Nascimento, 2016).

Já a Teoria do Rendimento Permanente (Friedman, 1957) sustenta que as decisões de consumo e poupança são determinadas pelas expectativas de rendimento no longo prazo, e não apenas pelo rendimento corrente. Os indivíduos distinguem entre rendimento permanente – correspondente ao fluxo médio e estável que esperam auferir ao longo da vida – e rendimento transitório, ajustando o consumo sobretudo em função do primeiro. Assim, variações temporárias no rendimento tendem a ser absorvidas através da poupança ou do recurso ao crédito, enquanto alterações percecionadas como permanentes são mais suscetíveis de gerar ajustamentos duradouros no padrão de consumo (Ottaviani & Vandone, 2011). Estas expectativas podem, contudo, variar territorialmente: regiões com maior dinamismo económico e maior estabilidade laboral tendem a gerar maior previsibilidade de rendimento, podendo incentivar maior recurso ao crédito, enquanto territórios economicamente menos dinâmicos podem induzir comportamentos menos arriscados (Rodríguez-Pose & Sandu, 2025).

Desenvolvimentos mais recentes dos modelos intertemporais de consumo introduziram explicitamente a incerteza quanto ao rendimento futuro, incorporando o chamado motivo precaucional de poupança (Skinner, 1988). Ao contrário das formulações originais, que assumiam trajetórias de rendimento relativamente previsíveis, estas extensões reconhecem que os indivíduos enfrentam riscos, nomeadamente desemprego, doença ou flutuações inesperadas no rendimento, o que altera de forma substantiva as suas decisões ótimas de consumo e poupança (Camões & Vale, 2020). Neste enquadramento, a incerteza gera um incentivo adicional à acumulação de ativos líquidos como mecanismo de auto-seguro (*self-insurance*). Assim, mesmo indivíduos com rendimento permanente elevado poderão optar por níveis de consumo mais contidos no presente, de modo a constituir uma reserva financeira que permita mitigar choques adversos futuros. A intensidade da poupança precaucional depende, entre outros fatores, do grau de aversão ao risco, da volatilidade esperada do rendimento, do acesso ao crédito e da existência de mecanismos formais de proteção social (Kimball, 1990).

1.3. Território e endividamento

O endividamento das famílias não resulta exclusivamente de características individuais, sendo igualmente condicionado pelo contexto territorial em que os agregados se inserem (Keys et al., 2023). A literatura recente tem evidenciado que fatores como a distribuição espacial das instituições financeiras, a dinâmica dos mercados imobiliários, a estrutura produtiva, a digitalização e as desigualdades socioeconómicas regionais influenciam significativamente tanto o acesso ao crédito como a vulnerabilidade financeira das famílias. Uma primeira linha de investigação destaca a existência de importantes assimetrias territoriais no acesso aos serviços financeiros. Diversos estudos demonstram que as áreas rurais e periferias urbanas tendem a apresentar menor cobertura bancária, maiores distâncias às instituições financeiras e uma dependência acrescida de mecanismos informais de crédito (Alonso et al., 2023; Arora, 2012; Van Leuven et al., 2024; Rodríguez-Pose & Sandu, 2025). Estas desigualdades, frequentemente designadas por *banking deserts*, estão associadas a fatores como a baixa densidade populacional, o envelhecimento demográfico, a pobreza e a reduzida atratividade económica dos territórios. Estudos realizados em contextos tão distintos como a China ou a Malásia mostram que as famílias residentes em áreas rurais apresentam, em geral, menor rendimento, acesso mais limitado ao crédito formal e maior exposição a riscos financeiros, enquanto os agregados localizados em regiões economicamente mais dinâmicas tendem a beneficiar de maior inclusão financeira e capacidade de endividamento (Liu et al., 2024; Wong et al., 2023).

O mercado imobiliário constitui outro elemento central na relação entre endividamento e território. A valorização desigual dos ativos habitacionais e os custos mais elevados de aquisição e arrendamento nas áreas urbanas, conjugados com a concentração das oportunidades económicas nos centros urbanos e com a crescente digitalização do setor imobiliário, têm intensificado as pressões financeiras sobre as famílias e ampliado disparidades espaciais (Costello, 2009; Mesa-Pedrazas et al., 2026). Simultaneamente, o recurso a sistemas automatizados de avaliação de risco pode reproduzir formas de exclusão territorial, ao incorporar variáveis geográficas na determinação das condições de acesso ao crédito (Wainwright, 2011).

Por outro lado, diversos autores sublinham que as desigualdades territoriais interagem com características sociodemográficas e comportamentais. Variáveis como o rendimento, a escolaridade, a idade, a composição do agregado familiar e a literacia financeira influenciam a propensão para o endividamento, mas os seus efeitos dependem frequentemente das condições económicas e institucionais dos territórios (Fernández-López et al., 2024; Mai, 2025). Acresce que fatores como o género, a pobreza e a posição social tendem a intensificar a vulnerabilidade financeira em contextos marcados por menor inclusão financeira e maior precariedade laboral (Reboul et al., 2021).

2. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo identificar os principais determinantes do endividamento das famílias em Portugal, procurando destacar o papel do território. Para esse efeito, após a formulação das hipóteses de investigação, procede-se à definição da variável dependente – o grau de endividamento das famílias, aproximado pela taxa de esforço anual de cada agregado familiar – e das potenciais variáveis explicativas, designadamente o grau de urbanização, o género, a idade, o número de filhos, o rendimento líquido, o estado civil, a escolaridade, a situação perante o emprego e a atitude face ao risco. Por fim, são desenvolvidos os modelos de regressão adotados, recorrendo a uma abordagem em duas partes (*two-part model*), com o objetivo de captar, numa primeira fase, os determinantes da probabilidade de um agregado familiar estar endividado e, numa segunda fase, os fatores que influenciam a intensidade desse endividamento entre os agregados efetivamente endividados.

2.1. Hipóteses de investigação

Na análise dos determinantes do endividamento, alguns estudos concentram-se em fatores macroeconómicos (Enache, 2022; Nizar & Karim, 2016; Park & Lee, 2018; Zhou & Niyitegeka, 2023), enquanto outros exploram fatores específicos das famílias (Comelli, 2021; Haq et al., 2018; La Cava & Simon, 2005; Pandey, 2016). No caso dos determinantes familiares, as variáveis mais frequentemente consideradas podem ser agrupadas em dois grandes conjuntos: sociodemográficas (como idade, género, escolaridade, dimensão do agregado), e económicas, incluindo património líquido, rendimento e situação laboral. Contudo, não há consenso quanto ao efeito de algumas destas variáveis (Chikeya & Ntsalaze, 2025; Fernández-López et al., 2024). Acresce que a dimensão territorial, particularmente o grau de urbanização, tem recebido menor atenção enquanto determinante autónomo do endividamento, apesar de poder refletir diferenças sistémicas no custo de vida, no mercado imobiliário, no acesso ao crédito e nas oportunidades económicas. Foram assim definidas as seguintes hipóteses de investigação.

2.1.1. Grau de urbanização

A urbanização constitui um fator relevante na explicação das dinâmicas de endividamento, na medida em que influencia os padrões de consumo, o acesso ao crédito, os níveis de rendimento e a própria estrutura dos mercados financeiros. Estas diferenças tendem a gerar comportamentos distintos entre populações urbanas, semiurbanas e rurais (Alonso et al., 2023; Arora, 2012; Liu et al., 2024; Rodríguez-Pose & Sandu, 2025; Van Leuven et al., 2024; Wong et al., 2023). De acordo com o Banco de Portugal (2021), os agregados residentes em áreas urbanas apresentam, em média, níveis de endividamento mais elevados, tanto em termos absolutos, como relativos. Este resultado pode ser explicado pela maior densidade e competitividade do sistema financeiro, pelo custo da habitação mais elevado e pela maior disponibilidade de bens e serviços, fatores que estimulam simultaneamente a procura e a oferta de crédito.

Em contraste, nas zonas rurais observa-se, em regra, uma menor incidência de endividamento, associada a restrições no acesso a serviços financeiros e a uma menor penetração do sistema bancário. Tian (2022) evidencia empiricamente que a localização geográfica influencia a probabilidade de detenção de dívida, verificando que os agregados rurais apresentam menor propensão ao endividamento. Também Nizar e Karim (2016) e Liu et al. (2024) sublinham que o acesso limitado a serviços financeiros pode traduzir-se em exclusão financeira, condicionando o consumo e o investimento das famílias residentes em áreas menos desenvolvidas.

A dimensão territorial será analisada com base no grau de urbanização da área de residência dos agregados familiares. De acordo com a tipologia DEBURGA do Eurostat, adotada pelo ISFF e definida no respetivo *codebook*, distinguem-se três categorias: áreas densamente povoadas, áreas medianamente povoadas e áreas pouco povoadas. Neste contexto, formula-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1: Quanto maior o grau de urbanização da área de residência, maior a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.2. Género

O género é um importante determinante do endividamento. Verificou-se que ser mulher ou homem influencia os padrões de despesa, a atitude perante o risco e por conseguinte, as escolhas financeiras (Chikeya & Ntsalaze, 2025). Diversos estudos exploraram a relação entre género e endividamento. Reboul et al. (2021) mostraram, num estudo centrado no sul da Índia, que embora os homens tenham rendimentos mais elevados, as mulheres acumulam níveis de dívida relativamente superiores, recorrendo sobretudo a fontes informais de financiamento e ao microcrédito. Além disso, as mulheres contraem dívida principalmente para fazer face às despesas correntes do agregado familiar, enquanto os homens tendem a utilizar o crédito para fins produtivos e de investimento. Acresce que as responsabilidades associadas à gestão da dívida recaem de forma mais intensa sobre as mulheres mais pobres e pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos. Já Bejaković et al. (2023) identificam as mulheres, principalmente aquelas que se encontram na faixa etária dos 50 anos, como particularmente vulneráveis. Esta vulnerabilidade reflete-se em menores rendimentos médios derivados de interrupções na carreira (associadas por exemplo ao exercício da maternidade) e níveis inferiores de literacia financeira. Mas por outro lado, Mai (2025) mostrou que a literacia financeira tem um efeito protetor mais pronunciado entre as mulheres, na prevenção do endividamento. Assim, para este estudo, definiu-se que:

Hipótese 2: As famílias cujo representante do agregado familiar é do género masculino apresentam uma menor probabilidade e grau de endividamento.

2.1.3. Idade

Em linha com a teoria do ciclo de vida, normalmente os indivíduos tendem a recorrer mais ao crédito nas fases iniciais da vida adulta, quando o rendimento ainda é relativamente baixo, mas as necessidades de consumo e de investimento, nomeadamente com a aquisição de habitação, são elevadas. Com o avançar da idade, verifica-se uma tendência de redução do recurso ao crédito, passando as famílias a direcionar-se para a amortização das dívidas ou para a poupança (Camões & Vale, 2020; Frade & Lopes, 2006; La Cava & Simon, 2005). Embora nem todos os estudos empíricos tenham revelado o mesmo efeito desta variável no endividamento (Chikeya & Ntsalaze, 2025), aqui formula-se a seguinte hipótese:

Hipótese 3: Quanto menor a idade do representante do agregado familiar, maior a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.4. Número de filhos / Número de elementos do agregado familiar²

O número de filhos dependentes, assim como o número de elementos do agregado familiar (o tamanho do agregado), revelam-se fatores relevantes que podem afetar o grau de endividamento das famílias. Quanto maior o número de filhos, maior tende a ser o nível de endividamento dos agregados, que recorrem de forma mais frequente a créditos para auxiliar no equilíbrio das finanças. Também agregados familiares de maior dimensão têm tendência a apresentar níveis de endividamento mais elevados, principalmente em casos em que o rendimento do agregado não cresce na mesma proporção do número de elementos (Intarapak & Supapakorn, 2020; Olivero & Dvalishvili, 2021). Assim:

Hipótese 4: Quanto maior o número de filhos / número de elementos que integram o agregado familiar, maior a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

² Importa referir que, devido à forte correlação entre o número de filhos e a dimensão do agregado familiar, estas variáveis foram incluídas alternadamente nas regressões. Os resultados obtidos revelaram-se semelhantes em termos de sinal e significância estatística dos coeficientes estimados. Por razões de simplificação, apresentam-se apenas os resultados referentes às especificações que incluem o número de filhos (Quadros 5 e 6).

2.1.5. Rendimento líquido

O rendimento líquido expressa a capacidade real de pagamento das dívidas e influencia as decisões de consumo e de poupança das famílias. Os agregados com um rendimento líquido mais elevado possuem uma margem maior para gerir as suas despesas, permitindo-os contrair créditos de forma mais sustentável (Fernández-López et al., 2024). Contrariamente, agregados com menor rendimento apresentam uma maior propensão a recorrer ao crédito para fazer face às despesas, potenciando o risco de sobre-endividamento. De uma maneira geral, podemos esperar que agregados que possuam maior rendimento líquido tenham menor necessidade de recorrer ao crédito (La Cava & Simon, 2005). Como tal é formulada a seguinte hipótese:

Hipótese 5: Quanto maior o rendimento líquido do agregado familiar, menor a probabilidade e o grau de endividamento.

2.1.6. Estado civil

De acordo com os dados do Banco de Portugal (2021), os agregados compostos por casais (com ou sem filhos) apresentam, em média, níveis mais elevados de endividamento do que os agregados unipessoais ou monoparentais. Esta tendência está associada a diversos fatores, nomeadamente a maior capacidade de financiamento resultante da soma de rendimentos, maior probabilidade de aquisição de habitação própria e maior facilidade de acesso ao crédito junto das instituições financeiras. Por outro lado, indivíduos solteiros ou divorciados, particularmente os que vivem sozinhos, tendem a apresentar um nível absoluto de dívida mais baixo. De acordo com Chikeya e Ntsalaze (2025), a maioria dos estudos empíricos evidencia que os chefes de família casados têm maior probabilidade de contrair dívidas, evidenciando um impacto positivo desta variável. Sendo assim, espera-se que o Estado Civil do representante do agregado familiar tenha reflexos no grau de endividamento do agregado (Ali et al. 2020; Camões & Vale, 2020; Fernández-López et al., 2024), sendo formulada a hipótese seguinte:

Hipótese 6: O Estado Civil do representante do agregado familiar afeta a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.7. Nível de escolaridade

Vários estudos mostram que a educação tem um impacto positivo no endividamento. Normalmente maior nível de escolaridade está associado a maior estabilidade de emprego, melhores níveis de rendimento e maior literacia financeira. Variáveis que em conjunto, são relevantes para maior facilidade de acesso ao crédito (Ali et al. 2020; Haq et al., 2018; Lewin-Epstein & Semyonov, 2016; Pandey, 2016; Singh et al., 2014). Por outro lado, famílias com níveis mais baixos de escolaridade tendem a apresentar menor literacia financeira. Esta limitação favorece comportamentos de endividamento menos racionais, frequentemente orientados para a satisfação de necessidades imediatas, recorrendo a modalidades de crédito de curto prazo. Espera-se assim, que:

Hipótese 7: Quanto maior o nível de escolaridade do representante do agregado familiar, maior a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.8. Situação perante o emprego

A situação laboral dos membros de um agregado familiar constitui um dos principais determinantes do grau de endividamento, influenciando tanto a capacidade de contrair crédito como o risco de incumprimento financeiro. A estabilidade e a previsibilidade dos rendimentos, proporcionadas por vínculos laborais permanentes ou pelo emprego no setor público, tendem a facilitar o acesso ao crédito e o endividamento das famílias. Embora o mesmo não se verifique necessariamente no caso dos reformados, pois apesar de beneficiarem de rendimentos relativamente estáveis, estes encontram-se numa fase mais avançada do ciclo de vida, caracterizada por uma menor propensão para assumir novos

compromissos financeiros. Em contrapartida, famílias com membros desempregados ou trabalhadores por conta própria enfrentam maior instabilidade financeira, o que condiciona negativamente a capacidade de solver as suas obrigações (Ali et al. 2020; La Cava & Simon, 2005; Ottaviani & Vandone, 2011). É assim formulada a seguinte hipótese:

Hipótese 8: A condição perante o trabalho do representante do agregado familiar afeta a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.9. Atitude perante o risco

A atitude perante o risco influencia de forma direta a propensão das famílias para contrair crédito, a natureza dos produtos financeiros escolhidos e o volume do endividamento assumido. Famílias com uma elevada tolerância ao risco tendem a mostrar maior predisposição para recorrer ao crédito de forma sistemática, mesmo em contextos de incerteza ou instabilidade económica (Fernández-López et al., 2024). Esta atitude pode originar níveis de endividamento mais altos e um risco acrescido de incumprimento. Por outro lado, famílias com aversão ao risco demonstram uma maior cautela na assunção de obrigações financeiras. Nestes casos, o nível de endividamento tende a ser inferior e a taxa de esforço mais controlada, ainda que tal possa refletir também um menor acesso a financiamento em situações de necessidade (Frade & Jesus, 2011). Face ao descrito, é formulada a hipótese seguinte:

Hipótese 9: Quanto maior a propensão ao risco do representante do agregado familiar, maior probabilidade e grau de endividamento.

2.2. Dados (ISFF, 2020)

Todos os dados foram obtidos através da Base de Dados cedida pelo Banco de Portugal / INE: Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) de 2020. Este Inquérito é conduzido pelo Banco de Portugal no âmbito do Eurosistema e integra-se no projeto europeu *Household Finance and Consumption Survey*, cujo objetivo é obter dados harmonizados sobre a situação financeira das famílias nos países da área do euro e em outros países europeus.

Os dados do ISFF foram recolhidos entre 6 de outubro de 2020 e 14 de fevereiro de 2021, com base numa amostra representativa da população residente em Portugal, abrangendo 6107 agregados familiares. Uma potencial limitação decorre do facto de, devido à pandemia, a recolha de dados ter sido realizada por telefone ou via web, em substituição do habitual método presencial. Estas modalidades apresentam taxas de resposta mais reduzidas e podem afetar a fiabilidade dos dados.

Para a construção da amostra final utilizada nesta investigação, foram excluídas as observações com taxas de esforço negativas e rendimento líquido disponível nulo, resultando numa amostra de 5983 agregados familiares.

2.3. Variáveis

A **variável dependente** considerada corresponde ao grau de endividamento das famílias, operacionalizado através da taxa de esforço do agregado familiar. Este indicador mede a proporção do rendimento anual líquido do agregado familiar destinada ao serviço da dívida. Embora a taxa de esforço seja habitualmente calculada com base mensal, no presente estudo será utilizada a sua expressão anual, garantindo maior coerência com a estrutura dos dados. O montante anual afeto ao serviço da dívida resulta da soma das prestações associadas a créditos, acrescida dos encargos decorrentes de contratos de *leasing*, quando aplicável.

$$tx_{\text{esforço}} = \frac{\text{Prestação mensal} \times 12}{\text{Rendimento anual líquido}} \times 100$$

Na literatura, é também frequente a utilização do rácio dívida/rendimento (*household debt-to-income ratio*) como *proxy* do grau de endividamento (cf. Chikeya & Ntsalaze, 2025). Importa, contudo,

distinguir que este indicador mede o stock de dívida em proporção do rendimento, enquanto a taxa de esforço reflete o fluxo de pagamentos associado ao serviço dessa dívida. No presente trabalho, a taxa de esforço é adotada como medida do grau de endividamento, por permitir captar de forma mais direta a pressão financeira corrente sobre o orçamento das famílias.

Relativamente às **variáveis independentes**, estas permitem operacionalizar as hipóteses definidas anteriormente e são: o grau de urbanização da zona de residência do agregado; o género, a idade, a escolaridade, o estado civil, a condição perante o trabalho e a atitude perante o risco do representante do agregado familiar; o número de elementos que integram o agregado familiar (ou o número de filhos) e o nível de rendimentos do agregado. O Quadro 1 descreve as variáveis e o efeito esperado.

Para mais detalhes sobre a operacionalização das variáveis, deve ser consultado o Apêndice 1.

Quadro 1: Hipóteses e Variáveis Explicativas

Hipótese	Nome da Variável	Descrição	Sinal Esperado
H1	Urbaniz	Grau de urbanização da área de residência em três categorias: muito, médio e pouco (classe de referência)	+
H2	Homem	Género do representante do agregado familiar. Variável <i>dummy</i> : 1 para Homem; 0 para Mulher	-
H3	Idade	Idade do representante do agregado familiar	-
H4	Nº filhos (ou elementos)	Nº filhos ou de elementos do agregado familiar	+
H5	Rend_liquido	Rendimento anual líquido do agregado familiar (logaritmizado)	-
H6	Estado_civil	Estado civil do representante, com quatro categorias: casado, divorciado, viúvo e solteiro (classe de referência)	
H7	Escola	Escolaridade do representante com seis categorias: ensino primário (referência), até 6º ano, até 9º ano, secundário, CTESP e nível pós-secundário, superior	+
H8	Situa_trabalho	Condição perante o trabalho do representante, com quatro categorias: trabalhador regular remunerado, desempregado, inativo (estudante, doméstico, etc), reformado (classe de referência)	
H9	risco	Atitude perante o risco do representante, numa escala entre 0 e 10, sendo 0 avesso ao risco e 10 propenso ao risco	+

2.4. Abordagem empírica

Devido à elevada proporção de valores nulos na variável dependente – neste caso, o grau de endividamento familiar (taxa de esforço) – optou-se por estimar um modelo a duas partes, que reconhece que a decisão de contrair dívida e o montante da dívida resultam de processos distintos. (Cameron & Trivedi, 2010; Ramalho & Silva, 2009; Wooldridge, 2013).

▪ Modelo 1 (parte 1) - Modelo de participação (probabilidade de estar endividado)

Na primeira fase, estima-se a probabilidade de um agregado familiar ter dívidas através de uma regressão logística (*logit*), considerando todas as observações. É definida uma variável binária, como se segue:

$$D_i = \begin{cases} 1, & \text{se a taxa de esforço} > 0 \\ 0, & \text{se a taxa de esforço} = 0 \end{cases}$$

Este modelo estima a probabilidade de um agregado familiar estar endividado com base no conjunto de potenciais variáveis explicativas. A formulação do modelo é a seguinte:

$$\Pr(D_i = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p)}}$$

▪ Modelo 2 (parte 2) - Modelo de intensidade (nível de endividamento)

Na segunda parte, analisam-se apenas os agregados que têm dívida, isto é, que apresentam $D = 1$ na parte 1 (em que a taxa de esforço é positiva). Para o efeito, utiliza-se uma regressão linear (OLS) e pretende-se explicar o nível do endividamento com base nas potenciais variáveis explicativas. O modelo de regressão linear múltipla assume a seguinte forma:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p + \varepsilon$$

Onde o Y representa a variável dependente, ou seja aquilo que se quer explicar, $X_1, X_2, \dots, X_p$, as diversas variáveis independentes, β_0 o valor da variável dependente quando todas as independentes apresentam valor nulo (o intercepto), $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_p$, os coeficientes das variáveis independentes e por fim, ε que corresponde ao erro aleatório. De referir que algumas variáveis foram logaritimizadas, nomeadamente o rendimento líquido disponível e, no segundo modelo, a taxa de esforço, que assumia unicamente valores positivos, com o objetivo de aproximar as suas distribuições da normalidade.

O *two-part model* standard assume que os fatores não observados que influenciam a decisão do agregado familiar de contrair dívida são independentes dos fatores não observados que afetam o montante de dívida, isto é: $E(\varepsilon_2 | \varepsilon_1) = 0$. Sob esta hipótese, a estimação separada das duas partes do modelo produz estimativas consistentes. Contudo, caso exista correlação entre os termos de erro das duas partes do modelo, a estimação separada poderá conduzir a estimativas enviesadas devido à existência de viés de seleção amostral. Nestes casos, torna-se necessário recorrer a modelos que incorporem explicitamente o mecanismo de seleção, como o modelo de seleção de Heckman (1979), que permite corrigir o enviesamento decorrente da seleção não aleatória dos agregados familiares que recorrem ao crédito na segunda parte do modelo. Assim, como teste de robustez adicional e avaliar a sensibilidade dos resultados à eventual existência de enviesamento de seleção, foi estimado um modelo Heckman ou Tobit tipo II, com MLE (ver Apêndice 2), não se observando alterações relevantes nas conclusões, face às retiradas com o modelo a duas partes. O teste de razão de verosimilhanças à independência das equações ($H_0: \rho = 0$) não rejeita a hipótese nula (p-valor = 0.9946) sugerindo a ausência de correlação relevante entre os fatores não observáveis que determinam a participação no crédito e os que determinam a taxa de esforço, condicional aos regressores incluídos.

3. RESULTADOS

Nesta secção são apresentados e analisados os resultados.

3.1. Análise descritiva

Nos Quadros 2, 3 e 4 apresentam-se as estatísticas descritivas das variáveis dependentes e independentes para a totalidade da amostra e para o subconjunto dos agregados endividados.

Quadro 2: Estatísticas Descritivas da Variável Dependente

Variável	N	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Total da amostra					
Txesforço	5983	0.0770	0.2154	0	4.9737
Txesforço > 0	2024	0.2277	0.3207	0.0016	4.9737
Txesforço (ln)	2024	-1.8222	0.7670	-6.4171	1.6042
Endiv. (1) / Não Endiv. (0)	5983	0.3383	0.4732	0	1
Muito urbanizados					
Txesforço	2 986	0.0751	0.1900	0	3.546
Txesforço > 0	1003	0.2235	0.2726	0.0016	3.546
Endiv. (1) / Não Endiv. (0)	2 986	0.3359	0.4724	0	1
Médio urbanizados					
Txesforço	1 786	0.0873	0.2515	0	4.974
Txesforço > 0	666	0.2341	0.3679	0.0106	4.974
Endiv. (1) / Não Endiv. (0)	1 786	0.3729	0.4837	0	1
Pouco urbanizados					
Txesforço	1 211	0.0668	0.2162	0	3.348
Txesforço > 0	355	0.2280	0.3507	0.0183	3.348
Endiv. (1) / Não Endiv. (0)	1 211	0.2931	0.4554	0	1

O Quadro 2 apresenta as estatísticas descritivas da variável dependente. Considerando o total da amostra (N=5983), a taxa média de esforço é de 7,7%, com um desvio-padrão de 21,5%, evidenciando elevada dispersão e a existência de situações extremas, uma vez que o valor máximo atinge 4,97 (aproximadamente 497% do rendimento). Entre os agregados endividados (N=2024), a taxa média de esforço ascende a 22,8%, mantendo-se uma variabilidade significativa. A proporção de famílias com dívida é de 33,8%, enquanto 66,2% não apresentam encargos financeiros. Para efeitos econométricos,

utiliza-se a taxa de esforço logaritmizada na segunda parte do modelo, aproximando a distribuição da normalidade.

A análise por grau de urbanização revela diferenças relevantes nos padrões de endividamento das famílias. Nas áreas muito urbanizadas (N=2986), a taxa média de esforço é de 7,5% e 33,6% dos agregados apresentam dívida. Nas áreas medianamente urbanizadas (N=1786), registam-se os valores mais elevados, tanto ao nível da taxa média de esforço (8,7%) como da proporção de famílias endividadas (37,3%). Em contraste, nas zonas pouco urbanizadas (N=1211), a taxa média de esforço é inferior (6,7%) e apenas 29,3% dos agregados se encontram endividados. As características destas áreas, nomeadamente com uma população mais envelhecida e menores oportunidades de emprego e dinamismo empresarial, poderão condicionar o acesso ao crédito (Alonso et al., 2023; Liu et al., 2024).

Quadro 3: Estatísticas Descritivas das Variáveis Explicativas (amostra total N= 5983)

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
muito_urb	0.4991	0.5000	0	1
medio_urb	0.2985	0.4576	0	1
pouco_urb	0.2024	0.4018	0	1
homem	0.6933	0.4612	0	1
idade	62.356	13.303	22	90
n_elementos	2.3988	1.1159	1	13
nfilhos	0.6694	0.8539	0	5
lnrend_liquido	9.8761	0.8312	-0.393	12.410
solteiro	0.0951	0.2934	0	1
casado	0.6589	0.4741	0	1
viuvo	0.1429	0.3500	0	1
divorciado	0.1031	0.3041	0	1
ate4ano	0.2962	0.4566	0	1
ate6ano	0.0826	0.2753	0	1
ate9ano	0.1671	0.3731	0	1
ens_secundário	0.1807	0.3848	0	1
ctesps	0.0506	0.2193	0	1
ens_superior	0.2228	0.4162	0	1
regular_rem	0.4496	0.4975	0	1
desempregado	0.0349	0.1836	0	1
inativo	0.0669	0.2498	0	1
reformado	0.4486	0.4974	0	1
risco	2.5691	2.7555	0	10

Relativamente às variáveis independentes, a amostra é maioritariamente composta por homens (69%), com idade média de 62,36 anos, variando entre 22 e 90 anos, evidenciando um predomínio de representantes masculinos e de idade mais avançada.

Os agregados familiares têm, em média, 2,4 elementos (entre 1 e 13), com um número médio de 0,67 filhos por agregado (máximo de 5). A maioria dos inquiridos é casada (66%) e reside em zonas muito urbanizadas (50%), seguindo-se áreas medianamente urbanizadas (30%) e pouco urbanizadas (20%). Em termos de situação profissional, predominam os trabalhadores remunerados (44,96%) e reformados (44,86%), sendo residual a proporção de inativos (6,69%) e desempregados (3,49%). Ao nível da escolaridade, predominam os extremos com 29,6% dos inquiridos a apresentar até ao 4º ano de escolaridade, e 22,3% o ensino superior. Por fim, a variável risco apresenta uma média de 2,57 (numa escala de 0 a 10), sugerindo uma reduzida propensão ao risco e uma maior prevalência de comportamentos financeiros conservadores entre os agregados analisados.

As estatísticas descritivas revelam algumas diferenças relevantes entre a totalidade da amostra (Quadro 3) e os agregados endividados (Quadro 4), sugerindo a existência de perfis sociodemográficos e económicos distintos.

Quadro 4: Estatísticas Descritivas das Variáveis Explicativas (agregados endividados N= 2024)

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
muito_urb	0.4956	0.5001	0	1
medio_urb	0.3291	0.4700	0	1
pouco_urb	0.1754	0.3804	0	1
homem	0.7372	0.4403	0	1
idade	52.907	9.5031	24	90
n elementos	2.9209	1.1586	1	13
nfilhos	1.1245	0.9169	0	5
lnrend_liquido	10.1165	0.6309	7.326	12.314
solteiro	0.1196	0.3245	0	1
casado	0.7204	0.4489	0	1
viuvo	0.0321	0.1763	0	1
divorciado	0.1280	0.3341	0	1
ate4ano	0.0968	0.2958	0	1
ate6ano	0.0889	0.2847	0	1
ate9ano	0.1863	0.3894	0	1
ens_secundário	0.2683	0.4432	0	1
ctesps	0.0568	0.2316	0	1
ens_superior	0.3029	0.4596	0	1
regular_rem	0.7485	0.4340	0	1
desempregado	0.0415	0.1995	0	1
inativo	0.0627	0.2426	0	1
reformado	0.1472	0.3544	0	1
risco	3.3420	2.7320	0	10

Em primeiro lugar, os agregados endividados apresentam uma idade média significativamente inferior (52,9 anos, face a 62,4 anos na amostra total) e uma menor proporção de reformados (14,7% contra 44,9%), o que sugere que o endividamento se concentra sobretudo em agregados em idade ativa. Paralelamente, estes agregados tendem a ser maiores, apresentando um número médio superior de elementos (2,92 contra 2,40) e de filhos (1,12 contra 0,67).

Ao nível económico, observa-se que os agregados endividados possuem, em média, rendimentos líquidos mais elevados, refletidos no maior valor da variável *lnrend_liquido* (10,12 face a 9,88). Além disso, a proporção de indivíduos com emprego remunerado é substancialmente superior entre os agregados endividados (74,9%, comparativamente a 45% na amostra global), o que poderá indicar que a estabilidade financeira facilita o acesso ao crédito. Por outro lado, os agregados endividados apresentam uma atitude mais favorável ao risco, registando uma pontuação média superior nesta variável (3,34 contra 2,57). No que respeita à escolaridade, verifica-se que os agregados endividados possuem níveis de instrução mais elevados. A percentagem de indivíduos com ensino superior é superior entre os endividados (30,3%, face a 22,3%), enquanto a proporção de agregados com apenas até quatro anos de escolaridade é substancialmente inferior (9,7% contra 29,6%).

Relativamente ao território, embora a proporção de agregados residentes em áreas predominantemente urbanas seja semelhante nos dois grupos (cerca de 50%), os agregados endividados encontram-se relativamente menos representados em zonas pouco urbanizadas (17,5% contra 20,2%) e mais representados em territórios medianamente urbanizados (32,9% face a 29,9%).

Antes da estimação dos modelos, assumiu-se a independência das observações, atendendo à natureza transversal (*cross-section*) da amostra. Dada a dimensão da amostra, considerou-se válida a aproximação à normalidade, tendo os modelos sido estimados com erros-padrão robustos, de forma a assegurar a consistência das inferências na presença de eventual heterocedasticidade. O pressuposto de ausência de multicolinearidade foi avaliado através da matriz de correlações e do cálculo dos indicadores VIF (Apêndice 3). Identificou-se uma correlação positiva elevada (0,84) entre o número de elementos do agregado e o número de filhos, sugerindo potencial multicolinearidade. Para mitigar este efeito, estimaram-se especificações alternativas, incluindo separadamente cada uma das variáveis. Como os coeficientes mantiveram sinal e significância estatística semelhantes, optou-se por apresentar apenas a variável número de filhos (Quadro 5 e 6).

3.2. Resultados dos modelos de regressão

Segue-se a apresentação dos resultados da abordagem empírica (Quadro 5). Na parte 1 através de uma regressão logística (*logit*), procura-se explicar a probabilidade de um agregado familiar ter dívidas

utilizando como variável dependente, a variável binária D (0 vs 1). Na segunda parte, com recurso ao modelo de regressão linear múltipla, analisando somente os agregados endividados (com D=1), pretende-se explicar o nível de endividamento com base nas potenciais variáveis explicativas.

Quadro 5: Resultados – Two part model

Variáveis	Parte 1 logit	Parte 2 OLS
homem	0.2161**	0.0798**
idade	-0.0694***	0.0064***
nfilhos	0.2399***	0.0465***
lnrend líquido	0.3807***	-0.8955***
medio urban.	0.2698***	0.0626*
muito urban.	0.1963**	0.0979***
casado	0.2546*	0.0459
viuvo	-0.2088	0.0176
divorciado	0.5657***	-0.0247
ate6ano	0.2671*	0.1183*
ate9ano	0.3902***	0.2071***
ens_secundário	0.6024***	0.2267***
ctesps	0.2714	0.3627***
ens_superior	0.2501*	0.3560***
desempregado	0.3844**	0.0465
inativo	0.6418***	0.0276
regular rem	0.5879***	0.1269**
risco	0.0278**	0.0041
constante	-1.8148***	6.3314***
Nº observações	5552	1971
Wald chi2 (18) e p-value	1246.02 (0.000)	~~~~
F (18, 1952) e p-value	~~~~	64.95 (0.000)
PCP	75.95%	~~~~
Pseudo R2 / R2	25.50%	45.12%
Legenda: * p<0.10; ** p<0.05; *** p<0.01		
PCP: percentagem prevista corretamente (<i>percent correctly predicted</i>)		

Os resultados obtidos evidenciam que os modelos são ajustados. No modelo 1 a percentagem prevista corretamente das observações é de 75,95% e no modelo 2, o R² é de 45,12%. Para além disso, os valores das estatísticas Wald e F indicam a significância conjunta dos regressores incluídos no modelo.

Centrando a análise nos determinantes da probabilidade de endividamento (parte 1), os resultados indicam que a probabilidade de um agregado familiar se encontrar endividado é influenciada por fatores sociodemográficos e económicos. Observa-se que agregados representados por homens apresentam maior probabilidade de deter dívida. A idade apresenta um efeito negativo e estatisticamente significativo, sugerindo que agregados com representantes mais velhos têm menor probabilidade de estarem endividados. Já o número de filhos exerce um efeito positivo e significativo, indicando maior propensão ao endividamento em agregados mais numerosos. O rendimento líquido, contrariamente ao esperado, associa-se positivamente à probabilidade de contrair dívida, sugerindo que níveis de rendimento mais elevados facilitam o acesso ao crédito. O estado civil também se revela relevante: casados e, sobretudo, divorciados apresentam maior probabilidade de deter dívida face aos solteiros. A escolaridade evidencia um efeito positivo, particularmente até ao ensino secundário. No que respeita à situação laboral, trabalhadores remunerados, inativos e desempregados apresentam maior probabilidade de endividamento face aos reformados. Já a apetência pelo risco aumenta a probabilidade de deter dívida. Relativamente aos fatores territoriais, os resultados indicam que a residência em áreas urbanizadas está associada a uma maior probabilidade de endividamento, com destaque para as áreas medianamente urbanizadas.

No que respeita à intensidade do endividamento (parte 2), alguns determinantes mantêm consistência, enquanto outros revelam diferenças relevantes. O género masculino continua associado a maior grau de endividamento, isto é, associado a maior taxa de esforço anual. A idade, embora reduza a probabilidade de deter dívida, associa-se positivamente à sua intensidade entre os agregados endividados, sugerindo que maior idade, associa-se a maior capacidade de acesso ao crédito, traduzindo-se em valores mais elevados de taxa de esforço. O número de filhos mantém um efeito positivo sobre o grau de endividamento. O rendimento líquido altera o sinal face à primeira etapa: agregados com menores rendimentos apresentam maior taxa de esforço, refletindo maior pressão financeira relativa. O estado civil deixa de ter impacto significativo na intensidade do endividamento, enquanto a escolaridade

mantém um efeito positivo. Os trabalhadores com rendimentos provenientes do trabalho apresentam uma maior intensidade de endividamento face aos reformados (que representam uma menor proporção da amostra entre os agregados endividados), resultado consistente com uma maior participação no mercado de crédito e com a fase do ciclo de vida em que se concentram decisões financeiras de maior dimensão, como a aquisição de habitação. Por sua vez, a apetência pelo risco perde relevância na explicação da intensidade da dívida. Por último, relativamente aos fatores territoriais, os agregados residentes em áreas muito urbanizadas apresentam maior taxa de esforço comparativamente com os residentes em áreas pouco urbanizadas, resultado que poderá estar associado aos custos mais elevados da habitação nestes territórios, dado o peso significativo do crédito à habitação no endividamento das famílias portuguesas (Banco de Portugal, 2021).

De forma a complementar a análise anterior apresentam-se os resultados dividindo a amostra por grau de urbanização (Quadro 6).

A estimação dos modelos por grau de urbanização confirma a existência de diferenciação territorial nos determinantes do endividamento, tanto ao nível da probabilidade, como da sua intensidade, embora alguns mantenham estabilidade. Desde logo, o rendimento líquido mantém um efeito positivo na probabilidade de deter dívida e negativo na intensidade do esforço financeiro em todas as tipologias de urbanização, sugerindo que rendimentos mais elevados facilitam o acesso ao crédito, mas reduzem a pressão financeira relativa. A idade apresenta igualmente um efeito negativo na probabilidade de endividamento nos três contextos, reforçando a validade da Hipótese do Ciclo de Vida.

Quadro 6: Resultados por grau de urbanização da zona de residência do agregado

	Muito urbanizado		Médio urbanizado		Pouco urbanizado	
Variáveis	Parte 1 logit	Parte 2 OLS	Parte 1 logit	Parte 2 OLS	Parte 1 logit	Parte 2 OLS
homem	0.032	0.09	0.1858	-0.0138	0.8637***	0.2236**
idade	-0.0714***	0.0048*	-0.0575***	0.0095***	-0.0892***	0.006
nfilhos	0.2749***	0.0427**	0.2436***	0.0388	0.1393	0.0842**
lnrend_líquido	0.3688***	-0.8748***	0.3140***	-0.8907***	0.5427***	-0.9290***
casado	0.3408*	0.042	0.172	0.1105*	0.3893	-0.0827
viuvo	-0.4871*	-0.1343	-0.3273	0.1477	0.9505*	0.0688
divorciado	0.3996**	-0.0528	0.5930**	-0.0489	1.2340***	0.0756
ate6ano	0.3294	0.0785	0.1873	0.1025	0.3191	0.1607
ate9ano	0.3849**	0.0262	0.3854*	0.3955***	0.3585	0.2417**
ens_secundário	0.4817***	0.1363*	0.8457***	0.3439***	0.5568**	0.2051*
ctesps	-0.093	0.2330**	0.6866**	0.4952***	0.6643	0.3807***
ens_superior	0.194	0.2483***	0.2754	0.4481***	0.4178	0.4095***
desempregado	0.4838*	0.0018	0.3354	0.1287	0.2056	-0.0346
inativo	0.8067***	0.0047	0.6186**	0.0819	0.3045	-0.0611
regular_rem	0.6171***	0.1281*	0.6992***	0.1457	0.2684	0.0798
risco	0.0086	-0.0017	0.0414*	0.0021	0.0448	0.018
constante	-1.2112	6.4386***	-1.6561	6.0947***	-2.7911**	6.5951***
Nº observações	2800	981	1652	647	1100	343
Wald chi2 e p-value	657.72 (0.000)		351.57 (0.000)		257.04 (0.000)	
F e p-value	39.23 (0.000)		27.56 (0.000)		13.50 (0.000)	
PCP	75.14%		74.88%		78.73%	
Pseudo R2 / R2	26.01%	44.74%	23.92%	47.87%	28.50%	46.54%
Legenda: * p<0.10; ** p<0.05; *** p<0.01						
PCP - percentagem prevista corretamente (<i>percent correctly predicted</i>)						

Contudo, emergem diferenças relevantes. Nas áreas muito urbanizadas, o número de filhos influencia significativamente a probabilidade de endividamento, mas o efeito sobre a intensidade é relativamente mais moderado. Já nas zonas pouco urbanizadas, o efeito do número de filhos revela-se menos relevante na decisão de contrair dívida, mas mais expressivo na intensidade do esforço financeiro, sugerindo maior pressão relativa sobre agregados familiares mais numerosos nestes territórios. A variável associada ao género evidencia forte heterogeneidade: apenas nas áreas pouco urbanizadas o facto do representante do agregado ser masculino apresenta um impacto positivo e estatisticamente significativo, tanto na probabilidade, como no grau de endividamento. Já a situação perante o emprego parece exercer um maior impacto na probabilidade do agregado familiar estar endividado, principalmente em zonas mais

urbanizadas, enquanto que em zonas pouco urbanizadas não apresenta relevância estatística. Em termos de fatores comuns: a escolaridade mantém um efeito positivo estatisticamente significativo, principalmente na intensidade da dívida. O estado civil afeta principalmente a probabilidade de contrair dívida, sendo os divorciados que apresentam maior probabilidade face aos solteiros, em todos os contextos territoriais.

3.3. Discussão dos resultados

Os resultados confirmam que o grau de urbanização constitui um determinante relevante do endividamento das famílias, validando a H1: a residência em áreas mais urbanizadas está associada a uma maior probabilidade de deter dívida e a níveis mais elevados de intensidade do endividamento (Nizar & Karim, 2016; Tian, 2022). Esta relação poderá refletir não apenas diferenças no custo de vida, mas também a própria configuração sociodemográfica e de desenvolvimento financeiro dos territórios. Em consonância com Liu et al. (2024) e Rodríguez-Pose et al. (2025), os resultados sugerem que os agregados residentes em contextos urbanos beneficiam de maior proximidade física e digital às instituições financeiras, de uma oferta mais diversificada de produtos de crédito e de mercados imobiliários mais dinâmicos, fatores que podem facilitar o acesso ao financiamento. No caso português, esta associação poderá ainda estar relacionada com os custos mais elevados da habitação nas áreas mais urbanizadas e com o peso da aquisição de habitação própria no padrão de endividamento das famílias, num contexto em que as alternativas de arrendamento permanecem frequentemente limitadas.

A análise desagregada por grau de urbanização evidencia, contudo, que os mecanismos associados ao endividamento não são homogêneos entre territórios. Nas áreas pouco urbanizadas, embora a probabilidade de deter dívida e o respetivo grau sejam inferiores, o género masculino do representante do agregado apresenta um efeito positivo e estatisticamente significativo, ao contrário do observado nos territórios mais urbanizados, o que poderá refletir diferenças nos comportamentos financeiros, na exposição a oportunidades de crédito ou na composição socioeconómica dos agregados. Este resultado contraria os obtidos por Bejaković et al. (2023), mas estão alinhados com Manogna e Mishra (2022).

Relativamente à idade, verifica-se uma redução da probabilidade de contrair dívida em todos os territórios, mas um aumento da taxa de esforço nas áreas urbanas, particularmente nas zonas medianamente urbanizadas, evidência consistente com a Hipótese do Ciclo de Vida e com a literatura (La Cava & Simon, 2005; Chikeya & Ntsalaze, 2025), sugerindo que agregados mais jovens apresentam maior probabilidade de recorrer ao crédito, mas possuem menor capacidade financeira para sustentar níveis elevados de endividamento. Tal como defendem Alonso et al. (2023) e Rodríguez-Pose et al. (2025), fatores relacionados com a densidade populacional, o envelhecimento da população e a estrutura do mercado de trabalho parecem estar associados a diferentes padrões de acesso ao crédito e gestão do endividamento.

O número de filhos influencia positivamente tanto a probabilidade como o grau de endividamento, principalmente em zonas mais urbanizadas, sugerindo maior pressão financeira em agregados mais numerosos, em linha com evidência anterior (Intarapak & Supapakorn, 2020; Olivero & Dvalishvili, 2021). Quanto ao rendimento líquido, os resultados revelam um efeito diferenciado: rendimentos mais elevados aumentam a probabilidade de recorrer ao crédito, mas reduzem a intensidade do endividamento. Esta evidência sugere que agregados com maior capacidade financeira têm maior acesso ao crédito, embora suportem um menor esforço relativo, sendo parcialmente consistente com estudos que identificam correlação positiva entre rendimento e recurso à dívida (Chikeya & Ntsalaze, 2025). Agregados com maior rendimento apresentam maior participação no mercado de crédito, mas menor esforço relativo, sugerindo que o acesso ao financiamento, por si só, não constitui um indicador de vulnerabilidade financeira. Já o estado civil influencia apenas a probabilidade de endividamento, sendo casados e divorciados mais propensos a deter dívida, face aos solteiros, em linha com o referido por Chikeya e Ntsalaze (2025).

A escolaridade associa-se positivamente à probabilidade e à intensidade, possivelmente refletindo melhor acesso ao crédito, sendo consistente com Haq et al. (2018), Lewin-Epstein e Semyonov (2016), Pandey (2016) e Van Leuven et al., 2024. Estes efeitos são mais notórios sobre a intensidade do endividamento nas zonas medianamente e pouco urbanizadas.

Quanto à situação laboral, todas as categorias apresentam maior probabilidade de endividamento face aos reformados. No entanto, apenas os trabalhadores remunerados evidenciam maior intensidade de endividamento, resultado coerente com a fase do ciclo de vida e com a maior estabilidade de rendimentos, o que facilita o acesso ao crédito (La Cava & Simon, 2005; Ottaviani & Vandone, 2011). De referir que a situação perante o emprego assume relevância estatística apenas em zonas mais urbanizadas. Por fim, a propensão ao risco aumenta a probabilidade de endividamento apenas nas zonas medianamente urbanas, mas apenas a 10%. Este resultado sugere que as atitudes financeiras podem influenciar a decisão inicial de recorrer ao crédito, mas não necessariamente o montante relativo assumido pelos agregados.

Estes resultados permitem concluir que o endividamento familiar resulta da interação entre características individuais, capacidade económica e contexto territorial. Assim, políticas financeiras e de educação financeira deverão considerar uma abordagem territorialmente diferenciada, capaz de acomodar as especificidades económicas, demográficas e institucionais dos diferentes espaços de residência.

CONCLUSÃO

Esta investigação analisou os determinantes microeconómicos do endividamento das famílias em Portugal, distinguindo entre a probabilidade de deter dívida e a sua intensidade, através de um modelo em duas partes aplicado aos dados do ISFF 2020. O objetivo principal foi analisar se o território tem impacto nos padrões de endividamento das famílias em Portugal.

Os resultados confirmam que o endividamento é um fenómeno multidimensional, resultante da interação entre fatores territoriais, sociodemográficos, económicos e comportamentais. Contudo, o grau de urbanização emerge como um determinante particularmente relevante, evidenciando que o território não constitui apenas o contexto em que as decisões financeiras são tomadas, mas também um fator explicativo das desigualdades observadas na propensão para contrair dívida e na respetiva intensidade. A análise descritiva revela que as áreas medianamente urbanizadas concentram maior proporção de famílias endividadas e maior taxa de esforço, sugerindo um efeito não linear da urbanização. Estas zonas (periurbanas), tendem a concentrar agregados em idade ativa, com filhos e forte procura de habitação própria, o que potencia o recurso ao crédito, sobretudo hipotecário. Em contraste, nas áreas muito urbanizadas poderá existir maior diversificação de rendimentos e maior recurso ao arrendamento, atenuando o esforço relativo, enquanto nas zonas pouco urbanizadas o envelhecimento populacional e menor dinamismo económico limitam tanto a procura como o acesso ao crédito.

Pela análise descritiva verificou-se que os agregados endividados concentram-se em zonas mais urbanas, tendem a ser mais jovens, mais numerosos, economicamente mais ativos, mais escolarizados e com rendimentos mais elevados, apresentando igualmente uma maior predisposição para o risco. Estas diferenças indiciam que o recurso ao crédito está associado não apenas às condições económicas dos agregados, mas também às suas características demográficas e ao contexto territorial em que se inserem.

Já os resultados das regressões evidenciaram que variáveis como idade, género, número de filhos, rendimento e escolaridade são determinantes importantes, embora algumas variáveis revelem efeitos diferenciados na decisão de endividamento e na taxa de esforço, evidenciando a relevância de distinguir a probabilidade de acesso ao crédito de sustentabilidade financeira. Os resultados, de uma maneira geral, são consistentes com a Hipótese do Ciclo de Vida, evidenciando que idade, número de filhos, situação laboral e rendimento influenciam diferenciadamente a decisão de recorrer ao crédito e a capacidade de suportar o respetivo encargo. Simultaneamente, os resultados corroboram a perspetiva da inclusão financeira e da geografia financeira, mostrando que a urbanização está associada a diferentes padrões de participação no mercado de crédito.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados sugerem que estratégias uniformes de prevenção do sobre-endividamento poderão revelar-se insuficientes, dado que a relação entre território e endividamento parece variar consoante o grau de urbanização. Nas áreas medianamente urbanizadas, caracterizadas por uma maior incidência de agregados endividados e por taxas de esforço mais elevadas, os resultados apontam para a importância de aprofundar políticas relacionadas com a acessibilidade habitacional, nomeadamente através do aumento da oferta de habitação a custos comportáveis e de mecanismos que reduzam a exposição excessiva ao crédito hipotecário. Nas áreas pouco urbanizadas,

onde se observa uma menor participação no mercado de crédito, poderá ser relevante avaliar em que medida fatores associados à inclusão financeira e ao acesso a serviços bancários condicionam o comportamento financeiro das famílias. Por sua vez, nas áreas mais urbanizadas, onde o acesso ao crédito tende a ser mais facilitado, assume particular relevância o reforço da avaliação da capacidade financeira dos agregados e de mecanismos preventivos de sobre-endividamento.

O estudo apresenta limitações inerentes ao carácter transversal dos dados e ao contexto excecional de 2020, em que existiram constrangimentos na recolha das respostas dos agregados familiares. Adicionalmente, embora o rendimento líquido disponível tenha sido calculado a partir dos rendimentos do trabalho e de transferências sociais (reforma /desemprego) ao nível do agregado familiar, não pode ser totalmente excluída a possibilidade de endogeneidade na relação entre rendimento e endividamento, dado o potencial carácter bidirecional desta interação. Adicionalmente, a classificação territorial baseada no grau de urbanização, embora permita captar diferenças entre territórios, não incorpora dimensões locais mais específicas, como preços da habitação, disponibilidade de serviços financeiros, taxas de desemprego ou rendimento médio regional, que poderão ter impactos relevantes.

Investigações futuras poderão recorrer a dados mais recentes e explorar possíveis extensões com recurso às diferentes vagas do ISFF, permitindo desenvolver análises longitudinais sobre a evolução do endividamento ao longo do tempo. Esta abordagem possibilitaria acompanhar as trajetórias financeiras dos agregados familiares e aprofundar a compreensão das relações entre rendimento, vulnerabilidade financeira e endividamento, bem como do papel desempenhado pelos contextos institucionais e territoriais. Em termos econométricos, poderão ser exploradas estratégias que mitiguem potenciais problemas de endogeneidade, bem como incorporar variáveis comportamentais mais detalhadas.

REFERÊNCIAS

- Ali, L., Khan, M. K. N., & Ahmad, H. (2020). Education of the head and financial vulnerability of households: Evidence from a Household's survey data in Pakistan. *Social Indicators Research*, 147(2), 439–463. <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02164-2>
- Alonso, M. P., Gargallo, P., López-Escolano, C., Miguel, J., & Salvador, M. (2023). Financial exclusion, depopulation, and ageing: An analysis based on panel data. *Journal of Rural Studies*, 103(103105), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103105>
- Arora, R. U. (2012). Finance and inequality: a study of Indian states. *Applied Economics*, 44(34), 4527-4538. <https://doi.org/10.1080/00036846.2011.597736>
- Banco de Portugal (2021). Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020. Lisboa: Banco de Portugal.
- Banco de Portugal. (21 de junho de 2026). BPstat. Obtido de Endividamento do setor não financeiro: nota de informação estatística de abril de 2026: <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/2998/>
- Bejaković, P.; Šimurina, N., & Babačić, E. (2024). Social Exclusion and Private Over-indebtedness in the EU. *Revija za socijalnu politiku*, 31(1); 29-51. doi: 10.3935/rsp.v31i1.20
- Cameron, A., & Trivedi, P. K. (2010). *Microeconometrics Using Stata*. Rev. ed. Texas: Stata Press.
- Camões, F. & Vale, S. (2020). I feel wealthy: A major determinant of Portuguese households' indebtedness? *Empirical Economics*, 58 (4), 1953-1978. <https://doi.org/10.1007/s00181-018-1602-9>
- Chikeya, C. K., & Ntsalaze, L. (2025). Determinants of Household Debt: A Systematic Review of the Literature. *Economies*, 13(3), 76. <https://doi.org/10.3390/economies13030076>
- Comelli, M. (2021). The impact of welfare on household debt. *Sociological Spectrum*, 41(2), 154–176. DOI: 10.1080/02732173.2021.1875088
- Cooper, C. R., Mullins, M., & Weinstock, L. R. (2021). COVID-19: Household debt during the pandemic. Congressional research service report. Available online: <https://crsreports.congress.gov>
- Costa, S. (2016). Situação financeira das famílias em Portugal: uma análise com base nos dados do ISFF 2013. Banco de Portugal, *Revista de Estudos Económicos*, 2(4).
- Costello, L. (2009). Urban–Rural Migration: housing availability and affordability. *Australian Geographer*, 40(2), 219-233. <https://doi.org/10.1080/00049180902974776>
- Enache, C. (2022). Macroeconomic determinants of household indebtedness in Romania: An econometric approach. *Journal of Social and Economic Statistics*, 11(1–2), 102–117. DOI: 10.2478/jses-2022-0006

EC (2008). Towards a common operational European definition of over-indebtedness. Available online: www.bristol.ac.uk/media-library/sites/geography/migrated/documents/pfrc0804.pdf

Farinha, L. & Costa, S. (2012). Inquérito à Situação Financeira das Famílias: metodologia e principais resultados. *Occasional paper*. Banco de Portugal. Acessível em: <https://www.bportugal.pt/paper/inquerito-situacao-financeira-das-familias-metodologia-e-principais-resultados>

Fernández-López, S., Álvarez-Espino, M., Rey-Ares, L., & Castro-González, S. (2024). Consumer financial vulnerability: review, synthesis, and future research agenda. *Journal of Economic Surveys*, 38(1), 1045-1084. <https://doi.org/10.1111/joes.12573>

Frade, C., & Jesus, F. (2011). *Percepção do risco de crédito e endividamento sustentável*, in Hernâni Veloso Neto e Sandra Lima Coelho (org.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea*. Porto: Instituto de Sociologia-Faculdade de Letras.

Frade, C., & Lopes, C. A. (2006). Um perfil dos sobreendividados em Portugal. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/87662>

Friedman, M. (1957). *Theory of the Consumption Function*. Princeton University Press. Doi: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv39x7zh>

Haq, W., Ismail, A. N., & Satar, M. N. (2018). Household debt in different age cohorts: A multilevel study. *Cogent Economics & Finance*, 6(1), 1455406. <https://doi.org/10.1080/23322039.2018.1455406>

Heckman, J. (1979) Sample Selection Bias as a Specification Error. *Econometrica*, 47, 153-161. <http://dx.doi.org/10.2307/1912352>

Intarapak, S., & Supapakorn, T. (2020). Application of logistic regression analysis to household debt of Bangkok and metropolitan area of Thailand. *WSEAS Transactions on Business and Economics*, 17, 676–680. DOI: 10.37394/23207.2020.17.65

Keys, B J., Mahoney, N. & Yang, H. (2023). What Determines Consumer Financial Distress? Place- and Person-Based Factors. *Review of Financial Studies*, 36 (1). pp. 42-69. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhac025>

Kimball, M. S. (1990). Precautionary Saving and the Marginal Propensity to Consume. NBER Working Paper 3403. <https://doi.org/10.3386/w3403>

La Cava, G., & Simon, J. (2005). Household Debt and Financial Constraints in Australia. *Australian Economic Review*, 38 (1), 40-60. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8462.2005.00351.x>

Lewin-Epstein, N., & Semyonov, M. (2016). Household debt in midlife and old age: A multinational study. *International Journal of Comparative Sociology*, 57(3), 151–172. <https://doi.org/10.1177/0020715216653798>

Leitão, M. M., & Frade, C. (2000). O endividamento dos consumidores em Portugal: questões principais. Colóquio Internacional: O endividamento dos consumidores, pp. 12-25. doi: 0872-4733

Li, J., Abiona, O., & Sinha, K. (2026). Household indebtedness and multidimensional poverty: evidence from China. *Applied Economics*, 58(7), 1392–1414. <https://doi.org/10.1080/00036846.2025.2467260>

Liu, J., Chen, Y., Chen, X., & Chen, B. (2024). Digital financial inclusion and household financial vulnerability: an empirical analysis of rural and urban disparities in China. *Heliyon*, 10(1), 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e35540>

Mai, C. H. (2025). Financial literacy as a protective factor against household over-indebtedness: evidence from vietnam's low-income communities. *Journal of Economics, Finance and Management Studies*, 4589-4599. <https://doi.org/10.47191/jefms/v8-i7-48>

Manogna, R. L., & Mishra, K. A. (2022). Determinants of indebtedness and institutional credit to rural agricultural households: An empirical evidence from South India. *International Journal of Social Economics*, 49(9), 1387–1400. DOI: 10.1108/IJSE-09-2020-0614

Marques, M. M. & Frade, C. (2000). O Endividamento dos consumidores: questões principais. Notas Económicas 14. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/41545>

Martins, L., Farinha, L., Mesquita, R., & Costa, S. (2020). Inquérito à Situação Financeira das Famílias: resultados de 2017 e comparação com as edições anteriores. Banco de Portugal. Acessível: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202002_pt_0.pdf

- Mesa-Pedrazas, Á., Torrado, J. M., Palomares-Linares, I., & Duque-Calvache, R. (2026). The digitalization of the Housing Market in Spain: a case study of the use of online platforms and spatial inequalities. *Social Inclusion*, 14(11584), 1-20. <https://doi.org/10.17645/si.11584>
- Modigliani, F., & Brumberg, R. H. (1954). *Utility Analysis and the Consumption Function: An Interpretation of Cross-Section Data*. Routledge Library Editions. <https://doi.org/10.7551/mitpress/1923.003.0004>
- Nascimento, R. C. (2016). A hipótese do ciclo de vida de consumo e poupança de Modigliani: um exame da literatura 60 anos depois. Universidade Federal da Bahia. doi: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19292>
- Nizar, N. B., & Karim, Z. A. (2016). Determinants of Malaysia Household Debt: Macroeconomic Perspective. *Academic Star Publishing Company*. doi: 10.15341/jbe(2155-7950)/08.07.2016/005
- Olivero, M. P., & Dvalishvili, M. (2021). What do fiscal stimulus packages mean for household debt? *Contemporary Economic Policy*, 41(2), 282–299.
- Ottaviani, C., & Vandone, D. (2011). Impulsivity and household indebtedness: Evidence from real life. *Journal of Economic Psychology*, 32(5), 754–761. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2011.05.002>
- Pandey, K. G. (2016). Extent, magnitude and determinants of indebtedness among farmers in eastern India: A survey-based study. *Indian Journal of Agricultural Economics*, 71(4), 450–462.
- Park, J., & Lee, Y. (2018). Corporate income taxes, corporate debt, and household debt. *International Tax and Public Finance*, 26, 506–535.
- Ramalho, J. S. & Silva, J. V. (2009). A two-part fractional regression model for the financial leverage decisions of micro, small, medium and large firms. *Quantitative Finance, Taylor & Francis Journals*, 9(5), 621-636. DOI: 10.1080/14697680802448777
- Reboul, E., Guérin, I., & Nordman, C. J. (2021). The gender of debt and credit: insights from rural Tamil Nadu. *World Development*, 142(105363), 1-39. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105363>
- Rodríguez-Pose, A., & Sandu, A. (2025). Banking on trust: institutional trust and the geography of financial exclusion in Central and Eastern Europe. *Economy and Space*, 57(7), 921-948. <https://doi.org/10.1177/0308518X251350433>
- Sierminska, E. (2014). Indebtedness of households and the cost of debt by household type and income group. European Commission Research Note 10/2014. European Commission
- Silva, C. P., & Garcia, M. T. (1994). A função poupança em Portugal: Ensaio de aplicação da Teoria do Ciclo de Vida. Instituto Superior de Economia e Gestão. *Estudos de Economia*, XIV(2), 175-194. doi: <http://hdl.handle.net/10400.5/9443>
- Singh, S., Bhogal, S., & Singh, R. (2014). Magnitude and determinants of indebtedness among farmers in Punjab. *Indian Journal of Agricultural Economics*, 69(2), 243–256. DOI: 10.22004/ag.econ.206379
- Skinner, J. (1988). Risky income, life cycle consumption, and precautionary savings. *Journal of Monetary Economics*, 22 (2), 237-255. [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(88\)90021-9](https://doi.org/10.1016/0304-3932(88)90021-9).
- Tian, G. (2022). Influence of digital finance on household leverage ratio from the perspective of consumption effect and income effect. *Sustainability*, 14(23), 16271. <https://doi.org/10.3390/su142316271>
- Van Leuven, A. J., Lambert, D., Conroy, T., & Thomas, K. L. (2024). Do “banking deserts” even exist? Examining access to brick-and-mortar financial institutions in the continental United States. *Applied Geography*, 165(103201), 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2024.103201>
- Wainwright, T. (2011). Elite knowledges: framing risk and the geographies of credit. *Environment and Planning*, 43(1), 650-665. <https://doi.org/10.1068/a43331>
- Wong, Z. Y., Kusairi, S., & Halim, A. Z. (2023). The nexus between households’ indebtedness and consumption: The role of gender, geographical area and income groups. *International Journal of Development Issues*, 22(1), 72–90. DOI: 10.1108/IJDI-07-2022-0155
- Wooldridge, J. M. (2013). *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. 5th ed. Mason.
- Zhou, S., & Niyitegeka, O. (2023). On the dynamic relationship between household debt and income inequality in South Africa. *Journal of Risk and Financial Management*, 16(10), 427. <https://doi.org/10.3390/jrfm16100427>

APÊNDICE 1 – DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

- Para a construção das variáveis seguintes foram usadas as informações recolhidas relativas aos **6107** agregados familiares no ISFF (2020).
- Os dados dos agregados familiares foram recolhidos entre 6 de outubro de 2020 e 14 de fevereiro de 2021.
- Para a construção da amostra final, foram eliminadas as observações com taxas de esforço negativas e rendimento líquido disponível nulo, tendo sido obtida uma amostra final de 5 983 observações
- O rendimento líquido e a taxa de esforço foram calculadas tendo em conta o agregado familiar, enquanto variáveis como o género, idade, estado civil, escolaridade, situação no trabalho foram consideradas relativamente ao representante do agregado familiar.

1. Variável dependente – grau de endividamento das famílias

Aproximada por uma taxa de esforço anual do agregado familiar calculada:

$$tx_{\text{esforço}} = \frac{\text{Prestação mensal} \times 12}{\text{Rendimento anual líquido}} \times 100$$

Na prestação mensal foram somados os encargos associados a empréstimos bancários por agregado familiar (crédito à habitação, crédito pessoal) e contratos de leasing (variáveis hb2001_R, hb2002_R, hb2003_R, hb2200_R e hc0110_R), tendo ficado excluídas dívidas associadas a cartões de crédito e dívidas com descobertos bancários por não incluírem informação com detalhe suficiente que se traduzisse numa prestação mensal.

O cálculo do rendimento anual líquido do agregado familiar resultou da soma dos seguintes dados:

- Rendimento líquido do trabalho por conta de outrem (png0110_R)
- Rendimento líquido do trabalho por conta própria (png0210_R)
- Rendimento líquido de pensões de regimes públicos (png0310_R)
- Rendimento líquido de pensões de regimes privados e seguros (png0410_R)
- Subsídio de desemprego, valor líquido (png0510_R)

2. Variáveis explicativas

Nome da Variável	Descrição
Urbaniz (agregado familiar)	Grau de urbanização (sc0310) da área de residência em três categorias: 1 – Áreas densamente povoadas 2 – Áreas medianamente povoadas 3 – Áreas pouco povoadas (usada como classe de referência) De acordo com o <i>codebook</i> do ISFF (2020), seguiu-se a tipologia DEBURGA do Eurostat: » Cidades (Centros Urbanos): Pelo menos 50% da população vive em centros urbanos densamente povoados (densidade superior a 1500 hab./km² e uma população total superior a 50 000 habitantes); » Áreas de Densidade Intermédia (Territórios Periurbanos): Mais de 50% da população não reside num centro urbano, mas também não vive numa grelha rural. A densidade populacional é superior a 300 hab./km² e a população total é superior a 5000 habitantes; » Áreas Rurais: Mais de 50% da população vive em células de grelha rurais. Mais detalhe disponível em : Glossary: Degree of urbanization - Statistics Explained - Eurostat
Homem (representante)	Género do representante do agregado familiar. Variável <i>dummy</i> : 1 para Homem; 0 para Mulher
Idade (representante)	Idade do representante do agregado familiar
Nº filhos (ou de elementos) (agregado familiar)	Nº filhos ou de elementos do agregado familiar
Rend_ líquido (agregado familiar)	Rendimento anual líquido, calculado como explicado acima (logaritmizado)
Estado_civil (representante)	Estado civil, com quatro categorias: ✓ casado, ✓ divorciado, ✓ viúvo, ✓ solteiro (classe de referência).
Escola (representante)	Escolaridade com seis categorias: 1 ensino primário ou sem escolaridade (referência), 2 até 6º ano, 3 até 9º ano, 4 secundário, 5 CTESP e nível pós-secundário, 6 superior
Situa_trabalho (representante)	Condição perante o trabalho com quatro categorias: ✓ trabalhador regular remunerado (trabalhador por conta própria / trabalhador por conta de outrem), ✓ desempregado, ✓ inativo (estudante, doméstica, incapacidade para o trabalho, outros), ✓ reformado (classe de referência).
Risco (representante)	Atitude perante o risco, numa escala entre 0 e 10, sendo 0 avesso ao risco e 10 propenso ao risco. Em rigor as categorias foram definidas numa escala: 0 – nunca está disposto a assumir riscos até 10 – tem vontade de assumir riscos com muita frequência

APÊNDICE 2 – RESULTADOS DO MODELO DE HECKMAN ESTIMADO PELO MÉTODO DA MÁXIMA VEROSIMILHANÇA

Variáveis	bin_txesforco	lntxesforço
homem	0.1185**	0.0797**
idade	-0.0408***	0.0064**
nfilhos	0.1529***	0.0464***
lnrend_liquido	0.2241***	-0.8956***
medio_urban.	0.1539***	0.0626
muito_urban.	0.1059*	0.0979***
casado	0.1447**	0.0458
viuvo	-0.0618	0.0177
divorciado	0.3219***	-0.0248
ate6ano	0.1342	0.1182*
ate9ano	0.2057***	0.2070***
ens_secundário	0.3379***	0.2265***
ctesps	0.1348	0.3627***
ens_superior	0.1298*	0.3559***
desempregado	0.2049*	0.0464
inativo	0.3663***	0.0275
regular_rem	0.3445***	0.1268**
risco	0.0172**	0.0041
constante	-1.0455***	6.3322***
Number of obs =	5552	
Selected =	1971	
Nonselected =	3581	
Wald chi2(18)	1576.9	
Prob > chi2 =	(0.000)	
Legend: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01		
LR test of indep. eqns. (rho = 0): chi2(1) = 0.00 Prob > chi2 = 0.9946		

APÊNDICE 3 – MATRIZ DE CORRELAÇÕES E INDICADORES VIF

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
1 homem	1																		
2 idade	0.0086	1																	
3 n_elementos	0.2344	-0.4217	1																
4 nfilhos	0.0652	-0.5037	0.8416	1															
5 Inrend_liquido	0.1981	-0.1203	0.3105	0.2242	1														
6 medio_urb	0.0203	-0.0587	0.0605	0.0512	0.0173	1													
7 muito_urb	-0.0486	0.0485	-0.0712	-0.0438	0.0815	-0.6565	1												
8 casado	0.5897	-0.0395	0.4062	0.1692	0.2724	0.0301	-0.0735	1											
9 viuvo	-0.4024	0.3387	-0.292	-0.1403	-0.2143	-0.0137	0.0045	-0.5324	1										
10 divorciado	-0.2659	-0.0612	-0.1471	-0.0041	-0.1019	-0.0308	0.0635	-0.4965	-0.128	1									
11 ate6ano	0.0743	-0.069	0.064	0.0335	-0.0973	0.0165	-0.0669	0.0766	-0.0309	-0.0561	1								
12 ate9ano	0.0724	-0.0422	0.0163	0.0093	-0.0032	0.0079	-0.0239	0.0518	-0.0388	-0.0046	-0.1409	1							
13 ens_secundário	-0.006	-0.189	0.079	0.0954	0.0693	0.0318	0.0027	-0.0044	-0.0875	0.0517	-0.1485	-0.222	1						
14 ctesps	-0.0366	-0.0373	-0.0305	-0.02	0.0612	0.0137	0.0142	-0.0473	0	0.0133	-0.0721	-0.1077	-0.1136	1					
15 ens_superior	-0.0838	-0.1878	0.0616	0.1179	0.3225	-0.0541	0.181	-0.0441	-0.124	0.0886	-0.1698	-0.2539	-0.2676	-0.1299	1				
16 desempregado	-0.0363	-0.1237	0.0199	0.0112	-0.1279	0.0051	-0.0104	-0.0244	-0.0412	0.0031	0.014	0.0455	0.0239	0.025	-0.0555	1			
17 inativo	-0.1625	0.0067	-0.0079	0.0083	-0.1042	-0.0002	-0.0319	-0.0946	0.1587	-0.0056	0.0551	0.0119	-0.0083	-0.0342	-0.0823	-0.0498	1		
18 regular_rem	0.0199	-0.696	0.3569	0.4447	0.1906	0.0401	-0.0233	0.0387	-0.2497	0.0765	0.0479	-0.0107	0.1277	0.0325	0.2364	-0.1814	-0.2454	1	
19 risco	0.057	-0.3073	0.19	0.209	0.1593	0.0202	0.0239	0.0349	-0.1497	0.0286	-0.0311	-0.0192	0.077	0.0474	0.171	0.0588	-0.0188	0.2645	1
VIF	1.64	3.17	4.82	4.57	1.49	1.8	1.9	3.47	2.61	1.98	1.33	1.61	1.85	1.29	2.34	1.26	1.25	2.79	1.16
																	valor VIF médio		2.23

NORMAS PARA OS ARTIGOS A SUBMETER À REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

A. Normas respeitantes à aceitação e avaliação dos artigos

1. As submissões à RPER estão sujeitas a um processo de revisão cega por pares (*double-blind review*). O processo de revisão por pares é organizado pela direção editorial da revista.
2. Todos os artigos submetidos à RPER serão avaliados pelos editores quanto a potencial plágio com recurso ao uso de *software* adequado. Quaisquer questões que surjam serão tratadas pela direção editorial. Apenas as contribuições que são originais sem qualquer dúvida podem ser publicadas na RPER.
3. Os manuscritos serão avaliados exclusivamente com base no seu mérito científico (importância, originalidade, validade do estudo, clareza) e sua relevância para o campo científico de intervenção da revista. O Editor-Chefe tem total autoridade sobre todo o conteúdo editorial da Revista e sobre o momento de sua publicação.
4. Após o registo do artigo e seus meta-dados pelo autor na plataforma eletrónica da RPER, o artigo será revisto pelo Editor-Chefe ou por um dos Editores Associados para verificar se o seu conteúdo está alinhado com os temas abordados pela revista e se está em conformidade com o guia de estilo adotado. Caso o texto não esteja alinhado com os temas científicos tratados pela revista, será rejeitado e os autores serão informados do motivo dessa rejeição. Em caso de não conformidade com o guia de estilo, o autor será informado da necessidade de correção e do prazo (normalmente, não superior a 15 dias) para sua realização.
5. Após a conclusão desta primeira fase, será designado um editor que será responsável por selecionar os revisores (pelo menos dois) e monitorizar o processo de avaliação. O processo de avaliação terá início assim que dois revisores concordarem em avaliar o manuscrito. Os revisores são convidados a apresentar a sua avaliação do manuscrito num prazo de 30 dias.
6. Após a receção da avaliação feita por dois revisores, na fase 3, o editor decidirá se aceita o manuscrito como está, se solicitará que sejam efetuadas modificações menores ou mais aprofundadas, ou se o rejeita, com base nos relatórios dos revisores e na sua revisão editorial, após efetuadas uma ou mais rondas de revisão. Caso seja reclamado que seja feita a realização de uma revisão mais profunda, será estabelecido um prazo-limite de 90 dias.
7. Se aceite para publicação, a versão final do artigo passará por uma revisão final a ser feita pelo editor e pelos autores.
8. As propostas de artigo deverão ser submetidas na plataforma eletrónica da Revista (<https://review-rper.com/index.php/rper/index>). Qualquer comunicação dos autores com o Secretariado da RPER far-se-á pelo endereço de correio eletrónico seguinte: rper.geral@gmail.com.

B. Normas respeitantes à submissão e atributos formais dos artigos

1. Os manuscritos devem ser submetidos *online* através do sítio eletrónico da RPER (<https://review-rper.com/index.php/rper/index>). Aceitam-se manuscritos em *OpenOffice*, *Microsoft Word* ou *RTF*.
2. As submissões normalmente não devem exceder 9.000 palavras. Se as submissões precisarem de ser mais longas, o autor precisa ser capaz de apresentar um bom argumento ao editor.
3. As referências, quadros e figuras (exclusivamente a preto e branco) devem ser incluídos no corpo do manuscrito. As notas de rodapé devem ser evitadas sempre que possível.
4. No processo de submissão, além de ser enviada uma versão do manuscrito anonimizada, deve ser entregue uma versão completa, isto é, que inclua a identificação de todos os autores e respetivas

afiliações institucionais e endereço eletrónico de contacto.

5. Os títulos, resumos e palavras-chave devem ser apresentados em duas línguas, podendo essas línguas ser o Português, o Inglês e o Espanhol.
6. É exigido que os artigos submetidos contenham, também, os Códigos JEL (a inserir logo a seguir às Palavras-chave).

C. Normas respeitantes a referências bibliográficas e citações

1. As referências listadas no final de cada artigo devem conter apenas as usadas nas citações feitas no texto e adotar as normas APA (American Psychological Association).
2. Para garantir o anonimato dos artigos, as auto-referências de cada autor não devem utilizar expressões que possam revelar a autoria.
3. Embora o seu uso em versões preliminares do artigo submetido seja recomendável, as normas das Referências são obrigatórias para a versão final, isto é, a versão aceite.
4. Os autores citados no texto devem ser indicados pelo sobrenome, seguindo as normas APA (American Psychological Association).

NORMS FOR THE SUBMISSION OF PAPERS TO THE PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

A. Norms concerning papers acceptance and assessment

1. Submissions to RPER are subject to a double-blind peer-review process. The peer-review process is organized by the journal's editorial team.
2. Every article submitted to RPER will be screened by the editors for plagiarism by use of appropriate the software. Any issues arising there will be dealt with by the editorial team. Only contributions that are original, assessed by the reviewers and editors can be published in RPER.
3. Manuscripts will be assessed exclusively on the basis of their scientific merit (importance, originality, study's validity, clarity) and its relevance to the journal's scope. The Editor-in-Chief has full authority over the entire editorial content of the journal and the timing of the publication of that content.
4. Once the paper and its metadata have been registered by the author at the RPER website, as a first step, the paper will be reviewed by the Editor-in-chief or by one of Associate Editors to check if its content is alignment with the topics the journal deals with, and if it is in compliance with the style guide adopted. If the text is not aligned with the scientific topics of the journal, it will be rejected and the authors will be informed of the reason for that. In case of non-compliance with the style guide, the author will be informed of the need for correction and the deadline (ordinarily, no more than 15 days) to make it.
5. Once this first phase has been completed, an editor is assigned who will be responsible for selecting reviewers (at least two) and monitoring the assessment process. The review process will begin as soon as two reviewers have agree to assess the paper. The reviewers are invited to provide their assessment on the paper within a 30 days' time span.
6. Once the two reviewers' assessment received, in phase 3, the editor will decide to accept the paper as it is, claiming that minor or major revisions are made, or rejecting it, based on the reviewers' reports and his/her editorial review, after one or more rounds of review. In the case a major revision is claimed to be performed, a time limit of 90 days will be established.
7. If accepted for publication, the final version of the paper will undergo a final check by both the editor and the authors.
8. Paper proposals must be submitted through the Journal's electronic platform (<https://review-rper.com/index.php/rper/index>). Any communication between authors and the RPER Secretariat will be done through the following email address: rper.geral@gmail.com.

B. Norms concerning submission and papers structure

1. Manuscripts must be submitted online via this website (<https://review-rper.com/index.php/rper/index>). We accept manuscripts in OpenOffice, Microsoft Word or RTF.
2. Submissions normally should not exceed 9,000 words. If submissions need to be longer, the author needs to make a good argument for that to the editor.
3. References, tables, and figures (exclusively in black and white) should be included in the manuscript file. Footnotes should be avoided whenever possible.
4. In the submission process, in addition to sending an anonymized version of the manuscript, a complete version must be delivered, that is, one that includes the identification of all authors and their institutional affiliations, and email contact.

ÍNDICE

7

Como os Incentivos dos Governos Promovem o Desenvolvimento dos Territórios?
Uma Revisão Sistemática e Bibliométrica da Literatura.

José Rafael, Rui Silva

31

Political Literacy and Social Inequalities Among Young People: Evidence from an
Outermost Region.

Ana Rita Matias, Fernando Diogo

49

Industrial Heritage and Tourism Development Through Luso-Spanish Cross-Border Cooperation

Elaine Scalabrini, Roberto Vaz, Joaquín García, João Paulo Teixeira, Paula Odete Fernandes

65

Desigualdades Regionais no Emprego em Portugal: Uma abordagem baseada no
Quociente de Localização e no Índice de Hirschman-Herfindahl

*Laudelina Alves Ribeiro, Jefferson Andronio Ramundo Staduto,
Rui Manuel de Sousa Fragoso, Maria Conceição Peixe Rego*

83

Mapeamento Multidimensional das Desigualdades Regionais em Angola

Waldemar Sérgio Tavares, Tiago Loiola, Maria da Conceição Peixe Rego, Leonida Tomás Correia

103

Urbanização e Endividamento das Famílias: Evidência Empírica para Portugal

Carolina Gonçalves, Maria Basílio, Carlos Borralho

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS
PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

3º Quadrimestre | nº 76 | Avulso €15

ISSN 1645-586X



9 771645 586006

5. Titles, abstracts and keywords must be presented in two languages, which may be Portuguese, English and Spanish.
6. It is required that the submitted papers also contain the JEL Codes (to be inserted right after the Keywords).

C. Norms concerning bibliographic references and citations

1. The references listed at the end of each paper shall only contain citations and references actually mentioned in the text and should adopt the APA (American Psychological Association) norm.
2. To ensure the anonymity of papers, each author's self-references should use no expressions that might betray the authorship.
3. Although their use in preliminary versions is recommendable, the References norms are mandatory for the final version, that is, the accepted version of the paper.
4. Authors cited in the text must be indicated by his/her surname, following the APA (American Psychological Association) norm.